

JADER SILVEIRA (Org.)

SINERGIAS DO CONHECIMENTO: SABERES EM CONEXÃO



JADER SILVEIRA (Org.)

SINERGIAS DO CONHECIMENTO: SABERES EM CONEXÃO



© 2026 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatianny Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587s Sinergias do Conhecimento: Saberes em Conexão - Volume 1
/ Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2026. 226 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-83668-11-0

DOI: 10.5281/zenodo.20969449

1. Tecnologia, ciências e cultura. 2. Estudo, pesquisa e assuntos relacionados. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 607

CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://editora.realconhecer.com.br/2026/06/sinergias-do-conhecimento-saberes-em.html>



**Sinergias do Conhecimento:
Saberes em Conexão**

Volume 1

**Sinergias do Conhecimento:
Saberes em Conexão**

Volume 1

Organização
Jader Luís da Silveira

Autores

Agostinho Ferreira

Aline Reis

Ana Lúcia de Oliveira Araújo

Anne Heracléia de Brito e Silva

Cleydianne Vieira dos Santos

Daniele Moraes Pereira

Eilane Maria de Jesus Meira

Eric de Melo Lima

Fabrcia Nunes de Jesus

Fausta Porto Couto

Fernanda Fialho Nogueira

Filipe Molinar Machado

Francineli Cezarina Lara

Gabriel Luiz Nicochelli Berri

Génesis Guimarães Soares

Gislaine Cristina da Silva

Glicerinaldo de Sousa Gomes

Guilherme Antônio Lopes de Oliveira

Iara de Oliveira e Oliveira

Isael da Silva Sousa

Joelson Lopes da Paixão

Jonas Pereira de Oliveira Júnior

Jorge Luiz Chaves Bandeira

José Gabriel Martins Pereira

Lisiane Anzanello

Luan Inácio da Silva

Maria Farias Matias

Mateus Sangoi Frozza

Nayara Donadia Jardim

Rafaela Vieira Barros

Samara Maria Gonçalves

Tales Henrique Piekala

Yasmin Vitória Range

APRESENTAÇÃO

Em uma época marcada pela intensa circulação de informações, pela acelerada evolução tecnológica e pela crescente complexidade dos fenômenos sociais, científicos e culturais, torna-se imperativo reconhecer que a produção do conhecimento não se limita às fronteiras disciplinares nem aos espaços tradicionais da investigação. Ao contrário, o saber contemporâneo constrói-se por meio do diálogo, da integração de perspectivas e da convergência entre diferentes campos do conhecimento, consolidando uma dinâmica colaborativa capaz de responder aos desafios de um mundo em permanente transformação.

É nesse contexto que se insere a obra *Sinergias do Conhecimento: Saberes em Conexão*. Mais do que uma coletânea de estudos, este livro representa um espaço de encontro entre pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes comprometidos com a construção coletiva do conhecimento científico. Cada capítulo constitui uma contribuição singular que, ao dialogar com as demais, amplia horizontes interpretativos, fomenta novas reflexões e fortalece a compreensão da realidade sob múltiplos enfoques.

A diversidade temática presente nesta obra evidencia a riqueza epistemológica que caracteriza a ciência contemporânea. Diferentes áreas do saber aqui se articulam de maneira harmoniosa, demonstrando que a complexidade dos problemas atuais exige abordagens integradas, interdisciplinares e inovadoras. Essa pluralidade não representa fragmentação, mas, ao contrário, reafirma a complementaridade entre os diversos campos científicos, cuja interação potencializa descobertas, aperfeiçoa metodologias e promove avanços significativos para a sociedade.

Ao longo das últimas décadas, testemunhamos profundas transformações impulsionadas pela revolução digital, pela inteligência artificial, pela internacionalização da pesquisa e pela ampliação das redes colaborativas de produção científica. Nesse cenário, a ciência deixa de ser concebida como um empreendimento isolado para consolidar-se como um processo coletivo, dinâmico e continuamente aperfeiçoado pelo intercâmbio de experiências, pela diversidade de perspectivas e pelo diálogo permanente entre teoria e prática.

As contribuições reunidas neste volume refletem esse espírito colaborativo. Os textos apresentados revelam rigor metodológico, consistência teórica e compromisso

ético com a produção e a disseminação do conhecimento. Ao mesmo tempo, estimulam o pensamento crítico, a reflexão interdisciplinar e a busca por soluções inovadoras para questões que permeiam diferentes dimensões da vida acadêmica, profissional e social.

Mais do que apresentar resultados de pesquisas, esta obra convida o leitor a compreender o conhecimento como uma construção coletiva, aberta ao diálogo, à revisão permanente e à incorporação de novos olhares. Cada capítulo representa um elo de uma ampla rede intelectual, na qual diferentes experiências, metodologias e referenciais teóricos convergem para fortalecer a produção científica e ampliar as possibilidades de compreensão da realidade.

Sinergias do Conhecimento: Saberes em Conexão reafirma, portanto, o papel da ciência como instrumento de transformação social, desenvolvimento humano e promoção da cidadania. Ao integrar diferentes perspectivas e estimular o intercâmbio entre áreas distintas, a obra evidencia que o avanço científico depende, cada vez mais, da capacidade de estabelecer conexões, construir pontes entre saberes e fomentar ambientes de cooperação intelectual.

Que esta publicação inspire novas investigações, fortaleça redes de pesquisa, incentive o diálogo entre instituições e contribua para a formação de leitores comprometidos com a excelência acadêmica, a inovação científica e a construção de uma sociedade mais crítica, inclusiva e sustentável.

Ao abrir estas páginas, o leitor é convidado não apenas a acessar conhecimentos produzidos com rigor científico, mas também a participar de uma jornada intelectual fundamentada na colaboração, na diversidade de ideias e na convicção de que o verdadeiro progresso da ciência nasce da capacidade de conectar saberes, compartilhar experiências e construir, coletivamente, novos caminhos para o conhecimento.

Desejamos que esta obra se consolide como uma referência para pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais das mais diversas áreas, estimulando reflexões, fomentando parcerias e contribuindo para o fortalecimento de uma ciência cada vez mais integrada, inovadora e comprometida com os desafios do século XXI.

SUMÁRIO

Capítulo 1 O DUOLINGO NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E PRÁTICAS DOCENTES NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO	12
<i>Francineli Cezarina Lara; Isael da Silva Sousa; Gislaine Cristina da Silva; José Gabriel Martins Pereira</i>	
<hr/>	
Capítulo 2 PLANEJAMENTO E QUALIDADE DE VIDA NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (PPA) DO IFCE	30
<i>Ana Lúcia de Oliveira Araújo; Jorge Luiz Chaves Bandeira</i>	
<hr/>	
Capítulo 3 ENTRE A FALA E O SILÊNCIO: ORALIDADE, AFETOS FERIDOS E CURA NA ESCRITA DE MULHERES NEGRAS	48
<i>Fernanda Fialho Nogueira; Iara de Oliveira e Oliveira; Fausta Porto Couto</i>	
<hr/>	
Capítulo 4 POLÍTICAS PÚBLICAS E INFÂNCIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE JIU-JITSU NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	63
<i>Luan Inácio da Silva</i>	
<hr/>	
Capítulo 5 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: DESCRIÇÃO E REFLEXÃO	90
<i>Rafaela Vieira Barros; Isael da Silva Sousa; Gislaine Cristina da Silva; Francineli Cezarina Lara</i>	
<hr/>	
Capítulo 6 MICROEMPREENDEDORISMO E DESAFIOS ENFRENTADOS NO SURGIMENTO DE NOVOS MICROS NEGÓCIOS NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA	104
<i>Nayara Donadia Jardim; Glicerinaldo de Sousa Gomes</i>	
<hr/>	
Capítulo 7 TENDÊNCIAS NO PANORAMA RELIGIOSO EVANGÉLICO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: MUDANÇAS E MOBILIDADE	120
<i>Jonas Pereira de Oliveira Júnior</i>	
<hr/>	
Capítulo 8 MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO NDCA: INFÂNCIA NEGRA, BRINCAR E RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	135
<i>Daniele Morais Pereira</i>	
<hr/>	
Capítulo 9 VALORIZAÇÃO SALARIAL DOCENTE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	141
<i>Joelson Lopes da Paixão; Eric de Melo Lima; Maria Farias Matias</i>	


Capítulo 10
CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): UMA REVISÃO INTEGRATIVA 162
Samara Maria Gonçalves; Cleydianne Vieira dos Santos; Anne Heracléia de Brito e Silva; Guilherme Antônio Lopes de Oliveira

Capítulo 11
O PROCESSO DE DESFRALDE EM UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA BASEADO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA 181
Eilane Maria de Jesus Meira; Gênesis Guimarães Soares

Capítulo 12
TUMOR DE WILMS EM ADULTOS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA CIENTÍFICA 198
Gabriel Luiz Nicochelli Berri; Yasmin Vitória Range; Tales Henrique Piekala; Lisiane Anzanello

Capítulo 13
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO DE MATEMÁTICA: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE PERSONALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS ÉTICO-EPISTEMOLÓGICOS 209
Joelson Lopes da Paixão; Filipe Molinar Machado; Mateus Sangoi Frozza; Agostinho Ferreira; Fabrícia Nunes de Jesus; Aline Reis

O DUOLINGO NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E PRÁTICAS DOCENTES NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO

 DOI: 10.5281/zenodo.20949232

Francineli Cezarina Lara

Doutora em linguística pela Universidade Complutense de Madrid em cotutela com Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Professora do curso de Letras da UNEMAT Campus universitário de Cáceres.

E-mail: francineli.lara@unemat.br

Isael da Silva Sousa

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Professor adjunto na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/Campus Barra do Corda).

E-mail: isaelsousah@gmail.com

Gislaine Cristina da Silva

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Professora da UNEMAT Campus pontes e Lacerda.

E-mail: gislaine.silva@unemat.br

José Gabriel Martins Pereira

Doutorando em Linguística no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT).

E-mail: gabriel.pereira@unemat.br

RESUMO

A expansão de plataformas digitais de ensino de línguas tem reconfigurado práticas pedagógicas e modos de circulação das línguas em diferentes espaços sociais. Entre essas plataformas, o Duolingo destaca-se por sua ampla difusão internacional e pela

oferta gratuita de cursos em diferentes idiomas. Entretanto, para além de seu funcionamento técnico e pedagógico, interessa-nos compreender como essa plataforma opera como espaço de produção, circulação e distribuição de sentidos sobre as línguas. Ancorado na perspectiva da Semântica do Acontecimento, especialmente no conceito de espaço de enunciação, proposto por Eduardo Guimarães (2002; 2018), e em diálogo com Lara (2024), este artigo analisa o funcionamento do Duolingo no espaço da fronteira oeste de Mato Grosso, tomando como corpus práticas docentes desenvolvidas entre 2018 e 2025 no ensino de língua inglesa, espanhola e de português para estrangeiros, em ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à Universidade do Estado de Mato Grosso. Os resultados preliminares indicam que, embora a plataforma amplie o acesso ao ensino de línguas e favoreça práticas de autonomia, gamificação e continuidade dos estudos, também evidencia uma distribuição desigual das línguas, privilegiando idiomas de circulação global e silenciando línguas indígenas e fronteiriças que constituem o espaço linguístico brasileiro. Argumenta-se, assim, que o Duolingo não funciona apenas como ferramenta tecnológica de ensino, mas como dispositivo de política linguística que produz sentidos sobre quais línguas podem circular, ser aprendidas e ganhar legitimidade no espaço digital contemporâneo.

Palavras-chave: Duolingo. Espaço de enunciação. Políticas linguísticas.

ABSTRACT

The expansion of digital language learning platforms has reconfigured pedagogical practices and the circulation of languages across different social spaces. Among these platforms, the Duolingo stands out for its wide international reach and its free language courses in multiple languages. However, beyond its technical and pedagogical functions, this study seeks to understand how this platform operates as a space for the production, circulation, and distribution of meanings about languages. Grounded in the theoretical framework of the Semantics of the Event, particularly the concept of enunciative space proposed by Eduardo Guimarães (2002; 2018), and in dialogue with Lara (2024), this article analyzes the functioning of Duolingo in the western border region of Mato Grosso, Brazil, based on teaching practices developed between 2018 and 2025 in English, Spanish, and Portuguese as a foreign language, within teaching, research, and extension activities linked to the State University of Mato Grosso. Preliminary results indicate that, although the platform broadens access to language learning and promotes autonomy, gamification, and continuity of learning, it also reveals an unequal distribution of languages, privileging globally circulating languages while silencing indigenous and border languages that constitute the Brazilian linguistic space. It is argued, therefore, that Duolingo functions not merely as a technological teaching tool, but as a linguistic policy device that produces meanings regarding which languages may circulate, be learned, and gain legitimacy in the contemporary digital space.

Keywords: Semantics of the Event. Enunciative Space. Duolingo

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão das tecnologias digitais tem produzido transformações significativas nos modos de ensinar, aprender e fazer circular as

línguas em diferentes espaços sociais. Aplicativos móveis, plataformas gamificadas, ambientes virtuais de aprendizagem e, mais recentemente, dispositivos mediados por inteligência artificial passaram a ocupar lugar central nas práticas pedagógicas contemporâneas, reconfigurando não apenas metodologias de ensino, mas também os próprios modos de acesso, circulação e legitimação das línguas no espaço digital. Nesse contexto, o Duolingo, lançado em 2011, destaca-se por sua ampla difusão internacional, pela oferta gratuita de cursos em diferentes idiomas e pela utilização de estratégias de gamificação que buscam promover autonomia, regularidade e engajamento dos aprendizes.

No campo dos estudos sobre ensino de línguas mediado por tecnologias, diferentes pesquisas têm evidenciado as potencialidades pedagógicas de plataformas digitais, destacando aspectos relacionados à aprendizagem móvel, ao feedback imediato, à personalização dos percursos formativos e ao desenvolvimento da autonomia do aprendiz. No âmbito do Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, pesquisas acadêmicas, trabalhos de conclusão de curso e ações extensionistas desenvolvidos nos últimos anos também têm investigado o uso do Duolingo em práticas de ensino de língua inglesa, espanhola e português para estrangeiros, constituindo um importante conjunto de experiências empíricas que dialoga com esta investigação.

Entretanto, embora tais estudos tenham contribuído para compreender os aspectos didáticos, metodológicos e tecnológicos do aplicativo, ainda são escassas investigações que problematizem o Duolingo a partir de uma perspectiva enunciativa, compreendendo-o não apenas como ferramenta pedagógica, mas como espaço de produção, circulação e distribuição de sentidos sobre as línguas. Em outras palavras, pouco se discute sobre quais línguas são legitimadas, quais permanecem invisibilizadas e que políticas linguísticas se materializam na própria arquitetura digital dessas plataformas.

É precisamente nesse ponto que este estudo se insere. Ancorado na Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002; 2018), especialmente no conceito de espaço de enunciação, compreendido como espaço político de distribuição desigual das línguas e de seus falantes, e em diálogo com Lara (2024), este artigo propõe analisar o funcionamento do Duolingo no espaço de enunciação da fronteira oeste de Mato Grosso, região historicamente marcada pelo

contato entre o português, o espanhol, variedades fronteiriças e diferentes línguas indígenas e de migração.

A escolha da fronteira oeste de Mato Grosso como espaço empírico desta investigação não se dá de forma aleatória. O município de Cáceres, localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso, a aproximadamente 215 quilômetros de Cuiabá e a cerca de 100 quilômetros de San Matías, constitui, juntamente com o município boliviano, uma região oficialmente reconhecida como cidades-gêmeas, conforme a Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019, do Ministério da Integração Nacional. Trata-se de um espaço historicamente marcado por intensos fluxos comerciais, culturais, educacionais, familiares e linguísticos entre brasileiros e bolivianos, configurando aquilo que Lara (2024) denomina espaço de enunciação fronteiriço, isto é, um espaço sócio-histórico em que diferentes línguas convivem, circulam e disputam legitimidade, ainda que em condições desiguais de visibilidade, institucionalização e prestígio.

Nessa direção, Lara (2024) demonstra que o espaço de enunciação da fronteira oeste de Mato Grosso é historicamente atravessado pela supremacia institucional da língua portuguesa, que ocupa posição de língua oficial, escolarizada e legitimada pelo Estado brasileiro, enquanto o espanhol, embora amplamente presente nas práticas cotidianas da fronteira, e as línguas indígenas que constituem historicamente esse território, permanecem, muitas vezes, em posições secundarizadas ou invisibilizadas nos processos institucionais de ensino e circulação. É justamente nesse espaço de distribuição desigual das línguas que o Duolingo passa a ser aqui observado.

O corpus da pesquisa é constituído por práticas docentes desenvolvidas entre os anos de 2018 e 2025, inicialmente em experiências de ensino de língua espanhola mediadas por tecnologias digitais e, posteriormente, em ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à Universidade do Estado de Mato Grosso, especialmente em cursos de Português do Brasil para estrangeiros. Tais ações envolveram estudantes de graduação, pós-graduação e membros da comunidade externa provenientes de diferentes espaços de enunciação, entre eles bolivianos, venezuelanos, timorenses, africanos de diferentes nacionalidades, estudantes chinesas da pós-graduação, povos indígenas, como os Xavante, além de sujeitos da comunidade fronteiriça de Cáceres e região.

Esse espaço multilíngue e intercultural permitiu observar o funcionamento do Duolingo para além de sua dimensão técnica, isto é, como dispositivo que participa

da circulação, distribuição e legitimação de determinadas línguas no espaço digital contemporâneo. Partimos da hipótese de que, embora a plataforma amplie o acesso ao ensino de línguas e favoreça práticas de autonomia, gamificação e continuidade dos estudos, sua arquitetura digital também produz uma distribuição política das línguas, privilegiando idiomas de circulação global, como inglês, espanhol e francês, ao mesmo tempo em que silencia línguas indígenas, línguas de fronteira e outras materialidades linguísticas constitutivas do espaço brasileiro.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar como o Duolingo funciona como espaço de enunciação digital, observando de que modo sua organização linguística, sua oferta de cursos e sua apropriação em práticas docentes fronteiriças produzem sentidos sobre quais línguas podem circular, ser aprendidas e ganhar legitimidade no espaço digital contemporâneo.

A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

A Semântica do Acontecimento é uma teoria que toma como lugar de funcionamento da linguagem a enunciação, ou seja, o acontecimento enunciativo no e pelo qual a língua funciona afetada por aspectos particulares e decisivos de seu funcionamento. Ainda, é uma disciplina linguística que tem no centro de seu estudo a significação na/da linguagem.

Guimarães (2002) propõe a abordagem da Semântica do Acontecimento, que se baseia em uma perspectiva materialista e enfoca a relação entre linguagem e história. Diferente de uma concepção de linguagem como algo transparente, Guimarães considera que o sentido da linguagem deve ser compreendido por meio do estudo da enunciação. A partir do acontecimento da enunciação os enunciados são constituídos por uma historicidade específica, considerando a sua relação com a história na produção e interpretação dos discursos.

Segundo Guimarães (2018), a Semântica é uma disciplina linguística que se dedica ao estudo da significação, considerando-a como resultado da prática dos falantes ao expressarem algo em uma determinada língua. É uma área que se ocupa da análise dos sentidos dos enunciados enquanto parte integrante de textos, considerando os acontecimentos que os geram (Guimarães, 2018, p.13). Quanto ao texto, este é considerado por Guimarães (2011, p. 19), como uma unidade de sentido que integra enunciados, ou seja, é uma unidade de sentido integrada por enunciados.

Portanto, o sentido de uma palavra é construído quando ela faz parte de enunciados que, por sua vez, estão integrados em um texto.

Dessa forma, nosso estudo busca via tal perspectiva, analisar como esses aspectos afetam a construção de significados linguísticos. Desse modo,

A língua deve ser definida a partir do espaço de enunciação. (...) pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. Ela é assim um conjunto de elementos cujas relações constituem essas regularidades. A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc.) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso. Estes elementos se caracterizam porque se combinam de algum modo que também é preciso estabelecer. Estes elementos apresentam modos regulares de combinação quando alguém diz algo em acontecimentos específicos, ou seja, na enunciação (Guimarães, 2018, p.24).

Os espaços de enunciação para Guimarães (2002, p. 18), “[...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” e que por sua vez “são espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. O fato de o sujeito estar constantemente a tomar a palavra, mesmo que às vezes lhe seja negada, faz com que a enunciação seja uma prática política, desta forma, permite-nos dizer que o político afeta e divide materialmente a língua nessa relação de disputa entre língua e falantes, uma vez que o político, cria uma ideia de “igualdade” podendo afirmar o pertencimento dos excluídos pela desigualdade. Para explicar a divisão das línguas que existe entre os falantes dos Estados Nacionais, Guimarães (2006), apresenta cinco categorias de línguas:

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. *Língua Franca:* é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum. *Língua nacional* é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. *Língua oficial:* é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. *Língua estrangeira:* é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência (Guimarães, 2006, p.48).

É o espaço de enunciação que torna a língua uma prática política que funciona no enunciar, e falar é assumir a palavra num espaço de disputas entre falantes e

línguas. Ao considerarmos a enunciação como um acontecimento sócio-histórico, não no sentido de uma história cronológica em que os fatos têm um significado específico no tempo, mas sim no sentido de que a história é parte integrante do momento presente da enunciação, podemos compreender que “a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é a sua própria temporalidade. Conforme Guimarães (2018, p.43), essa temporalidade específica, abrange passado, presente e latência de futuridade de significados que são constituídos. Assim, a dimensão histórica se constitui como parte essencial do acontecimento enunciativo.

Para compreendermos a temporalidade do acontecimento enunciativo, é fundamental que o passado tenha significado e coexista com o presente da enunciação, a fim de projetar o futuro desse acontecimento. Sem essa conexão entre passado, presente e latência de futuro, não seriam possíveis a produção de novos significados e o surgimento de novas enunciações. Em suma, é a conviviabilidade dos tempos na enunciação que possibilita uma atualização temporal dos sentidos.

Na perspectiva da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002; 2018), o sentido não se constitui como uma propriedade estável das formas linguísticas, nem como resultado exclusivo da intenção de um sujeito individual, mas como efeito produzido no acontecimento da enunciação, isto é, na relação histórica entre língua, memória e sujeito. Como afirma Guimarães (2002, p. 7), “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. Nessa perspectiva, a língua não funciona de modo neutro ou homogêneo, mas atravessada por relações políticas, históricas e sociais que distribuem desigualmente seus falantes, seus usos e suas possibilidades de circulação.

É nesse quadro que Guimarães (2002; 2018) propõe o conceito de espaço de enunciação, compreendido como o espaço político de funcionamento das línguas e de seus falantes, no qual diferentes línguas convivem, entram em contato, disputam legitimidade e se distribuem de forma não simétrica. Trata-se, portanto, de um espaço em que as línguas não existem simplesmente como sistemas abstratos, mas como práticas historicamente constituídas e atravessadas por relações de poder.

Ao discutir o espaço de enunciação da fronteira oeste de Mato Grosso, Lara (2024) demonstra que a relação entre português e espanhol na fronteira entre Cáceres e San Matías não se estabelece em condições de simetria, mas sob uma organização histórica marcada pela institucionalização da língua portuguesa e pela circulação, muitas vezes subordinada, do espanhol (portunhol), das variedades fronteiriças e das

línguas indígenas que constituem esse território. Tal configuração permite compreender a fronteira não apenas como limite geográfico entre Estados nacionais, mas como espaço sócio-histórico de produção, disputa e distribuição de sentidos.

PLATAFORMAS DIGITAIS COMO ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO

Se, conforme Guimarães (2002; 2018), o espaço de enunciação constitui-se como espaço político de distribuição desigual das línguas e de seus falantes, interessa-nos, neste trabalho, deslocar essa reflexão para os ambientes digitais contemporâneos, particularmente para as plataformas de ensino de línguas mediadas por tecnologias móveis. Tal deslocamento parte da compreensão de que os espaços digitais não funcionam apenas como suportes técnicos ou ambientes neutros de aprendizagem, mas como materialidades discursivas que também participam da produção, circulação e legitimação de sentidos sobre as línguas.

Nesse cenário, o Duolingo, criado em 2011, consolidou-se como uma das plataformas digitais de ensino de línguas mais difundidas mundialmente, reunindo milhões de usuários em diferentes países e oferecendo cursos em dezenas de idiomas. Seu funcionamento baseia-se em estratégias de gamificação, organização modular de conteúdos, recompensas simbólicas, feedback imediato e acompanhamento individualizado do progresso do aprendiz, elementos que têm contribuído para sua ampla aceitação em contextos escolares, universitários e de aprendizagem autônoma.

Entretanto, para além de seus aspectos tecnológicos e pedagógicos, interessa-nos observar que o Duolingo também produz um modo particular de organizar e distribuir as línguas no espaço digital. Ao selecionar determinadas línguas para compor sua plataforma, estabelecer pares linguísticos específicos, definir quais cursos serão ofertados e para quais públicos, o aplicativo participa de uma política de circulação linguística que não se apresenta como neutra, mas como resultado de processos históricos, econômicos, culturais e geopolíticos.

Observa-se, por exemplo, a forte presença de línguas de circulação global, como inglês, espanhol, francês, alemão e italiano, amplamente disponíveis na plataforma, enquanto línguas indígenas, línguas minoritizadas e variedades linguísticas de fronteira, constitutivas de diferentes espaços multilíngues, permanecem ausentes ou invisibilizadas. No contexto brasileiro, tal organização torna-

se particularmente significativa, uma vez que o país abriga centenas de línguas indígenas, línguas de sinais, línguas de imigração e diferentes variedades de contato, que raramente encontram representação em plataformas digitais globais.

Nessa perspectiva, compreendemos que o Duolingo não funciona apenas como ferramenta tecnológica de ensino, mas como dispositivo de política linguística digital, isto é, como espaço de enunciação que distribui desigualmente as línguas, seus falantes e suas possibilidades de circulação no ambiente digital. Tal funcionamento torna-se ainda mais visível quando observado a partir de espaços fronteiriços, como o de Cáceres e San Matías, onde diferentes línguas coexistem, entram em contato e disputam legitimidade tanto nos espaços físicos quanto nos espaços digitais.

É justamente a partir dessa compreensão que passamos, na seção seguinte, à análise das práticas docentes desenvolvidas no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso, buscando compreender como o Duolingo foi apropriado em diferentes experiências de ensino de língua inglesa, espanhola e português do Brasil para estrangeiros no espaço de enunciação fronteiriço da fronteira oeste de Mato Grosso.

PERCURSO METODOLÓGICO E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A presente investigação insere-se no campo das pesquisas qualitativas de natureza descritivo-interpretativista, ancoradas no quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, proposta por Eduardo Guimarães (2002; 2018), particularmente no conceito de espaço de enunciação, tomado aqui como espaço político de distribuição desigual das línguas e de seus falantes. Metodologicamente, o estudo articula análise documental, registros institucionais de extensão universitária, relatos de práticas docentes e observação participante desenvolvida pelo próprio pesquisador no contexto de ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas entre os anos de 2018 e 2025.

O corpus desta pesquisa foi constituído a partir de práticas pedagógicas mediadas pela plataforma Duolingo, desenvolvidas em diferentes contextos educacionais e posteriormente institucionalizadas no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso, especificamente nos cursos de Letras/Inglês (Campus Jane Vanini – Cáceres) e Letras/Espanhol – DEAD/UNEMAT.

A primeira experiência identificada nesta investigação remonta aos anos de 2018 e 2019, em práticas de ensino de língua espanhola desenvolvidas com estudantes da educação básica e técnica, nas quais o Duolingo for Schools foi utilizado como ferramenta complementar de aprendizagem e acompanhamento do desempenho discente, inclusive compondo estratégias avaliativas em que parte da nota escolar poderia ser substituída pelo desempenho alcançado na plataforma.

No ano de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19 e da suspensão das atividades presenciais, observa-se a ampliação significativa do uso da plataforma em práticas docentes voltadas ao ensino de língua inglesa na educação básica, tanto pelo pesquisador quanto por docentes parceiros da rede pública e privada, evidenciando novas formas de circulação das línguas mediadas por ambientes digitais.

A partir de 2021, tais experiências passam a integrar ações extensionistas vinculadas institucionalmente à UNEMAT, inicialmente por meio de cursos básicos de língua inglesa e espanhola voltados à comunidade acadêmica e externa, posteriormente consolidados como projetos permanentes de extensão universitária. Entre 2022 e 2025, o uso do Duolingo passa a compor práticas de ensino de Português do Brasil para estrangeiros, cursos de português como segunda língua para povos indígenas, especialmente estudantes Xavante, além de ações voltadas à formação linguística de estudantes provenientes da Bolívia, Venezuela, Cuba, Timor-Leste, diferentes países africanos, estudantes chinesas da pós-graduação e demais sujeitos inseridos na comunidade fronteiriça de Cáceres e região.

Os dados institucionais que compõem esta investigação foram obtidos a partir de registros oficiais de projetos e cursos cadastrados nos sistemas institucionais de extensão da UNEMAT, entre eles Português Brasileiro para Estrangeiros (2024–2026), Curso Básico de Português para comunidade boliviana (2023), Curso básico de português para Xavantes I, II e III (2023–2024), Espanhol para Todos: Construindo Pontes (2024–2026), entre outras ações extensionistas vinculadas ao curso de Letras.

Para fins analíticos, o corpus foi organizado em três eixos complementares:

- a) práticas pedagógicas mediadas pelo Duolingo entre 2018 e 2025;
- b) registros institucionais dos cursos e projetos de extensão desenvolvidos na UNEMAT;
- c) dados relativos aos sujeitos participantes, às línguas em circulação e aos diferentes espaços de enunciação constituídos nesses contextos.

A partir desse conjunto documental e empírico, buscamos observar de que modo o Duolingo, ao ser apropriado em práticas docentes situadas em um espaço multilíngue e fronteiriço, participa da produção, circulação e legitimação de determinadas línguas, ao mesmo tempo em que evidencia processos de visibilidade, invisibilização e distribuição desigual das línguas no espaço digital contemporâneo. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1 – Constituição do corpus (2018–2025)

Período	Contexto	Línguas	Público
2018–2019	Educação básica/técnica	Espanhol	estudantes da educação básica e IFMT
2020	Ensino remoto	Inglês e Espanhol	educação básica
2021	Extensão UNEMAT	Inglês/Espanhol	comunidade acadêmica e externa
2022	Extensão UNEMAT	Português do Brasil	comunidade acadêmica e externa
2022/2023	PLE / L2	Português	Xavantes / bolivianos
2024	Internacionalização	Português	timorenses, chinesas, africanos
2025	Pós-graduação e migrantes	Português	cubanos, venezuelanos, comunidade multilíngue

Fonte: elaboração própria, a partir de documentos institucionais da extensão universitária da Universidade do Estado de Mato Grosso, registros pedagógicos, observação participante e relatórios docentes produzidos no período de 2018 a 2025.

DO USO PEDAGÓGICO À INSTITUCIONALIZAÇÃO: O DUOLINGO NAS PRÁTICAS DOCENTES (2018–2021)

Os primeiros registros do uso da plataforma Duolingo no *corpus* desta pesquisa remontam aos anos de 2018 e 2019, em práticas de ensino de língua espanhola desenvolvidas com estudantes da educação básica e técnica. Nesse período, a plataforma foi utilizada por meio da modalidade *Duolingo for Schools*, permitindo o acompanhamento individualizado do desempenho discente, do tempo de estudo, da regularidade de acesso e do cumprimento das metas propostas em sala de aula.

Em algumas dessas experiências pedagógicas, o desempenho alcançado pelos estudantes na plataforma passou a compor os processos avaliativos da disciplina, possibilitando, inclusive, a substituição parcial de uma das avaliações presenciais mediante o alcance de metas previamente estabelecidas em XP,

sequências de estudo e conclusão de unidades linguísticas. Tal prática desloca o aplicativo de uma posição meramente complementar para uma função efetivamente integrada ao planejamento pedagógico e à avaliação da aprendizagem.

Do ponto de vista enunciativo, esse movimento já mostra um primeiro deslocamento de sentidos: o Duolingo deixa de funcionar apenas como aplicativo de uso individual para passar a ocupar um lugar institucional no processo de ensino, produzindo novos modos de relação entre professor, estudante, língua e avaliação.

No ano de 2020, com a emergência sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 e a reorganização dos processos educativos em ambientes remotos, observa-se a ampliação significativa do uso da plataforma em práticas docentes voltadas ao ensino de língua inglesa na educação básica. Nesse contexto, o Duolingo passa a funcionar não apenas como apoio metodológico, mas como espaço de continuidade pedagógica, permitindo que o ensino de línguas permanecesse em circulação mesmo diante do distanciamento físico.

O DUOLINGO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (2021–2025)

A partir de 2021, as experiências anteriormente desenvolvidas em ambientes escolares passam a integrar ações extensionistas vinculadas à Universidade do Estado de Mato Grosso, inicialmente por meio de cursos básicos de língua inglesa e espanhola ofertados à comunidade acadêmica e externa. Posteriormente, tais ações são institucionalizadas em projetos permanentes de extensão, ampliando significativamente os públicos atendidos e os espaços de circulação das línguas.

Entre os anos de 2022 e 2025, a plataforma passa a compor práticas de ensino de Português do Brasil para estrangeiros, envolvendo estudantes provenientes da Bolívia, Venezuela, Cuba, Timor-Leste, diferentes países africanos, estudantes chinesas da pós-graduação, além de sujeitos da comunidade fronteiriça e estudantes indígenas, especialmente, Xavantes.

Nesse novo espaço, o Duolingo deixa de funcionar exclusivamente como ferramenta de aprendizagem de línguas estrangeiras e passa a participar também da circulação do português do Brasil como língua de acolhimento, integração acadêmica e inserção social.

QUAIS LÍNGUAS PODEM CIRCULAR? O DUOLINGO COMO DISPOSITIVO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA DIGITAL

Entretanto, ao observarmos a organização linguística da plataforma, emerge uma questão central para esta investigação: quais línguas podem circular no espaço digital contemporâneo?

Embora o Duolingo disponibilize cursos de idiomas amplamente legitimados no cenário internacional, como inglês, espanhol, francês, alemão e português, observa-se a ausência de línguas indígenas brasileiras, de línguas de fronteira e de outras materialidades linguísticas constitutivas do espaço multilíngue brasileiro.

No espaço específico da fronteira oeste de Mato Grosso, essa ausência torna-se particularmente significativa. Enquanto línguas como o português e o espanhol ocupam posições institucionalmente reconhecidas e digitalmente representadas, línguas como o A'uwẽ-Xavante, o Chiquitano, o Tikuna e outras línguas indígenas permanecem ausentes da plataforma, produzindo um efeito de invisibilização digital que reproduz, em outros termos, a distribuição desigual das línguas já observada no espaço físico da fronteira.

Nessa direção, compreendemos que o Duolingo não funciona apenas como ferramenta tecnológica de ensino, mas como dispositivo de política linguística digital, produzindo sentidos sobre quais línguas podem ser ensinadas, aprendidas, legitimadas e reconhecidas no espaço digital contemporâneo.

A LÍNGUA DE ENTRADA: QUANDO O ESPAÇO DIGITAL PRESSUPÕE UMA LÍNGUA LEGITIMADA

Ao longo das práticas pedagógicas analisadas, um aspecto recorrente chamou particularmente a atenção: para ingressar na plataforma Duolingo, o usuário precisa, inicialmente, selecionar uma língua de referência/materna, isto é, uma língua a partir da qual realizará todo o percurso de aprendizagem. Embora esse procedimento, do ponto de vista técnico, pareça apenas operacional, do ponto de vista enunciativo ele revela um funcionamento político fundamental: o acesso ao espaço digital de aprendizagem pressupõe que o sujeito já esteja previamente inscrito em uma língua legitimada pela própria plataforma.

Nas experiências desenvolvidas entre 2018 e 2025, observou-se que estudantes da educação básica cuja língua de escolarização e de socialização já era o português do Brasil encontraram relativa facilidade para utilizar a plataforma no ensino de língua espanhola e inglesa, conseguindo acompanhar as atividades propostas, cumprir metas, realizar exercícios e integrar o desempenho na plataforma aos processos avaliativos da disciplina.

Entretanto, o mesmo não se verificou com sujeitos cujas línguas maternas não coincidiam com as línguas previamente legitimadas pelo aplicativo. Durante as práticas desenvolvidas com estudantes indígenas Xavante, estudantes surdos usuários de Libras e outros sujeitos pertencentes a comunidades linguisticamente minoritizadas, observou-se que o acesso à plataforma apresentava obstáculos significativos já no momento inicial de configuração linguística.

No caso específico dos estudantes Xavante, envolvidos em cursos de Português como segunda língua (L2) desenvolvidos no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso, a plataforma não oferecia possibilidades de mediação a partir da língua A'uwẽ-Xavante com tronco linguístico Macro-jê, exigindo que os estudantes partissem de uma língua, no caso, o português, que ainda estava justamente em processo de aprendizagem. Situação semelhante foi observada com estudantes surdos, usuários de Libras, para os quais a ausência de uma língua visual-espacial como língua de entrada produzia dificuldades adicionais no acompanhamento das atividades.

Diante dessas condições, tornou-se necessário o desenvolvimento de estratégias pedagógicas complementares, atividades adaptadas e mediações presenciais específicas, especialmente quando o uso da plataforma compunha parte dos processos avaliativos das disciplinas.

Do ponto de vista da Semântica do Acontecimento, Guimarães (2002) esse funcionamento mostra que o espaço digital não distribui igualmente as línguas nem seus falantes. Ao exigir que o sujeito parta de uma língua previamente reconhecida pelo sistema, a plataforma produz um efeito de inclusão seletiva, favorecendo sujeitos cujas línguas já ocupam posições legitimadas no espaço digital global e, simultaneamente, produzindo dificuldades de acesso para sujeitos falantes de línguas minoritizadas, indígenas, de sinais ou de fronteira.

Nessa direção, o que se apresenta como simples configuração técnica revela-se, na verdade, como um importante mecanismo de política linguística digital, que

determina não apenas quais línguas podem ser aprendidas, mas também a partir de quais línguas se pode aprender.

LÍNGUAS EM CIRCULAÇÃO E LÍNGUAS SILENCIADAS: ANÁLISE DO ESPAÇO DIGITAL DO DUOLINGO

Observemos o seguinte quadro:

Quadro 2 – Línguas - práticas docentes e sua presença na plataforma Duolingo

Língua em no circulação corpus	Presente no Duolingo	Contexto de uso
Português do Brasil	Sim	migrantes, acolhimento pós-graduação,
Espanhol	Sim	educação básica, extensão, fronteira
Inglês	Sim	educação básica, extensão
Francês	Sim	apoio acadêmico
Libras	Não	estudantes surdos
A'uwẽ-Xavante	Não	português como L2
Chiquitano	Não	fronteira
Portuñol	Não	práticas fronteiriças
Mandarim	Parcialmente	estudantes chinesas
Tétum	Não	estudantes timorenses

Fonte: elaboração própria, com base nos registros de práticas docentes, projetos de extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso, observação participante e oferta linguística da plataforma Duolingo (2018–2025).

Ao organizarmos as línguas em circulação nas práticas pedagógicas analisadas e compará-las à oferta linguística disponibilizada pelo Duolingo, torna-se visível um funcionamento político que ultrapassa a dimensão técnica da plataforma. Conforme apresentado no Quadro 2, as línguas de maior circulação internacional, como português, inglês, espanhol e francês, encontram-se plenamente representadas no ambiente digital, possibilitando que seus falantes ingressem no sistema a partir de línguas previamente legitimadas.

Entretanto, quando observamos as línguas que constituem efetivamente o espaço de enunciação da fronteira oeste de Mato Grosso, como o A'uwẽ-Xavante, o Chiquitano, as práticas de portuñol e mesmo a Libras, verificamos sua ausência no espaço digital da plataforma. Tal ausência não se reduz a uma limitação técnica ou mercadológica, mas participa da produção de sentidos sobre quais línguas merecem visibilidade, investimento tecnológico e legitimidade no ambiente digital.

À luz da Semântica do Acontecimento, Guimarães (2002; 2018), compreendemos que essa organização revela um modo particular de distribuição das línguas no espaço digital, no qual determinadas materialidades linguísticas são reconhecidas como línguas de circulação global, enquanto outras permanecem silenciadas, ainda que constituam historicamente os sujeitos e os territórios nos quais essas práticas pedagógicas se realizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, buscamos analisar o funcionamento da plataforma Duolingo a partir da perspectiva da Semântica do Acontecimento, particularmente do conceito de espaço de enunciação, desenvolvido por Guimarães (2002; 2018), em diálogo com Lara (2024), tomando como espaço empírico a fronteira oeste de Mato Grosso e as práticas docentes desenvolvidas entre os anos de 2018 e 2025 no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Os resultados obtidos permitiram observar, inicialmente, que o Duolingo apresenta significativo potencial pedagógico no ensino de línguas, favorecendo práticas de autonomia, regularidade de estudo, acompanhamento individualizado do desempenho discente, gamificação e continuidade da aprendizagem em contextos presenciais, híbridos e remotos. As experiências desenvolvidas com estudantes da educação básica, com a comunidade acadêmica e externa, bem como com sujeitos inseridos em projetos de extensão universitária, evidenciaram que a plataforma pode constituir importante recurso complementar para o ensino de língua inglesa, espanhola e de português do Brasil para estrangeiros.

Entretanto, para além de sua dimensão pedagógica, a análise nos mostra que o funcionamento da plataforma não se apresenta como neutro. Ao organizar previamente as línguas de entrada, selecionar pares linguísticos específicos e disponibilizar cursos predominantemente vinculados a idiomas de circulação global, o Duolingo participa de uma política de distribuição das línguas no espaço digital, produzindo efeitos de visibilidade para determinadas línguas e de silenciamento para outras.

Esse funcionamento torna-se particularmente evidente quando observado a partir de sujeitos cujas línguas maternas não coincidem com aquelas previamente legitimadas pelo sistema, como estudantes indígenas Xavante, usuários de Libras,

falantes de variedades fronteiriças e outros sujeitos pertencentes a comunidades linguisticamente minoritarizadas. Nesses espaços, verificou-se que o acesso à plataforma exige que o sujeito parta de uma língua pluricêntrica, previamente institucionalizada, produzindo aquilo que denominamos, neste estudo, inclusão linguística seletiva no espaço digital.

Ao mesmo tempo, as práticas extensionistas desenvolvidas na fronteira oeste de Mato Grosso demonstraram que a mediação docente pode tensionar parcialmente essa lógica, ressignificando o uso da plataforma em espaços multilíngues e interculturais, especialmente no ensino de português do Brasil para bolivianos, venezuelanos, cubanos, timorenses, estudantes africanos, chineses(as) e povos indígenas.

Dessa forma, argumentamos que o Duolingo não deve ser compreendido apenas como ferramenta tecnológica de ensino, mas como dispositivo de política linguística digital, isto é, como espaço de enunciação que distribui, legitima e hierarquiza determinadas línguas no ambiente digital contemporâneo.

Por fim, as reflexões aqui apresentadas também dialogam com os compromissos assumidos internacionalmente no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que propõe “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Nações Unidas, 2015). Nesse sentido, ao evidenciar tanto as potencialidades pedagógicas quanto os limites linguísticos de plataformas digitais como o Duolingo, este estudo reforça a necessidade de pensar tecnologias educacionais comprometidas não apenas com inovação metodológica, mas também com inclusão linguística, justiça social e diversidade cultural, especialmente em contextos multilíngues, fronteiriços e historicamente marcados pela desigual distribuição das línguas.

Portanto, este estudo abre possibilidades para novas investigações sobre plataformas digitais de ensino de línguas a partir de perspectivas enunciativas, especialmente no que se refere à presença, ou ausência, de línguas indígenas, línguas de sinais, línguas de fronteira e outras materialidades linguísticas historicamente invisibilizadas nos processos contemporâneos de digitalização do ensino.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. A Marca do Nome. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP. N. 9, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. **A palavra**: Forma e Sentido. Campinas: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de textos**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editoras RG, 2011

GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso** (Fase II). 1º Ed. Campinas: Pontes, 2018. Fase 2. P. 153-364.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Brasil Colônia/Império**: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso – um estudo semântico de nomeação. In *Linguagem e Interpretação, a Institucionalização dos dizeres na História*. Editora RG. Campinas, 2013.

LARA, Francineli Cezarina. **Um Brasil sem fronteiras: a língua inglesa no espaço de enunciação de português do Brasil**. Cáceres: Editora Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024. 125 p. Disponível em: <https://unemat.br/site/editora/publicacao/2024-um-brasil-sem-fronteiras> . Acesso em: 7 maio 2026.

LARA, Francineli Cezarina de Almeida. **A relação das línguas portuguesa e espanhola no espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil na fronteira oeste de Mato Grosso**. 2024. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidad Complutense de Madrid; Universidade do Estado de Mato Grosso, Madrid/Cáceres, 2024.

PEREIRA, José Gabriel Martins. **Estatuária urbana, espaços de enunciação e sentidos** Cáceres: Editora Universidade do Estado de Mato Grosso, 2025. 98 p. Disponível em: <https://unemat.br/site/editora/publicacao/2025-estatuaria-urbana-espaco-de-enunciacao-e-sentidos>. Acesso em: 7 maio 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PLANEJAMENTO E QUALIDADE DE VIDA NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA (PPA) DO IFCE

 DOI: 10.5281/zenodo.20950113

Ana Lúcia de Oliveira Araújo

Mestra em Teologia pela Faculdades EST- RS, especialista em psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba(UFPB), psicóloga pela UFPB, gestalt-terapeuta pelo Centro Gestáltico de Fortaleza(CGF). E-mail: ana.oliveira@ifce.edu.br

Jorge Luiz Chaves Bandeira

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Mossoró. E-mail: jorge.bandeira@escolar.ifrn.edu.br.

RESUMO

O presente artigo analisa o Projeto de Preparação para a Aposentadoria (PPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), intitulado “Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções”, compreendendo-o como uma estratégia institucional voltada ao planejamento, à qualidade de vida e ao cuidado com servidores em fase de transição para a aposentadoria. A pesquisa justifica-se pela relevância de programas que ultrapassem a dimensão burocrática e previdenciária do desligamento laboral, considerando os impactos físicos, psicológicos, sociais, familiares e financeiros que envolvem a passagem da vida ativa para a condição de aposentado. O objetivo geral é analisar de que forma o PPA contribui para a reflexão dos servidores sobre essa nova etapa da vida, favorecendo a construção de novos projetos pessoais, sociais e profissionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, fundamentada em análise documental do projeto institucional do IFCE e em revisão bibliográfica sobre aposentadoria, envelhecimento ativo, qualidade de vida e preparação para o pós-carreira. O projeto avaliado contempla servidores que se encontram a até cinco anos da aposentadoria ou em abono de permanência, propondo encontros mensais, rodas de conversa, oficinas, vivências e atividades formativas sobre saúde física, doenças crônicas, nutrição, aspectos psicológicos, legislação, planejamento financeiro, empreendedorismo, voluntariado e vínculos afetivos. Os resultados indicam que o

PPA representa uma prática relevante de valorização do servidor público, pois estimula o planejamento da aposentadoria como processo gradual, consciente e humanizado. Conclui-se que a iniciativa fortalece a política de atenção à saúde do servidor e contribui para ressignificar a aposentadoria como um novo tempo de vida, embora demande acompanhamento sistemático e avaliação de seus impactos.

Palavras-chave: Aposentadoria. Servidor Público. Qualidade de Vida. Planejamento. IFCE.

ABSTRACT

This article analyzes the Retirement Preparation Project (PPA) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), entitled “Preparation for a New Time of Life: Challenges and Constructions”, understanding it as an institutional strategy aimed at planning, quality of life and care for public servants transitioning into retirement. The study is justified by the relevance of programs that go beyond the bureaucratic and social security dimensions of retirement, considering the physical, psychological, social, family and financial impacts involved in the transition from active working life to retirement. The general objective is to analyze how the PPA contributes to public servants’ reflection on this new stage of life, favoring the construction of new personal, social and professional projects. Methodologically, this is a qualitative and descriptive study, based on documentary analysis of the IFCE institutional project and on a bibliographic review about retirement, active aging, quality of life and post-career preparation. The project evaluated includes public servants who are up to five years away from retirement or who receive a permanence allowance, proposing monthly meetings, conversation circles, workshops, experiential activities and training sessions on physical health, chronic diseases, nutrition, psychological aspects, legislation, financial planning, entrepreneurship, volunteering and affective bonds. The results indicate that the PPA represents a relevant practice of valuing public servants, as it encourages retirement planning as a gradual, conscious and humanized process. It is concluded that the initiative strengthens the policy of attention to public servants’ health and contributes to reframing retirement as a new time of life, although it requires systematic monitoring and assessment of its impacts.

Keywords: Retirement. Public Servant. Quality of Life. Planning. IFCE.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem provocado mudanças significativas nas relações sociais, nas políticas públicas e nas formas de organização do trabalho. No Brasil, esse fenômeno exige que as instituições públicas ampliem sua compreensão sobre a trajetória laboral dos servidores, especialmente no momento de transição para a aposentadoria. Essa fase não pode ser reduzida a um ato administrativo ou previdenciário, pois envolve dimensões emocionais, familiares, financeiras, identitárias e sociais. Nesse sentido, a aposentadoria deve ser analisada como um processo de reorganização da vida, no qual o trabalhador precisa ressignificar sua

rotina, seus vínculos e seus projetos pessoais após anos de inserção no mundo do trabalho (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

No serviço público, essa discussão assume contornos específicos, uma vez que muitos servidores constroem longas trajetórias profissionais dentro de uma mesma instituição, desenvolvendo vínculos de pertencimento, reconhecimento e identidade com o espaço laboral. Para esses trabalhadores, o afastamento das atividades pode gerar sentimentos ambíguos, envolvendo alívio, expectativa, insegurança, medo da perda de função social e preocupação com a qualidade de vida no período pós-carreira. Assim, a preparação para a aposentadoria torna-se uma estratégia relevante de cuidado institucional, pois permite que o servidor reflita sobre essa transição antes que ela ocorra de forma abrupta ou desorganizada (FRANÇA, 2009).

A legislação brasileira reconhece a importância dessa preparação. A Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842/1994, estabelece diretrizes voltadas à garantia da autonomia, integração e participação da pessoa idosa na sociedade. De modo complementar, o Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 10.741/2003, prevê que o poder público deve criar e estimular programas de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio de ações que favoreçam novos projetos sociais e esclareçam direitos sociais e de cidadania (BRASIL, 1994; BRASIL, 2003). Dessa forma, os Programas de Preparação para Aposentadoria não são apenas iniciativas pontuais de gestão de pessoas, mas expressões de uma responsabilidade pública voltada à promoção da dignidade, da saúde e da participação social.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) desenvolveu o Projeto de Preparação para a Aposentadoria, intitulado “Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções”. A proposta tem como objetivo geral promover a reflexão sobre a fase de transição da condição de servidor público para aposentado, contemplando servidores que estejam a até cinco anos da aposentadoria ou que se encontrem em abono de permanência. O projeto prevê encontros mensais, rodas de conversa, oficinas, atividades práticas e vivências voltadas à qualidade de vida, aos aspectos psicológicos, à saúde física, ao planejamento financeiro, à legislação previdenciária, ao empreendedorismo, ao voluntariado e à formação de vínculos afetivos (IFCE, 2025).

A relevância do projeto está em compreender que a aposentadoria não representa apenas o encerramento de uma carreira, mas a abertura de uma nova etapa que demanda planejamento e suporte. Para a Organização Mundial da Saúde, o envelhecimento ativo pressupõe a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005). Nessa perspectiva, ações institucionais voltadas ao planejamento da aposentadoria podem contribuir para prevenir o isolamento social, estimular o autocuidado, fortalecer redes de apoio e ampliar as possibilidades de participação do servidor em novos projetos de vida.

A literatura aponta que programas dessa natureza favorecem a reflexão sobre o futuro, a reorganização da rotina e a construção de alternativas para o período pós-trabalho. Estudos sobre preparação para aposentadoria indicam que intervenções educativas, rodas de conversa, oficinas e atividades de orientação podem auxiliar trabalhadores a lidar melhor com mudanças de identidade, vínculos sociais, tempo livre, saúde e finanças (MURTA et al., 2014; PAZZIM; MARIN, 2016). Desse modo, o PPA do IFCE insere-se em uma perspectiva de cuidado ampliado, pois não se limita a informar o servidor sobre regras previdenciárias, mas propõe uma abordagem multidimensional da aposentadoria.

Diante disso, o presente artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma o Projeto de Preparação para a Aposentadoria do IFCE contribui para o planejamento, a qualidade de vida e a construção de novos projetos de vida dos servidores públicos em fase de transição para a aposentadoria? Parte-se do entendimento de que a aposentadoria, quando planejada institucionalmente, pode ser vivenciada de modo mais consciente, saudável e participativo, reduzindo inseguranças e favorecendo a ressignificação da trajetória profissional (SEIDL; LEANDRO-FRANÇA; MURTA, 2018).

O objetivo geral deste estudo é analisar o Projeto de Preparação para a Aposentadoria do IFCE como estratégia institucional de promoção do planejamento e da qualidade de vida no serviço público. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos legais e teóricos que sustentam os Programas de Preparação para Aposentadoria; identificar os principais eixos temáticos presentes no projeto desenvolvido pelo IFCE; e discutir de que maneira suas ações podem

contribuir para a valorização do servidor e para a construção de novos sentidos no período pós-carreira.

Metodologicamente, o artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, fundamentada em análise documental e revisão bibliográfica. A análise documental toma como base o projeto institucional do IFCE, enquanto a revisão teórica dialoga com estudos sobre aposentadoria, envelhecimento ativo, qualidade de vida, trabalho, identidade e preparação para o pós-carreira. Para o tratamento das informações, considera-se a análise de conteúdo, por permitir a organização dos dados em eixos temáticos interpretativos, favorecendo a compreensão crítica do objeto estudado (BARDIN, 2016).

O artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica, abordando a aposentadoria, o envelhecimento ativo, o significado do trabalho e os Programas de Preparação para Aposentadoria. Em seguida, descreve-se a metodologia da pesquisa. Posteriormente, desenvolve-se a análise dos dados e a discussão do projeto do IFCE, considerando seus objetivos, público-alvo, metodologia e eixos formativos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as contribuições, limites e possibilidades de aprimoramento da iniciativa institucional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A aposentadoria como transição psicossocial

A aposentadoria constitui uma das transições mais significativas da vida adulta, pois altera não apenas a condição funcional do trabalhador, mas também sua rotina, seus vínculos sociais, sua percepção de utilidade e a forma como organiza o próprio tempo. Durante grande parte da vida, o trabalho ocupa lugar central na construção da identidade individual e coletiva, funcionando como espaço de reconhecimento, pertencimento, produção de sentido e participação social. Por isso, quando a aposentadoria se aproxima, o trabalhador pode vivenciar sentimentos contraditórios, como expectativa de descanso, desejo de liberdade, insegurança financeira, medo do isolamento e receio de perda de importância social (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

No serviço público, essa transição pode adquirir contornos ainda mais sensíveis, uma vez que muitos servidores constroem longas trajetórias em uma

mesma instituição, estabelecendo vínculos afetivos, profissionais e simbólicos com o ambiente de trabalho. A saída da vida laboral, portanto, não significa apenas deixar de cumprir uma carga horária ou encerrar um vínculo administrativo, mas reorganizar um modo de existência estruturado por responsabilidades, relações e reconhecimento institucional. Nesse sentido, França (2009) afirma que a preparação para a aposentadoria deve ser compreendida como parte da educação ao longo da vida, pois envolve escolhas, reorganizações e aprendizagem para uma nova etapa existencial.

A literatura aponta que a ausência de preparação pode dificultar a adaptação ao período pós-carreira. Entre os principais desafios estão a perda da identidade profissional, a redução dos contatos sociais, a reorganização da convivência familiar, a administração do tempo livre e a necessidade de construção de novos objetivos pessoais. Por essa razão, os Programas de Preparação para Aposentadoria tornam-se relevantes, pois favorecem a reflexão antecipada sobre essa etapa e auxiliam o trabalhador a elaborar projetos de vida que ultrapassem o espaço ocupacional (PAZZIM; MARIN, 2016).

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva de que a aposentadoria deve ser analisada como uma transição biopsicossocial complexa, que exige preparação técnica e emocional, e não apenas como o encerramento de um vínculo jurídico-administrativo. Desse modo, a análise do PPA do IFCE precisa considerar que o desligamento do servidor público envolve aspectos objetivos, como regras previdenciárias, e aspectos subjetivos, como pertencimento institucional, identidade profissional, saúde mental e construção de novos sentidos para a vida (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

A aposentadoria, quando compreendida de forma ampliada, não deve ser interpretada como sinônimo de encerramento da produtividade ou de afastamento da participação social. Pelo contrário, pode representar uma oportunidade de reorganização da vida, fortalecimento de vínculos, cuidado com a saúde, envolvimento comunitário, estudo, lazer, voluntariado e desenvolvimento de novas habilidades. Essa mudança de perspectiva é fundamental para combater visões estigmatizadas sobre o envelhecimento e sobre o sujeito aposentado, frequentemente associado à inatividade ou à dependência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

Nesse sentido, Zanelli, Silva e Soares (2010) destacam que a preparação para a aposentadoria deve possibilitar ao trabalhador refletir sobre sua história, seus

vínculos e seus projetos futuros. Essa perspectiva é coerente com o Projeto de Preparação para a Aposentadoria do IFCE, que busca promover a reflexão sobre a fase de transição da condição de servidor público para aposentado e estimular a elaboração de projeto de vida e novas fontes de realização (IFCE, 2025).

A aposentadoria precisa ser compreendida como uma etapa de transição que envolve mudanças na identidade, nos vínculos sociais e na organização cotidiana da vida. Quando não há planejamento, o afastamento do trabalho pode ser acompanhado por sentimentos de insegurança, perda de referência e dificuldade de construção de novos papéis sociais (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

A citação acima reforça que a aposentadoria não é uma ruptura simples, mas um processo de reorganização subjetiva e social. Por isso, programas institucionais como o PPA do IFCE assumem relevância ao criar espaços de escuta, orientação e planejamento, permitindo que o servidor compreenda a aposentadoria não como fim de sua utilidade social, mas como possibilidade de reconstrução de trajetórias (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Envelhecimento ativo e qualidade de vida

O conceito de envelhecimento ativo contribui diretamente para a compreensão da aposentadoria como etapa de continuidade da vida social. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2005), envelhecer ativamente significa otimizar oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem. Essa concepção amplia o olhar sobre a velhice, deslocando a atenção exclusiva sobre doenças ou perdas funcionais para uma perspectiva que valoriza autonomia, participação social, proteção, cuidado e protagonismo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

A Organização Mundial da Saúde define envelhecimento ativo como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005, p. 13). Essa definição sustenta a compreensão de que a aposentadoria precisa ser acompanhada por ações que estimulem a autonomia, a convivência social e o cuidado integral com o sujeito.

Nessa direção, programas institucionais voltados à preparação para a aposentadoria devem contemplar diferentes dimensões da vida do trabalhador. A

qualidade de vida no período pós-carreira não depende apenas da renda ou do acesso ao benefício previdenciário, embora esses elementos sejam importantes. Ela envolve também saúde física, equilíbrio emocional, relações familiares, redes de apoio, participação comunitária, segurança, lazer e sentido existencial. Por isso, ações educativas e reflexivas podem auxiliar os servidores a identificar riscos, possibilidades e estratégias de adaptação para essa nova fase (MARTINS; BORGES, 2017).

O projeto “Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções”, desenvolvido no IFCE, aproxima-se dessa compreensão ao propor encontros sobre qualidade de vida no aspecto físico, doenças crônicas, aspectos nutricionais, aspectos psicológicos, planejamento financeiro, legislação, fisioterapia, voluntariado, empreendedorismo e formação de grupos de referência afetiva. Esses temas demonstram que a proposta não restringe a aposentadoria ao campo jurídico-previdenciário, mas a compreende como processo multidimensional, atravessado por cuidados com o corpo, a mente, as finanças e os vínculos sociais (IFCE, 2025).

A presença desses eixos evidencia a importância de uma abordagem interdisciplinar. A aposentadoria envolve questões que não podem ser respondidas por uma única área do conhecimento, pois exige diálogo entre gestão de pessoas, saúde, psicologia, serviço social, educação financeira, direito previdenciário e políticas públicas de envelhecimento. Nesse sentido, programas de preparação para aposentadoria devem ser planejados como espaços de escuta, orientação e construção coletiva, permitindo que os participantes compartilhem experiências, medos, expectativas e estratégias para o futuro (MURTA et al., 2014).

O envelhecimento ativo aplica-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais. Permite que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades; ao mesmo tempo, propicia proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005, p. 13).

Essa citação permite compreender que o envelhecimento ativo não se limita ao controle de doenças, mas envolve participação social, autonomia e proteção. No caso do PPA do IFCE, essa perspectiva aparece quando o projeto inclui atividades sobre saúde, finanças, vínculos afetivos, voluntariado e novos projetos de vida. Assim, o programa se aproxima de uma concepção ampliada de qualidade de vida, voltada não

somente à aposentadoria legal, mas à continuidade da participação social do servidor (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

Programas de Preparação para Aposentadoria e cuidado institucional

Os Programas de Preparação para Aposentadoria surgem como instrumentos de cuidado institucional e de valorização dos trabalhadores. Sua finalidade é favorecer a reflexão sobre a transição para o pós-carreira, oferecendo informações, atividades formativas e espaços de diálogo sobre mudanças que acompanham essa etapa. Mais do que preparar o trabalhador para deixar o serviço ativo, esses programas colaboram para que ele reconheça sua trajetória, planeje novos caminhos e compreenda a aposentadoria como uma fase possível de realização pessoal e social (RODRIGUES et al., 2005).

No campo organizacional, a preparação para a aposentadoria também possui relevância estratégica. Ao apoiar o servidor em processo de desligamento, a instituição demonstra reconhecimento pela trajetória profissional construída e fortalece uma cultura de cuidado com as pessoas. Além disso, programas dessa natureza podem contribuir para a gestão do conhecimento, uma vez que servidores próximos da aposentadoria acumulam experiências, memórias institucionais e saberes práticos importantes para a continuidade das atividades organizacionais (ANTUNES; SOARES; SILVA, 2015).

Essa compreensão permite afirmar que o PPA não deve ser compreendido apenas como obrigação legal, mas como política de valorização do capital humano, pois o servidor leva consigo um repertório significativo de conhecimentos e experiências construídas ao longo da carreira. Portanto, a fundamentação teórica precisa sustentar essa análise, mostrando que o PPA tem valor tanto para o sujeito que se aposenta quanto para a instituição que preserva sua memória organizacional (ANTUNES; SOARES; SILVA, 2015).

No caso do serviço público, esse cuidado adquire uma dimensão ética e legal. O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que:

O poder público criará e estimulará programas de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania (BRASIL, 2003, art. 28).

A previsão legal demonstra que a preparação para aposentadoria não é uma ação secundária ou meramente facultativa, mas um compromisso público com a dignidade do trabalhador que envelhece. Ao assumir esse compromisso, a instituição contribui para que a aposentadoria seja planejada de maneira informada, participativa e socialmente integrada (BRASIL, 2003).

A Política Nacional do Idoso também reforça essa perspectiva ao estabelecer como finalidade assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Assim, programas como o PPA do IFCE dialogam com políticas públicas mais amplas e reafirmam o papel do Estado na promoção de envelhecimento digno, saudável e participativo (BRASIL, 1994).

Dessa forma, o PPA do IFCE pode ser compreendido como uma ação institucional coerente com as diretrizes legais e com as discussões contemporâneas sobre envelhecimento ativo. O projeto define como objetivo geral promover a reflexão sobre a transição da condição de servidor público para aposentado e estabelece como objetivos específicos estimular a elaboração de projeto de vida, fortalecer o planejamento futuro e transmitir informações que auxiliem na manutenção da qualidade de vida (IFCE, 2025).

Esses objetivos evidenciam uma preocupação com a preparação subjetiva, social e prática do servidor para a aposentadoria. Ao propor encontros mensais, rodas de conversa, oficinas, filmes, atividades práticas, relaxamento, meditação e atividade externa, o projeto demonstra uma metodologia participativa e acolhedora, coerente com a ideia de que a aposentadoria deve ser planejada de modo gradual, coletivo e humanizado (IFCE, 2025).

Trabalho, identidade e novos projetos de vida

O trabalho ocupa papel fundamental na constituição da identidade humana. Por meio dele, o sujeito organiza sua rotina, estabelece relações, constrói reconhecimento social e atribui sentido à própria trajetória. Por isso, a aposentadoria pode provocar uma ruptura simbólica importante, especialmente quando o trabalhador não desenvolveu outros espaços de pertencimento fora do ambiente profissional. A saída do trabalho, nesse caso, pode gerar sensação de vazio, perda de referência e dificuldade para reorganizar o cotidiano (BRESSAN, 2011).

Essa compreensão é especialmente relevante quando se trata de servidores vinculados a instituições de ensino, como os Institutos Federais. Docentes e técnicos-administrativos participam da construção cotidiana da vida institucional, desenvolvendo relações com estudantes, colegas, setores, projetos, políticas e memórias organizacionais. Ao se aproximar da aposentadoria, esses sujeitos não encerram apenas uma função, mas se afastam de um espaço no qual, muitas vezes, construíram parte expressiva de sua identidade profissional e social (BRESSAN, 2011).

Bressan (2011) observa que o trabalho se apresenta como elemento estruturante da vida social e pessoal, o que permite compreender por que sua interrupção pode provocar impactos subjetivos importantes. No contexto do IFCE, essa discussão é essencial, pois o servidor em fase de aposentadoria pode enfrentar não apenas dúvidas previdenciárias, mas também questionamentos sobre pertencimento, reconhecimento, rotina e continuidade de sua participação social (BRESSAN, 2011).

Por isso, a preparação para a aposentadoria deve estimular a construção de novos projetos de vida. Esses projetos não precisam reproduzir a lógica produtivista do trabalho formal, mas devem permitir ao sujeito reconhecer desejos, interesses, possibilidades e formas de participação que deem sentido ao tempo pós-carreira. Atividades culturais, educativas, familiares, comunitárias, espirituais, esportivas, empreendedoras ou voluntárias podem funcionar como caminhos de reorganização da vida e de fortalecimento da autonomia (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

O projeto do IFCE dialoga com essa perspectiva ao propor temas como empreendedorismo, voluntariado, grupos de referência afetiva e atividade externa escolhida pelo próprio grupo. Essas ações favorecem o protagonismo dos participantes, pois não tratam o servidor apenas como alguém que receberá informações, mas como sujeito capaz de escolher, planejar e construir novos modos de viver (IFCE, 2025).

A dimensão coletiva das rodas de conversa também contribui para que a aposentadoria deixe de ser percebida como experiência solitária e passe a ser compartilhada com outros servidores que vivenciam questões semelhantes. Essa estratégia é relevante porque amplia a escuta, fortalece vínculos e possibilita que os participantes reconheçam medos e expectativas comuns no processo de transição para a aposentadoria (MURTA et al., 2014).

O afastamento do trabalho, quando não acompanhado de reflexão e planejamento, pode favorecer sentimentos de inutilidade, perda de referências sociais e dificuldade de adaptação à nova rotina. Por outro lado, quando o sujeito é estimulado a reconhecer sua trajetória e a construir projetos para o futuro, a aposentadoria pode ser vivenciada como continuidade da vida ativa, ainda que em outros espaços e com outros sentidos (BRESSAN, 2011).

Essa leitura fortalece a proposta do artigo, pois a aposentadoria precisa ser vista como evento multidimensional, envolvendo reconfiguração do tempo, das relações familiares, da saúde e do protagonismo social do servidor. Portanto, a análise do PPA do IFCE deve evidenciar que a preparação para aposentadoria é mais do que uma orientação pontual: trata-se de uma estratégia de cuidado, reconhecimento e reconstrução de projetos de vida (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Assim, a fundamentação teórica deste artigo permite compreender que a aposentadoria é um processo complexo, que envolve dimensões legais, sociais, emocionais, financeiras, familiares e institucionais. Quando planejada por meio de programas estruturados, pode tornar-se uma etapa de continuidade, reinvenção e participação, e não apenas de afastamento do trabalho. Nesse sentido, analisar o PPA do IFCE significa investigar uma prática institucional que busca transformar a aposentadoria em um novo tempo de vida, marcado por reflexão, cuidado, planejamento e valorização da trajetória do servidor público (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005; IFCE, 2025).

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e documental, tendo como objeto de análise o Projeto de Preparação para a Aposentadoria (PPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), intitulado “Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções”. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a compreensão dos sentidos, objetivos e estratégias institucionais presentes no projeto, considerando a aposentadoria como fenômeno social, subjetivo e organizacional (MINAYO, 2014).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca apresentar e analisar as características do PPA, especialmente seus objetivos, público-alvo, metodologia, temas trabalhados e forma de acompanhamento. Segundo

Gil (2019), a pesquisa descritiva é adequada quando se pretende estudar as características de determinado fenômeno, população ou experiência institucional.

A fonte principal da investigação foi o documento institucional do PPA do IFCE, no qual são apresentados o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa, o público-alvo, a metodologia, os recursos necessários e os temas dos encontros. Além disso, foi realizada revisão bibliográfica com base em livros, artigos científicos, leis e documentos oficiais sobre aposentadoria, envelhecimento ativo, qualidade de vida, trabalho, identidade profissional e Programas de Preparação para Aposentadoria.

Para a interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), por possibilitar a organização das informações em categorias temáticas. A análise foi estruturada a partir dos seguintes eixos: aposentadoria como transição psicossocial; qualidade de vida e envelhecimento ativo; planejamento financeiro e legislação; vínculos sociais, voluntariado e novos projetos de vida; e limites e potencialidades do projeto.

Ressalta-se que o estudo não realizou entrevistas ou aplicação de questionários com os participantes do programa, limitando-se à análise documental e bibliográfica. Ainda assim, esse procedimento permitiu compreender a coerência interna do PPA, sua relação com a legislação e seu potencial como estratégia institucional de cuidado, planejamento e valorização do servidor público em fase de aposentadoria.

ANÁLISE DE DADOSE DISCUSSÃO

A análise do Projeto de Preparação para a Aposentadoria (PPA) do IFCE, intitulado “Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções”, evidencia que a proposta institucional compreende a aposentadoria como uma etapa de transição que exige planejamento, acolhimento e orientação. O público-alvo definido pelo projeto, composto por servidores que estão a até cinco anos da aposentadoria ou em abono de permanência, demonstra a intenção de iniciar esse processo antes do desligamento funcional, evitando que a aposentadoria seja tratada apenas como procedimento administrativo (IFCE, 2025).

O projeto apresenta coerência entre seus objetivos e suas ações metodológicas. Ao propor encontros mensais, rodas de conversa, oficinas, vivências, atividades práticas, filmes, relaxamento, meditação e atividade externa, o PPA cria um

espaço de escuta e participação coletiva. Essa metodologia contribui para que os servidores compartilhem expectativas, medos e experiências, favorecendo a construção de uma visão menos solitária e mais planejada sobre a aposentadoria. Essa perspectiva se aproxima dos estudos de Murta et al. (2014), que destacam a importância de estratégias participativas em programas de preparação para aposentadoria.

Os temas previstos no projeto revelam uma abordagem multidimensional da aposentadoria. A inclusão de assuntos como qualidade de vida, doenças crônicas, nutrição, aspectos psicológicos, fisioterapia, planejamento financeiro, legislação, empreendedorismo, voluntariado e formação de grupos afetivos demonstra que o IFCE reconhece a aposentadoria como processo que envolve saúde física e mental, vínculos sociais, segurança econômica e novos projetos de vida (IFCE, 2025). Essa organização dialoga com a perspectiva de envelhecimento ativo, que valoriza saúde, participação, segurança e qualidade de vida ao longo do envelhecimento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005).

Outro ponto relevante é que o PPA contribui para ressignificar a trajetória do servidor público. Ao estimular a elaboração de um projeto de vida e novas fontes de realização, o programa evita que a aposentadoria seja percebida apenas como perda de função ou encerramento da produtividade. Pelo contrário, favorece a compreensão dessa etapa como possibilidade de reorganização pessoal, familiar e social. Para Zanelli, Silva e Soares (2010), a preparação para aposentadoria deve auxiliar o trabalhador a refletir sobre sua identidade, seus vínculos e suas possibilidades de atuação no período pós-carreira.

Do ponto de vista legal, a iniciativa também se mostra pertinente, pois se articula ao Estatuto da Pessoa Idosa, que prevê o estímulo a programas de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria com antecedência mínima de um ano (BRASIL, 2003). Assim, o PPA do IFCE não se limita a uma ação isolada de gestão de pessoas, mas se aproxima de uma política institucional de cuidado, valorização e promoção da qualidade de vida do servidor.

Apesar das contribuições identificadas, observa-se como limitação a pouca explicitação dos mecanismos de avaliação. O projeto informa que será avaliado ao final da execução, mas não detalha indicadores, instrumentos ou critérios para verificar os impactos na vida dos participantes. Essa ausência dificulta mensurar mudanças relacionadas ao planejamento financeiro, saúde, vínculos sociais, bem-

estar psicológico e construção de novos projetos de vida. Conforme Seidl, Leandro-França e Murta (2018), a avaliação sistemática é fundamental para compreender a efetividade dos programas de preparação para aposentadoria.

Outro aspecto que merece atenção refere-se à ampliação do acesso. Considerando que o IFCE possui diferentes campi e realidades regionais, a concentração das atividades em um único espaço pode limitar a participação de servidores lotados em unidades distantes. Estratégias híbridas, encontros virtuais ou turmas descentralizadas poderiam ampliar o alcance do programa e fortalecer sua continuidade institucional (IFCE, 2025).

Portanto, a análise permite afirmar que o PPA do IFCE apresenta relevante potencial como estratégia de planejamento e qualidade de vida no serviço público. Seu maior mérito está em tratar a aposentadoria como processo humano, social e institucional, e não apenas como etapa burocrática da carreira. Contudo, para fortalecer sua efetividade, recomenda-se aprimorar os instrumentos de avaliação, ampliar o acesso aos diferentes campi e consolidar o programa como ação permanente de cuidado com os servidores em fase de transição para a aposentadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o Projeto de Preparação para a Aposentadoria (PPA) do IFCE, intitulado “Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções”, compreendendo-o como uma estratégia institucional voltada ao planejamento, à qualidade de vida e à valorização do servidor público em fase de transição para a aposentadoria.

A análise permitiu compreender que a aposentadoria não deve ser tratada apenas como encerramento do vínculo funcional ou como procedimento previdenciário, mas como um processo que envolve mudanças na rotina, na identidade profissional, nos vínculos sociais, na saúde física e mental, na organização financeira e nos projetos pessoais. Nesse sentido, o PPA do IFCE apresenta contribuição relevante ao propor espaços de reflexão, acolhimento e orientação para servidores que se encontram próximos da aposentadoria ou em abono de permanência.

Observou-se que o projeto possui uma proposta coerente com a perspectiva de envelhecimento ativo e com as políticas públicas voltadas à pessoa idosa,

especialmente por trabalhar temas como qualidade de vida, saúde, aspectos psicológicos, planejamento financeiro, legislação, voluntariado, empreendedorismo e formação de vínculos afetivos. Esses eixos demonstram que o programa compreende a aposentadoria de forma multidimensional, considerando não apenas os direitos previdenciários, mas também as necessidades humanas, sociais e emocionais dos servidores.

Também se verificou que a metodologia baseada em rodas de conversa, oficinas, vivências, filmes, atividades práticas e momentos de relaxamento favorece uma participação mais ativa dos servidores. Essa organização torna o programa mais humanizado, pois permite que os participantes compartilhem experiências, dúvidas e expectativas sobre o futuro, construindo coletivamente novos sentidos para o período pós-carreira.

Como limite, identificou-se a necessidade de maior detalhamento dos instrumentos de avaliação do projeto. Embora o documento indique que haverá avaliação ao final da execução, não apresenta indicadores específicos para medir os impactos do PPA na vida dos participantes. Além disso, considerando a existência de diferentes campi do IFCE, a ampliação do programa para outras unidades poderia favorecer maior alcance institucional e democratizar o acesso dos servidores à preparação para aposentadoria.

Conclui-se que o PPA do IFCE representa uma iniciativa importante de cuidado e valorização do servidor público, pois contribui para ressignificar a aposentadoria como um novo tempo de vida, marcado por planejamento, autonomia, participação social e qualidade de vida. Portanto, sua continuidade, ampliação e avaliação sistemática podem fortalecer a política institucional de gestão de pessoas, tornando a preparação para aposentadoria uma ação permanente e estratégica no serviço público.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Marcos Henrique; SOARES, Dulce Helena Penna; SILVA, Narbal. Orientação para aposentadoria nas organizações: histórico, gestão de pessoas e indicadores para uma possível associação com a gestão do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 43-63, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19114>. Acesso em: 21 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm . Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm . Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm . Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741compilado.htm . Acesso em: 21 maio 2026.

BRESSAN, Maria Alice Lopes Coelho. **A significação do trabalho e da aposentadoria: o caso dos servidores da Universidade Federal de Viçosa**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/d8f737d9-aec8-43e9-a2e1-992c6430ed94> . Acesso em: 21 maio 2026.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; SOARES, Dulce Helena Penna. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PSPnS6JFDmX453bF6ZDtR9d/>. Acesso em: 21 maio 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Projeto Preparação para um novo tempo de vida: desafios e construções**. Fortaleza: IFCE, 2025.

MARTINS, Lusineide Ferreira; BORGES, Elisa Silva. Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 55-68, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v18i3.1496>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MURTA, Sheila Giardini et al. Preparação para a aposentadoria: implantação e avaliação do programa Viva Mais! **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 1-9, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100001>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf . Acesso em: 21 maio 2026.


PAZZIM, Tanise Amália; MARIN, Angela Helena. Programas de Preparação para Aposentadoria: revisão sistemática da literatura nacional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 91-101, jan./jun. 2016. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v17n1/10.pdf> . Acesso em: 21 maio 2026.

RODRIGUES, Milena; AYABE, Noelle Harumi; LUNARDELLI, Maria Cristina Frollini; CANÊO, Luiz Carlos. A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 53-62, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v6n1/v6n1a06.pdf> . Acesso em: 21 maio 2026.

SEIDL, Juliana; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila Giardini. Avaliação de impacto e suporte de um curso de preparação para aposentadoria. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, DF, v. 18, n. 4, p. 494-502, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17652/rpot/2018.4.14732>.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ENTRE A FALA E O SILÊNCIO: ORALIDADE, AFETOS FERIDOS E CURA NA ESCRITA DE MULHERES NEGRAS

 DOI: 10.5281/zenodo.20950149

Fernanda Fialho Nogueira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDUF) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: nanda_vilapdi@hotmail.com

Iara de Oliveira e Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista FAPESB.

E-mail: iaraoliveiraeoliveira@gmail.com

Fausta Porto Couto

Pesquisadora Doutora e Professora Adjunta do Departamento de Educação, Campus XII Guanambi, da Universidade do Estado da Bahia(UNEB). Professora colaboradora dos programas de pós-graduação PPGELS, Campus VI Caetité, e

PPGEDUF, Campus XII Guanambi. E-mail: fcouto@uneb.br

RESUMO

Este estudo investiga como a oralidade é mobilizada por autoras negras na literatura afro-brasileira como um recurso para expressar afetos feridos e elaborar experiências de cura diante das marcas do racismo e do sexismo. A pesquisa parte do entendimento de que a literatura é uma prática social e um espaço de reivindicação, fundamental para confrontar os apagamentos históricos e restituir as memórias e identidades de grupos subalternizados. Ela reconhece “que a arte, ao imitar a vida, tem o poder de nos enlevar e elevar” declara Trinchão (s.d.). Nesse panorama, a escrita de mulheres negras emerge como um gesto político e afetivo, desafiando os silenciamentos e oferecendo novas formas de narrar o mundo. Essas narrativas utilizam a oralidade como recurso estético e político para evocar dores individuais e coletivas, transformando a literatura em um espaço de memória, denúncia e cura. A oralidade é destacada como um elemento essencial para a preservação da memória e a resistência cultural, conforme pontua Gonzalez (1984). Além disso, o conceito de “escrevivências” de Conceição Evaristo (2014) revela como o “grito” das mulheres negras transforma memórias individuais em coletivas, e como a narrativa oral reforça

essa dimensão partilhada da existência. O objetivo central deste estudo é compreender como a escrita de Fátima Trinchão mobiliza a oralidade como recurso estético e político para expressar afetos feridos e elaborar processos de cura identitária e coletiva. Fátima Trinchão, natural de Euclides da Cunha (Bahia) e formada em Letras Vernáculas com Francês, demonstra uma profunda admiração pelas artes e acredita no poder transformador da literatura para eliminar fronteiras e promover a conscientização sobre o respeito à vida e ao planeta. Sua ligação com a literatura, incentivada desde a infância, consolidou-se através de poemas, contos e crônicas. Sua própria declaração, "partilho com você o carinho, a admiração e a alegria que tenho ao exprimir, através das palavras, o sentimento que nos inunda a alma, permitindo-nos transformá-lo em poesia. Acredito na nossa capacidade de conscientização em relação ao amor e respeito que devemos ao nosso planeta e a todos os seus habitantes", reforça a dimensão afetiva e política de sua escrita. A metodologia adotada é bibliográfica exploratória (Fonseca, 2002; Gil, 2002), concentrando-se na análise crítica das obras da autora Fátima Trinchão: o conto "Salve as folhas" (presente em *Cadernos Negros: Contos Afro Brasileiros*, vol. 32) e o poema "É preciso" (contido em *Cadernos Negros: Poemas Afro-Brasileiros*, vol. 43). A pesquisa articula a leitura dessas obras com referenciais teóricos sobre oralidade, literatura afro-brasileira e escrita de mulheres negras, evidenciando como a palavra escrita dialoga com a tradição oral e com experiências de resistência e cura. A análise considera não apenas os aspectos formais dos textos, mas também a perspectiva da própria autora sobre a função da literatura. A escrita de Fátima Trinchão revela a oralidade como força de resistência e cura, reafirmando a literatura afro-brasileira como território de memória e transformação.

Palavras-chave: Oralidade. Cura identitária. Literatura afro-brasileira. Escrita de mulheres negras.

ABSTRACT

This study investigates how orality is mobilized by Black women writers in Afro-Brazilian literature as a resource to express wounded affections and elaborate healing experiences in the face of racism and sexism. The research is grounded in the understanding that literature constitutes a social practice and a space of resistance, essential for confronting historical erasures and restoring the memories and identities of subordinated groups. In this context, the writing of Black women emerges as a political and affective gesture, challenging silencing processes and offering new ways of narrating the world. These narratives use orality as an aesthetic and political resource to evoke individual and collective pain, transforming literature into a space of memory, denunciation, and healing. Orality is understood as a fundamental element for the preservation of memory and cultural resistance, as discussed by Lélia Gonzalez. Furthermore, the concept of "escrevivência," developed by Conceição Evaristo, reveals how Black women's experiences and memories transform individual experiences into collective narratives, reinforcing the shared dimension of existence. The main objective of this study is to understand how the writing of Fátima Trinchão mobilizes orality as an aesthetic and political resource to express wounded affections and elaborate processes of identity and collective healing. Born in Euclides da Cunha and graduated in Vernacular Languages with French, the author demonstrates a deep admiration for the arts and believes in the transformative power of literature to eliminate boundaries and promote awareness regarding respect for life, the planet, and all its inhabitants. Her literary trajectory, encouraged since childhood,

was consolidated through poems, short stories, and chronicles, reaffirming the affective and political dimension of her writing.

The methodology adopted is an exploratory bibliographic study, based on authors such as João José Saraiva da Fonseca and Antonio Carlos Gil, focusing on the critical analysis of the works “Salve as folhas,” published in *Cadernos Negros* volume 32, and the poem “É preciso,” included in *Cadernos Negros* volume 43. The research articulates the reading of these works with theoretical references on orality, Afro-Brazilian literature, and Black women’s writing, highlighting how written language dialogues with oral tradition and experiences of resistance and healing. The analysis considers not only the formal aspects of the texts, but also the author’s own perspective regarding the social function of literature. The writing of Fátima Trinchão reveals orality as a force of resistance and healing, reaffirming Afro-Brazilian literature as a territory of memory and transformation.

Keywords: Orality; Identity Healing; Afro-Brazilian Literature; Black Women’s Writing.

INTRODUÇÃO

A literatura, como prática e espaço de reivindicação, exige uma reavaliação dos critérios que historicamente a valorizam e legitimam. Como declara Fátima Trinchão no seu perfil do site [Fátima Trinchão](#), a “literatura nos contempla e nos completa como arte ligada ao viver humano, já que, a arte imita a vida, não poucas vezes, observamos que a vida, imita a arte; e a arte, nos enleva e nos eleva”.

Vozes que historicamente foram silenciadas, hoje falam, falam por mim, falam para mim, falam por nós (Trinchão, 2023). É neste panorama que a escrita de mulheres negras emerge como um gesto político e afetivo crucial, confrontando o apagamento e afirmando outras maneiras de narrar o mundo. Essas narrativas, que transitam “entre a fala e o silêncio”, utilizam a oralidade como um recurso estético e político. Elas são capazes de evocar dores tanto individuais quanto coletivas, transformando a própria literatura em um território de memória, denúncia e cura. Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez (1984) destaca a oralidade como elemento central para a preservação da memória e para a resistência cultural, conferindo à palavra escrita a força de uma herança ancestral que resiste e se reinventa

Em consonância Conceição Evaristo (2014), a *escrivivência* traduz as experiências de mulheres negras, transformando memórias individuais em coletivas, onde a narrativa por meio do depoimento oral reforça a dimensão coletiva e ancestral da *escrivivência*. Como afirma Evaristo somos, ao mesmo tempo, sujeitos e objeto da escrita. Assim, ao transitar “entre a fala e o silêncio”, a literatura produzida por

mulheres negras faz da oralidade um recurso estético e político, evocando dores individuais e coletivas. Dessa forma, a literatura se constitui como território de memória, denúncia e cura, reafirmando-se como instrumento de transformação e afirmação indenitária.

Neste sentido, hooks ressalta a importância da narrativa oral como forma legítima de produção de conhecimento entre mulheres negras, afirmando que a voz é muitas vezes o primeiro instrumento de resistência. Ela também denuncia o modo como mulheres brancas, sobretudo em espaços acadêmicos, frequentemente se apropriam das teorias produzidas por mulheres negras sem reconhecer suas origens, usos, ou compromissos éticos: “Elas tomavam emprestado o trabalho das mulheres negras sem nunca reconhecer sua fonte, como se pudessem usar as ideias como mercadoria, separadas das experiências que as produziram” (hooks, 2013, p. 169).

Diante disso, a presente pesquisa se propõe a investigar: de que maneira a oralidade é mobilizada por autoras negras na literatura afro-brasileira como recurso para expressar afetos feridos e elaborar experiências de cura frente às marcas do racismo e do sexismo?

Neste contexto, o objetivo central deste estudo é compreender como a escrita de Fátima Trinchão mobiliza a oralidade como recurso estético e político para expressar afetos feridos e elaborar processos de cura indenitária e coletiva. Para alcançar tal objetivo, a metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, com foco na análise aprofundada de duas obras específicas: o poema “É preciso” (presente em *Cadernos Negros: Poemas Afro-Brasileiros*, vol. 43) e o conto “Salve as folhas” (*Cadernos Negros: Contos Afro-Brasileiros*, vol. 32).

A pesquisa articula a leitura crítica dessas obras com referenciais teóricos sobre oralidade, literatura afro-brasileira e escrita de mulheres negras, evidenciando como a palavra escrita dialoga com a tradição oral e com experiências de resistência e cura.

A literatura, como prática e espaço de reivindicação, exige uma reavaliação dos critérios que historicamente a valorizam e legitimam. Como declara Fátima Trinchão no seu perfil do site [Fátima Trinchão](#), a “literatura nos contempla e nos completa como arte ligada ao viver humano, já que, a arte imita a vida, não poucas vezes, observamos que a vida, imita a arte; e a arte, nos enleva e nos eleva”.

Vozes que historicamente foram silenciadas, hoje falam, falam por mim, falam para mim, falam por nós (Trinchão, 2023). É neste panorama que a escrita de

mulheres negras emerge como um gesto político e afetivo crucial, confrontando o apagamento e afirmando outras maneiras de narrar o mundo. Essas narrativas, que transitam "entre a fala e o silêncio", utilizam a oralidade como um recurso estético e político. Elas são capazes de evocar dores tanto individuais quanto coletivas, transformando a própria literatura em um território de memória, denúncia e cura. Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez (1984) destaca a oralidade como elemento central para a preservação da memória e para a resistência cultural, conferindo à palavra escrita a força de uma herança ancestral que resiste e se reinventa

Em consonância Conceição Evaristo (2014), a *escrivivência* traduz as experiências de mulheres negras, transformando memórias individuais em coletivas, onde a narrativa por meio do depoimento oral reforça a dimensão coletiva e ancestral da *escrivivência*. Como afirma Evaristo somos, ao mesmo tempo, sujeitos e objeto da escrita. Assim, ao transitar "entre a fala e o silêncio", a literatura produzida por mulheres negras faz da oralidade um recurso estético e político, evocando dores individuais e coletivas. Dessa forma, a literatura se constitui como território de memória, denúncia e cura, reafirmando-se como instrumento de transformação e afirmação indenitária.

Neste sentido, hooks ressalta a importância da narrativa oral como forma legítima de produção de conhecimento entre mulheres negras, afirmando que a voz é muitas vezes o primeiro instrumento de resistência. Ela também denuncia o modo como mulheres brancas, sobretudo em espaços acadêmicos, frequentemente se apropriam das teorias produzidas por mulheres negras sem reconhecer suas origens, usos, ou compromissos éticos: "Elas tomavam emprestado o trabalho das mulheres negras sem nunca reconhecer sua fonte, como se pudessem usar as ideias como mercadoria, separadas das experiências que as produziram" (hooks, 2013, p. 169).

Diante disso, a presente pesquisa se propôs a investigar: de que maneira a oralidade é mobilizada por autoras negras na literatura afro-brasileira como recurso para expressar afetos feridos e elaborar experiências de cura frente às marcas do racismo e do sexismo?

Neste contexto, o objetivo central deste estudo é compreender como a escrita de Fátima Trinchão mobiliza a oralidade como recurso estético e político para expressar afetos feridos e elaborar processos de cura indenitária e coletiva. Para alcançar tal objetivo, a metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, com foco na análise aprofundada de duas obras específicas: o poema "É preciso" (presente em

Cadernos Negros: Poemas Afro-Brasileiros, vol. 43) e o conto "Salve as folhas" (Cadernos Negros: Contos Afro-Brasileiros, vol. 32).

A pesquisa articula a leitura crítica dessas obras com referenciais teóricos sobre oralidade, literatura afro-brasileira e escrita de mulheres negras, evidenciando como a palavra escrita dialoga com a tradição oral e com experiências de resistência e cura.

Referencial teórico

Fátima Trinchão nasceu no município de Euclides da Cunha, no estado da Bahia, e formou-se em Letras Vernáculas com Francês pela Universidade Católica de Salvador. Sua trajetória como escritora reflete uma profunda admiração pelas artes em suas múltiplas manifestações e uma crença no poder transformador da literatura, capaz de eliminar fronteiras e promover a conscientização quanto ao respeito à vida e ao planeta.

Seu vínculo com a literatura surgiu desde a infância, incentivado pelo ambiente familiar e consolidado ao longo dos anos por meio da escrita de poemas, contos e crônicas. Trinchão teve seus primeiros textos publicados no jornal *A Tarde*, de ampla circulação local e nacional: o poema "Contemplação de uma vida" (1978), seguido do conto "Roda Viva" (1979) e do poema "Deus" (1985). Nos anos seguintes, sua produção se expandiu com publicações em jornais, revistas e antologias literárias, destacando-se a participação no livro *Hagorah* (Editora Contemp, 1986) com os poemas "Palhaço" e "Bailarina".

Após um período de afastamento, a autora retomou sua produção em 2005, publicado na antologia *Versos Contos* e, nos anos seguintes, em coletâneas como *Versos e Rimas* (2006) e na *Revista CEPA*, com o poema "Ecos do passado". Sua estreia na narrativa em prosa ocorreu em 2008, com o conto "O Mestre", publicado na antologia "Bahia de Todos em Contos" (Editora Omnira). Ainda em 2008, participou da antologia *Salvador: 460 Anos de Poesia*, celebrando a história da capital baiana.

O reconhecimento nacional ampliou-se com sua entrada na série *Cadernos Negros*, da Editora Quilombhoje. Em 2009, publicou o conto "Salve as folhas" (vol.32) e, posteriormente, contribuiu com poemas e contos em edições subsequentes, incluindo "A bênção, meu pai" (vol. 34, 2011), "Tumbeiro" e "Salve os pretos velhos"

(vol. 34, 2014) e “A Santa” (vol. 38, 2015). Suas obras também circularam em revistas literárias internacionais e em antologias organizadas por redes como a REBRA (Rede Brasileira de Escritoras).

Dentre as principais iniciativas de valorização da produção literária negra no Brasil, destaca-se a coleção *Cadernos Negros*, organizada pelo Grupo Quilombhoje Literatura desde 1978. Composta por contos e poemas de autoras e autores negros, Essa coletânea tem se mantido como referência fundamental para a compreensão das escrituras e das representações da negritude na literatura nacional. Seu conteúdo oferece um campo fértil para a reflexão crítica no espaço escolar, especialmente na formação inicial e continuada de professores.

Foi precisamente em 1978 que, no campo da produção literária, surgiram em São Paulo os *Cadernos Negros*, marcando um momento significativo da expressão cultural da população negra. Outras publicações também ganharam espaço em cidades como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, todas alinhadas ao Movimento Negro Unificado (MNU).

A criação do grupo *Quilombhoje*, em 1980, reforçou ainda mais essa movimentação, resgatando e dando continuidade a iniciativas de movimentos anteriores, como a *Frente Negra Brasileira* (1931) e o *Teatro Experimental do Negro* (1944). Esses grupos representaram uma virada importante: seus integrantes passaram a se afirmar como protagonistas, como criadores de sua própria arte e história e não mais apenas como temas de inspiração ou objetos de representação.

A produção de Fátima Trinchão é marcada por um diálogo constante com a oralidade, a memória e os afetos. Segundo a professora Ana Rita Santiago, no artigo *O tear de memórias na poética de escritoras negras baianas*, apresentado no Colóquio Nacional Poéticas do Imaginário (2009), a escrita de Trinchão constitui um “movimento de tessitura de memórias coletivas que, entre o dizer e o calar, reatualiza a ancestralidade e reinscrever experiências de resistência no presente”. Assim, seus textos, como o poema “É preciso” (*Cadernos Negros*, vol. 43) e o conto “Salve as folhas” (*Cadernos Negros*, vol. 23), tornam-se fundamentais para compreender de que maneira autoras negras mobilizam a oralidade como recurso estético e político, capaz de expressar afetos feridos e elaborar experiências de cura identitária e coletiva.

Nesse contexto, a escrita pode ser entendida como um lugar de memória e um dos instrumentos de expressão mais significativos, especialmente em contextos ocidentais onde os lugares de memória são tradicionalmente privilegiados

(Martins,2021). Contudo, a história do desenvolvimento humano, sobretudo sob a ótica colonial, apresenta perdas e distorções, principalmente nos aspectos subjetivos e sociais. Grande parte desse processo decorre da prolongada ênfase na dicotomia entre oralidade e escrita, que frequentemente é encarada de maneira ilusória, estabelecendo uma separação que não condiz com as complexas relações que existem entre essas formas de expressão (Martins, 2021).

O silêncio pode ser compreendido como a condição daqueles que optam por se calar ou que se abstêm de falar, representando uma forma de privação que pode ocorrer de maneira voluntária ou não. Essa ausência de expressão abarca não apenas a fala, mas também a publicação e a escrita, configurando uma limitação na manifestação dos próprios pensamentos. Para Audre Lorde (2019), esse silêncio muitas vezes funciona como um mecanismo que desvia o olhar dos medos mais profundos que, enquanto mulheres não-brancas, carregamos: “[...] medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento” (Lorde, 2019, p. 46).

A relação entre dor, memória e linguagem pode ser compreendida à luz das contribuições de Grada Kilomba (2019), que evidencia como o trauma colonial e racista é transmitido intergeracionalmente e, frequentemente, silenciado nas experiências das mulheres negras. Para Kilomba, essa herança traumática atravessa corpos e narrativas, reforçando mecanismos de invisibilização e silêncio que dificultam a expressão e o reconhecimento dessas vivências. Assim, a escrita e a fala tornam-se práticas essenciais para romper com esse ciclo de silêncio, permitindo que a dor seja transformada em memória ativa e que a voz das mulheres negras ganhe lugar na construção do conhecimento e da resistência.

Corroborando as discussões anteriores, o conceito de imagens de controle, formulado por Collins (2019), representa uma ferramenta analítica fundamental no pensamento feminista negro. Essa perspectiva possibilita desconstruir os estereótipos raciais e de gênero que historicamente controlavam e limitavam a representação das mulheres negras. Collins enfatiza a importância de que essas mulheres possam se autodefinir e falar por si mesmas, mobilizando suas próprias experiências e saberes, em oposição às narrativas hegemônicas que as silenciaram, distorceram suas existências e marcaram seus corpos e afetos. No âmbito da escrita, esse processo de ressignificação revela-se um ato de resistência e cura, em que a oralidade e a palavra

escrita se cruzam para recuperar vozes e afetos feridos para promover a reconstrução identitária coletiva.

Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em condição de autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos” (COLLINS, 2019, p. 206).

A escrevivência configura-se como um gesto político de resistência, memória e reconstrução, no qual a dor e as experiências vividas se transformam em conhecimento compartilhado. Esse processo reafirma a potência da escrita como ferramenta de restabelecimento, insurgência e criação de oportunidades objetivas de manifestação para aqueles que historicamente foram silenciados ou invisibilizados. Ao romper com a lógica do apagamento, a escrevivência reivindica o direito de sentir, lembrar e significar a própria existência a partir de si mesma, abrindo caminho para que outras experiências.

Tecendo Caminhos da Pesquisa

O presente estudo tem como objetivo central compreender como a escrita de Fátima Trinchão mobiliza a oralidade como recurso estético e político para expressar afetos feridos e elaborar processos de cura identitária e coletiva. Para alcançar esse objetivo, a investigação concentra-se na análise do conto “Salve as folhas” (Cadernos Negros, vol. 32) e do poema “É preciso” (Cadernos Negros, vol. 43).

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em obras já publicadas da autora Fatima Trinchão em seu site e também na coletânea *Cadernos Negros* volume 32 e 43, com o intuito de analisar criticamente narrativas negras que abordam memórias, afetos e cura do povo negro. A pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002), é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites, sendo fundamental para o desenvolvimento do pensamento científico e a ampliação do repertório teórico do pesquisador.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Nesse sentido, além das publicações da autora nos Cadernos Negros, foram consultados os textos disponíveis em seu site oficial, que reúne uma produção diversificada, incluindo 170 poesias, 13 contos, 10 artigos, além de crônicas, frases, mensagens, orações, pensamentos, redações, resenhas e um texto de teoria literária.

A análise fundamenta-se, portanto, não apenas nos aspectos formais dos textos selecionados, mas também na compreensão da perspectiva da própria autora sobre a literatura e sua função. Em seu site, Fátima Trinchão ressalva: “partilho com você o carinho, a admiração e a alegria que tenho ao exprimir, através das palavras, o sentimento que nos inunda a alma, permitindo-nos transformá-lo em poesia. Acredito na nossa capacidade de conscientização em relação ao amor e respeito que devemos ao nosso planeta e a todos os seus habitantes”. Essa declaração reforça a dimensão afetiva e política de sua escrita, justificando a escolha de suas obras como corpus desta investigação.

É Preciso ter coragem de revisitar o passado

O poema "É preciso" de Fátima Trinchão, é um manifesto poético que convoca à ação e à transformação profunda, tanto a nível individual quanto coletivo. A sua estrutura, marcada pela anáfora da expressão "É preciso", cria um senso de urgência, necessidade e determinação, funcionando como um chamado incisivo para a mudança.

É preciso
Fátima Trinchão
É preciso falar por mim
É preciso falar para mim
É preciso falar por nós
É preciso falar para nós
É preciso falar de nós
É preciso falar...
É preciso destravar as portas
É preciso ampliar passagens
É preciso romper barreiras
É preciso desfazer o que discrimina
É preciso lançar por terra os preconceitos
É preciso afrouxar as amarras
Quebrar as correntes, abrir fronteiras
Tirar as travas, soltar os nós

Singrar os mares, nadar nos rios
Andar nas ruas, sentar nos bares
É preciso fortalecer-nos, nos levantarmos
É preciso que nos apoiemos, uns aos outros
Seremos os grandes pilares
E nesta marcha da vida
E na grande noite da história
Jaci a testemunhar
E quando juntos estivermos
Ao redor da grande fogueira
Revendo nossas memórias
Entre o profano e o profundo
Revisitando e tecendo
A dispersão pelo mundo
Jaci a testemunhar
Aquele navio a singrar
Nos mares longínquos
Distantes
Entre o profano e o profundo
Revisitando e tecendo
Nossa dispersão pelo mundo

A primeira estrofe enfatiza a primordialidade da fala e da expressão. As repetições "falar por mim," "falar para mim," "falar por nós," "falar para nós," e "falar de nós" sublinham a importância de reivindicar a voz tanto a nível pessoal (autoconhecimento, autoafirmação) quanto a nível comunitário (representação, diálogo, narração da própria história coletiva). Este é um ato fundamental de libertação da mudez ou da opressão.

O poema descreve uma série de ações que visam a desconstrução de obstáculos e preconceitos que limitam e segregam. Expressões como "destravar as portas," "ampliar passagens," "romper barreiras," "desfazer o que discrimina," "lançar por terra os preconceitos," "afrouxar as amarras," "quebrar as correntes," "abrir fronteiras," "tirar as travas," e "soltar os nós" são metáforas poderosas para a superação de restrições físicas, sociais, mentais e emocionais. Estas linhas representam uma busca ativa pela libertação de amarras que impedem o progresso e a união.

A obra faz um forte apelo ao fortalecimento mútuo e à união. A necessidade de "fortalecer-nos, nos levantarmos" e a afirmação "É preciso que nos apoiemos, uns aos outros / Seremos os grandes pilares" indicam que a verdadeira libertação e transformação são alcançadas através da solidariedade e da interdependência. A coletividade é apresentada como a base para a resiliência e a construção de um futuro comum.

Um dos temas mais profundos é a revisitação e a cura da memória histórica. As menções à "grande noite da história" e a ação de "Revendo nossas memórias / Entre o profano e o profundo / Revisitando e tecendo / A dispersão pelo mundo" sugerem um processo de confrontar o passado, incluindo as "singradura" de "navios nos mares longínquos / Distantes". Este ato de recordar e "tecer" a "dispersão" busca compreender as origens das separações e desigualdades, integrando as experiências passadas para promover a cura e a reconciliação. A "grande fogueira" ao redor da qual as memórias são revistas pode simbolizar um espaço sagrado de partilha e purificação

Em suma, "É preciso" de Fátima Trinchão é um poema que articula a urgência da libertação em múltiplas frentes: a voz individual e coletiva, as barreiras sociais e mentais, a liberdade de movimento e, crucialmente, a memória histórica. A obra sugere que a verdadeira transformação advém de uma ação consciente e coletiva, ancorada na solidariedade e na coragem de visitar o passado para construir um futuro mais unificado e livre.

"Kò Si Èwè Kò Si Òrìsà: O Poder das Folhas"

O texto inicia com uma descrição vívida e quase mística da floresta tropical, repleta de "árvores centenárias, palmas, jequitibás, bromélias, castanheiras, sucupiras, quixabeiras, jacarandás", que "crescem, crescem, crescem, buscando sempre o mais alto, talvez, quem sabe, o céu". Esta imagem estabelece a natureza como um local de grandiosidade, beleza e aspiração espiritual.

A presença do Òrìsà Ossanha, o senhor das folhas e da floresta, que "reina" nessas matas, e a repetição da frase "Kò Si Èwè Kò Si Òrìsà" ("Sem folhas não há Òrìsà") elevam a floresta e suas folhas a um patamar de sacralidade. Não é apenas um ambiente físico, mas um domínio espiritual onde a vida e o poder divino se manifestam através da flora.

Este conto é uma ode (canto) à natureza, ao conhecimento ancestral e ao poder curativo das folhas. A narrativa centra-se na experiência de um personagem em uma floresta exuberante, onde a natureza é apresentada como um espaço sagrado e fonte de vida.

A floresta é descrita com riqueza de detalhes, repleta de "árvores centenárias, palmas, jequitibás, bromélias, castanheiras, sucupiras, quixabeiras, jacarandás", que

buscam "o mais alto, talvez, quem sabe, o céu". É o domínio onde "Ossanha reina!", e a máxima "Kò Si Èwè Kò Si Òrisà" ("Sem folhas não há Òrisà") é repetida, elevando as folhas a um patamar de sacralidade e indispensabilidade para a existência da divindade.

O protagonista sente-se "extasiado" e percebe que "tudo era uma só canção" desde o canto dos pássaros ao zunir das abelhas. Há uma profunda sensação de interconexão, onde "tudo é música, tudo é vida, tudo é melodia" e o ser humano é "parte integrante daquele todo" (p.58).

O tema central são as folhas que "curam, que perfumam, que fortificam, que energizam" (p.58). Através de um sonho, o conto remonta à infância do personagem, revelando como "os mais velhos já sabiam da existência e importância dos chás e garrafadas que revigoravam e devolviam ao enfermo a saúde" (p.56). Mães, tias e avós são as guardiãs desse saber, utilizando folhas para "cada doença" e banhos para "indisposição do espírito", restaurando a energia. As folhas faziam "milagres" e "devolviam a vida", sendo parte essencial da "farmacopeia" de cada lar.

O personagem demonstra uma profunda ética ambiental, "cuidou para não deixar marcas inconvenientes de sua passagem", desejando que "As árvores, folhas, flores, águas, deveriam ser deixadas como as encontrou, íntegras, incólumes, plenas" (p.58). A natureza também atua como guia e protetora, com os bem-te-vis e um "guardião da floresta" a acompanhar o protagonista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interfaces em Trinchão e reconexão

Ambas as obras de Fátima Trinchão compartilham um eixo temático de busca por bem-estar, a transformação e uma forma de libertação, mas o fazem através de caminhos distintos.

No poema "É preciso", a libertação é primariamente social, política e histórica. É um chamado à ação coletiva para quebrar as amarras da opressão, do preconceito e da desunião, promovendo a liberdade de expressão e a solidariedade para superar traumas passados e construir um futuro unificado. Já no conto "Kò Si Èwè Kò Si Òrisà", a libertação é mais pessoal e holística, focada na cura física e espiritual através da sabedoria ancestral e da conexão com a natureza. É a libertação da doença, do mal-estar e do distanciamento das raízes naturais e culturais.

O poema aborda a memória histórica coletiva, a necessidade de "rever" e "tecer" a "dispersão pelo mundo" para enfrentar e curar as feridas do passado ("grande noite da história"). O conto explora a memória ancestral ligada ao conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais, transmitido pelos "mais velhos". Ambas as obras, portanto, veem a memória como um elemento crucial para a cura e o avanço.

Assim, as obras incorporam uma dimensão espiritual. No poema, Jaci ("a testemunhar") sugere uma bênção ou observação cósmica sobre o processo de transformação e rememoração. No conto, a presença explícita do Òrìsà Ossanha e a sacralização das folhas ("Kò Si Èwè Kò Si Òrìsà") conferem à natureza um caráter divino, ressaltando uma espiritualidade imanente e profundamente ligada ao ambiente natural.

Neste contexto, no poema, a agência é primariamente humana e coletiva ("É preciso que nos apoiemos, uns aos outros"). A mudança é um resultado de uma vontade e ação conjuntas. No conto, embora a sabedoria seja humana e transmitida, o poder intrínseco das folhas e da própria natureza é a fonte da cura e do bem-estar. A agência também reside na própria natureza, que guia e protege.

O poema utiliza uma linguagem direta, imperativa e repetitiva ("É preciso"), criando um tom de manifesto e urgência para a ação. O conto adota uma prosa mais descritiva, contemplativa e lírica, misturando a observação sensorial com a reflexão e o elemento onírico (o sonho), criando uma atmosfera de reverência e descoberta.

Em suma, enquanto "É preciso" é um grito por uma revolução social e histórica enraizada na voz e na solidariedade, "Kò Si Èwè Kò Si Òrìsà" é um convite à reconexão com as raízes naturais e ancestrais para a cura e a plenitude individual. Juntas, as obras de Fátima Trinchão demonstram uma visão abrangente de libertação e florescimento, seja ela através da superação de barreiras sociais ou da redescoberta do poder intrínseco da vida e da sabedoria que a sustenta.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda (Org.). **Cadernos Negros 43: poemas afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2020.

_____. **Cadernos Negros 32: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2009.

FONSECA, João José S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PEREIRA, Jessica Silva. **Mulheres negras, memória e subjetividades: “O que no corpo e na voz se repete é também episteme”**. TEL Tempo, Espaço e Linguagem, v. 15, n. 1, p. 46-67, 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019

POLÍTICAS PÚBLICAS E INFÂNCIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DE JIU-JITSU NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL¹

 DOI: 10.5281/zenodo.20950179

Luan Inácio da Silva

Graduado em Licenciatura em Educação Física (ASCES-UNITA), Graduando em Pedagogia (UFPE-CAA), Mestrando em Educação Física pelo PROEF (ESEF-UPE)

E-mail: luan.edf.silva@gmail.com

RESUMO

O presente estudo investiga os impactos sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade. Consiste em um estudo de campo etnográfico, de abordagem qualitativa, onde os dados coletados foram obtidos através de entrevistas para as crianças e questionários para o professor e a orientadora social das aulas de Jiu-Jitsu ofertadas pelo SCFV, localizado na cidade de Toritama-PE. Percebendo as desigualdades sociais que assolam a sociedade brasileira, queremos entender como as práticas do SCFV podem influenciar no desenvolvimento social das crianças em situação de vulnerabilidade. Para chegarmos à resposta temos como objetivo compreender os possíveis impactos sociais do SCFV em crianças em situação de vulnerabilidade social. Em análise, notamos que a vulnerabilidade social impacta diretamente na vida das crianças afetadas, que são expostas a riscos objetivos e subjetivos, afetando suas estruturas familiares. A partir da análise dos aportes teóricos prévios e dos dados coletados, conclui-se que o programa influencia positivamente na construção da cidadania das crianças. Através de práticas e experiências ricas e reflexivas, as crianças desenvolvem, dentre outras, a criticidade. Desse modo, o SCFV entra com suporte através de ações fundamentais, contrapondo-se às vulnerabilidades e contribuindo para formação integral dos futuros cidadãos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Serviço de convivência. Vulnerabilidade. Práticas educativas. Jiu-Jitsu.

ABSTRACT

This study investigates the social impacts of the Social Interaction and Strengthening of Bonds Service (SCFV) on the development of children in vulnerable situations. This is an ethnographic field study with a qualitative approach, where the data collected

¹ A presente pesquisa deriva de um trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

were obtained through interviews with the children and questionnaires for the teacher and social worker of the Jiu-Jitsu classes offered by the SCFV (Social and Community Strengthening Service), located in the city of Toritama-PE. Recognizing the social inequalities that plague Brazilian society, we want to understand how the practices of the SCFV (Social and Community Strengthening Service) can influence the social development of children in vulnerable situations. To arrive at this answer, our objective is to understand the possible social impacts of the SCFV on children in situations of social vulnerability. In our analysis, we noted that social vulnerability directly impacts the lives of the affected children, who are exposed to objective and subjective risks, affecting their family structures. Based on the analysis of previous theoretical contributions and the data collected, we conclude that the program positively influences the construction of citizenship in children. Through rich and reflective practices and experiences, the children develop, among other things, critical thinking. In this way, the SCFV (Social and Community Strengthening Service) provides support through fundamental actions, counteracting vulnerabilities and contributing to the comprehensive development of future citizens.

Keywords: Public policies. Community Coexistence and Bonding Service. Vulnerability. Educational practices. Jiu-Jitsu.

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, problemas sociais emergem pela desigualdade, onde o valor econômico por vezes sobrepõe-se ao valor social. Desse modo, práticas e políticas públicas tendem a ser presentes na vida de determinados cidadãos que sofrem com a desigualdade social imposta pela sociedade neoliberal. Em um país como o Brasil, onde a concentração de renda é garantida através das heranças, a desigualdade é passada de geração em geração. O trabalhador não é detentor dos seus meios de produção, e por isso continua sendo pobre (economicamente), e o rico detentor dos meios de produção fica cada vez mais rico. A mais-valia, que é o lucro representado pelas horas trabalhadas e não pagas, relatada por Karl Marx (2019) em sua obra “O Capital”, mais especificamente o livro I, sendo colocada em prática, perpetuando as desigualdades sociais.

Em tempos de desigualdade, muitas famílias brasileiras sofrem com a vulnerabilidade social. Desse modo, programas de políticas públicas são indispensáveis para dar melhores condições de vida a essas pessoas. Uma dessas políticas públicas que podemos citar é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que traz serviços de proteção, prevenção, proativo às famílias das comunidades em situação de vulnerabilidade, em todas as faixas etárias. Através de

ações que tendem a fazer com que os laços da comunidade e a família sejam renovados.

Entendendo que essa desigualdade é passada de geração em geração, nos inquietamos sobre o impacto que isso causa nas crianças, que já nascem nessa situação, e muitas vezes não conseguem sair dela. Desse modo, nosso público-alvo é justamente as crianças, onde temos como questão problema o seguinte questionamento: como as práticas educativas do SCFV podem influenciar no desenvolvimento social das crianças em situação de vulnerabilidade? Para resolvermos essa questão problema, temos como objetivo geral: compreender os possíveis impactos sociais através das práticas educativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em crianças em situação de vulnerabilidade social, e como objetivos específicos: conhecer as práticas educativas do SCFV através das aulas de Jiu-Jitsu ofertadas pelo programa; identificar possíveis impactos sociais do SCFV através de entrevistas feitas às crianças e aos funcionários; e analisar os aportes teóricos juntamente com os possíveis impactos sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em crianças em situação de vulnerabilidade social.

Como justificativa para a escolha do tema/objeto de investigação, podemos seguir por algumas perspectivas. Primeiramente, entendendo a importância das políticas públicas sociais, nesse caso, o SCFV, o qual traz diversas atividades que viabilizam e ajudam as pessoas em situação de vulnerabilidade social, fazendo com que esse programa social seja de fundamental importância para essas pessoas. Por isso, queremos analisar e relatar sobre determinada temática. Em segundo ponto, destaco a importância dos serviços sociais em minha vida, onde através das aulas de Jiu-Jitsu que eu praticava no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tive os primeiros contatos com a prática esportiva, e assim aguicei o gosto pelas práticas, onde mais à frente comecei almejar os caminhos da docência, mais especificamente na Educação Física, minha primeira formação acadêmica. Desse modo, destaco como hipótese a importância que esses serviços podem ter na vida de outras crianças, dessa vez, em outra geração.

Compreendemos também que esse é de fundamental importância a vinculação de aportes teóricos sobre as políticas públicas sociais, para que possa servir de base para futuras pesquisas, e também para incentivar o desenvolvimento referente à

temática, entendendo sua importância para a comunidade a qual está inserida e sociedade em geral.

Para aporte teórico inicial, utilizamos a base de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), especificamente os trabalhos da Reunião Nacional publicada em 2021, sendo a mais atual disponível no momento da pesquisa. O estado do conhecimento nos mostrou que há uma pequena escassez de trabalhos relacionados ao nosso tema. Ao pesquisarmos as palavras-chave seguintes, encontramos vários trabalhos, mas que na prática não tinham relação ou não condiziam com a nossa temática. Segue os resultados: políticas públicas (33 trabalhos encontrados – 0 usados); práticas educativas: (42 trabalhos encontrados – 0 usados); SCFV (0 trabalhos encontrados); e infância (17 trabalhos encontrados – 3 usados). Desse modo, apenas 3 trabalhos entre os pesquisados se enquadraram nos parâmetros da nossa pesquisa.

Embora tenhamos encontrado esses 3 trabalhos que a princípio condiziam com os objetivos da nossa pesquisa, ao lermos, observamos que não se enquadravam como gostaríamos, e por isso, seguimos como base outros aportes teóricos, fornecidos direta ou indiretamente por docentes e discentes do meio acadêmico e também pesquisa aprofundada sobre autores e obras clássicas referentes à nossa temática.

2 TEMÁTICAS DE ESTUDO

2.1 Políticas públicas sociais e vulnerabilidade

As políticas públicas tendem a fazer parte da sociedade contemporânea de forma a preencher as lacunas consequentes das desigualdades sociais ainda tão presentes na atualidade. Antes de adentrar em outras questões, precisamos primeiramente compreender o que seriam políticas públicas. Torrens (2013, p. 1), através de revista oficial legislativa do senado, define que políticas públicas:

[...] são princípios norteadores da ação do Poder Público, e são diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais, concretizados em programas, financiamentos e leis que traduzem a natureza e as prioridades de determinado regime político.

A partir da leitura de trabalhos do citado autor e de outros, notamos que o conceito de “políticas públicas” é amplo, podendo tomar vários significados. A descrição relatada por ele destaca o papel estatal governamental das políticas públicas. Porém, temos a compreensão que as políticas públicas não se resumem apenas ao trato estatal, mas sim a partir de um escopo mais amplo, como citando por Hofling (2001), onde as políticas públicas se englobam com as ações gerais, geralmente direcionadas por governos, e políticas sociais enquanto o micro, um tipo específico de políticas públicas que visam garantir o bem-estar, dignidade e os direitos básicos às pessoas que estão às margens da sociedade.

Tomando como base as definições trazidas pelos autores supracitados, compreendemos, conceitualmente, políticas públicas sociais como procedimentos e projetos que interligam a relação do Estado com os sujeitos, criando ações que norteiam políticas em detrimento de demandas da sociedade, no nosso caso de estudo, para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Segundo o documento orientador do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vulnerabilidade é compreendida enquanto “risco” ou “propensão ao risco” perante determinados sujeitos (Brasil, 2022, p. 18), exemplificando que “vulnerabilidade relaciona-se à exposição a contingências e tensões e às dificuldades de lidar com elas”. Seria de certa forma um risco iminente que aquele público está propenso a ter. Vale destacar também os dois tipos de vulnerabilidades citadas, pois comumente associamos apenas como objetivo e físico, como a falta de recursos capitais para conseguir se manter e manter a família. Porém, a referida condição cabe uma abordagem mais ampla, social e política:

No âmbito da assistência social, são reconhecidas múltiplas situações de vulnerabilidade, que estão associadas às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas. As necessidades objetivas estão relacionadas à dimensão material da existência - condições precárias de vida, privação de renda e privação de acesso aos serviços públicos. Já as necessidades subjetivas decorrem de experiências de violência, desvalorização, discriminação e exploração vivenciadas pelas pessoas no âmbito familiar, comunitário e social. (Brasil, 2022, p. 18)

Em consonância com o documento citado acima, Gomes e Pereira (2005) relatam que a vulnerabilidade social ocorre a partir da própria estrutura da sociedade, onde o homem e a mulher entram nessa situação a partir da crise econômica, jogados assim ao subemprego ou desemprego. Essa condição que são deixadas acarretam

com que as mesmas sejam, por vezes, impossibilitadas de exercer necessidades básicas de sua família, sendo assim “vulneráveis” ao sistema vigente.

A vulnerabilidade social ocorre também pela falta de constância de assistência das próprias políticas públicas. Desse modo, a família pobre é fadada a viver na pobreza e miséria estrutural (Gomes e Pereira, 2005). A partir das próprias autoras supracitadas, podemos compreender que a pobreza no Brasil, e conseqüentemente a vulnerabilidade social, não nasceu e está ligada exclusivamente ao mundo contemporâneo. Mas é sim, algo que vem sendo perpetuado através dos tempos. A economia política tende a influenciar e manter a desigualdade social a partir do momento em que a sociedade brasileira é constituída para que riqueza seja para poucos e pobreza para muitos.

A má distribuição de renda é vista, portanto, como mantenedora da vulnerabilidade social em consequência das desigualdades sociais. Gomes e Pereira (2005) afirmam que a situação socioeconômica vigente no Brasil é o causador primordial nas desarticulações das famílias, que são compreendidas como primeira base social tida pelas pessoas. A partir do momento em que as famílias ficam impossibilitadas de cumprirem papéis básicos para sobreviverem com cidadania e dignidade (em consequência da pobreza e da miséria), o próprio entendimento de família é abalado. “Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade” (Gomes e Pereira, 2005, p. 359).

Segundo as autoras acima, a desestruturação da família influencia diretamente também na desestruturação da própria sociedade, que fica refém de políticas públicas para tentarem mudar ou pelo menos criar possibilidades para a efetivação dos direitos das famílias e seus integrantes, os quais as crianças são os mais afetados a partir da vulnerabilidade, por serem oprimidos do sistema a qual os deixam às margens da sociedade.

Desse modo, a criação de políticas públicas sociais é imprescindível para a efetivação dos direitos que são privados pelas desigualdades sociais. No entanto, a vinculação dessas políticas públicas com os problemas sociais deve ser mais expressiva, com ações que de fato deem possibilidades efetivadas (Gomes e Pereira, 2005).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), enquanto uma política pública social promovida pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) - o

qual é nosso campo de estudo - traz em seus documentos norteadores algumas concepções, conceitos e normativas que, a partir de suas práticas, tendem a possibilitar essa “efetivação” dos direitos básicos às pessoas que estão às margens da sociedade. O SCFV:

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. Esse Serviço é ofertado de forma **complementar ao trabalho social com famílias (grifo nosso)** que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). **O SCFV possui caráter preventivo, protetivo e proativo (grifo nosso)** frente a situações de vulnerabilidades e riscos sociais e relacionais que possam resultar em rompimento dos vínculos familiares e comunitários. (Brasil, 2022, p. 14)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos entra como política fundamental para a diminuição das vulnerabilidades sociais presentes, de modo objetivo (questões físicas, de sobrevivência e semelhantes) e subjetivos (questões de experiências e vivências nos âmbitos sociais). Para que, a partir de suas ações, ocorra a diminuição das fragilizações ocorridas pela desestruturação da família, consequentes da vulnerabilidade social que influencia em maior ênfase os filhos, como mencionado anteriormente por Gomes e Pereira (2005).

Desse modo, buscaremos compreender, confirmar ou contraditar, como e se as crianças, enquanto filhos, podem e são influenciados na sua construção enquanto um ser social a partir dessas ações promovidas pelo SCFV, entendido enquanto uma política pública social vigente.

2.2 Infância e criança

Historicamente, a infância e a criança foram compreendidas a partir de diferentes perspectivas sociais através dos tempos (Azevedo e Sarat, 2015). A noção de infância e criança que hoje conhecemos foi construída através de estudos ao longo do marco histórico. E para entendermos um pouco dessa construção de identidade, perpassaremos por compreensões que foram estabelecidas nas diversas sociedades.

Segundo Campos (2012), o consentimento de infância não existia, isso fazia com que elas fossem por vezes abandonadas e desprezadas. A criança, desse modo,

era vista como um adulto pequeno, o que fazia com que elas fossem negligenciadas, pois não existia essa percepção de infância ou até mesmo de criança.

No Brasil, desde a colonização, a criança foi tratada como um meio de controle social, para seguir as premissas que aqueles indivíduos almejavam para sociedade futura. Segundo Azevedo e Sarat (2015), a colonização dos nativos pelos jesuítas, em forma de processo “civilizador”, começou pela educação, com maior ênfase nas crianças. Pois elas eram entendidas como um ser sem pressupostos, sem passado, como uma massa de modelar que pudesse ser moldada. A criança em sua infância era vista como pura, ingênua e vulnerável. Desse modo, eram moldadas desde o início para se adaptarem aos costumes e tradições da igreja, para que eles mesmos influenciassem na civilização futura.

[...] esta valorização da infância como momento propício às novas aprendizagens, conversão e civilização dos modos, levou à constituição de escolas criadas pelos jesuítas no Brasil ao longo do século XVI. [...] Tais escolas estavam voltadas para atividades como leitura, escrita, matemática e ainda aprendizagem de canto e música utilizada para facilitar a catequização. A escola tornou-se, para os jesuítas, um mecanismo de atração às crianças: utilizavam métodos pedagógicos centrados na disciplinalização do corpo e da alma, no intuito de fazê-los se desprender dos velhos costumes considerados bárbaros, rudes e selvagens, e adquirir a “civilização dos modos”. (Azevedo e Sarat, 2015, p. 23)

Embora atividades como leitura, escrita, matemática, canto e outras atividades fossem desenvolvidas, o principal objetivo era “civilizar” aqueles que não se encaixam nos padrões que os colonizadores desejavam. Podemos problematizar também um fato ocorrido, que diz muito sobre nossa sociedade através dos tempos: as desigualdades sociais.

A educação destacava também uma diferenciação social, onde a criança branca da casa grande tinha instruções dos jesuítas, sendo nas escolas ou particulares em casa. Para as crianças escravas, a educação não existia. O conhecimento era concebido através de várias distinções sociais, étnicas e raciais, como ser branco ou negro, rico ou pobre, morar na área urbana ou rural, dentre outras (Azevedo e Sarat, 2015). Desse modo, podemos perceber que a desigualdade social, pautada no acesso ou não acesso aos meios básicos, não é algo que surgiu na contemporaneidade, mas sim que vem através da história da própria criação da sociedade brasileira, culminando na vulnerabilidade social de determinados povos, como já mencionado em outros tópicos.

Avançando temporalmente, os entendimentos de infância e criança foram se modificando perante as sociedades, o que fez com que a criança tivesse direitos em lei, independentemente de sua classe social, etnia, raça, cor, ou qualquer outra particularidade que lhe diferencie (Brasil, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, representa um marco importante na luta pelos direitos das crianças e adolescentes, que agora são assegurados por lei. Não ficando apenas a dever da família e da escola, mas sim da sociedade em geral.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990, p. 13)

Desse modo, a preservação da criança enquanto ser de infância vai muito além do “cuidar” da família, mas engloba diversas concepções e procedimentos que visam garantir uma vida digna a essas pessoas.

Sendo assim, a criança, que a sociedade anteriormente não tinha consciência sobre sua infância, como mencionado por Campos (2012), passa a ter direitos, sendo um sujeito em construção. O ECA ao longo do seu documento deixa claro algumas normativas perante à criança e o adolescente. Dentre elas, começamos destacando a garantia de prioridade. A criança e o adolescente têm prioridade em diversas esferas, dentre elas: “Art. 4º - Parágrafo único. [...] b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; [...]” (Brasil, 1990, p. 14).

Outro ponto pertinente do ECA é justamente esse entendimento da criança enquanto ser em constante desenvolvimento. No Artigo 3º é enfatizado que a criança goza de todos direitos humanos, tendo proteção integral (já mencionado anteriormente), “[...] assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990, p. 13)

Em breve resumo, as crianças enquanto seres de direito devem ter oportunidades para se desenvolver, não apenas fisicamente, mas em todas esferas

sociais e também políticas, tendo assim total capacidade de gozar da vida pública plenamente.

Apesar do discurso bem produzidos pelo ECA, compreendemos que a realidade por vezes é cruel com esse público, onde crianças em situação de vulnerabilidade são reflexos do sistema, como podemos relacionar com o que foi relatado por Azevedo e Zarat (2015), onde a classe social, etnia, cor, raça e meio social entravam como fundante para distinguir as pessoas que tinham ou não oportunidades.

Vale salientar, como já mencionado anteriormente, que esse trabalho não entende a vulnerabilidade como consequência dos indivíduos que nela estão, mas sim no aspecto geral, desde a própria formação da sociedade brasileira, à privação de direitos e dentre outros aspectos que foram vistos nas diversas sociedades, que influenciaram diretamente na desigualdade social.

Falando mais especificamente das crianças, vemos que esses seres que estão em constante desenvolvimento, por vezes são restritos de um desenvolvimento indicado, por estarem fadados ao sistema que lhe é imposto. Desse modo, podemos destacar a importância do ECA, e o grande marco que esse documento através da lei representa.

Em síntese, os direitos mencionados no ECA e abordados também em outros documentos tendem a esclarecer que as crianças têm total direito à uma vida digna de existência, pois essas crianças e adolescentes são cidadãos em constante desenvolvimento físico, social e político. Mas, quais seriam esses desenvolvimentos tão falados que, mais especificamente as crianças, tendem a construir e desenvolver? Para tentar compreender sobre esse fenômeno questionado, abordamos os estudos de Vigotski (2018), em sua obra “Imaginação e criação na infância”, o qual destaca diversos aspectos do desenvolvimento da criança, que pode ser relacionado com nosso referido estudo.

A princípio, Vigotski acredita que a criança é um ser ativo e transformador da sua própria construção de desenvolvimento, diferentemente de algumas concepções de criança como sendo um ser passivo, o foco tradicionalista por vezes pautado no produto é escanteado, dando vez a importância do processo, como explicitado pelo referido autor, o qual reflete que:

Não se deve esquecer que a lei principal da criação infantil consiste em ver seu valor não no resultado, não no produto da criação, mas no processo. O importante não é o que as crianças criam, o importante é que criam, compõem, exercitam-se na imaginação criativa e na encarnação desta imaginação. (Vigotski, 2018, p. 100)

Esse pensamento focado no processo e não no produto reflete muito perante o entendimento do desenvolvimento da criança, onde as experiências tendem a impactar diretamente em suas escolhas, realidades e construções. O ser enquanto criança livre para criar, sem se preocupar necessariamente com o produto final, faz com que a liberdade - por vezes tirada das crianças através das instituições de ensino tradicionais – aflore novamente.

Desse modo, o papel das instituições ligadas diretamente com a perspectiva de formação e desenvolvimento das crianças devem propiciar experiências ricas que façam com que a construção do cidadão seja algo acessível a todos. Compreendemos assim o meio não como única responsável pelo desenvolvimento dos processos de imaginação e criação, mas sim como uma das partes fundamentais e indispensáveis.

Vigotski (2018) relata em diversos trechos do seu livro sobre a importância das influências e experiências como algo inato e fundamental ao ato de desenvolvimento da criança. A construção da imaginação toma forma a partir das interações, oportunidades e experiências que elas têm antes da construção de algo, durante ou depois, em um processo contínuo. A visão individualista do desenvolvimento da criatividade pela criança é refutada, de modo que para Vigotski, essa construção da criatividade vai muito além da individualidade, mas sim uma construção coletiva influenciada pelos meios em que aquela está inserida. Desse modo, ele aborda que "A imaginação costuma ser retratada como uma atividade exclusivamente interna que independe das condições externas ou, no melhor dos casos, que depende delas apenas na medida em que elas determinam o material com o qual a imaginação opera. [...] Na verdade, não é assim." (Vigotski, 2018, p. 43)

Fazendo ligação com a nossa instituição pesquisada, as políticas públicas promovidas pelo SCFV entram como potencialidades para a construção do desenvolvimento social das crianças, pois oferece diversas práticas culturais, sociais e políticas que englobam a necessidade de experiências vividas pelas crianças. Apesar de termos focado de acompanhar mais de perto as aulas de Jiu-Jitsu ofertadas pelo SCFV, também vivenciamos e ouvimos em diversos relatos de outras práticas ofertadas por esse programa como: futebol, aulas de violão, balé, e entre outras. Essa

diversidade de experiências oferecidas propicia a qualidade e oportunidades que essas crianças necessitam.

O SCFV tende a influenciar no desenvolvimento dessas crianças a partir dessas práticas cotidianas que apresentam. De certa forma uma desconstrução de aspectos negativos que são perpassados pela sociedade, como a exclusão e desigualdade social, já relatada anteriormente. Os serviços ofertados, desse modo, tendem a fazer o caminho oposto, tentando criar condições positivas para essas pessoas que necessitam de oportunidades.

As influências dos meios impactam diretamente no desenvolvimento do cidadão enquanto um ser de criação contínua. Sendo assim, as experiências passadas e presentes se entrelaçam para a construção do futuro. Vigotski (2018, p. 122) menciona que “A criação de uma personalidade criadora, projetada para o futuro, é preparada pela imaginação criadora que está encarnada no presente.” Nas teorias do referido autor, a construção do futuro é inerente às práticas que realizamos no presente.

A nova realidade da criança é desenhada a partir das práticas existentes durante toda sua formação enquanto cidadão. Vigotski acredita que a criança é um ser em constante construção e desconstrução, no processo de internalidade, elaboração, reelaboração e construção de uma nova perspectiva. Em síntese, a criança é um ser em constante desenvolvimento pessoal, como citado pelo autor supracitado:

[...] Os elementos de que são construídos foram hauridos da realidade pela pessoa, internamente, em seu pensamento foram submetidos a uma complexa reelaboração, transformando-se em produtos da imaginação. Finalmente, ao se encarnarem, retornam à realidade como uma nova força ativa que a modifica. Assim é o círculo completo da atividade criativa da imaginação. (Vigotski, 2018, p. 31)

Nessas perspectivas abordadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela obra “Imaginação e criação na infância” de Lev Vigotski, mencionados anteriormente, compreendemos a criança como um ser de direitos, pautados, inclusive, em lei pelo ECA, sendo também um ser em constante desenvolvimento social. Desse modo, as práticas educativas culminadas pelas políticas públicas, mais especificamente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), hipoteticamente, tendem a oportunizar e garantir o cumprimento dessas relações essenciais na formação da criança enquanto um cidadão em constante construção.

Tendo consciência que essas práticas educativas não estão exclusivamente nas instituições escolares educacionais, mas também através das práticas educacionais não escolares.

2.3 Educação não formal e práticas educativas

Historicamente, a educação foi entendida sobre diversas perspectivas, desde o que era compreendido por educação até do modo que a mesma era repassada. Geralmente, o entendimento de educação ficou restrito por muitos anos sob a luz do tradicionalismo institucional. Gohn (2011) relata que até 1980 a educação era unicamente vista a partir das instituições tradicionais, como a escola. Com o passar dos tempos, notou-se que a educação tão concebida unicamente como tradicional, ganhou novas concepções e modos. A educação que acontece fora dos muros da escola, ou mais especificamente “educação não formal”, ganha força nos enfoques das políticas e movimentos sociais, pelo entendimento da importância das práticas extraescolares para um desenvolvimento integral do indivíduo através de práticas educacionais em múltiplos locais.

Antes de adentrar no contexto da educação não formal, primeiro precisamos diferenciá-la da educação informal. Segundo Gohn (2011), educação informal é aquela em que você aprende nos seus meios “primários” como na convivência com a família, amigos, comunidades e semelhantes. Diferente da educação informal, a educação não formal é intencional, que tem sempre um objetivo coletivo. Apesar dessas diferenças, vale destacar que a construção do cidadão parte por meio das duas, a primeira sendo uma forma natural concebida pelos meios e a segunda a partir da direcionalidade de ações providas pelas políticas e movimentos sociais. Podemos relacionar essa construção do cidadão aos aportes teóricos de Vigotski, mencionados anteriormente.

A educação não formal tanto menosprezada através dos tempos ganha ênfase na sociedade contemporânea. Seu destaque de pertencimento se dá ao entendimento da importância da educação para a construção do ser. A educação é vista como confrontadora das injustiças sociais, e desse modo:

[...] é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição

da renda e da justiça social. Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de Educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc". (Gohn, 2011, p. 14)

Compreendemos então que a educação não formal ganha ênfase por sua potencialidade na construção da sociedade e de seus indivíduos, através de suas intencionalidades e objetivos. A referida autora conota algumas intencionalidades desses movimentos como: a coletividade, onde as práticas da educação não formal visam sempre a ação coletiva, mesmo que ao final ela se especifique em suas subjetividades pessoais; solidariedade, por práticas que visam a valorização do ser enquanto um ser social e solidário; a importância das experiências, na busca de criar possibilidades para que os sujeitos experienciem diversas práticas sociais que façam com que se desenvolvam, em um processo contínuo, e entre outros aspectos que favorecem na construção ativa do ser.

A educação, inclusive a não formal, citada por Gohn (2011, p. 106) como um processo de "[...] absorção, reelaboração e transformação da cultura existente", parte da mesma lógica dos pressupostos de Vigotski (2018) mencionados anteriormente. Os autores supracitados destacam a importância da variedade e riqueza das experiências enquanto inerentes ao desenvolvimento integral da criança e futuro cidadão.

Pensando na perspectiva da criança no SCFV, a construção da cidadania entra como foco dessa educação não formal, onde seu objetivo é ser linha de frente na batalha das injustiças criadas e perpetuadas pelo sistema. Sistema esse que perdura as desigualdades e que por vezes se omite em dar possibilidades para efetivação dos direitos constitucionais. Cabe-nos antes de entrarmos em Freire, referente às práticas educativas, deixarmos uma passagem na obra de Gohn, que reflete certos aspectos de nossa sociedade dita "contemporânea":

No Brasil, a construção da cidadania ocorre de forma inversa àquela que se dá nos países do chamado Primeiro Mundo. Aqui, não basta a promulgação de leis porque elas são insuficientes. A cidadania surge então como resultado de um processo histórico de lutas da qual as leis são um de seus momentos. (Gohn, 2011, p. 96)

A construção da cidadania pode se dar sobre diversas perspectivas. Partiremos da educação e das práticas educativas como essenciais e indispensáveis para assegurar, ou pelo menos possibilitar essa construção ativa. Freire (2009),

compreende que as práticas educativas partem não apenas da educação formal, mas enquanto um todo, nas relações, vivências e experiências. Desse modo, o homem é entendido enquanto um ser de relações e transformador de sua própria realidade a partir do momento que ele se integra ou é integrado no mundo.

Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é. [...] Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade. A captação que faz dos dados objetivos de sua realidade [...] é naturalmente crítica, por isso, reflexiva e não reflexa [...]. (Freire, 2009, p. 47 - 48)

O ser não vira mero reprodutor e reflexo do que faz ou vive, mas sim, cria a capacidade de refletir o que aprendeu e vivenciou. A partir de suas relações críticas, ele desenvolve a capacidade de ser transformador de sua realidade. Se partirmos do nosso público alvo (crianças), a partir das práticas educativas propostas pelo SCFV, as crianças tendem a estabelecer relações críticas que lhe permitam transformar sua realidade. Apesar de teoricamente parecer fácil, compreendemos que essa construção/mudança da realidade depende de diversos fatores que, em conjunto, se associarão para esse possível/provável desenvolvimento integral.

Freire (2009) destaca a importância da reflexão das práticas educativas críticas para o próprio desenvolvimento da ação futura. Nessa perspectiva, a partir das práticas educativas, as crianças desenvolvem capacidades sociais, culturais e políticas. Ele deixa de ser um expectador de sua história para ser o protagonista.

Relacionando com os movimentos do SCFV, consideramos como de fundamental importância a construção desse ser “ativo”. Por vezes, a criança é entendida como um ser passivo na construção do conhecimento, alusivo a uma folha em branco que deve ser preenchida por conhecimentos de superiores (na maioria das vezes professores). Isso reflete não só na sua infância, mas também nas outras etapas da vida, onde a passividade dos sistemas tradicionais tende a fazer com que aquelas pessoas que estejam às margens da sociedade não tenham voz. Desse modo, a inibição política é acarretada pelo próprio sistema tradicional, em um loop, que vai muito além do tempo, envolvendo questões culturais, sociais e políticas.

O entendimento de ser ativo na construção de Freire a partir de práticas educativas vai de contra esse sistema que perpetua condições sociais, fazendo com

que esse ser crítico em construção seja capaz de, a partir da ação-reflexão-ação, ter também o poder da criação, e de ser o protagonista de sua própria história.

Freire (2009) critica a passividade da educação tradicional, tendo em vista suas limitações referentes à capacidade de uma educação integral dos educandos. Desse modo, o mesmo cita outros meios de práticas educativas, como círculos de cultura e temas geradores, trazendo a educação popular - que tanto foi deixada de lado - para a construção do saber. Para o referido autor, os saberes da educação popular são a base para a construção dos diversos saberes, em um elo que une e cria laços na construção desse ser ativo.

As novas práticas educativas fora da escola, são necessárias para preencher lacunas que venham a ser desenvolvidas pelos métodos tradicionais escolares. Freire (2009), em sua obra citada (*Educação como prática da liberdade*), destaca que as práticas educativas, usando a criticidade como base, tendem a capacitar os indivíduos para que eles também desenvolvam essa criticidade, que possivelmente será usada na construção de sua própria realidade, não ficando fadado apenas a estereótipos sociais criados e perpetuados através dos tempos.

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também será. (Freire, 2009, p. 114)

A partir de Paulo Freire, compreendemos que o desenvolvimento da criança a partir da perspectiva de método de “ação-reflexão-ação” tende a culminar na criação da criticidade interna de cada indivíduo, que tem força para ser externalizada, com objetivo de construção de sua própria realidade. O ser que era entendido, por vezes, como um ser passivo, ganha “oportunidade” de lutar por sua nova realidade almejada, tanto oprimida e negligenciada pelos diversos meios sociais vigentes na sociedade contemporânea.

3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A referente pesquisa configura-se como uma pesquisa de campo etnográfica, porque além das entrevistas e questionários, também foram feitas observações no campo pesquisado, mais especificamente no período de 30h. Abordagem é

qualitativa, visando a compreensão do fenômeno estudado enquanto um todo. A coleta de dados consistiu-se da seguinte forma:

- Para o professor e orientadora, as perguntas foram feitas através de formulário no aplicativo WhatsApp, com perguntas abertas, onde os mesmos poderiam responder onde desejar, trazendo liberdade nas respostas, que segundo Marconi e Lakatos (2010), poderiam ser inacessíveis com a presença do pesquisador. Dentro do questionário, abrimos sempre a opção de explicar sua resposta, fazendo com que os mesmos se sintam à vontade para expressar seu ponto de vista, e não ficar “preso” a responder sobre uma perspectiva fechada;
- Para os/as alunos/as, a forma escolhida para fazer as perguntas foi a entrevista despadronizada e focalizada, a qual segundo Marconi e Lakatos (2010), permite maior liberdade para o pesquisador direcionar as perguntas conforme o desenrolar da entrevista, seguindo apenas tópicos. Escolhemos o determinado modelo de coleta de dados por entender que seria mais acessível para os/as pesquisados/as, que foram 15 crianças com faixa etária entre 6 e 10 anos, onde hipoteticamente os mesmos não responderiam com naturalidade se fosse através de formulário, ou até em forma de entrevista padronizada. As respostas dos entrevistados quando colocados no texto, contarão com a referência “aluno/a” e um número ao lado. Isso equivale a transcrição nossa, não remetendo à importância ou semelhante, mas apenas em sequência aleatória no momento da transcrição.

Como critério de inclusão, consideramos todos/as alunos/as presentes nos dias que visitamos o projeto, e como critério de exclusão são: alunos/as que não quiseram participar das entrevistas.

Os dados obtidos através dos questionários e entrevistas foram coletados na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica 3 – Movimentos Sociais, no semestre 2023.1, disciplina conduzida pela professora Dr. Allene Lage. A qual elaboramos uma pesquisa de campo em movimentos sociais como requisito para aprovação na disciplina. Pelo objeto de estudo ser diretamente relacionado à nossa referida pesquisa, achamos coerente aproveitar os dados obtidos, tendo em vista a riqueza

desses dados que foram alcançadas através do estudo. Salientamos também que a análise será direcionada visando a compreensão do nosso fenômeno estudado. Os dados foram coletados mais especificamente durante aulas de Jiu-Jitsu ofertados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Para embasar nosso aporte teórico, foram pesquisadas as temáticas: políticas públicas, SCFV, infância, educação não formal e práticas educativas. Usamos a plataforma Anped, por interpretar que a mesma é referência em aporte teórico. Apesar dessa nossa compreensão sobre a Anped, notamos que os textos não condiziam com nossa pesquisa, desse modo, não foram utilizados. Usamos então, como principal base teórica, livros e artigos que foram disponibilizados por professores e estudantes do nosso meio acadêmico, além de uma pesquisa mais aprofundada sobre os diversos autores e obras que estavam relacionados com a nossa temática.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados consiste na interpretação dos dados obtidos, relacionando-os com os aportes teóricos estudados. Seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa, partiremos do entendimento que:

[...] a análise e a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não terem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor. (Gomes, 2015, p. 79)

A partir dessa concepção de análise e interpretação dos dados, dividiremos a análise a partir de três tópicos, com objetivo de facilitar a compreensão do fenômeno estudado.

4.1 O Jiu-Jitsu e a vulnerabilidade social

O Jiu-Jitsu, enquanto prática de movimentos de combate corpo a corpo, não traz consigo apenas essa função. O mesmo pode ser utilizado enquanto instrumento

de lazer, autocuidado, promoção da saúde, entre outros, inclusive enquanto prática social. Mayer e Andrade (2015) relatam que além da prática, o Jiu-Jitsu também agrega a seus competidores valores morais e éticos, servindo para desenvolvimento social dos mesmos.

Quando perguntados como consideram que o Jiu-Jitsu pode influenciar na vida dos praticantes, o professor e a orientadora social responderam sobre algumas perspectivas, onde o professor acredita que ao praticá-lo, o Jiu-Jitsu “Ajuda na autoconfiança delas, pois são crianças muito inseguras por falta de apoio dos pais. Ajuda também em eles conseguirem sair de situação de risco em determinadas situações, e também no meio social onde elas vivem” (Professor em questionário realizado em 07/03/23). Embora, desde o princípio da pesquisa já tenhamos notado isso, o professor e a orientadora social relataram a referente situação, onde quando perguntados em que classe social as crianças do projeto estavam, explicitaram que: “Classe média baixa” (Professor em questionário realizado em 07/03/23), onde “A grande maioria, ou se não todos, pertencem a classe social menos favorecida” (Orientadora Social em questionário realizado em 07/03/23).

Pensando nessa perspectiva social, podemos imaginar a situação de muitas famílias brasileiras, as quais vivem em situação de vulnerabilidade. Gomes e Pereira (2005, p. 360), já mencionadas anteriormente, relatam que “A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego”, de modo que tendem a trabalhar mais, por terem que sustentar filhos, maridos/esposas, e até outros familiares, pela renda ser reduzida. Um relato de uma criança do projeto reflete bastante essa situação: “Eu moro com minha avó, porque meus pais não têm tempo de cuidar de mim. Aí aqui eu pratico Jiu-Jitsu, Futebol e Violão” (Aluno/a 1 em entrevista realizada em 07/03/23).

Alguns relatos nos tocaram no encarte das entrevistas indiretas, onde os/as alunos/as no gesto espontâneo da fala e conversação afirmaram situações que já imaginávamos perante a prévia observação. Destacamos também uma fala de uma criança, sobre o motivo para se praticar Jiu-Jitsu, onde o mesmo dialoga que luta “[...] para se defender dos mais fortes, mas não brigar, não pode. Luto desde 2019, e gosto de lutar [...]” e completa desabafando que “[...] uma pessoa que nunca deu valor a mim foi meu pai, não sei nem o nome. Minha mãe, meu avô e minha avó gostam de mim” (Aluno/a 2 - 7 anos - em entrevista realizada em 07/03/23). Um relato comovente,

principalmente partindo de uma criança de apenas 7 anos, que tem que enfrentar as barreiras sociais, onde as famílias em situações de vulnerabilidade tendem passar, primeiramente pelo tocante do “precisar se defender” e depois pelo abandono de parentes.

A vulnerabilidade social traz diversos problemas familiares, como mencionado por Gomes e Pereira (2005), onde as pessoas que vivem na pobreza e miséria não enfrentam apenas problemas econômicos, mas também sociais. A casa que, deveria ser um local de afeto, por vezes se torna local de privação e instabilidade afetiva.

Quando questionada sobre como o Jiu-Jitsu pode influenciar na vida das crianças do projeto, a orientadora social declara que “O Jiu-Jitsu como diversos esportes auxilia no desenvolvimento da concentração, disciplina, respeito, condicionamento físico, entre outras coisas” (Orientadora Social em questionário realizado em 07/03/23), uma visão semelhante a Fernandes (2022), onde o mesmo considera que a prática do Jiu-Jitsu não desenvolve apenas aspectos motores de técnicas, mas sim uma evolução ampla do praticante, cidadão em construção. E desse modo, age como importante para o desenvolvimento dessas crianças em situação de vulnerabilidade social.

Podemos relacionar a fala do autor citado acima com as teorias de Vigotski (2018), onde a experiência (nesse caso das aulas práticas de Jiu-Jitsu) entram como de fundamental importância para construção social e crítica dos mesmos. Desse modo, a prática do Jiu-Jitsu não se solidifica apenas na prática, mas na construção do indivíduo de forma integral.

4.2 Cidadania das crianças

Em uma sociedade, a cidadania é de fundamental importância dentro do contexto social, a mesma é entendida por Monteiro e Castro (2008) como junção de direitos inerentes aos indivíduos da sociedade. Embora a criança seja cidadã da sociedade, segundo as autoras citadas acima, a mesma por vezes tem seus direitos de cidadania negligenciados. Podemos relacionar diretamente com a própria estrutura da sociedade brasileira, que desde o início de sua formação privilegiou grupos sociais em razão de outros, distinguindo-as por raça, etnia, cor e outros aspectos (Azevedo e Zarat, 2015). Isso foi se perpetuando e passado de geração em geração, causando as desigualdades sociais que conhecemos na contemporaneidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), como já mencionado, traz diversos artigos falando sobre os direitos à cidadania das crianças e adolescentes e como os mesmos devem ser respeitados. Desse modo, entende-se a cidadania da criança sobre duas perspectivas, primeiramente compreendendo que a criança tem o direito à cidadania, e em segundo também compreender que por vezes esses direitos podem ser negligenciados perante a sociedade em que a mesma vive. Onde segundo Gomes e Pereira (2005), as crianças são as mais afetadas pela vulnerabilidade social, acarretadas pela pobreza ou miséria que os pais e a comunidade se encontram.

Para tentarmos entender o fenômeno apontado, primeiramente perguntamos ao professor e a orientadora social, como consideram que as aulas de Jiu-Jitsu do projeto possam influenciar na comunidade. Os pesquisados relataram que acreditam que a prática do Jiu-Jitsu no projeto traz um desenvolvimento a longo prazo, de modo que:

A criança de hoje é o adulto do amanhã, então espera-se que o sujeito que em sua infância teve a oportunidade de desenvolver práticas que socialmente são positivas como: o respeito, autoconfiança, a disciplina, o lidar com as emoções de uma forma não violenta, que o esporte oferece, conseguirá construir uma sociedade melhor (Orientadora Social em questionário realizado em 07/03/23), influenciando de boas maneiras [...] pois plantamos uma semente na cabeça deles, de uma boa conduta, e serão cidadãos de bem (Professor em questionário realizado em 07/03/23).

Os sujeitos questionados partiram da premissa que o desenvolvimento através das experiências que as crianças estão tendo durante o projeto irão influenciar diretamente em suas condutas futuras, de modo a ser uma construção a longo prazo. Podemos relacionar com Vigotski (2018), onde o mesmo declara que a riqueza das experiências que a criança tem é de fundamental importância na sua construção social crítica; e com Freire (2009), onde a partir da ação, cria-se uma reflexão, que por fim culmina em outra ação. Um desenvolvimento constante pautado na ação-reflexão-ação. Berger (2021) reforça também que o esporte em geral tem grande potencial para desenvolvimento de princípios, que se estabilizam no indivíduo ao passar dos anos. Pensamento esse que tem concordância com o parecer dos pesquisados.

Em segundo ponto, buscamos compreender como de forma direta, as práticas do Jiu-Jitsu podem influenciar na construção da cidadania dessas crianças, e uma resposta nos chamou atenção, vindo da orientadora social, a qual diz que o SCFV:

[...] tem como um de seus objetivos promover a interação contínua de diferentes crianças/adolescentes de idades distintas, neuro atípicas, negras e brancas, em um ambiente de experiências e discussões sociais, que possibilita a criança ter vivência e compreensão daquilo que é diferente de uma forma que outros lugares não conseguiriam proporcionar, o que acaba ajudando na construção da cidadania do sujeito. As oficinas ofertadas como o próprio Jiu-Jitsu, música e futebol também são fatores importantes. Sem contar que de forma semanal acontecem as orientações sociais, que são momentos de diálogo e ludicidade a respeito de um determinado tema social previamente escolhido, e que tem como um dos objetivos também contribuir para a construção da cidadania, através do conhecimento. Alguns temas que já foram trabalhados: o bullying, racismo, colonização, o ECA, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, e entre outros (Orientadora Social em questionário realizado em 07/03/23).

Essa compreensão do desenvolvimento da cidadania das crianças a partir da percepção da orientadora social perante o projeto traz uma indagação anteriormente abordada: a desigualdade social. Onde em sua maioria, por ser de classe social baixa ou média-baixa, tendem a sofrer discriminação. Gomes e Pereira (2005) relatam que a desigualdade social parte da situação econômica e da distribuição de oportunidades, tendo relação direta as duas. Desse modo, entendemos que cabe a esses projetos incitarem práticas sociais do próprio conhecimento de inclusão, relatado pela orientadora social, ao se trabalhar com debates sobre bullying, racismo, e entre outros temas, para a quebra desses paradigmas, em um ato político de construção do cidadão consciente que se almeja. Com o objetivo de “[...] agregar valores às crianças, onde eles vão repassar para frente, na vida adulta, também incluir as pessoas que muitas vezes são discriminadas pela própria sociedade” (Professor em questionário realizado em 07/03/23).

Enfim, partindo da análise dos aportes teóricos em junção com os dados obtidos durante a pesquisa, acentuamos a importância do referente projeto em geral, para desenvolvimento da cidadania das crianças envolvidas no mesmo, trazendo possíveis futuros benefícios como o desenvolvimento de um cidadão mais resiliente com as questões da sociedade em que vive.

4.3 Práticas educativas e sociais

As práticas educativas podem ser entendidas em uma visão ampla de educação, onde não é restrita apenas a educação escolar, mas sim nos mais diversos grupos sociais (Gohn, 2011). Partindo dessa premissa, as práticas educativas estão

em basicamente todas ações políticas dos indivíduos, de forma consciente e/ou inconsciente. Pensando no nosso estudo, as práticas educativas são também práticas sociais, onde as mesmas se relacionam para o desenvolvimento do cidadão da sociedade que almeja. Quando falado em práticas educativas, partimos da análise sobre duas perspectivas: onde a primeira busca compreender as práticas educativas e sociais na visão do professor, e em segundo momento na observação contínua das práticas educativas e sociais durante as visitas ao projeto.

Partindo da primeira visão, foi perguntado aos pesquisados (professor e orientadora social), quais as práticas educativas que são abordadas durante as aulas de Jiu-Jitsu no projeto, onde o professor acredita que são desenvolvidas práticas educativas como “[...] a disciplina, respeito, organização, conduta e foco” (Professor em questionário realizado em 07/03/23), relatando que as mesmas trarão futuros benefícios, de modo que os mesmos sejam “[...] futuros cidadãos que possam contribuir com a sociedade de maneira correta e justa” (Professor em questionário realizado em 07/03/23). A Orientadora Social também compartilhou da mesma concepção, citando a importância do respeito e da amizade. Berger (2021) compartilha da mesma visão dos questionados, onde acredita que o Jiu-Jitsu é importante na construção de atitudes morais positivas e justas, e que essas práticas educativas não formais influenciam na construção da criança/adolescente.

Partindo da percepção de observação da consolidação ou não consolidação do discurso de práticas educativas, buscamos tentar compreender o fenômeno estudado a partir dos discursos espontâneos das crianças, professor e orientadora social. Notou-se que a todo momento essas práticas educativas mencionadas foram comprovadas com eficácia, onde as crianças demonstram clareza da prática educativa do respeito e das boas maneiras, em seus discursos como “os professores orientam a se defender, a não brigar e não falar palavrões” (Aluno/a 3 em entrevista realizada em 07/03/23), acrescentando que podem usar o Jiu-Jitsu fora do projeto apenas para se defender, o que é diferente de “brigar”. E também demonstram em seus comportamentos, onde quando uma criança diz uma ofensa a outra, eles próprios demonstram o descontentamento pela atitude, através de frases como “[...] não pode falar palavrão”, “professor, ele tá querendo brigar, não pode” (Alunos/as em entrevistas realizadas em 07/03/23), e entre outros, que confirmam a visão de entendimento sobre as maneiras de se importar com respeito e amizade. É notado

assim, que as experiências positivas (Vigotski, 2018) para desenvolvimento da reflexão (Freire, 2009) influenciaram na construção da criticidade dos indivíduos.

Foi observado também, a todo momento, que o professor e a orientadora social demonstram controle sobre as regras de convivência que são fixadas, onde quando descumpridas por parte de algum integrante, é chamada atenção para consertar o erro, com discursos como: “pode chamar palavrão?”, “pode brigar?”, “pode fazer isso?” (Professor e Orientadora Social em questionários realizados em 07/03/23), frases curtas que indagam sobre suas condutas, e o que pode ou não ser feito. Outro fato interessante de destacar, que em nossa percepção retrata o respeito ao próximo, é o cumprimento de início e encerramento da disputa de combate corpo a corpo do Jiu-Jitsu nesse projeto, onde ao iniciar e terminar uma disputa, os dois competidores se cumprimentam com um aperto de mão ou outra saudação.

Apesar do projeto ser um pouco rigoroso em relação às normas de convivência, notou-se que os praticantes reagem de forma positiva às mesmas, pois tratam a prática do Jiu-Jitsu com entusiasmo. Onde quando perguntados se gostavam das aulas de Jiu-Jitsu, todos responderam que sim, com frases como: “gosto muito da aula”, “gosto de lutar”, “fico ansioso para chegar o dia”, “acordo cedo animado para vir lutar” (Alunos/as em entrevistas realizadas em 07/03/23). A boa relação das crianças também demonstra a afetividade, que pode compensar caso haja alguma escassez dela em casa. A importância do sentimento e subjetividade da criança também é levada a sério, onde observa-se a compreensão dela enquanto um ser ativo na sua construção enquanto cidadão, também mencionados anteriormente por Vigotski (2018) e Freire (2009).

Uma situação interessante que podemos ressaltar foi de um acontecimento pós aula do projeto, onde ao final, após perder para uma criança adversária, um/a aluno/a começou a chorar, e no mesmo momento a orientadora social e o professor vieram consolá-lo e explicar que nem sempre se ganha, às vezes também perdemos, e isso faz parte da prática de atividades competitivas. O saber ganhar, mas também saber perder, entender que faz parte.

Nessa perspectiva, Antonio e Almeida (2013) destacam que a prática esportiva é de essencial importância para o entendimento do saber ganhar e também aceitar a perda. Isso pode ser levado não apenas para o projeto, para o esporte, aula ou semelhante, mas o aluno/a tende a levar isso para a vida.

Enfim, a partir da análise dos dados obtidos, compreendemos que existem diversas práticas educativas presentes no referido projeto, baseadas no respeito, empatia e amizade, que condizem desde o momento de dar oportunidade para as crianças, onde possivelmente as mesmas não teriam condições financeiras de usufruir dessas práticas se fossem pagas, e do acolhimento que os responsáveis pelo projeto têm com as crianças, criando de certa forma uma afetuosidade mútua.

Desse modo, deixo aqui a importância do Jiu-Jitsu e do projeto em geral, para as crianças e famílias, a partir da visão do professor e da orientadora social:

Entre os pontos positivos posso citar alguns: o próprio conhecimento ofertado através das oficinas que talvez se não fosse pelo SCFV a criança não teria acesso, os pais não teriam condições de pagar. Com a convivência no dia a dia em um ambiente que é visto como menos "formal" que a escola, torna-se mais fácil a identificação e a denúncia em casos de violação de direitos para com a criança. Outro ponto possível é que o SCFV ocupa o tempo em que a criança possivelmente estaria na rua sem supervisão ou trabalhando, e então lá a criança está usufruindo do seu direito de ser criança, brincar, aprender... (Orientadora Social em questionário realizado em 07/03/23). A importância desse projeto consiste na prática da inclusão, bem estar e o cuidado das crianças (Professor em questionário realizado em 07/03/23).

5 CONSIDERAÇÕES

A partir dos aportes teóricos previamente estudados, e da análise dos dados obtidos através do referido estudo de campo, notou-se que as práticas educativas através das políticas públicas sociais do SCFV influenciam diretamente no desenvolvimento social dos envolvidos. Notou-se que o serviço de convivência adentra como meio de acolhimento dessas crianças que desde cedo já enfrentam barreiras impostas pela sociedade.

Desse modo, conclui-se que as práticas educativas do Jiu-Jitsu no SCFV de Toritama influenciam diretamente na construção da cidadania das crianças praticantes, de modo que os acolhem na "luta" pelo direito dos menos favorecidos e por vezes excluídos sociais. Além da construção da criticidade, respeito, amizade, entre outros aspectos observados. Que servem de influência positiva na construção da cidadania da criança, e desenvolvimento do futuro adulto na sociedade a que almeja, onde as barreiras podem ser derrubadas a partir da própria "voz" daqueles que muitas vezes são empáticos de falar.

Cabe o nosso último parecer, ressaltamos a importância das políticas públicas sociais e das práticas educativas não formais na construção da cidadania das crianças enquanto um ato integral do desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Beatriz de Araujo; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Reflexão: a importância do esporte na vida de crianças carentes. **EFDesportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, ano. 17, n. 177. 2013. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd177/esporte-na-vida-de-criancas-carentes.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AZEVEDO, Gislaíne; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.13 p.19-33, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://share.google/KCTLHYFuaJChMkQU>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BERGER, Artur Goulart. **Contribuições da pedagogia do esporte e do desenvolvimento positivo de jovens para a formação do cidadão**. 2021. Dissertação de Mestrado (Mestrado de Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/233399/001135311.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Edição revista e atualizada. Brasília, jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

CAMPOS, Raquel Discini. Philippe Ariès: a paixão pela História. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n 1, p. 269-284. 2012. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-11.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FERNANDES, Robson Marques. **O Jiu-Jitsu brasileiro como conteúdo nas aulas de Educação Física Escolar**: uma abordagem metodológica a partir da pedagogia crítico-superadora. 2022. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43868/1/2022_RobsonMarquesFernandes.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Mônica Araújo Gomes; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 79-108.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cede**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 31. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAYER, Carlos Henrique Silva; ANDRADE, Pâmela Nascimento. **Os valores éticos das artes marciais e sua presença na prática**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<https://cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/Carlos%20e%20Pamela%20-%20OS%20VALORES%20ETICOS%20DAS%20ARTES%20MARCIAIS%20E%20SUA%20PRESEN%C3%87A%20NA%20PRATICA.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MONTEIRO, Renata Alves de Paula; CASTRO, Lúcia Rabello de. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para cidadania de crianças e jovens. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 16. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2008000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 dez. 2025.

TORRENS, Antonio Carlos. Poder Legislativo e políticas públicas: Uma abordagem preliminar. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496980>>. Acesso em: 07 ago. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico**. Tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: DESCRIÇÃO E REFLEXÃO

 DOI: 10.5281/zenodo.20950205

Rafaela Vieira Barros

Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/Campus Barra do Corda).

E-mail: rafahvieira67@gmail.com

Isael da Silva Sousa

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Professor adjunto na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/Campus Barra do Corda).

E-mail: isaelsousah@gmail.com

Gislaine Cristina da Silva

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT).

Professora da UNEMAT Campus pontes e Lacerda.

E-mail: gislaine.silva@unemat.br

Francineli Cezarina Lara

Doutora em linguística pela Universidade Complutense de Madrid em cotutela pela Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Professora do curso de

Letras da UNEMAT Campus universitário de Cáceres.

E-mail: francineli.lara@unemat.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), desenvolvida por Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018), para o ensino de gramática e de língua portuguesa. A pesquisa

fundamenta-se na concepção de linguagem como atividade representação, na qual os sentidos resultam de operações cognitivas e linguísticas realizadas pelos sujeitos em situação. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e analítico-interpretativa, cujo corpus é constituído por quatro artigos científicos selecionados a partir de critérios de pertinência teórica e metodológica. Cada artigo é analisado em seção específica, o que possibilita a descrição das operações mobilizadas em diferentes propostas de ensino e o estabelecimento de relações entre distintos recortes analíticos. Os resultados indicam a possibilidade de deslocamento de abordagens normativas e dicotômicas em direção a práticas que consideram o funcionamento da língua em uso, especialmente no que se refere à articulação entre atividades de leitura, interpretação e reflexão gramatical. Conclui-se que a TOPE oferece fundamentos teóricos consistentes para a elaboração de propostas de ensino que tomam a gramática como instrumento de análise das operações enunciativas e da construção de valores no funcionamento da linguagem.

Palavras-chave: TOPE. Leitura. Ensino de gramática.

ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of the Theory of Predicative and Enunciative Operations (TOPE), developed by Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018), to the teaching of grammar and Portuguese language. The study is grounded in the conception of language as an activity of construction and regulation of values, in which meanings result from cognitive and linguistic operations performed by subjects in situation. From a methodological perspective, this is a qualitative study of a bibliographical and analytical-interpretative nature, whose corpus consists of four scientific articles selected according to criteria of theoretical and methodological relevance. Each article is examined in a specific section, allowing for the description of the operations mobilized in different teaching proposals and for the establishment of relations among distinct analytical frameworks. The results indicate the possibility of moving away from normative and dichotomous approaches toward practices that take into account the functioning of language in use, particularly with regard to the articulation between reading activities, interpretation, and grammatical reflection. It is concluded that TPEO provides consistent theoretical foundations for the development of teaching proposals that consider grammar as an analytical tool for examining enunciative operations and the construction of values in language activity.

Keywords: TOPE. Reading. Grammar teaching.

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa no contexto escolar brasileiro tem sido historicamente marcado por tensões entre diferentes concepções de língua, linguagem e gramática. Essas tensões não se restringem a debates teóricos abstratos, mas se materializam diretamente nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos e nas formas de avaliação adotadas em sala de aula.

Durante décadas, predominou no ensino da língua materna uma abordagem fortemente normativa, centrada na memorização de regras gramaticais, na classificação de estruturas e na correção formal dos enunciados, como se a língua fosse um sistema fechado, homogêneo e independente dos sujeitos que a utilizam (Travaglia, 1996).

Assumimos, neste artigo, que essa perspectiva puramente normativa produz efeitos limitadores sobre a aprendizagem, uma vez que desconsidera o caráter dinâmico, variável e situado da linguagem. Ao privilegiar exercícios mecânicos de identificação e rotulação gramatical, esse modelo tende a afastar o aluno da reflexão sobre o funcionamento efetivo da língua e da produção de sentidos nos textos. Assim, a crítica ao ensino tradicional de gramática não se resume a uma rejeição da norma, mas a uma problematização do modo como a gramática é concebida e ensinada.

Nesse cenário, diferentes correntes teóricas passaram a defender a necessidade de um ensino de Língua Portuguesa que articule gramática, leitura, escrita e oralidade, compreendendo a língua como prática social e como atividade de significação. Os documentos oficiais que orientam a educação básica no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular, incorporam essas discussões ao enfatizar o trabalho com gêneros textuais e com práticas de linguagem situadas. No entanto, a simples adoção desses documentos não garante, por si só, uma mudança efetiva nas práticas docentes, especialmente quando persiste uma concepção estruturalista ou normativa subjacente ao trabalho com a língua.

É nesse contexto de busca por referenciais teóricos mais coerentes com o funcionamento real da linguagem que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), desenvolvida por Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018), ganha relevância para a reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa. Diferentemente de abordagens que concebem a língua como um sistema autônomo de formas, a TOPE parte do princípio de que a linguagem é uma atividade cognitiva e interacional, por meio da qual os sujeitos constroem representações do mundo, regulam relações intersubjetivas e produzem sentidos em situações concretas de enunciação.

Ao deslocar o foco da análise linguística para as operações que sustentam a construção do sentido, a TOPE oferece instrumentos conceituais para repensar o ensino da gramática, da leitura e da interpretação textual. Em vez de tratar as categorias gramaticais como entidades fixas e estáveis, essa teoria propõe

compreendê-las como marcas de operações subjacentes. Essa perspectiva permite superar a dicotomia entre forma e sentido, frequentemente reproduzida no ensino escolar, e favorece uma abordagem reflexiva da língua, centrada na atividade epilinguística dos alunos.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar propostas de ensino de Língua Portuguesa desenvolvidas por pesquisadores que se filiam a TOPE, buscando compreender de que modo esses estudos articulam teoria linguística e prática pedagógica. Mais especificamente, pretende-se examinar como esses autores mobilizam conceitos centrais da TOPE para problematizar o ensino tradicional de gramática, propor atividades de leitura e interpretação textual e refletir sobre a formação do sujeito enunciador no contexto escolar.

Parte-se da hipótese de que as propostas de ensino de Língua Portuguesa ancoradas na TOPE promovem um deslocamento significativo em relação ao ensino normativo de gramática, ao compreenderem as categorias gramaticais como marcas de operações subjacentes à construção e à regulação de valores enunciativos. Sustenta-se que, ao orientar atividades de leitura e interpretação a partir da descrição dessas operações, tais propostas favorecem uma abordagem reflexiva do funcionamento da língua, na qual a gramática se configura como instrumento de análise da atividade de linguagem, e não como um conjunto autônomo de regras.

Assim, além desta introdução, este artigo organiza-se em quatro seções. Na primeira, são apresentados os pressupostos teóricos da TOPE. Na segunda, descrevem-se os procedimentos metodológicos e o corpus da pesquisa, constituído por quatro artigos científicos, bem como fazemos a descrição dos artigos selecionados e a síntese conclusiva. Por fim, apresentam-se as nossas considerações finais.

A LINGUAGEM COMO ATIVIDADE: FUNDAMENTOS DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS

A TOPE constitui o eixo teórico central deste estudo, ao propor uma concepção de linguagem radicalmente distinta das abordagens que a tomam como sistema fechado de signos ou como instrumento transparente de comunicação. Para Culioli (1990), a linguagem é, antes de tudo, uma atividade cognitiva e intersubjetiva, por meio da qual os sujeitos constroem, regulam e ajustam sentidos em situações de enunciação.

Nessa perspectiva, o sentido não é dado previamente, nem reside nas palavras isoladas ou nas estruturas gramaticais em si mesmas. Ele emerge das operações de linguagem realizadas pelos sujeitos, operações essas que articulam dimensões cognitivas, linguísticas e sociais. Tal concepção implica reconhecer a instabilidade constitutiva do sentido, bem como a necessidade de procedimentos analíticos que deem conta da variabilidade semântica e da heterogeneidade dos usos linguísticos (Culioli, 1999b; Franckel, 2011).

No quadro teórico da TOPE, a linguagem é compreendida como uma atividade tripla, isto é, uma atividade de representação, referenciação e regulação. A operação de representação refere-se à constituição das noções, isto é, à maneira como os sujeitos apreendem e categorizam suas experiências no mundo. Essas representações não são universais nem estáveis, mas construídas histórica e culturalmente, variando conforme os contextos e os sujeitos envolvidos (Culioli, 1990).

A referenciação diz respeito à ancoragem dessas representações em coordenadas espaço-temporais e situacionais, permitindo que os enunciados se relacionem a estados de coisas específicos. Já a regulação governa os ajustes intersubjetivos realizados na enunciação, envolvendo aspectos como modalização, tomada de posição e negociação de sentidos entre os interlocutores (Franckel, 2011).

Essas operações não são observáveis diretamente, sendo reconstruídas pelo linguista a partir das marcas linguísticas presentes nos enunciados. Tal reconstrução exige um olhar atento às escolhas léxico-gramaticais, às reformulações e às variações possíveis, o que reforça o caráter interpretativo da análise linguística. No contexto educacional, compreender essas operações permite repensar o ensino de língua portuguesa, deslocando-o de uma abordagem normativa para uma perspectiva reflexiva e interpretativa.

GRAMÁTICA EM FUNCIONAMENTO: SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA FORMA/SENTIDO

No âmbito do ensino de língua portuguesa, a fundamentação teórica deste trabalho dialoga com estudos que criticam a fragmentação entre gramática e texto. Abordagens tradicionais, centradas na prescrição normativa, historicamente reduziram o ensino de gramática à memorização de regras e classificações,

desconsiderando o papel das escolhas linguísticas na construção dos sentidos (Franchi, 2001).

Mesmo abordagens descritivas e textuais, embora tenham ampliado o foco para além da frase, nem sempre conseguiram integrar de forma consistente os aspectos gramaticais e discursivos, mantendo a gramática em um lugar periférico no ensino (Neves, 2001). À luz da TOPE, essa dicotomia é superada ao se compreender a gramática como um conjunto de operações que participam ativamente da construção da significação.

Nessa perspectiva, ensinar gramática implica levar o aluno a refletir sobre como as escolhas linguísticas produzem sentidos nos textos. Essa concepção redefine o papel da gramática no ensino, aproximando-a das práticas de leitura e produção textual. Assim, a leitura e a interpretação textual são concebidas, neste artigo, como atividades de natureza enunciativa, que envolvem a mobilização de operações cognitivas e linguísticas complexas. Interpretar um texto significa construir hipóteses de sentido a partir das marcas linguísticas, dos conhecimentos prévios e das operações de ajustamento realizadas pelo leitor (Rezende, 2021).

Nesse processo, a atividade epilinguística desempenha papel central, ao possibilitar que os sujeitos reflitam sobre a língua em uso por meio de práticas como paráfrases, reformulações e comparações de enunciados. Tais práticas tornam visíveis as operações de linguagem e contribuem para o desenvolvimento da consciência linguística e discursiva, aspecto fundamental na formação de leitores críticos.

A TOPE oferece um quadro teórico-metodológico consistente para a análise dessas atividades, permitindo compreender como os sentidos são construídos, negociados e ajustados nos textos. Por essa razão, ela se mostra especialmente pertinente para pesquisas que investigam a leitura, a interpretação textual e o ensino de língua portuguesa em diferentes contextos educacionais.

Posto isso, vejamos na sequência, a nossa descrição e análises.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E GRAMÁTICA EM ANÁLISE

Antes de partimos para as nossas análises é importante ressaltar que esta pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e abordagem analítico-interpretativa. A opção pela pesquisa qualitativa

justifica-se pelo fato de que o objetivo central do estudo não é quantificar dados ou medir ocorrências linguísticas, mas compreender, descrever e interpretar propostas teóricas e metodológicas de ensino de Língua Portuguesa à luz de um referencial enunciativo específico, a TOPE.

O corpus da pesquisa é composto por quatro artigos científicos que articulam explicitamente a TOPE ao ensino de Língua Portuguesa. A seleção desses artigos obedeceu a critérios previamente definidos, a fim de garantir a coerência teórica e a relevância científica do material analisado. Os critérios adotados foram: (i) fundamentação explícita na TOPE; (ii) foco no ensino de Língua Portuguesa, seja na educação básica, seja na formação de professores; (iii) proposição de análises ou práticas pedagógicas ancoradas em conceitos enunciativos; e (iv) publicação em periódicos acadêmicos reconhecidos na área de Linguística.

O primeiro artigo selecionado para descrição e análise é intitulado *Processos de leitura em construção: a articulação entre gramática e produção de texto*, de Marília Blundi Onofre, no qual a autora discute a relação entre gramática e texto no ensino de língua portuguesa, examinando criticamente diferentes abordagens teóricas do ensino de língua e defendendo a integração entre forma e sentido a partir da TOPE.

O segundo artigo é intitulado *Operações enunciativas na interpretação textual: reflexão sobre a noção /amar/*, de Lidiany Pereira dos Santos, Marlene Aparecida Viscardi Mantovani e Solange Christiane Gonzalez, que investiga a construção da significação na interpretação textual por meio da análise da noção /amar/, mobilizando conceitos centrais da TOPE como, por exemplo, noção, ocorrência e domínio nocional.

O terceiro artigo é intitulado *A semântica operatória de Antoine Culioli e uma reflexão sobre o ensino de gramática*, de Isael da Silva Sousa, que propõe uma reflexão teórica sobre o ensino de gramática a partir da concepção de linguagem como atividade, fundamentada na TOPE, articulando teoria linguística, concepções de linguagem e implicações pedagógicas.

E, por último, o quarto artigo é intitulado *A noção professor em diários reflexivos: um estudo enunciativo*, de Duane Valentim e Solange Barros, no qual as autoras analisam a construção da noção de professor em textos produzidos por licenciandos em Letras, considerando as escolhas léxico-gramaticais e as operações enunciativas mobilizadas na construção dos sentidos.

Ressalte-se que os artigos selecionados contemplam diferentes dimensões do ensino de língua, como o ensino de gramática, a leitura e interpretação textual e a formação do sujeito professor, o que permite uma reflexão mais abrangente das contribuições da TOPE para o campo educacional.

Os procedimentos de análise consistiram em três etapas principais. Na primeira etapa, realizou-se a leitura integral e aprofundada dos artigos, com o objetivo de identificar os conceitos teóricos mobilizados, os objetivos de cada estudo e o contexto educacional ao qual se referem. Na segunda etapa, procedeu-se à descrição analítica das propostas apresentadas, buscando compreender como os autores articulam teoria e prática pedagógica. Na terceira etapa, realizou-se uma análise interpretativa comparativa, na qual os artigos foram colocados em diálogo, destacando-se convergências, especificidades e contribuições singulares para o ensino de Língua Portuguesa.

Importa destacar que a análise não teve como objetivo hierarquizar os artigos nem avaliar sua “eficácia” pedagógica em termos normativos. Ao contrário, buscou-se preservar a singularidade de cada estudo. Essa postura metodológica evita generalizações indevidas e respeita a complexidade das propostas analisadas, em consonância com a própria concepção enunciativa de linguagem, que valoriza a pluralidade de sentidos e perspectivas.

Veja, nas subseções a seguir, a descrição e análise das quatro pesquisas subsidiadas pela TOPE e selecionadas para este estudo.

A crítica ao ensino tradicional de gramática e a integração entre forma e sentido em Onofre

O artigo de Onofre (2007) constitui uma contribuição relevante para a reflexão sobre o ensino de gramática na escola, ao problematizar a dicotomia historicamente construída entre gramática e produção de sentidos. A autora parte de uma análise crítica das principais abordagens de ensino de gramática - normativa, descritiva e textual - demonstrando que, apesar de suas diferenças aparentes, essas perspectivas compartilham uma tendência à fragmentação do fenômeno linguístico, ao separar forma e significado.

A partir do referencial da TOPE, Onofre propõe uma reconfiguração do ensino de gramática, compreendendo-a como um conjunto de operações que sustentam a

produção de sentidos nos textos. Essa perspectiva desloca o foco do ensino da identificação e classificação de categorias para a análise da construção de sentidos. A autora demonstra que categorias tradicionalmente ensinadas de forma isolada, como tempos verbais, modos e conectores, podem ser exploradas como marcas de operações enunciativas que posicionam o sujeito em relação ao enunciado.

O mérito do trabalho de Onofre reside, sobretudo, na articulação consistente entre teoria linguística e prática pedagógica. Ao fundamentar suas propostas na TOPE, a autora evita soluções metodológicas superficiais e oferece ao professor instrumentos conceituais para compreender o funcionamento da língua. Além disso, o artigo contribui para a superação da visão prescritiva da gramática, ao defender um ensino reflexivo que valoriza a atividade epilinguística dos alunos e reconhece o erro como parte constitutiva do processo de construção do sentido.

A construção da noção /amar/ e o ensino da interpretação textual

O artigo de Santos, Mantovani e Gonzalez (2021) exemplifica de maneira clara como os conceitos da TOPE podem ser mobilizados no ensino da leitura e da interpretação textual. Ao analisar a construção da noção /amar/ em textos presentes em um livro didático, as autoras demonstram que o sentido de um termo não é fixo nem unívoco, mas resulta da interação entre diferentes propriedades nocionais atualizadas em contextos enunciativos específicos.

A análise desenvolvida pelas autoras baseia-se nos conceitos de noção, ocorrência e domínio nocional, evidenciando como diferentes valores de sentido emergem a partir das relações estabelecidas no texto. Essa abordagem permite problematizar práticas escolares que tratam a interpretação como busca por um significado único e previamente determinado, frequentemente associado à intenção do autor ou à resposta “correta” esperada pelo professor.

Ao se pensar a TOPE e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem de leitura e interpretação textual nas aulas de língua portuguesa, o artigo contribui para a formação de leitores mais críticos e reflexivos, capazes de compreender o texto como espaço de negociação de sentidos. A proposta apresentada pelas autoras reforça a importância de atividades que estimulem a análise das escolhas linguísticas e a reflexão sobre a construção de sentido, em consonância com a concepção enunciativa de linguagem defendida por Culioli (1990).

A gramática como instrumento de significação na proposta de Sousa

O trabalho de Sousa (2023), publicado na revista *Cadernos Cajuína*, insere-se no debate sobre o ensino de gramática ao criticar abordagens centradas exclusivamente na nomenclatura e na classificação. Fundamentado na TOPE, o autor propõe uma abordagem que concebe a gramática como instrumento de construção de significação, evidenciando o papel das marcas linguísticas na construção de sentido.

O objetivo central do artigo é esboçar uma reflexão sobre como um ensino de gramática orientado pela semântica-operatória pode contribuir para que a gramática seja inserida a serviço do texto e das práticas de leitura e escrita. Sousa propõe que, ao desafiar a tradição que separa forma e significado e ao promover uma compreensão da gramática como atividade situada, torna-se possível pensar em práticas pedagógicas que privilegiem a significação em contextos enunciativos concretos. Nesse sentido, a gramática é tratada como um conjunto de mecanismos a serem mobilizados em interação com o léxico e o texto, e não como um repertório de regras a serem memorizadas ou aplicadas isoladamente.

Por meio da análise de tirinhas, Sousa demonstra como elementos como negação, modalização e organização sintática atuam na construção do humor e da argumentação. Essa escolha metodológica revela-se particularmente relevante, uma vez que trabalha com gêneros textuais próximos ao universo dos alunos, favorecendo a articulação entre teoria linguística e prática pedagógica.

A contribuição do artigo reside na demonstração de que a gramática, quando ensinada a partir do funcionamento da linguagem, deixa de ser um conjunto de regras abstratas e passa a ser compreendida como recurso expressivo. Essa perspectiva reforça a importância de um ensino de gramática integrado à leitura e à produção textual.

A construção da noção de professor em diários reflexivos

O artigo de Valentim e Barros (2021) amplia o campo de reflexão da TOPE ao analisar a construção da noção de professor em diários reflexivos produzidos por licenciandos. Ao examinar as escolhas léxico-gramaticais presentes nesses textos, as

autoras demonstram como diferentes representações da docência são construídas, revelando tensões, expectativas e identidades em formação.

A análise fundamenta-se nos conceitos de noção e operação enunciativa, permitindo compreender os diários como espaços de construção de sentidos e não apenas como registros descritivos de experiências. Essa abordagem contribui para a reflexão sobre a formação de professores, ao evidenciar o papel da linguagem na constituição da identidade profissional.

Além disso, o artigo demonstra a versatilidade da TOPE como referencial teórico, ao aplicá-la a um gênero discursivo específico e a um contexto formativo particular. Essa ampliação reforça o potencial da teoria para subsidiar pesquisas que articulam linguagem, ensino e formação docente.

Síntese conclusiva das análises

Dada a descrição dos artigos, pode-se afirmar nesta síntese que uma contribuição central da TOPE, comum a todos os textos, reside no deslocamento epistemológico que promove: da língua como objeto autônomo para a linguagem como atividade de significação. Esse deslocamento tem implicações diretas para o ensino, pois redefine o papel da gramática, da leitura e da interpretação textual. Em vez de serem concebidas como esferas separadas, essas dimensões passam a ser compreendidas como aspectos interdependentes de um mesmo processo enunciativo, no qual o sujeito mobiliza operações linguísticas para organizar sua experiência e produzir sentidos.

Ao comparar os artigos descritos, observa-se que Onofre (2007) e Sousa (2023) concentram-se de modo mais direto na problematização do ensino de gramática, ainda que por caminhos distintos. Enquanto Onofre enfatiza a necessidade de superar a fragmentação entre forma e sentido, propondo uma abordagem enunciativa integrada, Sousa privilegia a análise de gêneros textuais específicos para demonstrar como categorias gramaticais funcionam como instrumentos de significação. Apesar dessas diferenças de enfoque, ambos os estudos convergem ao rejeitar a gramática como fim em si mesma e ao defendê-la como recurso para a construção de sentidos, o que evidencia a coerência interna das propostas fundamentadas na TOPE.

Por sua vez, o artigo de Santos, Mantovani e Gonzalez (2021) desloca o debate para o campo da leitura e da interpretação textual, demonstrando como a noção culioliana permite problematizar concepções escolarizadas de interpretação baseadas na busca por respostas únicas e corretas. Em diálogo com os trabalhos de Onofre e Sousa, esse estudo reforça a ideia de que a compreensão textual envolve operações complexas de seleção, organização e hierarquização de propriedades nocionais, o que exige do leitor uma postura ativa e reflexiva. Assim, a interpretação passa a ser entendida como um processo de construção de sentidos, e não como simples decodificação.

O trabalho de Valentim e Barros, por sua vez, amplia o escopo das discussões ao aplicar a TOPE à análise de diários reflexivos na formação inicial de professores. Esse estudo introduz uma dimensão formativa relevante ao debate, ao evidenciar que a linguagem não apenas reflete concepções sobre a docência, mas participa ativamente da construção da identidade profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das propostas de ensino de Língua Portuguesa desenvolvidas por pesquisadores vinculados à TOPE permite afirmar que essa teoria constitui um referencial teórico consistente e produtivo para a reconfiguração das práticas de ensino da língua materna. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que os estudos analisados convergem na crítica a abordagens tradicionais de ensino de gramática e interpretação textual, especialmente aquelas que tratam a língua como um sistema fechado de regras e significados estáveis, desconsiderando o papel ativo do sujeito na construção dos sentidos.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho contribui ao explicitar critérios e procedimentos de análise que podem ser retomados em pesquisas futuras. Ao optar por uma abordagem qualitativa e bibliográfica, buscou-se não apenas descrever os artigos analisados, mas estabelecer um diálogo crítico entre eles, preservando suas especificidades e evitando generalizações. Essa escolha metodológica está em consonância com a própria concepção enunciativa de linguagem, que valoriza a pluralidade de sentidos e a contextualização das análises.

Em termos de utilidade prática, os resultados deste estudo indicam que propostas fundamentadas na TOPE podem oferecer caminhos concretos para a

superação de práticas de ensino ainda fortemente normativas e classificatórias. Ao valorizar a atividade epilinguística dos alunos e ao tratar o erro como parte constitutiva do processo de construção do sentido, essas propostas contribuem para a formação de sujeitos mais críticos, capazes de refletir sobre o funcionamento da língua e de utilizar recursos linguísticos de maneira consciente em diferentes situações de comunicação.

No entanto, é importante reconhecer os limites desta pesquisa. Por tratar-se de um estudo bibliográfico, não foi possível acompanhar empiricamente a aplicação das propostas analisadas em contextos reais de sala de aula. Dessa forma, os efeitos dessas abordagens sobre a aprendizagem dos alunos são inferidos a partir das análises teóricas e dos relatos apresentados nos artigos, o que aponta para a necessidade de investigações empíricas futuras.

Como perspectiva de pesquisa, destaca-se a relevância de estudos que articulem a TOPE a práticas pedagógicas concretas, acompanhando processos de ensino e aprendizagem ao longo do tempo. Pesquisas dessa natureza poderiam contribuir para avaliar de forma mais sistemática os impactos de uma abordagem enunciativa no desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos, bem como para subsidiar a formação inicial e continuada de professores de Língua Portuguesa.

Em última consideração, este trabalho reafirma a pertinência da TOPE como referencial teórico para o ensino de Língua Portuguesa, ao evidenciar sua capacidade de integrar gramática, texto e interpretação em uma perspectiva centrada na construção de sentidos. Ao sistematizar e analisar propostas de pesquisadores culiolianos, o estudo contribui para o fortalecimento de um campo de reflexão que compreende o ensino da língua como espaço de formação linguística e crítica dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Tome IV. Tours et détours. Limoges: Lambert-Lucas, 2018.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.

FRANCKEL, J. J. Introdução. In: DE VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. **Linguagem e Enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

ONOFRE, Marília Blundi. Processos de leitura em construção: a articulação entre gramática e *produção de texto*. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 47, n. 2, p. 368–380, 2018. DOI: 10.21165/el.v47i2.2037. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2037>. Acesso em: 08 nov. 2025.

REZENDE, L. M. Contribuições da Teoria da Operações Predicativas e Enunciativas para o ensino de línguas. Versão Beta: Sob o signo da palavra, São Carlos, ano VIII, n. VIII, p.7-28, 2010. ROCHA, E. G. L.; VILELA, T. R. dos. O estudo das preposições no PB: uma abordagem culioliana. **Traços de Linguagem**. v. 5, n. 2, p. 59-69, 2021.

SANTOS, Lidiany Pereira dos; MANTOVANI, Marlene Aparecida Viscardi; GONZALEZ, Solange Christiane. Operações enunciativas na interpretação textual: reflexão sobre a noção amar. **Traços de Linguagem**, v. 5, n. 2, p. 45–63, 2021.

SOUSA, I. S. *A semântica operatória de Antoine Culioli e uma reflexão sobre o ensino de gramática*. **Cadernos Cajuína**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://doaj.org/article/c96615f498224df8b22f3d614a8da9f8>. Acesso em: 10 nov. de 2025.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 1996.

VALENTIM, Duane; CHRISTIANE GONZALEZ BARROS, Solange. A noção professor em diários reflexivos: um estudo enunciativo. **Omnia Sapientiae**, Mossoró, RN, v. 1, n. 2, p. 35–52, 2021. Disponível em: <https://omniasapientiae.emnuvens.com.br/omnia/article/view/22>. Acesso em: 11 maio. 2026.

MICROEMPREENDEDORISMO E DESAFIOS ENFRENTADOS NO SURGIMENTO DE NOVOS MICROS NEGÓCIOS NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA

 DOI: 10.5281/zenodo.20951561

Nayara Donadia Jardim

Aluna do curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, nay.interhnet@gmail.com

Glicerinaldo de Sousa Gomes

Professor de Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes, glicerinaldo@gmail.com

RESUMO

O contexto pós-pandêmico caracterizou-se pelo fortalecimento do comércio eletrônico, pela valorização da economia local e pela necessidade de adaptação ágil às constantes transformações do mercado. O presente estudo tem como objetivo analisar a gestão dos microempreendedores no contexto pós-pandemia, destacando a importância das empresas de origem familiar e o surgimento de novos micros negócios. Trata-se de estudo de revisão de literatura do tipo integrativa de abordagem qualitativa. A revisão integrativa evidenciou que a pandemia acelerou processos e mudanças na gestão de microempreendedores, especialmente em três dimensões: digitalização, gestão financeira e modelo operacional. Dados do governo e do SEBRAE enfatizam que houve um aumento considerável na formalização de microempreendedores individuais durante e após a pandemia no Brasil. Em 2021, por exemplo, foram criadas mais de 3,7 milhões de novas empresas, o maior número desde 2018. A pandemia expôs que a digitalização deixou de ser um diferencial para se tornar uma condição básica de sobrevivência para microempreendedores. Em empresas familiares a crise da pandemia acentuou os pontos fortes, como a resiliência e o apoio mútuo. E também, os pontos fracos, como os conflitos e a falta de profissionalização. Um dos principais aprendizados observados na revisão, é que a sobrevivência e o crescimento dos microempreendedores no pós-pandemia estão diretamente ligados à capacidade de adaptação, principalmente na adoção de tecnologias digitais e na reestruturação dos modelos de negócio.

Palavras-chave: Microempreendedorismo. Gestão. Inovação. Negócios familiares. Pós-pandemia.

ABSTRACT

The post-pandemic context was characterized by the strengthening of e-commerce, the appreciation of the local economy, and the need for agile adaptation to constant market transformations. This study aims to analyze the management of micro-entrepreneurs in the post-pandemic context, highlighting the importance of family-owned businesses and the emergence of new micro-businesses. This is an integrative literature review study with a qualitative approach. The integrative review showed that the pandemic accelerated processes and changes in the management of micro-entrepreneurs, especially in three dimensions: digitalization, financial management, and operational model. Data from the government and SEBRAE emphasize that there was a considerable increase in the formalization of individual micro-entrepreneurs during and after the pandemic in Brazil. In 2021, for example, more than 3.7 million new companies were created, the highest number since 2018. The pandemic exposed that digitalization has ceased to be a differentiator and has become a basic condition for survival for micro-entrepreneurs. In family businesses, the pandemic crisis accentuated strengths such as resilience and mutual support, and weaknesses such as conflicts and lack of professionalization. One of the main lessons observed in the review is that the survival and growth of micro-entrepreneurs in the post-pandemic era are directly linked to their adaptability, especially in the adoption of digital technologies and the restructuring of business models.

Keywords: Microentrepreneurship. Management; Innovation. Family businesses. Post-pandemic.

1. INTRODUÇÃO

O microempreendedorismo tem se firmado como um dos alicerces da economia brasileira após a crise provocada pela COVID-19 (Gomes, 2022). A instabilidade econômica e a elevação dos índices de desemprego impulsionaram significativa parcela da população a buscar no empreendedorismo uma fonte alternativa de renda e independência financeira (Júnior; Pereira, 2025). Nesse cenário, observou-se o surgimento de diversos microempreendedores, tanto provenientes de empresas familiares preexistentes quanto da abertura de novos empreendimentos durante a fase de retomada econômica (Freitas, 2023).

A gestão dos microempreendedores passou a exigir novas abordagens estratégicas, que articulam práticas empresariais tradicionais ao uso intensivo de tecnologias digitais e métodos inovadores de atendimento e marketing (Santos, 2023). O contexto pós-pandêmico caracterizou-se pelo fortalecimento do comércio eletrônico, pela valorização da economia local e pela necessidade de adaptação ágil às constantes transformações do mercado (Salles, 2021). Dessa forma, a

compreensão dos fatores que influenciam a gestão dos microempreendedores e seus mecanismos de adaptação revela-se fundamental para o fortalecimento do setor.

Sabe-se que a pandemia causada pelo SARS-COV-2 refletiu em todo o marco histórico econômico empresarial, sobretudo para os microempreendedores. Ao enfrentar esse período, milhares de pessoas perderam seus empregos e encontraram no empreendedorismo uma alternativa de sobrevivência e inovação profissional. Tal movimento resultou em um considerável crescimento no número de microempreendedores individuais no Brasil, revelando a importante relevância desse modelo de empreendimento para a geração de renda, fortalecendo as economias locais e contribuindo para com o desenvolvimento social.

Portanto, a compreensão de como se deu a gestão desses negócios após a pandemia é fundamental para analisar o novo cenário econômico e seu impacto no comportamento empreendedor.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a gestão dos microempreendedores no contexto pós-pandemia, destacando a importância das empresas de origem familiar e o surgimento de novos micros negócios. Através da identificação das principais características e desafios relacionados à gestão dos MEIs no período posterior à pandemia de COVID-19 associando a análise do papel das empresas familiares na criação, manutenção e desenvolvimento desta categoria profissional no cenário econômico pós-pandêmico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Microempreendedorismo e desenvolvimento econômico

O microempreendedorismo constitui um dos pilares essenciais para o crescimento econômico e social, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023), os microempreendedores individuais (MEIs) são responsáveis por aproximadamente 55% dos empregos formais no setor privado e desempenham função importante na movimentação da economia local. Essa modalidade empresarial foi instituída pela Lei Complementar nº 128/2008, visando estimular a formalização de trabalhadores autônomos e pequenos empresários, diminuir a informalidade e favorecer a inclusão produtiva.

Esse dado evidencia a expressiva relevância desse segmento para a estrutura econômica do país. Esse percentual demonstra que os microempreendedores não apenas contribuem para a geração de renda individual, mas também exercem papel estratégico na manutenção do mercado de trabalho, especialmente em contextos de instabilidade econômica.

Pesquisadores destacam que o microempreendedorismo vai além da simples criação de um pequeno negócio, envolvendo também a capacidade de inovar, gerenciar com eficiência e se adaptar às necessidades do mercado (Santos, 2023). Dessa forma, o perfil do microempreendedor se define por características como autonomia, flexibilidade e resiliência que são consideradas qualidades indispensáveis em cenários de instabilidade econômica (Lorga, 2022).

Sendo assim, a literatura analisada reforça a consolidação do microempreendedorismo como vetor de desenvolvimento econômico estando diretamente relacionada à sua capacidade de gerar oportunidades de trabalho e dinamizar economias locais, sobretudo em contextos marados por instabilidade e restrições no mercado formal de emprego.

Apesar dos progressos observados, os microempreendedores ainda enfrentam desafios diversos, tais como acesso restrito ao crédito, baixa capacitação gerencial e persistência da informalidade (Silva *et al.*, 2023). Além da alta complexidade para gerenciar custos e manter a competitividade, mas também é nítido que se vislumbram perspectivas promissoras para o futuro.

As políticas públicas voltadas ao incentivo, à capacitação e ao apoio técnico são essenciais para consolidar o microempreendedorismo como promotor do desenvolvimento econômico (Lorga, 2022).

No contexto pós-pandêmico, espera-se que a consolidação de práticas de gestão inovadoras, o fortalecimento da economia digital e a integração de valores familiares na administração dos negócios estabeleçam um novo paradigma para os microempreendedores brasileiros (Freitas, 2023). O sucesso futuro dessas iniciativas dependerá da capacidade de adaptação contínua, do aprendizado organizacional e da valorização das redes de cooperação entre empreendedores locais.

2.2 Empresas familiares e sucessão empreendedora

Empresas familiares são negócios nos quais a família exerce significativo controle acionário e participativo, influenciando diretamente na gestão e nas decisões estratégicas (Santos, 2023). Boa parte dos microempreendimentos brasileiros origina-se de empresas familiares, cuja gestão é marcadamente influenciada por vínculos de parentesco, valores culturais e relações de confiança (Júnior; Pereira, 2025).

Sendo assim, nota-se que a empresa familiar se configura como um modelo organizacional no qual a propriedade e o controle concentram-se em membros de uma mesma família, o que pode gerar vantagens competitivas, tais como agilidade decisória e comprometimento com os resultados (Silva, 2021). Contudo, a literatura também identifica desafios particulares, como o risco de resistência a mudanças, a complexidade da sucessão entre gerações e a necessidade de equilibrar os interesses empresariais com as dinâmicas familiares (Salles, 2021).

No contexto pós-pandêmico, muitas dessas empresas precisaram se reinventar, incorporando novas práticas administrativas e estratégias de inovação para assegurar sua continuidade (Silva, 2021). A gestão profissionalizada, combinada à preservação dos valores familiares, consolidou-se como diferencial competitivo importante para a sobrevivência e crescimento desses negócios (Freitas, 2023).

Assim, a análise literária evidenciou que as empresas familiares desempenham papel central na estrutura do microempreendedorismo brasileiro, sobretudo em contextos de instabilidade econômica.

2.3 Crise, adaptação e inovação: mudanças na gestão dos microempreendedores durante e após a pandemia

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, provocou crise inédita na economia mundial, afetando especialmente os pequenos negócios (Saraiva, 2021). No Brasil, o fechamento temporário do comércio e a redução da atividade econômica impuseram a muitos empreendedores a necessidade de reestruturar suas operações (Lemos; Silva; Sarmiento, 2021). Muitos enfrentaram queda significativa nas vendas, afetando cerca de 62% dos MEIs, o que resultou em desafios financeiros e necessidade de reestruturação dos modelos de negócio. A crise evidenciou a importância da inovação e da digitalização, com muitos microempreendedores

migrando para o ambiente online e explorando novos canais de venda e atendimento (SEBRAE, 2023).

Estudos evidenciam que a pandemia acelerou o processo de digitalização e a incorporação de ferramentas tecnológicas, como comércio eletrônico, redes sociais e sistemas de pagamento online, que se tornaram fundamentais para a sobrevivência e competitividade dos microempreendimentos (Salles, 2021). Simultaneamente, houve aumento expressivo de novos microempreendedores formalizados, muitos resultantes de demissões em massa ou da busca por complementação de renda (Luca; Rebelatto, 2020).

A gestão pós-pandemia demanda competências em inovação, finanças e marketing digital, além de visão estratégica voltada à sustentabilidade e adaptação permanente (Lorga, 2022). Nesse contexto, microempreendedores que compreenderam melhor o comportamento do consumidor e utilizaram a tecnologia estrategicamente obtiveram vantagem competitiva no mercado.

A gestão eficiente dos microempreendedores exige o domínio de conceitos essenciais de planejamento, controle e inovação. Para Salles (2021), o gestor de microempresas precisa integrar funções administrativas, como, finanças, operações e marketing, de maneira simplificada, mas com foco em resultados. Ferramentas estratégicas como a análise SWOT e o planejamento orçamentário são amplamente recomendadas como instrumentos de viabilidade e expansão dos negócios (Negreiros, 2022).

A inovação, por sua vez, configura-se como fator determinante para a competitividade (Santos, 2023). A inovação em pequenos negócios pode manifestar-se em produtos, processos ou nas formas de relacionamento com o cliente, e não necessariamente requer grandes investimentos, mas sim criatividade e capacidade de adaptação (Almeida *et al.*, 2024).

A implementação de estratégias eficazes envolve etapas como diagnóstico organizacional, definição clara de objetivos, planejamento, execução e monitoramento dos resultados (Luca; Rebelatto, 2020). Além disso, a inovação desempenha papel crucial, uma vez que micronegócios precisam constantemente se reinventar, adotando novas tecnologias, canais de atendimento e métodos de gestão para se manterem competitivos.

3. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de revisão de literatura do tipo integrativa de abordagem qualitativa, cujo objetivo, se deu em produzir análise e síntese de respostas para a seguinte questão norteadora: Quais são as principais transformações na gestão de microempreendedores, considerando as empresas familiares e a criação de novos micros negócios no contexto pós-pandemia?

As buscas foram realizadas através de estudos indexados nas bases de dados: Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. A partir dos seguintes Descritores em Ciências (DeCS): Microempreendedorismo; Gestão; Inovação; Negócios familiares e pós-pandemia. Com seus respectivos cruzamentos entre os operadores booleanos “AND” e “OR”.

Para a seleção dos estudos foram definidos critérios de inclusão, como somente os artigos científicos publicados na íntegra e entre o período de 2020 a 2025 nos idiomas: inglês, português e espanhol e que atendessem aos objetivos propostos. Portanto, ficou definido como critérios de exclusão as publicações duplicadas nas bases de dados e que não tivessem na íntegra, e àqueles fora do período de investigação e que fugissem do tema proposto.

A análise dos estudos deu-se em duas etapas. Na primeira, foram examinados os títulos, resumos e descritores de todos os artigos encontrados, selecionando-se somente àqueles que respondiam à questão norteadora, atendendo aos critérios de inclusão. Na segunda etapa, todos os artigos selecionados foram submetidos a leitura criteriosa. Em seguida, foi elaborada uma análise descritiva organizada em tópicos, visando facilitar a compreensão e discussão dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Empreendedorismo e Gestão no pós-pandemia

A revisão integrativa evidenciou que a pandemia acelerou processos e mudanças na gestão de microempreendedores, especialmente em três dimensões: digitalização, gestão financeira e modelo operacional. Para um melhor entendimento apresentamos na Tabela 1, abaixo, alguns dos autores que embasaram este estudo.

Tabela1: Estudos Relacionados ao Empreendedorismo

AUTOR(ES)	TÍTULO	BREVE RESUMO/OBJETIVO
SANTOS (2023)	Inovação no modelo de negócio: um estudo com microempreendedores individuais	Os microempreendedores individuais precisaram se adaptar e aprimorar o negócio frente aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. Dito isso, este estudo tem como objetivo geral compreender quais inovações no modelo de negócio foram implementadas pelos microempreendedores individuais durante a pandemia de COVID-19.
MENDONÇA; AIDAR (2021)	As empresas familiares diante da Covid-19	Negócios brasileiros controlados por famílias foram buscar inspiração em seus valores para enfrentar a pandemia com resiliência, embora ainda precisem avançar no âmbito da profissionalização.
LUCA; REBELATTO (2020)	O impacto da pandemia do coronavírus no empreendedorismo brasileiro	O presente trabalho tem como tema o empreendedorismo no Brasil, antes e durante a pandemia do coronavírus. Seu objetivo é identificar as principais dificuldades e pontos de fragilidade dos empreendedores diante dos impactos do Covid19 sobre os pequenos negócios.
FREITAS (2023)	As dificuldades enfrentadas pelo micro e pequeno empreendedor do comércio varejista no período da pandemia de COVID-19	O presente estudo objetivou realizar uma pesquisa das ações empreendedoras a fim de investigar o posicionamento empreendedor do proprietário e atuar como um auxílio a outros empreendedores que buscam alternativas de melhorias para amenizar o impacto da pandemia.
MARTINS; SILVA (2022)	Microempreendedor es Individuais E Os Impactos Da Pandemia De Covid-19	Devido à conjuntura de incertezas causadas tanto pelo cenário pandêmico causado pelo COVID-19, quanto pelas constantes exigências do meio empresarial, os microempreendedores têm a necessidade de obter respostas rápidas e concisas para que seus negócios possam se manter lucrativos. O presente trabalho tem como objetivo identificar os efeitos da Pandemia da COVID-19 nas atividades rotineiras dos microempreendedores individuais.
CHIUSOLI ET AL. (2022)	Gestão Empreendedora Das Empresas Familiares Durante O Momento Da Covid: Um Estudo Exploratório	O estudo faz uma reflexão sobre as empresas familiares durante o momento da pandemia da COVID-19. O objetivo é analisar a forma de gestão das empresas familiares durante o período da pandemia
JUNIOR; PEREIRA (2025)	Gestão da inovação e do conhecimento em micro e pequenas empresas: desafios e oportunidades	Este artigo analisa como a gestão da inovação e do conhecimento pode contribuir para a competitividade e sustentabilidade das micro e pequenas empresas (MPE). As MPE, fundamentais para a economia, enfrentam desafios como a falta de recursos e capacitação, o que dificulta sua adaptação ao mercado. O estudo teve como objetivo investigar estratégias

		de gestão que podem melhorar o desempenho dessas empresas.
LORGA (2022)	Políticas Públicas Para Micro E Pequenas Empresas No Brasil: Uma Vertente Para Novas Perspectivas	As Micro e Pequenas Empresas possuem no contexto econômico e social brasileiro uma posição de destaque justificado pela participação do número de pessoas e empreendimentos envolvidos nesse segmento. Alguns números estatísticos que apresentaremos a seguir corroboram com a nossa afirmação.

Fonte: Autoria própria (2026)

Grande parte dos microempreendedores passaram a adotar ferramentas digitais como condição de sobrevivência, ainda que não possuíssem domínio e experiência prévia. A venda por aplicativos de mensagens como o WhatsApp e Telegram, redes sociais como o Instagram e Facebook e também por plataformas de delivery tornou-se prática e comum, especialmente em setores de comércio e serviços (Santos, 2023).

Muitos MEIs que antes operavam apenas no balcão passaram a vender mais por delivery do que presencialmente, o que exigiu adaptação de processos logísticos, embalagens e aprimoramento de atendimento ao cliente (Mendonça; Aidar, 2021).

Além disso, a presença online passou a ser estratégica não só para a área de vendas, mas também para marketing e fidelização. Estudos evidenciam que muitos negócios que investiram em redes sociais, sites simples e campanhas digitais conseguiram manter ou até aumentar sua base de clientes, mesmo com as restrições de circulação (Luca; Rebelatto, 2020).

Com o fechamento do comércio não essencial, muitos microempreendedores tiveram de reconfigurar seu modelo operacional, isso incluiu a adoção de home office para atividades administrativas e de atendimento ao cliente; redução ou fechamento de pontos físico, com adesão do trabalho em casa ou em espaços coletivos; aumento do uso de serviços terceirizados, como a contratação de entregadores, freelancers, com o intuito de reduzir custos fixos (Freitas, 2023).

Tais mudanças reduziram os custos com aluguel, luz e água, no entanto, acabou por exigir maior disciplina na gestão de tempo e na separação entre vida pessoal e trabalho, especialmente empreendimentos familiares (Martins; Silva, 2021).

A pandemia do coronavírus acabou por acentuar a fragilidade financeira de muitos microempreendedores, que já enfrentavam dificuldades de controle de custos e planejamento. A principal transformação foi a necessidade de monitorar diariamente

o fluxo de caixa, já que a receita caiu abruptamente em muitos setores (Chiusoli et al., 2022).

A renegociação de dívidas, aluguéis e fornecedores, muitas vezes, por meio de apoio de programas governamentais (como o auxílio emergencial e linhas de crédito para MEIs) também foi uma importante transformação desse período (Silva, 2021). A adoção de noções básicas contabilidade gerencial, como orçamento, controle de estoque, análise de margem, se tornaram pilares importantes para a tomada de decisões rápidas e precisas (Negreiros, 2022).

Diversos microempreendedores passaram a valorizar mais o papel do contador e de ferramentas simples de gestão financeira, mesmo que ainda enfrentassem dificuldades para interpretar relatórios contábeis (Ferreira et al., 2023).

As empresas familiares, por sua natureza mais ágil e com forte vínculo emocional, mostraram alta resiliência, mas também passaram por mudanças significativas na governança e na gestão durante o período pandêmico. A crise acabou intensificando a necessidade de profissionalização da gestão, levando as empresas a criar estratégias que permitissem a separação da esfera familiar da empresarial (Deus, 2024).

A contratação de gestores externos, incluindo a preparação de membros mais jovens da família para os cargos de liderança, devido à maior familiaridade com tecnologia e inovação (Santos, 2023). O estabelecimento de regras mais claras para sucessão, remuneração e participação de familiares nos negócios, foram atividades que precisaram ser intensificadas e aceleradas durante tal período, com o objetivo de levar a empresa familiar à sobrevivência (Lemos; Silva; Sarmiento, 2021).

Com isto, essa profissionalização acabou ajudando a reduzir conflitos familiares no ambiente de negócios e levando as tomadas de decisões mais estratégicas, mesmo em cenários de alta incerteza.

4.2 Adoção de novos modelos de negócios e inovação

Empresas familiares que resistiram e se fortaleceram no pós-pandemia foram aquelas que tomaram a decisão de inovar o mais rapidamente. Isso incluiu a digitalização de processos como, vendas online, atendimento remoto, gestão de estoque e financeira incluindo a adesão em plataformas digitais (Salles, 2021).

A diversificação de produtos e serviços, foi uma importante manobra para driblar a crise do momento pandêmico, assim a criação de linhas de produtos relacionadas à saúde, higiene e segurança tiveram importante papel naquele momento (Gomes, 2022). A adoção de modelos híbridos de serviço, se tornaram a “nova modalidade normal” de trabalho, assim muitos setores resistiram ao caos instalado na ocasião, unindo o método de trabalho presencial e online (Lorga, 2022).

A literatura aponta que empresas familiares tiveram, em média, menor queda de lucratividade durante a pandemia do que empresas não familiares. Graças à sua capacidade de adaptação e ao apoio mútuo entre os membros da família (Santos, 2023). Contudo, o isolamento social e a pressão financeira também intensificaram conflitos familiares, o que acabou exigindo maior maturidade emocional e comunicação clara entre os sócios participantes do negócio (Lorga, 2022).

A pandemia do novo coronavírus não apenas transformou negócios existentes, mas também impulsionou a criação de novos micros negócios, especialmente por necessidade e oportunidade (Martins; Silva, 2021). Pois, foi durante esse período que se observou o crescimento expressivo de MEIs e novos empreendimentos.

Dados do governo e do SEBRAE enfatizam que houve um aumento considerável na formalização de microempreendedores individuais durante e após a pandemia no Brasil (SEBRAE, 2023). Em 2021, por exemplo, foram criadas mais de 3,7 milhões de novas empresas, o maior número desde 2018 (Nascimento; Prado; Cunha, 2021).

Esse crescimento foi impulsionado por consequência das demissões e informalização no mercado de trabalho, levando muitas pessoas a buscarem rendas alternativas (Lorga, 2022). A procura por esta modalidade de formalização do serviço deu-se em parte, devido ao acesso facilitado à formalização do MEI, uma vez que o acesso e cadastro são gratuitos pela plataforma do Gov.br e a formalização ainda garante os benefícios previdenciários (Martins; Silva, 2021). A demanda elevou-se principalmente em setores que tiveram grande expansão, como tecnologia, delivery, saúde, beleza e educação online.

Os novos micronegócios surgidos no pós-pandemia possuem distintas características dos tradicionais (Chiusoli et al., 2022). Como, a maior presença de mulheres, jovens e pessoas de baixa renda que viram no empreendedorismo uma saída para a crise (Santos, 2023). A forte concentração em serviços do campo da

beleza, alimentação, educação e tecnologia receberam importante destaque na adesão a esse modelo (Gomes, 2022).

O crescimento do comércio online, em vez de indústrias ou grandes comércios físicos, favoreceu tal crescimento econômico. Assim, o uso de plataformas digitais teve um aumento também, pois o uso de marketplaces, redes sociais e aplicativos de pagamento acompanhou tal crescimento no mercado (Mendonça; Aidar, 2021).

Para resistir a tantas mudanças e alterações nos modelos de negócios, muitos adotaram desde o início um modelo de gestão digital mais enxuto, como o baixo investimento inicial (trabalho em casa, equipamentos simples, estoque reduzido, dentre outros) (Júnior; Pereira, 2025). O uso intensivo de redes sociais e marketing digital para atrair clientes teve importante papel no meio de tanta inovação (Freitas, 2023). A gestão financeira passou a ser mais cuidadosa, com foco em fluxo de caixa e controle de custos fixos.

A nova geração de microempreendedores tende a ser mais digital nativa, mas ainda enfrenta desafios de gestão, planejamento estratégico e acesso a crédito (Lorga, 2022). A partir disso, é possível notar a aceleração da digitalização, a nova relação entre família e negócio, e as oportunidades e riscos do boom de novos negócios.

A pandemia expôs que a digitalização deixou de ser um diferencial para se tornar uma condição básica de sobrevivência para microempreendedores. Já que, àquelas que já possuíam presença digital antes da crise se adaptaram numa velocidade maior. Isso destaca que, nos pós pandemia, a gestão de microempresas tende a necessitar de habilidades em Estratégia Digital, capacitação e atualização contínua em ferramentas digitais, além de adequar-se à integração entre o físico e o digital, considerado modelo híbrido.

Em empresas familiares a crise da pandemia acentuou os pontos fortes, como a resiliência e o apoio mútuo. E também, os pontos fracos, como os conflitos e a falta de profissionalização. Portanto, os estudos inferem que no ramo de negócios a atuação em família pode ser uma importante oportunidade, ainda que tenha forte presença de tensões.

Assim, as empresas familiares exigem clara separação das esferas familiares e empresarial, é necessário profissionalizar a governança, os conselhos, regras de sucessão e contratos sociais para que assim a diversidade e a inovação sejam valorizadas, especialmente com a entrada de gerações mais jovens. O crescimento

expressivo de MEIs e novos micronegócios é positivo para a economia local e a geração de renda, mas também traz riscos marcantes, como a pouca experiência em gestão, finanças e marketing, o que acaba por aumentar a taxa de mortalidade dos negócios.

A concorrência intensa em setores populares, como os delivery, beleza e comidas pode levar à precarização e à baixa rentabilidade. Assim, observou-se também que a dependência de plataformas digitais como os marketplace, redes sociais, permite desenvolver uma vulnerabilidade a mudanças de algoritmo e políticas de cobrança.

A revisão apontou que políticas públicas e instituições de apoio, como a instituição SEBRAE, universidades e contadores, possuem papel de extrema relevância no pós-pandemia, dentre elas, destaca-se o fortalecimento da educação empreendedora e da gestão financeira básica para MEIs. A expansão do acesso a crédito com condições adequadas ao porte do negócio também foi um importante marco do aumento de MEIs durante a pandemia do SARS-COV2. Outro ramo de importante crescimento foi o aumento da oferta de mentorias, consultorias e programas de digitalização para micros negócios e empresas familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão integrativa das transformações na gestão de microempreendedores no contexto pandêmico, é possível concluir que a crise da COVID-19 acelerou as tendências já presentes, como a digitalização dos negócios e a adoção de modelos mais enxutos. Mas não podemos esquecer dos desafios estruturais surgidos, pois funcionam como importante catalisador de mudanças profundas, levando os empreendedores a repensar rapidamente seu modo de operar, comercializar, comunicar e gerenciar as finanças de seu negócio, sobretudo em um cenário de incerteza e volatilidade financeira.

Um dos principais aprendizados observados na revisão, é que a sobrevivência e o crescimento dos microempreendedores no pós-pandemia estão diretamente ligados à capacidade de adaptação, principalmente na adoção de tecnologias digitais e na reestruturação dos modelos de negócio. Aqueles que conseguiram integrar canais online, aprimorar a gestão de caixa e manter uma operação mais ágil e flexível apontaram maior resiliência, o que evidencia que a gestão não pode mais ser pensada

como uma atividade secundária, mas como um pilar estratégico para firmar sua permanência no mercado.

No caso das empresas familiares, a crise da pandemia intensificou tanto os pontos fortes quanto as fragilidades deste modelo de gestão, destacando a necessidade de trabalhar o equilíbrio na dimensão afetiva com a adoção de práticas mais profissionalizadas. A gestão eficaz no pós-pandemia acaba por exigir maior clareza nas funções, na governança e na sucessão familiar, bem como a incorporação de novas competências, como competência digital, flexibilidade para inovação, especialmente com a entrada de gerações mais jovens no comando dos negócios.

Ao mesmo tempo, o crescimento expressivo de novos micros negócios no período pós-pandêmico revela um cenário de oportunidades, mas também de riscos em relação à sustentabilidade e à rentabilidade desses empreendimentos. Portanto, as transformações na gestão de microempreendedores evidenciaram que a necessidade de uma abordagem mais integrada tende a combinar com a digitalização, capacitação em gestão básica e políticas públicas de apoio ao empreendedorismo de pequeno porte.

Pesquisas futuras tendem a aprofundar o impacto diferenciado da crise em microempreendedores por gênero, região, setor econômico e perfil familiar, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais precisas de fortalecimento dos micros negócios no contexto pós-pandêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bianca Carvalho de *et al.* **A inovação como ferramenta de criatividade para prospectar oportunidades para os microempreendedores da zona leste de São Paulo no período pós-pandemia.** Repositório Institucional do Conhecimento – RIC-CPS. jun. 2024.

CHIUSOLI, Claudio Luiz *et al.* **Gestão Empreendedora Das Empresas Familiares Durante o Momento da Covid: Um Estudo Exploratório.** **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, v. 3, n. 6, p. e361632, 1 jun. 2022.

DEUS, Bárbara Daniele Machado de. **Microempreendedorismo individual: uma revisão sistemática integrativa sobre os últimos cinco anos (2019- 2023).** 2024.

FERREIRA, Andriele Lorena Varjão *et al.* **Uma Análise Na Contabilidade Gerencial Das Pequenas Empresas Durante A Pandemia De Covid-19 – ISSN 1678-0817 Qualis/DOI.** **Revista FT**, v. 27, n. 127, 2023.

FREITAS, Rafella. As dificuldades enfrentadas pelo micro e pequeno empreendedor do comércio varejista no período da pandemia de COVID-19. 28 jun. 2023. [TCC].

GOMES, Wesley Fernando Aguiar. **Os desafios das micro e pequenas empresas na adaptação das ferramentas tecnológicas pós pandemia**. 13 dez. 2022.

JÚNIOR, Antônio da Conceição Meneses; PEREIRA, Edilania Lima Andrade. Gestão da inovação e do conhecimento em micro e pequenas empresas: desafios e oportunidades. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 2, 1 ago. 2025.

LEMOS, Amós Firmino De; SILVA, Marcos Paulo Da; SARMENTO, Thales Wibson Duarte. Os Desafios Do Microempreendedor Individual Em Tempos De Crise. **Administração do Centro Universitário Brasileiro**. Recife. 2021.

LORGA, Marco Antonio. **Políticas Públicas para Micro e Pequenas Empresas no Brasil: Uma Vertente Para Novas Perspectivas**. 2022.

LUCA, Guilherme Francisco de; REBELATTO, Daisy Aparecida do Nascimento. O impacto da pandemia do coronavírus no empreendedorismo brasileiro. **Universidade de São Paulo**. [monografia]. 2020.

MARTINS, Sthefânia Magalhães; SILVA, Edson Arlindo. **Microempreendedores Individuais E Os Impactos Da Pandemia De Covid-19**. 2021. [TESE MESTRADO].

MENDONÇA, Carlos; AIDAR, Marcelo. As empresas familiares diante da Covid-19. **GV-EXECUTIVO**, v. 20, n. 3, 18 set. 2021.

NASCIMENTO, Ana Caroline; PRADO, Nágela Bianca do; CUNHA, Christiano França da. COVID-19 e modelos de gestão nas micro e pequenas empresas: qual a melhor saída? **Revista Expectativa**, v. 20, n. 1, p. 50–72, 2 fev. 2021.

NEGREIROS, Gabriel Costa. Planejamento Estratégico Em Micro E Pequenas Empresas: Um estudo multicasos. **Universidade de Brasília**. 2022.

SALLES, Profa Me Claudia Maria Sodero. Transformação Digital Em Tempos De Pandemia. **Revista Estudos e Negócios Academic**, v. 1, n. 1, p. 91–100, 25 jan. 2021.

SANTOS, Maria Larissa dos. Inovação no modelo de negócio : um estudo com microempreendedores individuais. **Universidade Federal de Sergipe**. [TCC]. 26 out. 2023.

SARAIVA, Caroline Souza. Empreendedorismo E Microempreendedorismo: O Noroeste Do Paraná - BRASIL. **Gestão Contemporânea**. v.11, n.2, p.177-138, 2021. 2021.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil - Sebrae**. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>>. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVA, Camila Bandeira Do Nascimento. Os Desafios E As Inovações Do Microempreendedor Individual Da Cidade Do Recife Em Tempos De Pandemia Da Covid 19. **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, v. 13, n. 2, 2021.

SILVA, Fernanda Sterfany da *et al.* Desafios e inovações em período pandêmico: visão de microempreendedores individuais. **Revista Gestão e Organizações**, v. 8, n. 4, p. 1–18, 2023.

TENDÊNCIAS NO PANORAMA RELIGIOSO EVANGÉLICO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: *MUDANÇAS E MOBILIDADE*

 DOI: 10.5281/zenodo.20951589

Jonas Pereira de Oliveira Júnior

Doutorando em Sociologia pela Universidade do Porto (U.Porto), Portugal. Mestre em Sociologia pela UFPB (2010, bolsa CAPES), com especialização em Docência no Ensino Médio e Superior (UNIFAHE). Licenciado em Sociologia (FAVENI) e graduado em Teologia (STBNB) e Economia (UFPB). Professor do Curso de Teologia na Faculdade de Quixeramobim (FAUNIQ). Pastor filiado a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil-OPBB/PE. Email: jonasjunior@icloud.com

RESUMO

O presente artigo analisa as transformações em curso no campo religioso evangélico brasileiro nas últimas três décadas, tomando como eixo interpretativo a articulação entre três categorias sociológicas fundamentais: a autonomia do sujeito na modernidade, o trânsito religioso como fenômeno estruturante e a perda relativa do controle das instituições religiosas sobre o indivíduo. Partindo de uma observação do cotidiano e do diálogo com a obra de Danièle Hervieu-Léger, o estudo recupera os fundamentos filosóficos da autonomia moderna em Kant, Descartes e na Reforma Protestante, percorre as reformulações contemporâneas propostas por Giddens, Bauman e Taylor e aplica esse instrumental à realidade brasileira. Mobilizando os dados dos censos demográficos do IBGE de 1991, 2000, 2010 e 2022 e a produção dos principais intérpretes do campo religioso brasileiro — entre os quais Ricardo Mariano, Paul Freston, Leonildo Silveira Campos, Ronaldo de Almeida, Cecília Mariz e Antônio Flávio Pierucci —, examinam-se as dimensões intra, inter e extrarreligiosa do trânsito de fiéis, a desinstitucionalização das pertencas, o impacto da midiatização e da pentecostalização transversal sobre o regime de autoridade eclesiástica e o fenômeno dos desigrejados como expressão paradigmática do sujeito autônomo no campo religioso. Conclui-se que o tripé analítico proposto permite evitar tanto leituras triunfalistas quanto catastrofistas sobre o evangelicalismo brasileiro, oferecendo um quadro interpretativo adequado à reconfiguração histórica do fenômeno religioso no país.

Palavras-chave: Evangélicos no Brasil. Autonomia do sujeito. Trânsito religioso. Desinstitucionalização. Modernidade religiosa.

1 Introdução

A reflexão que dá origem a este artigo teve início em uma circunstância trivial do cotidiano. Ao aguardar atendimento do lado de fora de uma barbearia, em Aldeia, no estado de Pernambuco, ouvi de uma jovem senhora uma frase que imediatamente suscitou interesse sociológico: "eu gosto da igreja... agora se o pastor pegar no meu pé... não boto mais os meus pés lá". A fala, aparentemente banal, condensa com notável precisão o conjunto de transformações que vêm reconfigurando o campo religioso brasileiro nas três últimas décadas, particularmente no que diz respeito ao crescimento relativo do segmento evangélico na matriz religiosa nacional, composta historicamente por católicos, evangélicos e adeptos de outras tradições.

A frase ouvida naquela manhã remeteu imediatamente à obra da socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger, *O Peregrino e o Convertido: a religião em movimento*. Entre as várias questões tratadas pela autora, destaca-se a análise das mudanças que ocorrem no interior das próprias instituições religiosas — fenômeno por ela denominado *desinstitucionalização*² — e sua articulação com a autonomia do sujeito³ moderno. Trata-se, em suma, de uma transformação no tipo de regulação da verdade e no modo de organização do poder religioso que vigora em cada tradição. A autora também observa como o fenômeno religioso permanece inscrito no cotidiano das populações contemporâneas, conforme demonstram as pesquisas que o situam no centro da existência diária dos brasileiros.

O caso brasileiro exige, assim, que se examine como, historicamente, as instituições religiosas evangélicas estabeleceram suas estruturas de poder e seus mecanismos de regulação interna, e como essas estruturas foram afetadas pelas mudanças das últimas três décadas. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) documentam com clareza o processo de expansão do segmento evangélico no país: em 1991, os evangélicos representavam 9,0% da população; em 2000, esse percentual elevou-se para 15,4%; em 2010, alcançou 22,2%, correspondendo a mais de 42 milhões de fiéis; e, em 2022, o último censo confirmou a tendência de crescimento ao registrar 31,8% da população vinculada a

² Processo de transformação nas igrejas onde as instituições perdem o controle rígido sobre o que os fiéis acreditam ou como se comportam, alterando a forma como o poder religioso é exercido.

³ Refere-se à capacidade do indivíduo moderno de agir como a fonte legítima de seu próprio juízo moral e de suas escolhas, decidindo suas crenças com base na própria razão e consciência, em vez de apenas seguir autoridades externas.

denominações evangélicas. No mesmo período, observa-se declínio progressivo da adesão ao catolicismo, movimento que, somado à expansão evangélica, redefine a geografia religiosa do Brasil contemporâneo.

O presente artigo articula três eixos analíticos que, tomados em conjunto, oferecem um quadro interpretativo para a compreensão desse panorama. O primeiro examina a autonomia do sujeito na modernidade e suas implicações para a análise do campo evangélico brasileiro. O segundo aborda o trânsito religioso⁴ como fenômeno estruturante e a perda relativa do controle institucional sobre o indivíduo. O terceiro sintetiza os dois anteriores em um tripé analítico capaz de iluminar as mudanças e a mobilidade que caracterizam o evangelicalismo brasileiro contemporâneo.

2 A autonomia do sujeito na modernidade: implicações para a análise do panorama religioso evangélico contemporâneo

2.1 A modernidade como horizonte da autonomia

A compreensão das transformações em curso no campo evangélico brasileiro contemporâneo — marcado por intensa mobilidade religiosa, pluralização denominacional, desinstitucionalização das pertencas e recomposições identitárias — requer a recuperação, no plano teórico, da categoria de autonomia do sujeito tal como se constituiu no processo histórico-filosófico da modernidade. Não se trata de um conceito meramente abstrato ou ornamental, mas de uma chave interpretativa indispensável para compreender por que o crente evangélico do século XXI já não se inscreve, em larga medida, na lógica das pertencas herdadas, estáveis e vitalícias que caracterizavam o protestantismo histórico, transitando antes por itinerários de crença marcados por escolha individual, experimentação, consumo e reconfiguração permanente.

A modernidade, entendida como o conjunto de processos sociais, culturais e epistêmicos que se cristalizam na Europa a partir do século XVI e se aprofundam com o Iluminismo, promove uma ruptura decisiva com as ordens tradicionais de fundamentação da vida social e religiosa. No centro dessa ruptura situa-se a

⁴ Fenômeno que descreve o deslocamento dos indivíduos entre diferentes igrejas ou religiões ao longo da vida, indicando que a identidade religiosa deixou de ser algo fixo para se tornar uma trajetória mutável.

emergência do sujeito autônomo, isto é, do indivíduo que se concebe como fonte legítima de seu próprio juízo moral, de suas crenças e de suas escolhas existenciais, em contraste com a heteronomia⁵ das autoridades tradicionais, a tradição, a Igreja, o dogma, a comunidade herdada.

2.2 Fundamentos filosóficos da autonomia moderna

A formulação mais influente da autonomia do sujeito encontra-se em Immanuel Kant, para quem a autonomia constitui o princípio supremo da moralidade. Em sua filosofia prática, ser autônomo significa dar-se a si mesmo a lei moral por meio do uso da razão, libertando-se das determinações externas que comprometem a dignidade humana. A célebre divisa iluminista — *sapere aude*⁶, ouse saber — sintetiza a exigência de que o indivíduo abandone a menoridade autoimposta e assume a responsabilidade pelo exercício público e privado de sua razão. Essa formulação desloca o fundamento da legitimidade normativa do exterior, tradição, revelação, autoridade, para o interior do sujeito, a saber, a razão, a consciência e a vontade livre.

Descartes, anteriormente a Kant, já havia inaugurado o giro subjetivo ao fundar a certeza do conhecimento no cogito⁷, instaurando o sujeito pensante como ponto arquimédico⁸ da filosofia moderna. A Reforma Protestante, por sua vez, contribuiu de modo ambíguo, mas decisivo, para esse processo: ao afirmar o princípio do livre exame das Escrituras e do sacerdócio universal dos crentes⁹, dessacralizou a mediação clerical e elevou a consciência individual à condição de instância última de interpretação religiosa. Max Weber identificou nessa ética protestante, especialmente em sua vertente ascética calvinista¹⁰, um dos vetores históricos da racionalização moderna e da individuação do agente religioso e econômico.

⁵ Situação em que a vontade de um indivíduo é guiada por leis, tradições ou autoridades externas (como dogmas da Igreja ou imposições da comunidade), sendo o conceito oposto à autonomia.

⁶ Expressão latina utilizada pelo filósofo Immanuel Kant que significa "ouse saber" ou "tenha coragem de servir-se de seu próprio entendimento", marcando o convite ao pensamento independente.

⁷ Alusão à célebre frase de René Descartes, "Penso, logo existo", que coloca o sujeito pensante como o ponto de partida central para todo o conhecimento humano.

⁸ Metáfora utilizada na filosofia para designar um ponto de apoio firme, uma verdade fundamental sobre a qual todo o restante do conhecimento pode ser construído com segurança.

⁹ Princípio da Reforma Protestante que afirma que todo cristão tem acesso direto a Deus e autoridade para interpretar a Bíblia, sem a necessidade obrigatória de intermediários como padres ou pastores.

¹⁰ Conjunto de valores (disciplina, trabalho árduo e negação de prazeres) que Max Weber identificou como influências fundamentais para o surgimento do espírito do capitalismo moderno.

2.3 Da autonomia iluminista à reflexividade tardo-moderna

A autonomia moderna, contudo, não permanece estática. Ao longo do século XX, pensadores como Anthony Giddens, Ulrich Beck, Zygmunt Bauman e Charles Taylor reformulam a categoria à luz das transformações da modernidade tardia, reflexiva ou líquida. Para Giddens, a vida contemporânea caracteriza-se por um projeto reflexivo do eu, no qual a identidade deixa de ser herdada e passa a ser construída narrativamente pelo próprio indivíduo, que se vê obrigado a escolher continuamente entre alternativas plurais, inclusive no domínio religioso. Bauman, por sua vez, com a metáfora da modernidade líquida¹¹, sublinha a fluidez, a transitoriedade e a precariedade dos vínculos contemporâneos, entre os quais se incluem os vínculos de fé.

Charles Taylor, em *A Era Secular*, propõe que a modernidade ocidental transitou de uma condição em que a crença em Deus era inevitável para outra na qual a crença é apenas uma opção entre outras possíveis, situando o sujeito no que denomina quadro imanente¹². Nesse horizonte, mesmo quem crê o faz reflexivamente, ciente de que poderia não crer, ou crer de modo distinto. A autonomia, portanto, não constitui apenas uma conquista filosófica, mas uma condição existencial da religiosidade contemporânea.

2.4 Autonomia do sujeito e recomposição do campo evangélico brasileiro

Transpostas para o campo religioso evangélico brasileiro, essas categorias iluminam de modo fecundo as tendências observadas nas últimas décadas. O crescimento do pentecostalismo e, sobretudo, do neopentecostalismo, a proliferação de denominações, o fenômeno dos desigrejados¹³, a figura do crente sem igreja, a mobilidade intra e interdenominacional e o trânsito entre pertencimentos evangélicos e expressões de religiosidade difusa podem ser lidos, em seu conjunto, como

¹¹ Conceito do sociólogo Zygmunt Bauman que define a sociedade atual pela fluidez e instabilidade, onde os vínculos sociais e de fé são frágeis e tendem a não durar por muito tempo.

¹² Termo que descreve a visão de mundo moderna onde o sentido da vida é buscado dentro da realidade humana e terrena, tornando a crença em Deus apenas uma opção entre várias outras possíveis.

¹³ Refere-se a evangélicos que mantêm sua fé, prática devocional e leitura bíblica, mas que optam por não possuir vínculo formal com nenhuma congregação ou instituição local.

manifestações, no registro religioso, da autonomia subjetiva consolidada pela modernidade.

O fiel contemporâneo tende a operar como um sujeito bricoleur¹⁴, para empregar a categoria levi-straussiana retomada por Hervieu-Léger, montando seu próprio itinerário de crença a partir de elementos oriundos de tradições diversas. A mesma autora propõe que, em contextos de modernidade avançada, a religião não desaparece, mas se recompõe sob a forma de cadeias de memória que o indivíduo escolhe reivindicar — ou não. A pertença deixa, assim, de ser um destino herdado e passa a ser objeto de decisão pessoal, revisável e, por vezes, episódica.

Essa chave explicativa contribui para compreender por que o campo evangélico brasileiro contemporâneo apresenta, simultaneamente, expansão numérica e fragilização dos vínculos institucionais; por que cresce a adesão ao rótulo evangélico ao mesmo tempo em que se observam altas taxas de circulação entre igrejas; por que emergem novas formas de autoridade carismática, muitas vezes desancoradas das estruturas denominacionais clássicas; e por que a experiência religiosa passa a ser avaliada pelo crente segundo critérios de autenticidade subjetiva, eficácia biográfica e ressonância emocional, antes que segundo critérios de ortodoxia doutrinal¹⁵ ou fidelidade confessional.

2.5 Ambivalências da autonomia no campo religioso

Seria, todavia, insuficiente ler a autonomia do sujeito apenas como ganho emancipatório. A tradição crítica de Adorno e Horkheimer a Habermas, passando por Foucault, alerta para as ambivalências do processo. A autonomia formal pode conviver com novas formas de heteronomia: a submissão aos imperativos do mercado religioso, a captura da subjetividade pelas lógicas midiáticas e de consumo, a conversão do fiel em cliente e a emergência de lideranças que instrumentalizam a linguagem da escolha para reforçar vínculos de dependência emocional e financeira. No campo evangélico brasileiro, essas tensões se manifestam de modo

¹⁴ Termo que descreve o fiel que constrói sua própria religiosidade de forma artesanal, selecionando e combinando elementos de diferentes tradições religiosas conforme sua afinidade pessoal.

¹⁵ Refere-se ao conjunto de ensinamentos, crenças e normas considerados "corretos" ou oficiais por uma determinada denominação ou instituição religiosa.

particularmente visível nas teologias da prosperidade, nas dinâmicas de celebração pastoral e na mercantilização de bens simbólicos de salvação¹⁶.

A categoria de autonomia do sujeito, portanto, mobilizada com o rigor exigido pelas ciências sociais e pela teologia crítica, permite compreender o panorama evangélico brasileiro contemporâneo não como mero resultado de dinâmicas internas ao campo religioso, mas como expressão de uma condição histórica mais ampla, a modernidade e suas metamorfoses, na qual o sujeito que crê é, indissociavelmente, um sujeito que escolhe, que se move, que se reinventa e que, nesse processo, redefine permanentemente as fronteiras, os sentidos e os modos de pertença ao evangelicalismo brasileiro.

3 Trânsito religioso e a perda relativa do controle institucional sobre o indivíduo no Brasil contemporâneo

3.1 O trânsito religioso como fenômeno estruturante do campo brasileiro

Se a autonomia do sujeito moderno constitui o pano de fundo filosófico das transformações religiosas em curso, o trânsito religioso é a sua expressão empírica mais visível no Brasil contemporâneo. Entendido como o processo de deslocamento dos indivíduos entre diferentes pertenças religiosas ao longo de suas trajetórias biográficas — seja entre religiões distintas, seja entre denominações de uma mesma tradição, seja entre a filiação institucional e posições de não pertencimento —, o trânsito religioso deixou de ser fenômeno marginal para se tornar traço estrutural da configuração religiosa brasileira. Os dados dos últimos censos demográficos e das principais pesquisas sociológicas do campo confirmam que a estabilidade das pertenças herdadas, característica do Brasil católico tradicional, cedeu lugar a um regime de circulação permanente no qual a filiação religiosa passou a ser fenômeno biográfico, mutável e, em muitos casos, múltiplo ao longo da vida.

Ricardo Mariano, Paul Freston, Leonildo Silveira Campos, Ronaldo de Almeida e Cecília Mariz figuram entre os principais intérpretes desse processo no Brasil. Almeida e Montero, em estudo de referência, demonstraram que o campo religioso brasileiro opera hoje segundo uma lógica de mobilidade generalizada, na qual os fiéis

¹⁶ Termo sociológico para os benefícios espirituais oferecidos pelas religiões (como oração, cura, conforto e perdão), que em um cenário de concorrência passam a ser vistos quase como "produtos" de consumo.

circulam tanto dentro do próprio segmento evangélico, do pentecostalismo clássico ao neopentecostalismo, deste às igrejas autônomas ou neocarismáticas, quanto entre o evangelicalismo e outras matrizes religiosas, incluindo a católica, a afro-brasileira, a espírita e as espiritualidades difusas hoje rotuladas como Nova Era. O evangélico contemporâneo, nesse cenário, é frequentemente um convertido cuja identidade se forjou no cruzamento de pertencas anteriores, e cuja trajetória de fé não raro prossegue em movimento mesmo após a conversão.

3.2 Dimensões do trânsito: intra, inter e extrarreligioso

O trânsito religioso brasileiro manifesta-se em pelo menos três dimensões articuladas. A primeira é o trânsito intrarreligioso, que corresponde à circulação do fiel entre denominações de uma mesma tradição, particularmente intenso no interior do campo evangélico, onde é comum que um mesmo indivíduo tenha passado, ao longo de sua vida, por igrejas batistas, assembleianas, quadrangulares, neopentecostais e comunidades autônomas. A segunda é o trânsito inter-religioso, que envolve a passagem entre tradições distintas, o caso clássico do católico que se converte ao evangelicalismo, mas também os percursos inversos e os deslocamentos em direção às religiões afro-brasileiras, ao espiritismo kardecista ou a expressões orientais. A terceira é o trânsito extrarreligioso, que inclui a passagem para o campo dos sem-religião, dos agnósticos e dos ateus, categoria que tem crescido de forma expressiva nas últimas décadas e que, longe de representar necessariamente descrença, abriga frequentemente formas de religiosidade individualizada, desvinculadas de qualquer instituição.

Essas três modalidades não são mutuamente excludentes. Pesquisas biográficas têm demonstrado que uma mesma trajetória pode combinar, sucessiva ou simultaneamente, elementos das três, configurando o que se convencionou chamar de carreiras religiosas marcadas pela múltipla pertença, pela pertença intermitente ou pela pertença sem vínculo institucional. Trata-se de uma novidade histórica significativa: a identidade religiosa, antes concebida como condição permanente e herdada, passa a operar como processo biográfico aberto, sujeito a revisões, recomeços e reconfigurações.

3.3 A perda relativa do controle institucional sobre o indivíduo

Correlato direto da intensificação do trânsito religioso é o fenômeno que a sociologia da religião tem descrito como perda relativa do controle das instituições religiosas sobre o indivíduo. O qualificativo relativo é decisivo: não se trata de afirmar que as instituições religiosas perderam toda capacidade de orientação sobre os fiéis, o que seria empiricamente insustentável diante do vigor organizacional de denominações como a Assembleia de Deus, a Igreja Universal do Reino de Deus, as igrejas batistas e a Igreja Mundial do Poder de Deus, mas de reconhecer que o regime de autoridade institucional prevaemente no cristianismo tradicional foi profundamente reconfigurado. As instituições já não detêm o monopólio da definição do que significa ser evangélico, tampouco conseguem impor aos fiéis uma disciplina doutrinária, moral ou comportamental homogênea e duradoura.

Essa erosão do controle institucional manifesta-se em múltiplos planos. No plano doutrinário, observa-se que os fiéis selecionam ativamente quais ensinamentos incorporam e quais ignoram, compondo sistemas de crença pessoais que frequentemente combinam elementos doutrinariamente incompatíveis do ponto de vista da ortodoxia denominacional, teologia da prosperidade e ética puritana, escatologia pré-milenista¹⁷ e engajamento político imediatista, rigorismo moral seletivo e permissividade em outras áreas. No plano moral, a tradicional capacidade das igrejas de regular condutas relativas à sexualidade, ao casamento, ao consumo, ao vestuário e ao lazer enfraqueceu-se, ainda que permaneça como discurso oficial. No plano ritual, multiplicam-se formas de consumo religioso à distância, via mídia televisiva, radiofônica e, sobretudo, digital, que permitem ao fiel acessar bens simbólicos de múltiplas denominações sem pertencer formalmente a nenhuma delas.

Antônio Flávio Pierucci, em análise seminal, já apontava que a modernização religiosa brasileira avança não pela via da secularização como descrença, mas pela via da secularização como pluralização e perda do monopólio institucional. O fiel contemporâneo escolhe sua igreja, compara ofertas de salvação, avalia a performance pastoral, troca de congregação quando se sente insatisfeito e, não raro, permanece formalmente vinculado a uma denominação enquanto consome conteúdos espirituais produzidos por outra. A instituição, antes guardiã incontestada da

¹⁷ Corrente teológica que interpreta as profecias bíblicas sobre o fim dos tempos, prevendo que o retorno de Jesus Cristo ocorrerá antes de um período de mil anos de paz na terra.

verdade e da prática, converte-se em prestadora de serviços simbólicos num mercado competitivo, condição que altera radicalmente a natureza do vínculo entre o sujeito e sua igreja.

3.4 Mídia, pentecostalização e desinstitucionalização

A crescente midiaticização da experiência religiosa agudiza a perda do controle institucional. O acesso a pregações, estudos bíblicos, cultos transmitidos ao vivo, podcasts e conteúdos devocionais produzidos por pastores de todo o país e do mundo permite ao fiel brasileiro constituir seu cardápio devocional pessoal, independentemente do púlpito da igreja local que frequenta. A autoridade pastoral desloca-se da figura do pastor de congregação, conhecido, acessível, territorializado, para a de celebridades pastorais nacionais e internacionais, cuja legitimidade deriva do alcance midiático, do carisma mediado por telas e da capacidade de mobilizar afetos em escala massiva. A igreja local, nesse cenário, torna-se apenas uma entre várias instâncias que concorrem pela atenção e pela identificação do fiel.

A pentecostalização transversal¹⁸ do campo evangélico brasileiro, amplamente documentada pelos pesquisadores referidos, também contribui para essa desinstitucionalização relativa. Ao privilegiar a experiência direta do Espírito, a manifestação carismática, a eficácia terapêutica e a autoridade do testemunho pessoal, o ethos pentecostal desloca o centro de gravidade da vida religiosa do dispositivo institucional, confissão, catecismo, disciplina, para a vivência subjetiva do fiel. A autoridade da instituição é, assim, subordinada à autoridade da experiência, e o critério último de verdade religiosa passa a ser, em larga medida, o próprio sentimento de autenticidade e de eficácia relatado pelo indivíduo.

3.5 O fenômeno dos desigrejados e a pertença sem instituição

Expressão paradigmática da perda relativa do controle institucional é o crescimento do fenômeno dos desigrejados — evangélicos que afirmam manter a fé cristã, a leitura bíblica, a prática devocional e mesmo a identidade evangélica, mas

¹⁸ Termo que designa a expansão de características típicas do pentecostalismo — como a ênfase na experiência emocional e direta com o Espírito — para outras denominações que originalmente não possuíam esse perfil.

que recusam ou abandonaram o vínculo com qualquer congregação local. Estudos recentes têm demonstrado que esse grupo não é majoritariamente composto por indivíduos em processo de descrença, mas por crentes convictos que criticam, a partir de posições teológicas e éticas diversas, a forma institucional assumida pelo evangelicalismo brasileiro contemporâneo — seus excessos financeiros, suas lideranças controladoras, seu alinhamento político, sua superficialidade doutrinária ou sua rigidez moralista.

O desigrejado é, nesse sentido, figura emblemática do sujeito autônomo moderno no campo religioso: afirma a fé sem renunciar à crítica; pertence sem se submeter; permanece evangélico sem aceitar a mediação institucional. Sua existência revela que a adesão a uma tradição religiosa já não coincide necessariamente com a filiação a uma instituição, e que as fronteiras entre o crente institucionalizado, o crente peregrino e o crente sem igreja tornaram-se porosas, reversíveis e biograficamente negociadas.

3.6 Implicações para a análise do panorama evangélico brasileiro

A articulação entre autonomia do sujeito, trânsito religioso e perda relativa do controle institucional fornece um quadro interpretativo robusto para compreender as tendências atuais do evangelicalismo brasileiro. Esse quadro permite evitar dois equívocos simétricos e recorrentes na literatura. De um lado, a leitura triunfalista, que interpreta o crescimento numérico do campo evangélico como expansão linear de uma identidade coesa e institucionalmente consolidada, leitura desmentida pela volatilidade das pertenças e pela fragilização dos vínculos. De outro, a leitura catastrofista, que interpreta a mobilidade e a desinstitucionalização como sinais de crise terminal da religião, leitura igualmente desmentida pela vitalidade simbólica, emocional e política do evangelicalismo brasileiro contemporâneo.

O que o quadro sugere é, antes, uma reconfiguração profunda do modo como a religião evangélica se inscreve na vida dos sujeitos e na sociedade brasileira. Cresce, de fato, o número dos que se identificam como evangélicos, mas cresce também a heterogeneidade interna do campo, a circulação entre suas subdivisões, a distância entre a identidade professada e a filiação institucional efetiva, e a autonomia com que cada fiel define, em seus próprios termos, o que significa pertencer ao evangelicalismo. Os desafios pastorais, teológicos e eclesiológicos decorrentes dessa

configuração são consideráveis e exigem das lideranças religiosas tanto capacidade analítica para compreender o novo quadro quanto disposição para repensar, de modo teologicamente fundado e sociologicamente informado, as formas de mediação institucional da fé no Brasil do século XXI.

4 Considerações finais

O exame das tendências que atravessam o panorama evangélico brasileiro contemporâneo, com suas mudanças e sua mobilidade, demanda mais do que o levantamento descritivo de números e perfis: exige a articulação com as categorias filosóficas e sociológicas que dão inteligibilidade à condição moderna do sujeito crente. Tomada em sua espessura histórica e em suas ambivalências atuais, a autonomia constitui o horizonte a partir do qual se tornam compreensíveis tanto a vitalidade quanto as fragilidades do evangelicalismo brasileiro do tempo presente. Compreender o fiel como sujeito autônomo, reflexivo e em trânsito é, portanto, condição prévia para uma análise teológica e sociológica responsável das transformações em curso.

O primeiro eixo dessa leitura diz respeito à autonomia do indivíduo. Ao destacar o sujeito moderno como fonte legítima de seu próprio juízo, mostra-se que o evangélico contemporâneo constrói sua identidade religiosa de maneira reflexiva, escolhendo, experimentando e reconfigurando suas crenças ao longo da trajetória biográfica. Essa chave contribui de modo direto para a compreensão da pluralidade interna e da mobilidade que caracterizam o campo evangélico brasileiro, na medida em que desloca a pertença religiosa do registro do destino herdado para o da decisão pessoal continuamente revisada.

O segundo eixo é o trânsito religioso, que precisa ser estudado e repensado em sua plenitude. Trata-se de uma mobilidade efetiva que, longe de ser fenômeno episódico, possui caráter estruturante: a circulação entre igrejas, denominações e tradições religiosas distintas permite analisar as múltiplas formas de pertença e identidade que hoje convivem no campo evangélico. O esforço analítico empreendido neste artigo procura justamente evidenciar essa dimensão estrutural, recusando tanto a leitura que reduz o trânsito a desvio quanto a que o naturaliza sem criticá-lo.

O terceiro eixo refere-se à perda relativa do controle institucional sobre o indivíduo. O evangélico contemporâneo, ou, mais amplamente, a pessoa que procura

por Deus, seleciona quais ensinamentos incorpora, consome conteúdos produzidos por igrejas distintas sem necessariamente pertencer a elas e avalia a performance pastoral segundo critérios pessoais de autenticidade e eficácia. A igreja passa a ser percebida como prestadora de serviços simbólicos em um mercado religioso competitivo, e a autoridade institucional é substituída, em larga medida, pela autoridade da experiência subjetiva. Mostrar que essa desinstitucionalização e essa perda de controle não significam necessariamente crise terminal, mas sim reconfiguração das formas de mediação da fé, com novas dinâmicas de autoridade e de consumo religioso, é um dos contributos centrais da análise aqui desenvolvida. Não por acaso, a metáfora da igreja “self-service”, já explorada em pregações e reflexões pastorais, captura intuitivamente esse cenário, ainda que demande, em sede teológica e eclesiológica, um olhar crítico sobre suas implicações.

Articulada a esses eixos, ganha relevo a reflexão sobre os desigrejados. Ao abordar esse fenômeno e as novas formas de vivência de uma fé mantida sem vínculo institucional, o estudo dialoga com uma pauta cada vez mais central para os estudos sobre religiosidade contemporânea: a possibilidade de pertencer a uma tradição sem se submeter integralmente à sua forma institucional, afirmando a fé sem renunciar à crítica e permanecendo evangélico mesmo à margem das estruturas eclesiais convencionais.

A autonomia do sujeito moderno, o trânsito religioso generalizado e a perda relativa do controle institucional sobre o indivíduo constituem, em conjunto, o tripé analítico a partir do qual se torna possível compreender as mudanças e a mobilidade que caracterizam o panorama religioso evangélico brasileiro contemporâneo. Não se trata de fenômenos passageiros nem de desvios em relação a uma suposta normalidade religiosa anterior, mas de traços estruturais de uma nova configuração histórica do religioso, na qual o sujeito crente é, simultaneamente, herdeiro da modernidade filosófica, agente de sua própria biografia religiosa e interlocutor crítico das instituições que, apesar de tudo, continuam a desempenhar papel relevante, ainda que reconfigurado, na mediação de sua fé. Reconhecer esse triplo movimento é condição para uma análise lúcida do presente evangélico brasileiro e para uma ação pastoral e teológica à altura dos desafios que ele apresenta.

Em síntese, o quadro que se impõe à análise é o de um “self-service” religioso, no qual o fiel paga, em tempo, em adesão, em recursos, em afetos, pelo que efetivamente consome, e no qual a permanência em uma comunidade depende cada

vez menos de vínculos heterodeterminados e cada vez mais da percepção subjetiva de adequação, satisfação e respeito à autonomia pessoal.

Retomando a cena inaugural deste artigo, a fala da jovem senhora em Aldeia — “se o pastor pegar no meu pé, vou embora” — condensa, de maneira exemplar, o conjunto das transformações aqui examinadas: a afirmação do vínculo com a igreja convive com a reserva da autonomia pessoal diante da autoridade pastoral; a pertença é afirmada, mas condicionada; a fé permanece, mas o controle institucional é relativizado. O cotidiano brasileiro, quando interrogado com as ferramentas adequadas das ciências sociais da religião, revela-se laboratório privilegiado para a compreensão das metamorfoses contemporâneas do fenômeno religioso.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. *A igreja universal e seus demônios*. São Paulo: Editora 34, 2009.

ALMEIDA, Ronaldo de; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BURITY, Joanildo et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERNANDES, Rubem César et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontrão, 1994.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1991, 2000, 2010 e 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-2022.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MARIZ, Cecília Loreto. *Coping with poverty: Pentecostals and Christian base communities in Brazil*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *Religiões em movimento: o Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO NDCA: INFÂNCIA NEGRA, BRINCAR E RESISTÊNCIA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

 DOI: 10.5281/zenodo.20951632

Daniele Morais Pereira

Estudante do 4º semestre do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Área de estudo: Educação. E-mail: danielemoraispereira87@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão e relato de experiência sobre a mobilização comunitária promovida pelo Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NDCA) na comunidade do Bairro Recreio, em Vitória da Conquista – BA. O projeto teve como finalidade assegurar os direitos da criança e do adolescente em contexto de vulnerabilidade social, fortalecendo vínculos comunitários e valorizando o brincar como estratégia de resistência e afirmação identitária. Embora situado em uma área urbana considerada de classe média-alta, o bairro abriga famílias em condições precárias, compostas majoritariamente por mulheres negras chefes de família, que enfrentam exclusão de políticas públicas, insegurança habitacional e invisibilidade social. Nesse cenário, o NDCA estruturou uma intervenção comunitária baseada em quatro eixos principais: atividades lúdicas e jogos, oficinas de robótica, oficinas de brinquedos recicláveis e ações de cuidado pessoal, como massagens e rodas de conversa com as famílias. A metodologia utilizada foi qualitativa, com caráter participativo, fundamentada na escuta ativa e no levantamento inicial das demandas locais. As crianças e adolescentes envolvidos puderam vivenciar experiências significativas que estimularam a criatividade, o raciocínio lógico, a cooperação e a valorização da identidade negra, ao passo que as famílias fortaleceram o sentido de pertencimento e a organização coletiva. Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com Vygotsky (1991), que ressalta a importância da interação social na aprendizagem e a noção de zona de desenvolvimento proximal; Piaget (1975), que compreende o jogo como essencial para a construção do conhecimento e da autonomia; e Winnicott (1975), que apresenta o brincar como espaço transicional para o desenvolvimento emocional e a elaboração de vivências adversas. Somam-se as reflexões de Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (2019), que compreendem o cuidado e a resistência comunitária como práticas políticas fundamentais para a infância negra em contextos de exclusão. Os resultados indicaram engajamento e alegria das crianças nas atividades propostas, maior autoestima das famílias envolvidas e fortalecimento dos vínculos comunitários. Conclui-se que mobilizações comunitárias como esta são fundamentais para a efetivação dos direitos da infância e da adolescência,

especialmente em comunidades vulnerabilizadas, pois contribuem para a criação de espaços de proteção, resistência e desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Infância; Brincar; Ação comunitária; Direitos da criança; Exclusão social.

ABSTRACT

This paper presents a reflection and experience report on the community mobilization promoted by the Child and Adolescent Defense Center (NDCA) in the Recreio neighborhood, in Vitória da Conquista – BA. The project aimed to ensure the rights of children and adolescents in contexts of social vulnerability, strengthening community bonds and valuing play as a strategy of resistance and identity affirmation. Although located in an urban area considered upper middle class, the neighborhood includes families living in precarious conditions, predominantly composed of Black women who are heads of household and who face exclusion from public policies, housing insecurity, and social invisibility. Within this context, the NDCA structured a community intervention based on four main axes: playful activities and games, robotics workshops, recycled toy workshops, and personal care actions such as massages and family discussion circles. The methodology adopted was qualitative and participatory in nature, grounded in active listening and an initial survey of local demands. The children and adolescents involved experienced meaningful activities that stimulated creativity, logical reasoning, cooperation, and appreciation of Black identity, while families strengthened their sense of belonging and collective organization. From a theoretical perspective, the study engages with Lev Vygotsky (1991), who emphasizes the importance of social interaction in learning and the concept of the zone of proximal development; Jean Piaget (1975), who understands play as essential to the construction of knowledge and autonomy; and Donald Winnicott (1975), who presents play as a transitional space for emotional development and the elaboration of adverse experiences. It also incorporates the reflections of Sueli Carneiro (2005) and bell hooks (2019), who understand care and community resistance as fundamental political practices for Black childhood in contexts of exclusion. The results indicated children's engagement and joy in the proposed activities, increased self-esteem among the participating families, and strengthened community bonds. It is concluded that community mobilizations such as this are essential for the effective realization of children's and adolescents' rights, especially in vulnerable communities, as they contribute to the creation of spaces for protection, resistance, and integral development.

Keywords: Childhood; Play; Community Action; Children's Rights; Social Exclusion.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma experiência de mobilização comunitária promovida pelo NDCA (Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente) na comunidade do Bairro Recreio, em Vitória da Conquista – BA. A ação teve como objetivo promover os direitos da infância negra em situação de vulnerabilidade, fortalecer vínculos comunitários e valorizar o brincar como prática de resistência e

afirmação identitária. Embora o bairro esteja localizado em uma zona urbana considerada de classe média-alta, a comunidade atendida vive em forte vulnerabilidade social. Trata-se de um verdadeiro paradoxo urbano: em meio a ruas asfaltadas e imóveis valorizados, encontra-se uma população empobrecida, composta majoritariamente por mulheres negras chefes de família, que enfrentam precariedade habitacional, exclusão dos serviços públicos e negação de direitos fundamentais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta está fundamentada nos princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), conforme previsto na Lei 10.639/03, e nas reflexões do feminismo negro, especialmente de Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (2019). Carneiro discute como as mulheres negras resistem à exclusão por meio do cuidado e da organização comunitária. Hooks defende o cuidado como prática política e libertadora. Além disso, os referenciais de Vygotsky (1991), Piaget (1975) e Winnicott (1975) oferecem suporte para compreender o brincar como meio de desenvolvimento social, emocional e cognitivo, fundamental para o fortalecimento da autoestima e da identidade infantil.

OBJETIVOS

O objetivo do projeto NDCA para a comunidade do Bairro Recreio é promover a reflexão e a intervenção social voltadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade. Para isso, o projeto buscou mapear as principais demandas das famílias locais por meio de um levantamento inicial de informações realizado por uma equipe multidisciplinar, com o intuito de compreender os desafios enfrentados pela comunidade. A partir desse mapeamento foram desenvolvidas atividades lúdicas, jogos didáticos, oficinas de robótica e oficinas de brinquedos recicláveis, além de ações de cuidado pessoal, como massagens e rodas de brincadeiras interativas que envolveram as famílias.

METODOLOGIA

A mobilização promovida pelo NDCA adotou uma abordagem qualitativa, com caráter participativo e comunitário, fundamentada na intervenção social. A ação foi conduzida por uma equipe multidisciplinar que realizou inicialmente um mapeamento das condições e necessidades da comunidade do Bairro Recreio, por meio da escuta ativa com as famílias. A mobilização foi organizada em quatro eixos principais: (1) brincadeiras e jogos lúdicos; (2) oficinas de robótica educativa; (3) oficinas de brinquedos recicláveis; e (4) atividades de cuidado pessoal. Durante toda a ação, as interações foram registradas por meio de observações diretas, registros fotográficos autorizados e relatos descritivos realizados pela equipe.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As crianças demonstraram engajamento, alegria e cooperação nas atividades promovidas. As oficinas de robótica despertaram o interesse por novas tecnologias, enquanto as atividades de cuidado pessoal fortaleceram a autoestima. As rodas de conversa com as famílias possibilitaram a troca de saberes e a afirmação da identidade negra das crianças e das mães, contribuindo para a valorização da cultura afro-brasileira. As atividades lúdicas proporcionaram momentos de escuta e acolhimento, criando um espaço simbólico de proteção e pertencimento para as crianças. O brincar mostrou-se fundamental para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, mesmo em contextos adversos.

Como Vygotsky (1991) destaca, a interação social é crucial para o desenvolvimento das crianças, especialmente nas zonas de desenvolvimento proximal, onde o apoio do ambiente social favorece o aprendizado. As atividades lúdicas no NDCA funcionaram como espaços de aprendizagem coletiva, estimulando o desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas.

Piaget (1975) reforça a ideia de que o jogo é essencial para a construção do conhecimento. As oficinas de brinquedos recicláveis permitiram que os participantes explorassem conceitos de física, matemática e lógica de maneira prática e divertida, facilitando a autonomia e o desenvolvimento cognitivo.

As atividades de cuidado pessoal, como massagens e rodas de conversa, alinharam-se com as reflexões de Winnicott (1975), que vê o brincar como um espaço

essencial para o desenvolvimento emocional. Esse cuidado afetivo foi crucial para a construção de uma identidade positiva, especialmente no contexto da infância negra, como espaço de resistência e afirmação cultural.

A mobilização promovida pelo NDCA também reflete os princípios de Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (2019), que abordam o cuidado e a resistência comunitária como práticas políticas que promovem a autoestima e a luta contra a exclusão social. As ações do NDCA ajudaram a fortalecer as famílias, sobretudo as mães negras, na construção de um espaço de resistência e valorização da identidade negra.

Esses resultados destacam a importância de práticas comunitárias que integrem cuidado emocional, valorização cultural e desenvolvimento cognitivo das crianças, criando espaços de proteção e pertencimento, como defendido pelos teóricos mencionados. A ação do NDCA foi eficaz para combater a exclusão social e promover a afirmação da identidade negra em contextos de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação social promovida pelo NDCA na comunidade do Bairro Recreio evidenciou a importância das práticas comunitárias que valorizam o brincar, o cuidado e a educação como instrumentos essenciais para o enfrentamento da exclusão social e a efetivação dos direitos da criança. O brincar se mostrou uma poderosa ferramenta de resistência, possibilitando às crianças a expressão, o desenvolvimento cognitivo e emocional, além da construção de vínculos afetivos e sociais. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas continuadas e de parcerias entre universidades, organizações sociais e comunidades para a promoção de ambientes inclusivos e acolhedores. O trabalho do NDCA destaca que a valorização da infância por meio de ações integradas e multidisciplinares é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990.

CARNEIRO, Sueli. *Cuidar e educar crianças negras: desafios e resistências*. São Paulo: Pallas, 2005.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

NDCA – NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Projeto de extensão “NDCA Comunidade”. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2025.

PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975

VALORIZAÇÃO SALARIAL DOCENTE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

 DOI: 10.5281/zenodo.20951664

Joelson Lopes da Paixão

Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica. Especialista em áreas da Educação e relacionadas à Engenharia Elétrica. Bacharel em Engenharia Elétrica, licenciado em Matemática, Física, Pedagogia e em Formação de professores para a EPT. E-mail: joelson.paixao@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907289379766915> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

Eric de Melo Lima

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciado em Geografia pela UFPI. Geography Teacher (International Baccalaureate). Atua como docente na Great International School. E-mail: ericmelo92@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0466473309779779> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8755-8063>

Maria Farias Matias

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: mariiana.faryas@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3387682664388594> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7234-4665>

RESUMO

O presente artigo examina a relação entre valorização salarial docente e qualidade da educação pública no Brasil, compreendendo a remuneração do magistério não como variável isolada, mas como dimensão estruturante de uma política educacional comprometida com a equidade, a permanência de profissionais qualificados e o fortalecimento da escola pública. Trata-se de ensaio teórico com análise documental, fundamentado no estudo crítico do marco normativo brasileiro (Constituição Federal de 1988, LDB, Lei do Piso, Fundeb e Plano Nacional de Educação) e na revisão

narrativa da literatura acadêmica nacional e internacional sobre trabalho docente, profissionalização do magistério, financiamento educacional e qualidade da educação. O artigo discute os fundamentos conceituais da valorização docente, distinguindo remuneração, carreira, piso salarial, condições de trabalho e reconhecimento profissional; analisa como a desvalorização salarial se associa a fenômenos como rotatividade, múltiplos vínculos, sobrecarga, adoecimento e abandono da profissão; e problematiza o conceito de qualidade educacional em perspectiva ampliada. Dados do INEP, da OCDE e de pesquisas consolidadas são mobilizados para dimensionar o problema. Conclui que a valorização salarial docente é condição necessária, porém não suficiente quando tomada isoladamente, sendo indispensável sua articulação com políticas integradas de carreira, formação, infraestrutura, gestão democrática e financiamento educacional adequado, incluindo o cumprimento efetivo do Novo PNE (Lei n.º 15.388/2026).

Palavras-chave: valorização docente; salário do professor; qualidade educacional; carreira docente; financiamento da educação.

ABSTRACT

This article examines the relationship between teacher remuneration and public education quality in Brazil, understanding teacher pay not as an isolated variable, but as a structural dimension of an educational policy committed to equity, the retention of qualified professionals and the strengthening of public schools. The study is configured as a theoretical essay with documentary analysis, grounded in a critical review of the Brazilian regulatory framework (Federal Constitution of 1988, LDB, salary floor legislation, Fundeb and the National Education Plan) and in a narrative review of national and international academic literature on teaching work, teacher professionalization, educational funding and education quality. The article discusses the conceptual foundations of teacher valorization, distinguishing remuneration, career, salary floor, working conditions and professional recognition; analyses how salary undervaluation is associated with phenomena such as turnover, multiple employment ties, work overload, *burnout* and abandonment of the profession; and problematizes the concept of educational quality in a broader perspective. Data from INEP, OECD and consolidated research are mobilized to dimension the problem. It concludes that teacher remuneration is a necessary, though not sufficient, condition when taken in isolation, requiring its articulation with integrated career, training, infrastructure, democratic management and adequate educational funding policies, including effective compliance with the New PNE (Law No. 15,388/2026).

Keywords: teacher valorization; teacher salary; educational quality; teaching career; education funding.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a qualidade da educação pública no Brasil remete, invariavelmente, à questão do trabalho docente e, mais especificamente, às condições materiais em que esse trabalho se realiza. Entre essas condições, a remuneração do magistério ocupa posição central, tanto pela sua relação direta com a atratividade e a

permanência na carreira quanto pelo que revela sobre o lugar político e social que o Estado e a sociedade reservam à educação escolar. Debater a valorização salarial docente não equivale a restringir a análise a uma dimensão corporativa ou a uma disputa orçamentária pontual. Significa, antes de tudo, compreender como as condições de remuneração, carreira e trabalho se articulam à construção de sistemas educacionais capazes de garantir, com consistência e equidade, o direito constitucional à educação de qualidade.

O ponto de partida deste artigo é um paradoxo recorrente no debate educacional brasileiro: ao mesmo tempo em que professores são reconhecidos, no plano discursivo e normativo, como protagonistas essenciais da aprendizagem, da formação cidadã e do desenvolvimento social, as condições de remuneração e de trabalho efetivamente oferecidas a esses profissionais contradizem, de maneira sistemática, esse reconhecimento simbólico. A distância entre o enunciado de valorização e a realidade salarial concreta configura um nó estrutural que compromete, de formas diversas, a capacidade do sistema educacional de atrair, reter e desenvolver profissionais comprometidos com a escola pública.

Esse paradoxo se manifesta em múltiplos planos: no plano normativo, expresso na tensão entre as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e a implementação fragmentária das políticas de valorização nas redes públicas; no plano econômico, evidenciado pela comparação entre os salários docentes brasileiros e os de países com sistemas educacionais mais equânimes; e no plano pedagógico, revelado pelos efeitos da rotatividade, da sobrecarga e da precarização sobre a qualidade do vínculo entre professores, alunos e instituições escolares.

A questão central que orienta este artigo é: como a valorização salarial docente se articula à qualidade da educação pública brasileira, considerando carreira, financiamento, permanência profissional e condições de trabalho? O objetivo é examinar essa relação discutindo seus fundamentos legais, conceituais, políticos e pedagógicos, bem como os desafios de financiamento, implementação e governança que dificultam a consolidação de políticas efetivas de remuneração e reconhecimento profissional do magistério. A análise apoia-se no quadro normativo brasileiro, na literatura acadêmica sobre trabalho docente, em relatórios de organismos internacionais, em dados do INEP e do SIOPE e nas produções científicas mais recentes sobre o tema.

A relevância do debate se acentua diante do cenário contemporâneo da educação pública brasileira, caracterizado por desigualdades regionais estruturais, heterogeneidade das redes municipais e estaduais, tensões federativas em torno do financiamento, cumprimento irregular do piso salarial profissional nacional e persistência de condições precárias de infraestrutura e apoio pedagógico. Esse contexto é agravado pelo novo ciclo normativo aberto com a aprovação do Novo Plano Nacional de Educação pela Lei n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, com duração de dez anos a contar da publicação da referida lei, abrangendo o decênio 2026-2036, e que renova as metas de valorização docente e exige esforços renovados de implementação e cooperação federativa.

O artigo está organizado em oito seções, além desta introdução e das considerações finais. As seções 2 e 3 discutem os fundamentos conceituais e o marco normativo. A seção 4 apresenta os procedimentos metodológicos. As seções 5 a 8 analisam os impactos da desvalorização, o financiamento, a qualidade ampliada e os caminhos para uma política integrada.

2 VALORIZAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE EDUCACIONAL: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Compreender a relação entre valorização salarial docente e qualidade da educação pública exige, inicialmente, um esforço de precisão conceitual. Valorização docente é expressão que abrange dimensões distintas, frequentemente conflacionadas no debate público: remuneração, vencimento-base, piso salarial, progressão na carreira, condições de trabalho, jornada, tempo destinado ao planejamento e à formação continuada, autonomia pedagógica, reconhecimento social e participação nas decisões institucionais. Cada uma dessas dimensões possui especificidades analíticas e operacionais que não se reduzem às demais, embora se articulem de maneira indissociável.

A valorização salarial, como recorte específico deste artigo, refere-se às condições de remuneração dos profissionais do magistério, incluindo o vencimento-base, os adicionais, os planos de progressão e os mecanismos de piso salarial mínimo. Sua relevância para a qualidade educacional não se dá por via direta e automática, mas por mediações que envolvem atratividade da carreira, permanência de profissionais qualificados, condições de exercício do trabalho pedagógico e

disposição para o investimento em desenvolvimento profissional contínuo. Tratar a remuneração como variável isolada equivale a simplificar uma relação que é necessariamente multidimensional; tratá-la como elemento secundário equivale a negar a realidade concreta de professores que enfrentam múltiplos vínculos, sobrecarga de trabalho e deterioração das condições de ensino em decorrência de salários insuficientes.

A literatura internacional sobre políticas docentes há décadas identifica o salário como fator relevante, mas não determinante de forma isolada, para a qualidade dos sistemas educacionais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) observa, em seus relatórios anuais, que países com maior desempenho educacional tendem a combinar remuneração competitiva com seleção criteriosa para a formação docente inicial, investimento em desenvolvimento profissional contínuo e condições de trabalho que favorecem a colegialidade e a inovação pedagógica (OECD, 2023). Não se trata, portanto, de afirmar que salários mais elevados produzem automaticamente melhores resultados de aprendizagem, mas de reconhecer que a desvalorização salarial cria obstáculos estruturais à atração e à retenção de profissionais que poderiam contribuir para essa melhoria.

No plano conceitual, é igualmente necessário distinguir qualidade educacional como desempenho em avaliações externas de qualidade educacional como processo social complexo. A primeira perspectiva, hegemônica em boa parte dos discursos de política educacional, tende a reduzir o fenômeno educativo a métricas de proficiência, desconsiderando dimensões fundamentais como equidade, permanência, inclusão, vínculo pedagógico, desenvolvimento da autonomia, formação para a cidadania e condições concretas de aprendizagem. A segunda perspectiva, ancorada em uma concepção de qualidade social da educação, compreende a escola como instituição comprometida com a democratização do conhecimento, a redução das desigualdades e o fortalecimento das capacidades humanas (GATTI; BARRETO, 2009; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

Essa distinção é fundamental para o argumento central deste artigo: a valorização salarial docente não é uma condição suficiente para a qualidade educacional, mas é uma condição estruturante sem a qual políticas de melhoria da educação pública perdem consistência, continuidade e capacidade de alcance. Quando professores são salarialmente precarizados, o sistema educacional fragiliza

suas próprias bases de sustentação, independentemente da sofisticação dos currículos, das avaliações ou das políticas pedagógicas implementadas.

3 O MARCO NORMATIVO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

A valorização dos profissionais da educação pública encontra amparo em um robusto conjunto de normas jurídicas no ordenamento brasileiro, ainda que a distância entre o texto legal e a realidade implementada configure um dos traços mais persistentes e problemáticos da política educacional do país.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 206, como princípio do ensino público, a valorização dos profissionais da educação escolar, garantida por planos de carreira, ingresso exclusivamente por concurso público, piso salarial profissional nacional e condições para o exercício das funções docentes (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, regulamenta esses princípios ao dispor sobre a elaboração de planos de carreira e sobre o estímulo à formação continuada (BRASIL, 1996).

O passo normativo mais significativo no campo da remuneração docente veio com a Lei n.º 11.738/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional, determinando o valor mínimo mensal a ser pago em todo o território nacional, além de estabelecer que dois terços da jornada devem ser destinados às atividades de interação com educandos, reservando o terço restante para atividades extraclasse, de planejamento e de formação (BRASIL, 2008). Essa disposição, frequentemente descumprida nas redes públicas, é de particular relevância para a análise da qualidade do trabalho docente.

O Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei n.º 13.005/2014 consolidou metas de valorização docente com horizonte decenal, dentre as quais se destacam o equiparamento do rendimento médio dos profissionais do magistério ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente e a garantia de planos de carreira para as redes públicas (BRASIL, 2014). Essas metas, todavia, não se converteram em realidade plena. A vigência do PNE de 2014 foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Lei n.º 14.934/2024 (BRASIL, 2024), e o Novo Plano Nacional de Educação foi aprovado pela Lei n.º 15.388/2026, com duração de dez anos a contar da publicação da lei (BRASIL, 2026), renovando e aprofundando as metas de valorização docente. A análise do cenário normativo contemporâneo exige, portanto, que se

considere esse novo marco regulatório, cujo impacto sobre as políticas de remuneração e carreira ainda está em fase inicial de implementação.

O Novo Fundeb, instituído pela Lei n.º 14.113/2020, representa avanço significativo no financiamento da educação básica pública, ao tornar permanente o fundo, ampliar a complementação da União para redes com menor capacidade fiscal e incorporar mecanismos de redução das desigualdades educacionais entre regiões e redes de ensino (BRASIL, 2020). O marco legal vincula explicitamente o financiamento educacional à valorização dos profissionais da educação, exigindo que no mínimo 70% dos recursos sejam destinados à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 14.113/2020.

O conjunto normativo aqui apresentado atesta que o Brasil dispõe de um arcabouço legal de valorização docente relativamente avançado. O problema reside na implementação. O descumprimento do piso salarial por parte de estados e municípios, as carreiras docentes fragmentadas, a ausência de planos de carreira em muitas localidades e a insuficiência dos repasses do Fundeb para municípios com baixa capacidade fiscal revelam que o sistema normativo, por mais robusto que seja, não possui capacidade autorrealizadora, dependendo de vontade política, capacidade de gestão e comprometimento orçamentário dos entes responsáveis.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo configura-se como ensaio teórico com análise documental, modalidade de pesquisa científica qualitativa que não visa à geração de dados primários, mas à sistematização crítica, à análise argumentativa e à síntese interpretativa de um campo de conhecimento (DEMO, 2011; SEVERINO, 2013). A escolha dessa abordagem é adequada ao objetivo proposto, qual seja, examinar as relações conceituais, normativas e políticas entre valorização salarial docente e qualidade da educação pública, o que não requer levantamento de dados originais, mas sim a articulação rigorosa de evidências documentais e produção acadêmica já existente.

O corpus documental é composto por: (a) documentos normativos primários, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), a Lei do Piso Salarial (Lei n.º 11.738/2008), os Planos Nacionais de Educação (Leis n.º 13.005/2014 e n.º 15.388/2026), o Novo Fundeb (Lei

n.º 14.113/2020) e a Lei de Prorrogação do PNE (Lei n.º 14.934/2024); (b) relatórios e dados de organismos internacionais, notadamente OCDE (Education at a Glance, 2023) e UNESCO (2021); (c) dados secundários de fontes oficiais brasileiras, incluindo INEP, SIOPE e relatórios do FNDE sobre cumprimento do piso salarial; e (d) literatura acadêmica nacional e internacional sobre trabalho docente, profissionalização do magistério, financiamento educacional e qualidade da educação.

Os critérios de seleção bibliográfica priorizaram: (a) pertinência temática ao objeto do artigo; (b) publicação em periódicos científicos revisados por pares ou por editoras acadêmicas de referência; (c) atualidade, com preferência por publicações da última década, sem excluir clássicos consolidados da área; e (d) diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas. A revisão narrativa da literatura foi conduzida entre fevereiro e abril de 2026, com buscas nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar e ERIC, utilizando como descritores principais, em português e inglês, os seguintes termos e suas combinações: valorização docente, remuneração docente, piso salarial, carreira docente, qualidade da educação, financiamento educacional, Fundeb, trabalho docente, adoecimento docente, *burnout*, rotatividade docente, *teacher salary*, *teacher valorization*, *teacher career*, *education quality* e *education funding*. Foram incluídos artigos, livros, teses, relatórios técnicos e documentos normativos; foram excluídos trabalhos sem revisão por pares quando não se tratasse de fontes primárias normativas ou institucionais, bem como publicações sem relação direta com o contexto educacional brasileiro ou internacional comparado. A análise documental das normas seguiu procedimentos de leitura crítica, identificação de categorias analíticas centrais (valorização, remuneração, qualidade, financiamento, precarização) e cotejamento entre o prescrito nas normas e o descrito na literatura empírica.

É necessário explicitar os limites desta abordagem. Por se tratar de ensaio teórico com revisão narrativa, e não de revisão sistemática ou pesquisa empírica longitudinal, o artigo não pretende estabelecer relações de causalidade entre valorização salarial e indicadores de qualidade educacional, nem generalizar a partir de dados estatísticos próprios. As relações identificadas são de natureza estrutural e argumentativa, ancoradas em evidências da literatura e de fontes secundárias, e carecem de verificação empírica sistemática para aferição de magnitude e direção dos

efeitos. Essa limitação é reconhecida como agenda de pesquisa relevante, explicitada nas considerações finais.

5 REMUNERAÇÃO, ATRATIVIDADE E PERMANÊNCIA NA CARREIRA DOCENTE

A questão da atratividade da carreira docente é central para qualquer análise que relacione valorização salarial e qualidade educacional. Sistemas educacionais que aspiram a alta qualidade dependem de sua capacidade de recrutar, entre os jovens com melhor formação, aqueles que optarão pela docência. Quando a remuneração oferecida pelo magistério é inferior à de profissões com exigência de formação equivalente, o sistema educacional opera com um sinal negativo no mercado de capital humano: afasta potenciais docentes qualificados e dificulta a retenção dos mais comprometidos.

Esse raciocínio não implica reduzir a escolha pela docência a uma lógica exclusivamente econômica, nem desconsiderar a dimensão de comprometimento social, vocacional e ético que orienta muitas trajetórias docentes. Significa, antes, reconhecer que quando a remuneração é percebida como incompatível com o nível de formação exigido e com a responsabilidade social da função, ela se torna um desincentivo estrutural. A comparação internacional aponta essa tendência: em países como Finlândia, Coreia do Sul e Singapura, a remuneração docente é tratada como dimensão estratégica das políticas educacionais, em articulação com seleção criteriosa para a formação inicial e com estruturas de carreira que sustentam o desenvolvimento profissional contínuo (OECD, 2023). No Brasil, a relação entre remuneração docente e a de outras profissões com escolaridade equivalente tem sido historicamente desfavorável ao magistério na maioria das redes públicas.

No Brasil, a pesquisa de Gatti e Barreto (2009), realizada para a UNESCO, já identificava, no início do século XXI, um quadro de desvalorização relativa do magistério, com salários abaixo da média de profissões de nível superior equivalente e planos de carreira que não induziam suficientemente ao desenvolvimento profissional. Dados mais recentes do INEP corroboram esse quadro: o Indicador de Remuneração Docente, elaborado pelo INEP a partir do pareamento entre o Censo Escolar e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), apresenta a remuneração média bruta dos docentes da educação básica e a remuneração padronizada para jornada de 40 horas semanais, evidenciando heterogeneidade

significativa entre redes municipais e estaduais e patamares mais baixos nas regiões Norte e Nordeste (INEP, 2020). O estudo de Barbosa e Tartuce (2018) identificou que a percepção de baixa atratividade da carreira docente está fortemente associada à remuneração insuficiente e às condições de trabalho, e não apenas ao prestígio social.

Além da atratividade, a permanência constitui dimensão igualmente crítica. O Indicador de Regularidade do Corpo Docente (IRD), calculado pelo INEP a partir do Censo Escolar, é divulgado em séries anuais que permitem acompanhar a estabilidade da composição docente nas escolas públicas brasileiras (INEP, 2022). Análises desse indicador apontam que redes públicas municipais de menor porte, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, tendem a apresentar índices de regularidade docente inferiores à média nacional, evidenciando rotatividade e descontinuidade do corpo docente em contextos de maior precarização. Professores que abandonam a carreira precocemente, que transitam entre redes ou que exercem múltiplos vínculos empregatícios para complementar renda insuficiente representam um problema pedagógico e institucional de primeira ordem. A rotatividade fragiliza os vínculos escolares, interrompe projetos de médio e longo prazo e dificulta a construção de culturas escolares coesas.

Os fenômenos de rotatividade e múltiplos vínculos não são compreensíveis sem considerar a precarização das condições de trabalho associada à insuficiência salarial. Quando professores precisam acumular dois ou mais vínculos empregatícios para garantir renda compatível com o nível de formação e com as responsabilidades da função, o tempo disponível para planejamento, formação continuada e acompanhamento pedagógico diferenciado reduz-se drasticamente, resultando em uma jornada fragmentada e física e emocionalmente desgastante.

Mendes et al. (2026) analisam essa dinâmica sob a perspectiva da valorização docente na contemporaneidade, identificando o desprestígio profissional e a intensificação do trabalho como desafios centrais à sustentabilidade da carreira. Os autores evidenciam que a desvalorização salarial não opera apenas como desincentivo econômico, mas como componente de um processo mais amplo de erosão do reconhecimento social da docência, com implicações sobre a identidade profissional e o engajamento institucional.

6 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO, ADOECIMENTO E PRECARIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A análise da valorização salarial docente não pode ser dissociada do exame das condições concretas em que o trabalho de ensinar se realiza. O professor contemporâneo atua em um contexto marcado por exigências crescentes e frequentemente contraditórias: espera-se que domine conteúdos disciplinares, metodologias ativas e tecnologias educacionais, gerencie a diversidade em sala de aula, acolha estudantes com necessidades especiais, produza registros burocráticos e mantenha diálogo com famílias e comunidade, tudo isso em condições de infraestrutura muitas vezes inadequadas e com remuneração que não reflete o nível de complexidade exigido.

Paixão (2026) analisa essa condição como um fenômeno de pressão institucional sobre a docência contemporânea, identificando as relações entre exigências organizacionais crescentes, intensificação do trabalho e desgaste profissional. O estudo evidencia que a pressão sobre os professores não se limita às demandas pedagógicas, mas abrange exigências de produtividade mensuráveis, responsabilização por resultados externos e adaptação permanente a reformas curriculares, sem que as condições de trabalho sejam adequadas para suportar essas demandas. Quando essa pressão se combina com a insuficiência salarial, o risco de adoecimento ocupacional, de síndrome de esgotamento profissional (*burnout*) e de abandono da carreira aumenta significativamente.

O adoecimento docente constitui, nesse cenário, um indicador sensível das condições estruturais em que o trabalho de ensinar se realiza. Pesquisas epidemiológicas nacionais indicam prevalência elevada de transtornos mentais entre professores da educação básica: o estudo de Gasparini, Barreto e Assunção (2005), pioneiro na área, identificou taxas de afastamento por transtornos mentais superiores à média dos servidores públicos estaduais em Belo Horizonte, quadro que investigações posteriores confirmaram em diferentes regiões do país (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; LAPO; BUENO, 2003). O cenário agravou-se substancialmente após a pandemia de Covid-19. Levantamento de percepção realizado pela Pesquisa Saúde Mental dos Educadores, conduzida pela Associação Nova Escola em parceria com o Instituto Ame Sua Mente, com mais de 5.000 profissionais da educação de todos os estados do país, indicou que 21,5% dos educadores avaliavam sua saúde

mental como ruim ou muito ruim em 2022, proporção superior à do ano anterior (13,7%), o que sugere agravamento da percepção de adoecimento psíquico no contexto pós-pandêmico (NOVA ESCOLA; INSTITUTO AME SUA MENTE, 2022). Embora não se trate de estudo epidemiológico em sentido estrito, o levantamento contribui para dimensionar a percepção subjetiva de adoecimento entre os profissionais. Professores que adoecem representam, para além do sofrimento individual, um custo sistêmico expresso em afastamentos, substituições e instabilidade pedagógica.

A intensificação do trabalho docente não é fenômeno recente, mas se acentua em contextos de desvalorização salarial estrutural. Quando professores precisam acumular vínculos para garantir renda suficiente, a jornada efetiva de trabalho extrapola as horas contratadas, sem compensação financeira ou reconhecimento institucional correspondente. Essa dinâmica é particularmente perversa porque produz um ciclo em que a precarização salarial induz à sobrecarga, que compromete o cuidado com a formação continuada e a disponibilidade para inovar pedagogicamente, o que reforça percepções de baixa qualidade do ensino e justifica, circularmente, a resistência ao investimento em valorização salarial.

Paixão et al. (2026) problematizam esse processo ao discutir a mercantilização da docência e o esvaziamento do protagonismo docente, argumentando que a lógica produtivista que orienta crescentemente as políticas educacionais tende a reduzir o professor a executor de roteiros curriculares padronizados, esvaziando a dimensão reflexiva e criativa do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, a desvalorização salarial não é apenas um problema de remuneração insuficiente: é expressão de um projeto que subtrai do professor sua condição de sujeito intelectual e pedagógico.

O debate sobre bônus por desempenho e políticas de remuneração variável insere-se nesse contexto com complexidade particular. Essas políticas partem do pressuposto de que o desempenho docente pode ser incentivado por remuneração contingente a indicadores externos de aprendizagem. As evidências acumuladas são controversas: estudos identificam efeitos positivos pontuais, mas também indicam que tais políticas podem induzir à competição entre docentes em detrimento da colegialidade, ao estreitamento curricular e à desconsideração de fatores contextuais fora do controle do professor (MURALIDHARAN; SUNDARARAMAN, 2011; FIRESTONE, 2014). Bônus e incentivos por desempenho tendem a funcionar como complementos pontuais que não substituem a valorização salarial de base.

7 FINANCIAMENTO EDUCACIONAL, DESIGUALDADES FEDERATIVAS E OS LIMITES DO FUNDEB

A valorização salarial docente é, em sua dimensão concreta, uma questão de financiamento público. No Brasil, a estrutura federativa distribui essa responsabilidade entre União, estados e municípios de maneira assimétrica, em um sistema em que a capacidade fiscal dos entes subnacionais varia enormemente entre regiões e municípios.

O Fundeb foi instituído para atenuar essa assimetria, redistribuindo recursos vinculados à educação básica de forma a garantir um valor por aluno mínimo em todo o território nacional. O Novo Fundeb, consolidado pela Lei n.º 14.113/2020, ampliou a complementação da União e incorporou novos mecanismos de equalização, mas não eliminou as desigualdades estruturais resultantes da capacidade de arrecadação diferenciada dos entes federados (BRASIL, 2020).

Dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) demonstram que municípios de pequeno porte nas regiões Norte e Nordeste dependem das transferências do Fundeb em proporções elevadas de seu orçamento educacional, tornando a capacidade de complementação federal determinante para a política salarial local (FNDE, 2023). Nesse contexto, a insuficiência dos recursos disponíveis torna o cumprimento do piso salarial profissional nacional uma dificuldade concreta, não raro associada a disputas judiciais entre entes subnacionais e sindicatos docentes. O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025, elaborado pelo Todos pela Educação com dados do MEC/INEP/DEED, indica que 68,5% dos municípios pagavam ao menos o piso salarial profissional nacional em 2023 para jornada de 40 horas semanais, o que implica que aproximadamente 31,5% dos municípios brasileiros ainda remuneravam seus professores abaixo do mínimo legal estabelecido, com concentração nas regiões de menor capacidade fiscal (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2025).

As tensões em torno do financiamento educacional revelam que a valorização salarial docente não pode ser tratada como questão de gestão interna das redes, desvinculada do modelo de financiamento do Estado brasileiro. A descentralização da gestão educacional, embora tenha produzido ganhos de proximidade e responsividade às realidades locais, gerou também uma fragmentação das políticas

de carreira e de remuneração que dificulta a construção de um piso efetivo e universalmente cumprido (OLIVEIRA, 2009).

O debate sobre o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), sistematizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e incorporado às discussões do PNE, aponta que o financiamento adequado da educação básica exige patamares de investimento por aluno significativamente superiores aos praticados em grande parte das redes públicas, especialmente quando se incorporam os custos de uma remuneração docente competitiva (CAMPANHA NACIONAL, 2018; CARREIRA; PINTO, 2007). Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender o gasto com valorização docente não como custo corrente a ser minimizado, mas como investimento de longo prazo nos fundamentos do desenvolvimento humano.

8 QUALIDADE EDUCACIONAL EM PERSPECTIVA AMPLIADA: APRENDIZAGEM, EQUIDADE E CONDIÇÕES DE ENSINO

Um dos equívocos mais recorrentes no debate sobre valorização docente é a confusão entre qualidade da educação e desempenho em avaliações externas. Embora indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e as médias do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) ofereçam informações relevantes sobre proficiências específicas, eles não capturam a complexidade do fenômeno educativo em sua integralidade. Reduzir a qualidade educacional a esses indicadores é ignorar dimensões como equidade, permanência, inclusão, desenvolvimento da autonomia, formação para a cidadania, saúde mental, vínculo pedagógico e condições concretas de aprendizagem.

A qualidade social da educação, conceito consolidado na literatura brasileira (GATTI; BARRETO, 2009; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005; DOURADO; OLIVEIRA, 2009), propõe que a escola de qualidade é aquela que garante acesso, permanência e conclusão com aprendizagem significativa a todos os estudantes, independentemente de sua origem social, racial, territorial ou econômica. Nessa perspectiva, a qualidade não é propriedade do sistema avaliativo, mas qualidade das relações pedagógicas, das condições institucionais e das políticas que as sustentam.

Essa compreensão ampliada de qualidade educacional é decisiva para a análise da valorização salarial docente porque permite identificar os mecanismos pelos quais a precarização do trabalho do professor afeta a escola de forma difusa e não linear. Professores sobrecarregados, com remuneração insuficiente e em processo de adoecimento não produzem, imediatamente e de forma mensurável, quedas nos indicadores de proficiência. Os efeitos se manifestam de modo gradual: na redução do tempo de planejamento; na menor disponibilidade para atividades de acolhimento e apoio; na dificuldade de manter projetos pedagógicos de longo prazo; na deterioração do clima escolar; e na diminuição da capacidade de adaptar o ensino às necessidades específicas de cada turma (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

A perspectiva de qualidade ampliada exige ainda que se reconheça o professor como mediador insubstituível do processo de aprendizagem. Tecnologias educacionais, materiais didáticos e sistemas de gestão podem apoiar o ensino, mas não substituem a presença pedagógica, a escuta sensível e a capacidade de criar vínculos de confiança que são constitutivos do ato de ensinar. Quando esses elementos são comprometidos por condições de trabalho inadequadas, os efeitos sobre os estudantes são reais, ainda que nem sempre mensuráveis pelas métricas convencionais.

9 CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA INTEGRADA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE E FORTALECIMENTO DA ESCOLA PÚBLICA

A análise desenvolvida nas seções anteriores permite identificar condições sem as quais a valorização salarial docente não se converte em política estruturante da qualidade educacional. Em primeiro lugar, é indispensável que o piso salarial profissional nacional seja efetivamente cumprido em todas as redes públicas, com mecanismos de acompanhamento, publicidade e responsabilização para os entes que sistematicamente deixam de cumpri-lo. O piso não é, por si só, sinônimo de valorização adequada, mas representa o patamar mínimo abaixo do qual a desvalorização é juridicamente inadmissível.

Em segundo lugar, a valorização salarial precisa estar inscrita em planos de carreira consistentes, que articulem progressão por titulação e por experiência, garantia de tempo destinado ao planejamento e à formação continuada, estabilidade funcional por meio do concurso público e transparência nos critérios de ascensão.

Carreiras frágeis e opacas desincentivam o investimento no desenvolvimento profissional e fragilizam o comprometimento de longo prazo dos professores com as instituições em que atuam.

Em terceiro lugar, a valorização salarial precisa ser sustentada por um sistema de financiamento que reduza as desigualdades entre entes federados na capacidade de oferecer remuneração competitiva ao magistério. A complementação da União ao Fundeb deve ser calibrada para que municípios de baixa arrecadação possam cumprir o piso salarial sem comprometer outros serviços essenciais, o que exige decisões políticas sobre prioridades orçamentárias no marco da cooperação federativa. O novo PNE, aprovado pela Lei n.º 15.388/2026 com duração de dez anos a contar da publicação, representa oportunidade de renovação desse pacto federativo, ao estabelecer metas e estratégias atualizadas para o decênio 2026-2036.

Em quarto lugar, a valorização salarial não pode ser desvinculada da melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas públicas. Professores adequadamente remunerados em escolas sem infraestrutura, sem materiais didáticos e sem gestão efetiva enfrentam limitações que comprometem o exercício pleno de sua função pedagógica. A valorização docente, como política estruturante, exige que seja parte de um projeto integrado de fortalecimento da escola pública em todas as suas dimensões.

Por fim, é necessário reconhecer que a valorização salarial possui também uma dimensão simbólica e política que não deve ser subestimada. Sociedades que remuneram adequadamente seus professores enviam um sinal de reconhecimento do valor social da docência que influencia as escolhas de jovens talentosos, o comprometimento dos profissionais em exercício e a legitimidade da escola pública diante das comunidades que serve. Esse reconhecimento simbólico, quando respaldado por condições materiais concretas, contribui para a reconstrução do prestígio social da carreira docente, elemento indispensável para a construção de sistemas educacionais equitativos e de qualidade.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso argumentativo desenvolvido neste artigo permite consolidar algumas conclusões que, longe de esgotar o debate, pretendem contribuir para uma

compreensão mais rigorosa e politicamente consequente da relação entre valorização salarial docente e qualidade da educação pública.

A primeira conclusão é de natureza conceitual: a valorização salarial docente não pode ser tratada como solução automática e suficiente para os problemas da educação pública, nem como elemento secundário em relação às políticas de conteúdo curricular, de avaliação ou de gestão. Ela é condição estruturante, no sentido de que sua ausência compromete as bases sobre as quais qualquer política educacional de qualidade precisa se apoiar: a atração de profissionais qualificados, a retenção de docentes comprometidos, o investimento em desenvolvimento profissional contínuo e a proteção da saúde e do bem-estar dos professores.

A segunda conclusão é de natureza normativa: o Brasil dispõe de arcabouço jurídico robusto de valorização docente, que inclui disposições constitucionais, legislação do piso salarial, os Planos Nacionais de Educação e o Novo Fundeb. O novo PNE aprovado pela Lei n.º 15.388/2026, com duração de dez anos a contar da publicação, representa oportunidade histórica de renovação desse compromisso normativo, com metas atualizadas para o decênio 2026-2036. O problema não reside na ausência de normas, mas na persistente distância entre o texto legal e a realidade implementada, especialmente nas redes municipais de menor capacidade fiscal.

A terceira conclusão é de natureza analítica: os efeitos da desvalorização salarial sobre a qualidade educacional são reais, mas mediados por processos complexos que envolvem rotatividade, sobrecarga, adoecimento, múltiplos vínculos e deterioração das condições pedagógicas. O Indicador de Regularidade do Corpo Docente (INEP, 2022), as pesquisas sobre saúde mental docente (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009) e os levantamentos de percepção realizados após a pandemia (NOVA ESCOLA; INSTITUTO AME SUA MENTE, 2022) corroboram essa mediação, ainda que estudos longitudinais e análises de regressão com controle de variáveis contextuais sejam necessários para aferir com precisão a magnitude dos efeitos.

A quarta conclusão diz respeito explicitamente aos limites deste artigo. Por se tratar de ensaio teórico com análise documental e revisão narrativa, não foi possível estabelecer relações de causalidade entre valorização salarial e indicadores de qualidade educacional, nem controlar variáveis como contexto socioeconômico dos estudantes, qualidade da formação inicial dos professores, gestão escolar e infraestrutura. Essas relações de mediação, em perspectiva longitudinal e com base

em evidências empíricas sistemáticas, constituem agenda de pesquisa relevante e prioritária para o campo das políticas educacionais no Brasil.

Conclui-se, por fim, que a valorização salarial docente não é reivindicação corporativa, mas componente estratégico de um projeto de escola pública comprometido com a equidade, o direito à educação e o desenvolvimento humano. Uma política educacional que afirme a centralidade do professor no processo de aprendizagem, mas negligencie as condições materiais em que esse professor trabalha, incorre em uma contradição que compromete estruturalmente a qualidade educacional que se pretende alcançar.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BARBOSA, Andreza; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Atratividade da carreira docente no Brasil: revisão de pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 338-357, jan./mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2020.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/14113.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 31 de julho de 2024. Prorroga a vigência do Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 ago. 2024.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14934.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2026/lei/L15388.htm. Acesso em: 1 maio 2026.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Educação pública de qualidade**: quanto custa esse direito? Custos e condições de qualidade da educação escolar no Brasil – CAQi e CAQ. 3. ed. São Paulo: Campanha Nacional, 2018.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global; Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos do CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FIRESTONE, William A. Teacher evaluation policy and conflicting theories of motivation. **Educational Researcher**, Washington, DC, v. 43, n. 2, p. 100-107, 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Relatório de gestão do Fundeb 2023**. Brasília, DF: FNDE, 2023.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>. Acesso em: 1 maio 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicador de remuneração docente da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/indicador-mostra-remuneracao-de-docentes-da-educacao-basica>. Acesso em: 1 maio 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicador de Regularidade do Corpo Docente da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/regularidade-do-corpo-docente>. Acesso em: 1 maio 2026.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003.

MENDES, Everaldo dos Santos *et al.* Valorização docente na contemporaneidade: desprestígio profissional, intensificação do trabalho e desafios à sustentabilidade da carreira. **Revista OWL**, [S. l.], v. 4, p. 1-27, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.19805056.

MURALIDHARAN, Karthik; SUNDARARAMAN, Venkatesh. Teacher performance pay: experimental evidence from India. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 119, n. 1, p. 39-77, 2011.

NOVA ESCOLA; INSTITUTO AME SUA MENTE. **Saúde mental dos educadores 2022**. São Paulo: Associação Nova Escola, 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>. Acesso em: 1 maio 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2023**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>. Acesso em: 1 maio 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais no Brasil e a crise da gestão: os trabalhadores docentes no centro da contradição. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 753-778, out. 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 1, p. 17-35, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

PAIXÃO, Joelson. Lopes. Docência contemporânea sob pressão institucional: análise crítica das relações entre exigências organizacionais, intensificação do trabalho e desgaste profissional. **Revista Tópicos**, [S. l.], v. 4, n. 29, p. 1-19, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.18365355. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/docencia-contemporanea-sob-pressao-institucional-analise-critica-das-relacoes-entre-exigencias-organizacionais-intensificacao-do-trabalho-e-desgaste-profissional>. Acesso em: 1 maio 2026.

PAIXÃO, Joelson Lopes *et al.* Mercantilização da docência e esvaziamento do protagonismo docente: o professor entre a lógica produtivista e a formação humana. **Revista DCS – Derecho y Cambio Social**, [S. l.], v. 23, n. 89, e5410, 2026. DOI:

10.56578/dcs230901. Disponível em:
<https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/5410>. Acesso em: 1 maio 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025**.
Elaboração: MEC/INEP/DEED. São Paulo: Todos pela Educação; Editora Moderna, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025>. Acesso em: 1 maio 2026.

UNESCO. **Reimagining our futures together: a new social contract for education**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>. Acesso em: 1 maio 2026.

CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

 DOI: 10.5281/zenodo.20951833

Samara Maria Gonçalves

Graduanda em Enfermagem. Centro Universitario Chrisfapi-Piripiri-PI. Rua Acelino Resende, 132, Piripiri-PI, 64260-000
E-mail: samara.mariah26@gmail.com

Cleydianne Vieira dos Santos

Graduanda em Enfermagem. Centro Universitario Chrisfapi-Piripiri-PI. Rua Acelino Resende, 132, Piripiri-PI, 64260-000
E-mail: cleydiannevieirafossantos@gmail.com

Anne Heracléia de Brito e Silva

Psicóloga e Docente do Centro Universitario Chrisfapi-Piripiri-PI, Doutora em ensino pela Univates. Rua Acelino Resende, 132, Piripiri-PI, 64260-000.
E-mail: anneheracleiabs@hoymail.com

Guilherme Antônio Lopes de Oliveira

Doutor em Biotecnologia (Renorbio/UFPI), Professor de Curso de Enfermagem do Centro Universitario Chrisfapi - Piripiri-PI. Rua Acelino Resende, 132, Piripiri-PI, 64260-000. E-mail: guilhermelopes@live.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições do enfermeiro no centro de atenção psicossocial. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa realizada nas bases de dados SciELO e BVS, utilizando os descritores presentes nos Descritores em Ciência Saúde. Incluídos artigos disponíveis na íntegra, que abordassem diretamente as contribuições do enfermeiro no CAPS, publicados no período de 2020 a 2026. Excluídos artigos que não se relacionavam diretamente com a problemática proposta e artigos fora do corte temporal. Foram identificados 50 artigos, utilizados sete artigos. Os estudos mostraram que o enfermeiro atua no acolhimento, escuta qualificada, construção de vínculo, grupos terapêuticos e

promoção do cuidado humanizado. Também foram identificados desafios como sobrecarga de trabalho, fragilidades na formação em saúde mental e influência do modelo biomédico. Concluiu-se que o enfermeiro possui papel essencial no CAPS, contribuindo para um cuidado integral e humanizado, sendo necessária maior qualificação profissional e fortalecimento das políticas de saúde mental.

Palavras-chave: Enfermagem; serviços de saúde mental; centro de atenção psicossocial.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the contributions of nurses in psychosocial care centers. It is an integrative literature review conducted in the SciELO and BVS databases, using the descriptors present in the Health Sciences Descriptors. Articles available in full that directly addressed the contributions of nurses in CAPS (Psychosocial Care Centers) and published between 2020 and 2026 were included. Articles not directly related to the proposed problem and articles outside the time frame were excluded. Fifty articles were identified, and seven were used. The studies showed that nurses play a role in welcoming, active listening, building bonds, therapeutic groups, and promoting humanized care. Challenges such as work overload, weaknesses in mental health training, and the influence of the biomedical model were also identified. It was concluded that nurses play an essential role in CAPS, contributing to comprehensive and humanized care, but that greater professional qualification and strengthening of mental health policies are necessary.

Keywords: Nursing; mental health services; psychosocial care center.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é uma área que vem crescendo dentro da enfermagem, diante do aumento dos casos de problemas mentais da sociedade. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) surge através da reforma psiquiátrica, como uma rede de serviços cuja abordagem seja direta na atenção psicossocial com base comunitária e familiar. Neste sentido, proporciona ao indivíduo com transtorno mental um novo espaço social.

Dentro desse contexto, a enfermagem exerce um papel fundamental no cuidado a saúde, aplicando seus conhecimentos específicos tanto na prevenção de doenças, quanto no manejo de medicamentos (Santos *et al.* 2020). O enfermeiro desempenha seu cuidado de forma holística, atuando na promoção do cuidado integral.

Dessa forma, a atuação do enfermeiro é essencial para fortalecer a prática assistencial dentro dos CAPS, incluindo o seu destaque no enfrentamento de crises, pois é o profissional que permanece mais tempo junto ao paciente, avaliando suas

reações e aplicando intervenções imediatas que favoreçam a estabilização clínica e emocional. Assim garantindo uma assistência humanizada, articulada com a equipe multiprofissional e pautada nos princípios da reforma psiquiátrica. Dessa forma, o cuidado de enfermagem se consolida como elemento central na construção de práticas que promovam a reinserção social e o respeito à dignidade humana.

Portanto, compreender as práticas de enfermagem é fundamental para aprimorar a qualidade da assistência e fortalecer o papel do CAPS como serviço substitutivo ao hospital psiquiátrico. A valorização da escuta, o acolhimento e a atuação integrada com outros profissionais tornam o cuidado mais efetivo e humanizado. A investigação dessa temática possibilita analisar sobre as estratégias utilizadas e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais durante o atendimento, contribuindo para uma possível melhoria do cuidado e segurança do paciente e da equipe.

Além disso, a pesquisa contribui para identificar lacunas na formação e no suporte oferecido aos enfermeiros, propondo melhorias que impactam diretamente a vida dos pacientes e o desenvolvimento da profissão. Assim, espera-se que possa colaborar para o aprimoramento das práticas de enfermagem em saúde mental, incentivando uma assistência mais humanizada, resolutiva e baseada nos princípios da atenção psicossocial.

Nos CAPS, a atuação do enfermeiro é essencial no manejo de pacientes, visando à estabilização clínica e à promoção de um cuidado humanizado. Segundo estudo de Almeida (2021, p. 710) a crise em saúde mental é uma condição complexa que requer assistência eficiente e humanizada, sendo o enfermeiro um profissional-chave nesse processo.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as contribuições do enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), destacando suas atribuições, práticas e contribuições para a promoção da saúde mental. Além disso, buscou compreender o papel desse profissional na construção do cuidado integral, na reabilitação psicossocial dos usuários e no fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito da atenção psicossocial, considerando os desafios e potencialidades presentes nesse contexto de atuação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Centro de Atenção Psicossocial

A Reforma Psiquiátrica nasceu com o objetivo de extinguir o modelo manicomial, no qual as pessoas com sofrimento mental eram concebidas como perigosas, incapazes de pensar, decidir ou compreender a própria realidade, sendo destituídas de voz e autonomia. Esse modelo impunha violência física e simbólica em forma de tratamento, controle ou cura, incluindo isolamento, contenção, eletrochoque e medicação forçada, voltados para controlar e não cuidar. Nesse contexto, tornou-se necessária a elaboração de propostas de transformação do modelo clássico, promovendo uma mudança profunda na forma de compreender e lidar com o sofrimento mental.

O movimento da Reforma Psiquiátrica propõe a construção de um novo modelo de assistência em saúde mental, fundamentado na desinstitucionalização dos manicômios e na superação do paradigma excludente da psiquiatria tradicional (Silva; Rosa, 2014). Esse direcionamento propõe a substituição do modelo hospitalocêntrico e medicalizante por um modelo de atenção psicossocial que prioriza o sujeito em sua integralidade. Embora não possua um marco único, o processo resulta de críticas e transformações graduais nas práticas e instituições ao longo da história. Na França, com Pinel, e no Brasil, com o Hospício de Pedro II, surgem os primeiros questionamentos ao modelo tradicional (Amarante, 1995).

O movimento ganha força nos anos 1970, em um contexto de redemocratização e luta contra a ditadura militar, quando denúncias de violações nos hospitais psiquiátricos desencadearam ampla mobilização social. Esse cenário favoreceu a formação do principal ator social da reforma, composto por trabalhadores da saúde, usuários e familiares, que passou a reivindicar um modelo de cuidado humanizado, ético e comunitário.

Na década de 1980, a VIII Conferência Nacional de Saúde impulsionou as mobilizações por mudanças no cuidado em saúde mental, culminando na I Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1987, marco histórico na consolidação dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da atenção em liberdade (Sampaio; Júnior, 2021). Posteriormente, a Lei nº 10.216/2001 representou um marco legal ao redirecionar o modelo de assistência em saúde mental, integrando-o ao Sistema Único de Saúde (SUS) e fundamentando-o na perspectiva psicossocial. A legislação

consolidou o princípio do cuidado em liberdade, priorizando o tratamento na comunidade e assegurando os direitos e a dignidade das pessoas com transtorno mental (Brasil, 2001).

A Reforma Psiquiátrica Brasileira baseia-se na desinstitucionalização, na descentralização do cuidado e na formação de uma rede intersetorial de saúde mental (Silva; Rosa, 2014). A desinstitucionalização busca restaurar o direito à autonomia, convivência social e cidadania das pessoas com transtornos mentais. Nesse contexto, o paradigma da atenção psicossocial tornou-se o eixo central das transformações na política nacional de saúde mental, promovendo cidadania, inclusão e respeito. Assim, consolidou-se a rede de atenção à saúde mental, estruturada por portarias ministeriais e pela Lei nº 10.216/2001, que criou serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), voltados ao cuidado em liberdade e à inclusão social das pessoas com transtornos mentais (Silva; Rosa, 2014). Ademais, o paradigma psicossocial reafirma um modelo de atenção ético e humanizado, comprometido com a dignidade e os direitos das pessoas em sofrimento mental.

Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram instituídos como serviços estratégicos para consolidar o modelo de atenção psicossocial e efetivar os princípios da Reforma Psiquiátrica. São dispositivos comunitários voltados ao acolhimento e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, oferecendo cuidado contínuo, humanizado e próximo da realidade social dos usuários. Diferentemente dos antigos hospitais psiquiátricos, os CAPS promovem convivência, escuta, reinserção social e fortalecimento da autonomia.

Os CAPS contam com equipes multiprofissionais que possibilitam atendimento integral e interdisciplinar, por meio de atendimentos individuais e em grupo, oficinas terapêuticas, atividades físicas, lúdicas e arteterapia. Embora a medicação permaneça presente, ela deixa de ser o foco central do tratamento, dando lugar a uma abordagem ampliada do cuidado (Mielke, 2008). Nesse processo, a família também assume papel fundamental, participando ativamente das ações terapêuticas.

A principal função do CAPS é promover a integração dos usuários em seu território, fortalecendo vínculos comunitários e favorecendo a inclusão social (Ministério da Saúde, 2025). Além disso, o serviço oferece atendimento diário, elabora projetos terapêuticos individualizados, desenvolve ações intersetoriais e articula a Rede de Atenção Psicossocial, consolidando-se como eixo central do cuidado em saúde mental.

Os CAPS são classificados conforme o porte populacional e a complexidade do atendimento em CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPS AD III e CAPS i, cada um destinado a diferentes demandas e faixas etárias. Essa organização possibilita a regionalização e a hierarquização dos serviços, garantindo atendimento adequado às necessidades de cada território.

Os serviços realizam atendimentos individuais e coletivos, oficinas terapêuticas, atendimentos familiares, visitas domiciliares e atividades comunitárias, promovendo autonomia e inclusão social (Rocha; Pegoraro; Próchno, 2022). Além disso, funcionam em regime de portas abertas, permitindo acesso direto da população e favorecendo o acolhimento imediato (Ministério da Saúde, 2025).

Por fim, os CAPS têm contribuído para a redução das internações psiquiátricas, a melhoria da qualidade de vida dos usuários e o fortalecimento de uma rede de cuidado centrada na pessoa, no território e na promoção da autonomia. Dessa forma, representam um importante avanço na construção de um modelo de atenção mais humano e comprometido com a dignidade das pessoas em sofrimento psíquico.

2.2 A Atuação do Enfermeiro nos Centros de Atenção Psicossocial à Luz do Modo Psicossocial; Dimensões Assistenciais, Educativas e Administrativas.

A atuação do enfermeiro nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) deve ser compreendida sob a perspectiva do modo psicossocial, consolidado a partir da Reforma Psiquiátrica e voltado à substituição do modelo asilar. Nesse contexto, o enfermeiro é fundamental na reorganização do cuidado, articulando saber técnico, vínculo terapêutico e escuta qualificada (Kantorski et al., 2010). O modo psicossocial considera o indivíduo como sujeito ativo de seu processo de reabilitação, valorizando suas dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e políticas. Dessa forma, o enfermeiro atua na promoção da autonomia, cidadania e reinserção social, superando a lógica do isolamento e da medicalização.

Segundo Kantorski et al. (2010), o trabalho do enfermeiro nos CAPS organiza-se em dois eixos: meios de trabalho ressignificados no modo psicossocial, que incluem atividades tradicionais como administração de medicamentos, cuidados de higiene, atividades burocráticas e supervisão da equipe; e meios de trabalho construídos no modo psicossocial, que abrangem acolhimento, atendimento individual e familiar, oficinas terapêuticas, grupos, assembleias, visitas domiciliares e atividades

de lazer e socialização. Essas ações fortalecem o vínculo entre equipe, usuário e comunidade, consolidando uma prática interdisciplinar, participativa e humanizada.

As visitas domiciliares e o acolhimento são ferramentas essenciais para compreender o contexto de vida do usuário e construir projetos terapêuticos singulares (Reinaldo; Rocha, 2002). As oficinas terapêuticas também se destacam por estimular a socialização, a criatividade, a autoestima e o protagonismo dos usuários. Nesse sentido, o trabalho do enfermeiro representa um processo de ressignificação profissional e ética, no qual o cuidado deixa de ser centrado na doença e passa a orientar-se pela subjetividade e reintegração social.

A dimensão assistencial compreende o acompanhamento de usuários em crise, administração de medicamentos, acolhimento, atendimentos individuais e em grupo, visitas domiciliares e participação no Projeto Terapêutico Singular (PTS). Na dimensão educativa, o enfermeiro desenvolve ações de educação em saúde junto aos usuários, familiares e equipe multiprofissional, promovendo autonomia e corresponsabilização no processo terapêutico (Campos; Domitti, 2007). Já a dimensão administrativa envolve gerenciamento de insumos, organização da equipe, supervisão das atividades técnicas e articulação com a rede de atenção à saúde, exercendo papel de liderança e coordenação do cuidado (Boscaglia, 2015).

Além disso, o enfermeiro desempenha importante função terapêutica por meio do acolhimento, da escuta e da construção de vínculos. Essa abordagem possibilita compreender as singularidades do usuário e construir um cuidado compartilhado (Amarante, 2003). Dessa forma, sua atuação é marcada pela complexidade e transversalidade, exigindo competências técnicas, comunicativas e ético-políticas. Mais do que executar procedimentos, o enfermeiro é agente de transformação e articulador do cuidado psicossocial, comprometido com a reabilitação e a cidadania das pessoas em sofrimento mental.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica integrativa, guiada pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), de caráter descritivo e abordagem qualitativa, com o objetivo de reunir, analisar e discutir produções científicas acerca das contribuições do enfermeiro no CAPS. A **revisão integrativa** é um método de pesquisa que reúne e sintetiza

resultados de estudos sobre um determinado tema, permitindo uma compreensão ampla do conhecimento disponível. Ela inclui pesquisas com diferentes abordagens metodológicas e contribui para a prática baseada em evidências. Segundo Karina Dal Sasso Mendes et al. (2008), esse tipo de revisão possibilita a incorporação de resultados científicos na prática profissional, auxiliando na tomada de decisão. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever características de uma população ou fenômeno. De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2014), a pesquisa qualitativa está voltada para o estudo de dimensões da realidade que não podem ser reduzidas a números, priorizando a compreensão de significados, valores e relações humanas.

A estratégia de busca foi estruturada com base no mnemônico **PCC (População, Conceito e Contexto)**, sendo: **População (P)**: enfermeiros; **Conceito (C)**: contribuições da enfermagem; e **Contexto (C)**: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Essa estratégia permitiu direcionar a seleção dos estudos de forma mais específica e alinhada ao objetivo da pesquisa.

A busca bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS), bem como operadores booleanos: “(Enfermagem OR Enfermeiro)” AND “(Centro de Atenção Psicossocial OR CAPS)”, utilizando os descritores presentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), nos idiomas português e inglês: Nurse, Enfermagem, Serviços de Saúde Mental e Mental Health Services, a fim de filtrar os estudos referentes a temática, dispostos no Quadro 1.

Quadro 1. Descrição das estratégias de busca realizadas por fonte de informação.

Fonte de informação	Busca realizada	Itens encontrados	Data da busca
SciELO	“enfermagem” OR “nurse”) AND (“serviços de saúde mental” OR “centro de atenção psicossocial” OR “CAPS)	18	18/04/2026
BVS	“enfermagem” OR “nurse”) AND (“serviços de saúde mental” OR “centro de atenção psicossocial” OR “CAPS)	32	18/04/2026

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados nos idiomas português e inglês, que abordassem diretamente as contribuições do enfermeiro no CAPS, publicados no período de 2020 a 2026. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados, artigos que não se relacionavam diretamente com a temática proposta, teses, dissertações, editoriais e trabalhos incompletos, e artigos fora do corte temporal.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: inicialmente, foi realizada a leitura dos títulos, seguida da análise dos resumos e, posteriormente, a leitura completa dos artigos selecionados, a fim de verificar sua relevância para a pesquisa. Após essa triagem, os estudos que atenderam aos critérios estabelecidos foram incluídos na amostra final.

Para a organização e análise dos dados, foi realizada uma leitura criteriosa dos artigos selecionados, possibilitando a identificação das principais contribuições do enfermeiro no CAPS. Os resultados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, sendo posteriormente organizados em categorias temáticas, de acordo com a similaridade dos conteúdos encontrados.

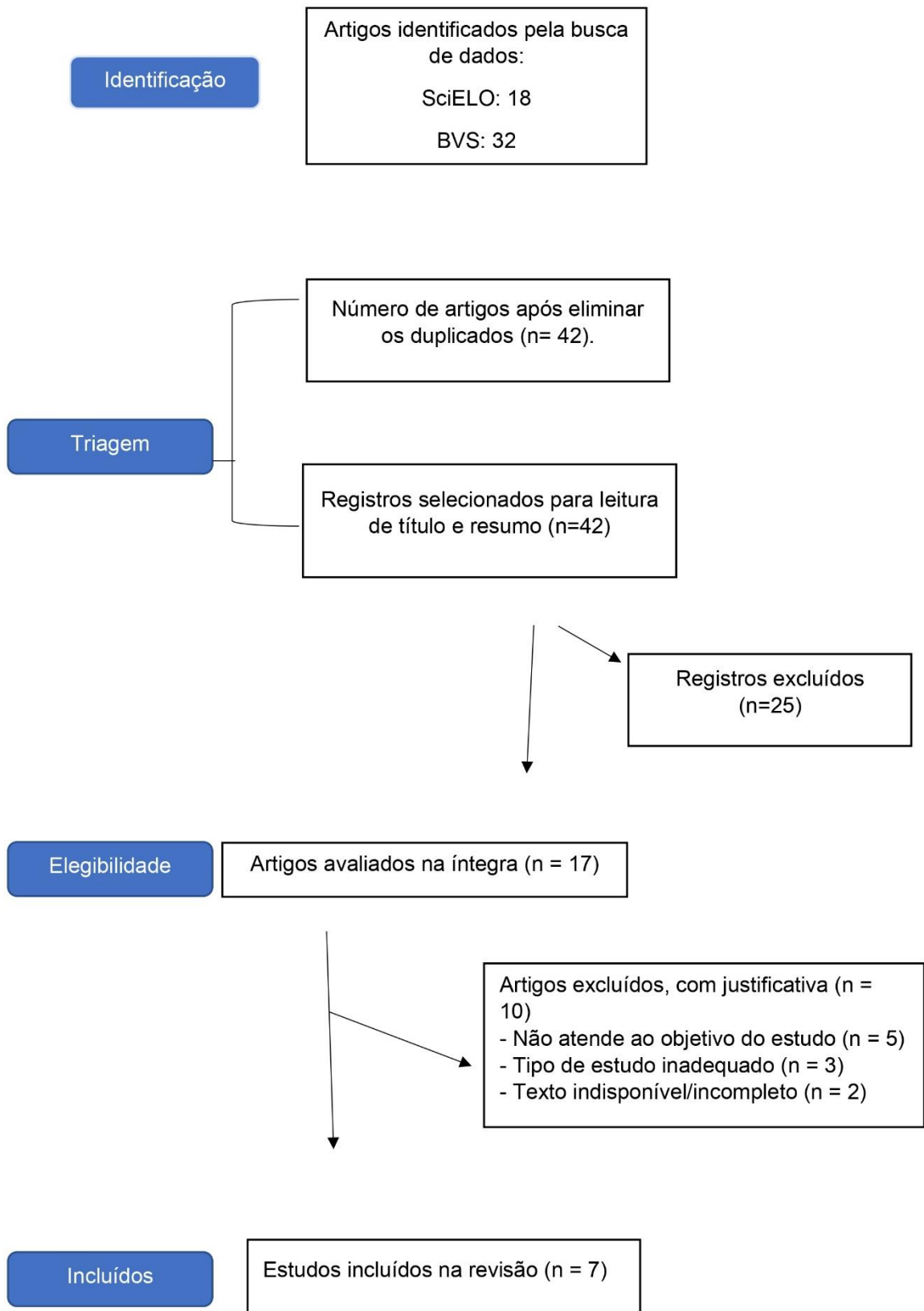
Por se tratar de uma pesquisa de revisão bibliográfica, que utiliza dados secundários de acesso público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A figura 1 mostra a identificação dos estudos via base de dados e registros, de acordo com o fluxograma PRISMA.

Foram identificados 50 estudos em duas bases de dados. Após a avaliação das publicações e remoção de artigos duplicados e/ou que não abordavam sobre a temática, a amostra final foi composta por sete artigos.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos da revisão



O Quadro 2 mostra uma síntese dos resultados dos artigos elegíveis para o estudo. A delimitação temporal dos estudos foram artigos publicados de 2020 a 2026.

Quadro 2 – Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa.

(Nº) Título do Estudo	Autores (Ano)	Objetivo Geral	Principais Achados
A1. Práticas de enfermagem no Centro de Atenção Psicossocial	Santos <i>et. al.</i> (2020)	Analisar as práticas desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).	A enfermagem no CAPS atua com enfoque biopsicossocial, desenvolvendo ações de promoção, prevenção e tratamento, tanto no serviço quanto no território. Destaca-se a participação no trabalho interdisciplinar e na construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), além do papel de articuladora da rede de atenção à saúde. O cuidado com a medicação é uma das principais atribuições, envolvendo administração, orientação e monitoramento, com foco na promoção da autonomia do usuário. Entretanto, foram identificadas fragilidades, como a necessidade de maior integração com a farmácia, escassez de espaços para discussão sobre medicação e persistência de práticas ainda centradas no modelo biomédico.
A2. Processo de trabalho da equipe de enfermagem em Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil	Delfini; Toledo; Garcia (2021)	Conhecer qual é o processo de trabalho da equipe de enfermagem em CAPSij de um município do estado de São Paulo.	O processo de trabalho da enfermagem é marcado por uma contradição entre o “não saber” e o “saber”. O “não saber” está relacionado à alienação profissional, insegurança e subordinação ao saber de outros membros da equipe, dificultando a definição do papel da enfermagem. Já o “saber” aparece na utilização do Processo de Enfermagem e da Sistematização da Assistência (SAE), além da valorização da escuta, vínculo e cuidado relacional. Contudo, ainda há forte influência do modelo biomédico, o que limita a atuação plenamente psicossocial.
A3. A enfermagem e o protagonismo do usuário no CAPS: um estudo na perspectiva construcionista	Bossato <i>et. al.</i> (2021)	Analisar as ações da equipe de enfermagem que promovem o protagonismo do usuário no Centro de Atenção Psicossocial	A enfermagem no CAPS promove o protagonismo do usuário por meio da comunicação criativa, do trabalho em rede e de uma atuação sensível às necessidades do indivíduo (“enfermagem como antena”). As práticas incluem escuta

			qualificada, uso de linguagem acessível, apoio na autonomia, construção de vínculos e articulação com o território, favorecendo a reabilitação psicossocial e a inclusão social do usuário.
A4. Atuação da equipe de enfermagem no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas	Metello <i>et. al.</i> (2022)	Descrever a inserção da equipe de Enfermagem em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III.	A enfermagem tem papel central na consolidação do modelo psicossocial, atuando de forma integral, territorial e centrada no usuário. Destacam-se práticas como escuta ativa, construção de vínculo, visitas domiciliares e articulação com a rede de apoio, fundamentais para a reinserção social e autonomia do paciente. Entretanto, ainda existem desafios, como fragilidades na formação teórica em saúde mental e dificuldades na apropriação de ferramentas como a escuta qualificada, além da complexidade do cuidado frente à vulnerabilidade social e ao uso de substâncias
A5. Atuação do enfermeiro em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas e emergência psiquiátrica	Brasil; Rodrigues; Lacchini (2022)	Evidenciar a importância da atuação do enfermeiro em serviços de saúde mental, álcool e outras drogas.	No CAPS AD e na emergência psiquiátrica, o enfermeiro desempenha funções assistenciais e administrativas, incluindo acolhimento, atendimentos, visitas domiciliares e coordenação de grupos. Atua na elaboração do cuidado individualizado e utiliza estratégias como redução de danos e prevenção de recaídas. Em situações de crise, realiza manejo adequado com foco na estabilização, cuidado humanizado e encaminhamento na rede de atenção.
A6. Significados do papel do enfermeiro no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil	Leal <i>et. al.</i> (2023)	Analisar o significado atribuído ao papel do enfermeiro no cuidado à saúde mental no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil	O papel do enfermeiro no CAPSij é marcado pela complexidade do cuidado em saúde mental infantojuvenil, exigindo uma atuação ampliada, territorial, intersetorial e interdisciplinar. Evidenciou-se a necessidade de considerar aspectos familiares e sociais no cuidado, além de dificuldades na definição do papel profissional e fragilidades na formação acadêmica. Destaca-se

			ainda a necessidade de desconstrução do modelo biomédico e fortalecimento de práticas mais inclusivas e voltadas à promoção da saúde.
A7. Assistência do enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Castro; Nunes; Barroso (2024)	Elucidar o papel da assistência de enfermagem nas equipes multidisciplinares e nos Centros de Atenção Psicossocial	No CAPS, o enfermeiro atua de forma integral e humanizada, com foco no cuidado comunitário e na reabilitação psicossocial. Desenvolve ações como acolhimento, escuta qualificada, acompanhamento terapêutico e participação em grupos, além de apoio emocional e observação clínica. Também contribui na organização do serviço e articulação com a rede, fortalecendo o vínculo com o usuário e promovendo autonomia e qualidade de vida.

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2026.

Após a análise dos artigos selecionados, da leitura e interpretação dos dados, emergiram categorias para a discussão da temática, quais sejam: “Atuação da enfermagem no modelo de atenção psicossocial no CAPS”; e “Desafios na atuação do enfermeiro nos serviços de saúde mental”.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO CAPS NO CONTEXTO DO MODELO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.

A atuação da enfermagem nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) insere-se em um cenário de profundas transformações paradigmáticas no campo da saúde mental, impulsionadas pelos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e pela consolidação do modelo de atenção psicossocial. Esse modelo propõe a ruptura com a lógica hospitalocêntrica e asilar, historicamente marcada pela exclusão, institucionalização e medicalização dos sujeitos em sofrimento psíquico.

Nesse contexto, o cuidado passa a ser orientado por uma perspectiva ampliada de saúde, que reconhece o indivíduo em sua integralidade, considerando suas dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Dessa forma, o enfermeiro precisa adaptar sua forma de cuidar, utilizando práticas que valorizem a

escuta atenta, o acolhimento, o respeito às particularidades de cada paciente e a criação de vínculos de confiança (Metello *et.al.*,2022).

A enfermagem assume, portanto, um papel crucial no cuidado psicossocial, atuando não apenas na assistência direta, mas também na mediação das relações entre usuários, família e equipe. A presença constante desse profissional no serviço permite acompanhar de forma contínua os usuários, favorecendo a identificação precoce de demandas, a prevenção de agravos e a construção de intervenções mais contextualizadas e efetivas.

Além disso, destaca-se a atuação da enfermagem em práticas como grupos terapêuticos, visitas domiciliares, ações de educação em saúde e atividades de reabilitação psicossocial, que visam promover a reinserção social e o fortalecimento da autonomia dos usuários. Essas ações ampliam o escopo do cuidado para além do espaço institucional, contribuindo para a desconstrução do estigma associado ao transtorno mental e para a promoção da cidadania (Brasil; Rodrigues; Lacchini, 2022).

Outro aspecto fundamental refere-se à participação ativa do enfermeiro na elaboração, execução e avaliação do Projeto Terapêutico Singular (PTS), instrumento essencial na organização do cuidado no CAPS. Essa participação evidencia a inserção estratégica da enfermagem no planejamento das ações em saúde, exigindo não apenas conhecimentos técnico-científicos, mas também habilidades comunicativas, capacidade de trabalho em equipe e postura ética comprometida com os princípios da humanização e da integralidade do cuidado (Castro; Nunes; Barroso, 2024).

Entretanto, apesar dos avanços conquistados, observa-se a persistência de contradições no cotidiano dos serviços. A coexistência de práticas inovadoras com abordagens ainda fortemente influenciadas pelo modelo biomédico revela que o processo de transição paradigmática encontra-se em construção. O foco excessivo na medicação e no controle de sintomas, em detrimento de intervenções psicossociais mais amplas, evidencia limites na consolidação do novo modelo assistencial.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o investimento contínuo na qualificação profissional, na reflexão crítica sobre as práticas e na reorganização dos processos de trabalho, visando alinhar a atuação da enfermagem aos pressupostos da atenção psicossocial (Santos *et al.*, 2020).

DESAFIOS E LIMITES DA PRÁTICA DA ENFERMAGEM NOS CAPS

A prática da enfermagem nos CAPS é atravessada por múltiplos desafios que envolvem dimensões estruturais, organizacionais, formativas e subjetivas, impactando diretamente a qualidade da assistência prestada. Entre os principais entraves, destacam-se a sobrecarga de trabalho, a insuficiência de recursos humanos e materiais e a precarização das condições de trabalho, fatores que dificultam a continuidade do cuidado e comprometem a efetivação dos princípios da integralidade e da resolutividade.

No âmbito da formação profissional, evidenciam-se lacunas significativas no preparo dos enfermeiros para atuação em saúde mental, especialmente no que se refere à compreensão e aplicação dos fundamentos da atenção psicossocial. A formação ainda fortemente ancorada no modelo biomédico contribui para a reprodução de práticas centradas na doença e na prescrição medicamentosa, em detrimento de abordagens mais abrangentes, interdisciplinares e centradas no sujeito (Bossato et. Al., 2021).

Ademais, o cotidiano de trabalho nos CAPS expõe os profissionais a situações complexas, frequentemente associadas a contextos de vulnerabilidade social, uso problemático de substâncias psicoativas, violência e exclusão social. Esse cenário favorece o desgaste emocional, o adoecimento psíquico dos trabalhadores e o risco de desenvolvimento da síndrome de burnout, impactando negativamente tanto o bem-estar dos profissionais quanto a qualidade do cuidado ofertado. Torna-se, portanto, fundamental a implementação de estratégias institucionais de apoio, como espaços de escuta para a equipe, supervisão clínica e ações voltadas à saúde do trabalhador (Leal et. Al., 2023).

Outro desafio relevante refere-se à efetivação do trabalho interdisciplinar, embora o modelo psicossocial preconize a atuação integrada entre diferentes saberes, ainda se observa a fragmentação das práticas e a hierarquização das relações profissionais, o que dificulta a construção de projetos terapêuticos compartilhados e a tomada de decisões coletivas. Essa realidade compromete a integralidade do cuidado e limita o potencial transformador das ações desenvolvidas nos serviços.

Além disso, a articulação em rede elemento essencial para a continuidade do cuidado ainda apresenta fragilidades, especialmente no que diz respeito à integração

entre os CAPS e outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como atenção básica, serviços hospitalares e assistência social. A ausência de fluxos bem definidos e a descontinuidade do acompanhamento podem resultar em lacunas assistenciais e no agravamento do quadro dos usuários (Delfini; Toledo; Garcia, 2021).

Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de fortalecimento de políticas de educação permanente em saúde, que possibilitem a reflexão crítica sobre a prática e a atualização dos profissionais. Paralelamente, faz-se imprescindível a melhoria das condições de trabalho, a valorização profissional e o investimento em estratégias que promovam a integração da equipe e a articulação em rede. Tais medidas são fundamentais para o fortalecimento da atuação da enfermagem e para a consolidação efetiva do modelo de atenção psicossocial nos CAPS, garantindo um cuidado mais humanizado, integral e resolutivo.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou analisar as contribuições do enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), evidenciando sua importância na consolidação do modelo de atenção psicossocial e no fortalecimento do cuidado em saúde mental. Observou-se que a atuação da enfermagem vai além das práticas técnicas e assistenciais, envolvendo acolhimento, escuta qualificada, construção de vínculo terapêutico, acompanhamento contínuo dos usuários, promoção da autonomia e articulação com a família e a rede de atenção à saúde.

Os resultados demonstraram que o enfermeiro exerce papel fundamental na elaboração de estratégias de cuidado humanizado, contribuindo para a reabilitação psicossocial e para a reinserção social dos indivíduos em sofrimento psíquico. Além disso, sua atuação interdisciplinar e territorializada fortalece a integralidade da assistência e favorece a construção de um cuidado centrado nas necessidades do usuário.

Entretanto, o estudo também evidenciou desafios importantes enfrentados pelos profissionais, como a permanência de práticas influenciadas pelo modelo biomédico, fragilidades na formação acadêmica em saúde mental, sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos e dificuldades na articulação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Tais fatores podem comprometer a qualidade da assistência e dificultar a efetivação dos princípios da atenção psicossocial.

Dessa forma, torna-se necessário investir na qualificação profissional contínua, na valorização da enfermagem e no fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde mental, visando melhorar as condições de trabalho e ampliar a efetividade das ações desenvolvidas nos CAPS. Espera-se que este estudo contribua para reflexões acerca da prática do enfermeiro nos serviços de saúde mental e incentive novas pesquisas sobre a temática, considerando a escassez de produções científicas encontradas durante a revisão.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

BOSSATO, Hércules Rigoni et al. A enfermagem e o protagonismo do usuário no CAPS: um estudo na perspectiva construcionista. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, esp., e2020082, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.2020082>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL, Dayane Degner Ribeiro; RODRIGUES, Adriana Witter; LACCHINI, Annie Jeanninne Bisso. Atuação do enfermeiro em centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas e emergência psiquiátrica. **Revista Enfermagem Atenção à Saúde**, v. 11, n. 2, e202253, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/reas.v11i2.5536>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CASTRO, Thayna Duarte de; NUNES, Fernanda da Silva; BARROSO, Emile Gervazoni. Assistência do enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 5, e5204, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-147>. Acesso em: 16 abr. 2026.

COSTA-ROSA, João. **O modo psicossocial: um paradigma pós-asilar na saúde mental**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DELFINI, Giulia; TOLEDO, Vanessa Pellegrino; GARCIA, Ana Paula Rigon Francischetti. Processo de trabalho da equipe de enfermagem em Centros de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, e03775, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020044403775>. Acesso em: 16 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2026.

KANTORSKI, Luciane Prado et al. O trabalho de enfermagem nos Centros de Atenção Psicossocial. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 19, n.2, p.246-254, 2010.

LEAL, Taliane Machado de Oliveira et al. Significados do papel do enfermeiro no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 6, e20230124, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0124>. Acesso em: 16 abr. 2026.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

METELLO, Ingrid Gomes et al. Atuação da equipe de Enfermagem no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 79-87, abr./jun. 2022. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2022.181264.

MIELKE, Fernanda Barreto. O cuidado em saúde mental no CAPS no entendimento dos profissionais. **Cien Saude Colet**, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/o-cuidado-em-saude-mental-no-caps-no-entendimento-dos-profissionais/1584?id=1584>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

Ministério da Saúde. CAPS: o que é, para quem serve e por que faz diferença. **Saúde com Ciência – Notícias**. Brasília, 23 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2025/outubro/caps-o-que-e-para-quem-serve-e-por-que-faz-diferenca>. Acesso em: 27 out. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)**. Brasília: MS, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLOS Medicine**, San Francisco, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/>. Acesso em: 11 maio 2026.

ROCHA, Patrícia Lorena Resende; PEGORARO, Renata Fabiana; PRÓCHNO, Caio Cesar Souza Camargo. Centros de Atenção Psicossocial segundo Seus Usuários: Uma Revisão Integrativa. **Revista psicologia e saúde**, v. 14, n. 2, p. 151-164, 2022.

SAMPAIO, Mariá Lanzotti; JUNIOR, José Patrício Bispo. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021,

SANTOS, Elitiele Ortiz dos; ESLABÃO, Adriane Domingues; KANTORSKI, Luciane Prado; PINHO, Leandro Barbosa de. Práticas de enfermagem no centro de atenção psicossocial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 1, e20180175, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0175>. Acesso em: 28 abr. 2026.

SILVA, Ellayne Karoline Bezerra da.; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Desinstitucionalização Psiquiátrica no Brasil: riscos de desresponsabilização do Estado? **R. Katál**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 252-260, jul./dez. 2014.

O PROCESSO DE DESFRALDE EM UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA BASEADO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

 DOI: 10.5281/zenodo.20951957

Eilane Maria de Jesus Meira

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Excelência – UNEX. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Comportamento e Educação – GEPAE. (CNPq/IMES).

Email: eilanemeira19@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4723-1219>

Gênesis Guimarães Soares

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB). Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Especialista em Didática, Práticas de Ensino e Tecnologias Educacionais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFTC. Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Comportamento e Educação - GEPAE (CNPq/IMES). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos "EJA em Pauta" - GEPEP (CNPq/UESB). Atualmente é docente do ensino superior, vinculado ao Colegiado de Psicologia, no Centro Universitário de Excelência campus de Vitória da Conquista-Bahia.

E-mail: genesis.soares@ftc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4375-6065>

RESUMO

O desenvolvimento infantil envolve a aquisição gradual de habilidades que promovem autonomia, como o controle esfíncteriano. Em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse processo pode ser mais desafiador devido a dificuldades na comunicação, sensibilidade sensorial e resistência a mudanças. Este estudo objetivou relatar a experiência durante programa de desfralde em uma criança com TEA, descrevendo os procedimentos utilizados, os resultados obtidos e a importância do acompanhamento terapêutico no desenvolvimento de habilidades de autocuidado. Trata-se de um relato de experiência com uma criança de oito anos, não oralizada e com TEA nível 3 de suporte, atendida em uma clínica especializada durante nove meses. Foram realizadas avaliação funcional e coleta de dados, seguidas de intervenções baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), incluindo monitoramento das micções, pareamento do banheiro, treino por horários, modelagem por etapas e reforçamento diferencial. Observou-se evolução gradual ao longo do processo: após 20 semanas de intervenção, a criança passou a realizar micções no vaso sanitário em 80% das tentativas programadas; na 22ª semana, registraram-se três solicitações independentes por meio de comunicação alternativa; ao final dos nove meses, houve retirada completa das fraldas no período diurno. Os resultados reforçam a eficácia da ABA no ensino de habilidades adaptativas, destacando a importância da análise funcional, do reforço positivo e da individualização das estratégias. O envolvimento familiar e a atuação do acompanhante terapêutico foram fundamentais para a generalização dos comportamentos. Conclui-se que o desfralde, quando conduzido de forma planejada e baseada em evidências, pode promover autonomia e qualidade de vida em crianças com TEA.

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada. Transtorno do Espectro Autista. Desfralde. Acompanhante Terapêutico. Habilidades de Autocuidado.

ABSTRACT

Child development involves the gradual acquisition of skills that promote autonomy, such as bladder and bowel control. In children with Autism Spectrum Disorder (ASD), this process can be more challenging due to difficulties in communication, sensory sensitivities, and resistance to change. This study aimed to report the experience of a toilet training program in a child with ASD, describing the procedures used, the results obtained, and the importance of therapeutic support in the development of self-care skills. This is an experience report involving an eight-year-old, nonverbal child with ASD requiring level 3 support, who was treated in a specialized clinic for nine months. A functional assessment and data collection were conducted, followed by interventions based on Applied Behavior Analysis (ABA), including monitoring of urination, bathroom pairing, scheduled toileting, step-by-step shaping, and differential reinforcement. A gradual improvement was observed throughout the process: after 20 weeks of intervention, the child began urinating in the toilet in 80% of the scheduled attempts; in the 22nd week, three independent requests were recorded using alternative communication; by the end of the nine months, diapers were fully discontinued during the daytime period. The results reinforce the effectiveness of ABA in teaching adaptive skills, highlighting the importance of functional analysis, positive reinforcement, and the individualization of intervention strategies. Family involvement and the role of the therapeutic aide were essential for the generalization of behaviors. It is concluded that toilet training, when conducted in a planned and evidence-based manner, can promote autonomy and quality of life in children with ASD.

Keywords: Applied Behavior Analysis. Autism Spectrum Disorder. Toilet Training. Therapeutic Assistant. Self-Care Skills.

INTRODUÇÃO

Na infância, o desenvolvimento das habilidades ocorre de forma gradual, permitindo que a criança tenha mais autonomia, participe socialmente e desenvolva sua independência funcional. Habilidades como controle das necessidades fisiológicas e o uso do banheiro são etapas importantes nesse processo, representando um avanço no corpo, no comportamento e na vida social. O desfralde está diretamente ligado ao aumento da autonomia da criança e à sua integração em ambientes educacionais e sociais mais amplos. Ele é visto como uma capacidade fundamental para o desenvolvimento típico (Papalia; Feldman, 2013).

Para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que apresentam um desenvolvimento atípico, pode ser necessário realizar intervenções planejadas e adaptadas de acordo com suas especificidades (American Psychiatric Association, 2014).

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por déficits na comunicação social e pela presença de comportamentos, interesses ou atividades restritos e repetitivos (American Psychiatric Association, 2014). Além dessas características centrais, muitas crianças com TEA encontram dificuldades em aprender habilidades essenciais do dia a dia, como se alimentar, cuidar da higiene pessoal e usar o banheiro, o que pode afetar significativamente sua qualidade de vida e inclusão social (Cypel, 2015).

A literatura especializada descreve que tais aspectos podem estar relacionados a déficits na comunicação funcional, dificuldades na discriminação de sinais corporais importantes, hipersensibilidades sensoriais e resistência a mudanças na rotina (Cló; Dounavi, 2020). No ambiente familiar, o desfralde pode se tornar uma grande fonte de estresse e frustração quando não há uma orientação adequada. Tentativas que se baseiam apenas na idade cronológica da criança ou que fazem comparações com padrões de desenvolvimento típicos podem resultar em experiências negativas, intensificando comportamentos de esquiva e aumento do estresse nos pais (Papalia; Feldman, 2013).

Dessa forma, é fundamental entender o desfralde como um comportamento aprendido, que pode ser ensinado de forma sistemática por meio da análise das condições ambientais, e não como uma etapa espontânea (Perez; Dixon; Parker-Singler, 2020).

Nesse contexto, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) aparece como uma abordagem científica consolidada para ensinar habilidades a indivíduos com TEA. Ela busca entender as relações entre comportamento e ambiente, identificando as causas e consequências que mantêm certas respostas (Skinner, 1953). Baer, Wolf e Risley (1968) definem a ABA como uma ciência aplicada focada em comportamentos socialmente relevantes, baseada em dados e que demonstra eficácia prática, princípios amplamente utilizados no atendimento a pessoas com TEA.

No ensino de habilidades adaptativas, como usar o banheiro, a ABA sugere estratégias como análise funcional, modelagem por etapas, reforço diferencial e ensino estruturado. Essas abordagens ajudam a identificar variáveis que mantêm comportamentos inadequados, como esquivar ao banheiro, substituindo-os por comportamentos funcionais e socialmente adequados (Cooper; Heron; Heward, 2020). Além disso, a coleta sistemática de dados permite avaliar o progresso da intervenção e fazer ajustes conforme necessário, garantindo rigor científico e eficácia social à prática profissional (Erath; Digennaro Reed, 2020).

Outro aspecto relevante é o papel do Acompanhante Terapêutico (AT) na intervenção. Ele funciona como um mediador entre o planejamento técnico e a prática diária, aplicando as estratégias definidas pela equipe e garantindo que os procedimentos sejam seguidos corretamente. Essa consistência é crucial para o sucesso da intervenção (Cooper; Heron; Heward, 2020).

A presença constante do AT permite observar de perto o comportamento da criança, aplicar as regras de forma consistente e manter uma boa comunicação com a família, o que ajuda na generalização e na manutenção dos comportamentos aprendidos (Little *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de intervenção no processo de desfralde de uma criança com Transtorno do Espectro Autista, atendida em uma clínica especializada em Análise do Comportamento Aplicada. Busca descrever os procedimentos adotados, refletir sobre os resultados obtidos e discutir a importância do acompanhamento terapêutico no desenvolvimento de habilidades de autocuidado, fundamentado nos princípios científicos da ABA e nas

diretrizes diagnósticas atuais sobre o TEA conforme a American Psychiatric Association (2014).

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este relato de experiência fundamenta-se na Resolução CNS nº 510/2016, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conforme o **inciso VII do art. 1º**, não são submetidas ao sistema CEP/CONEP as pesquisas que *“objetivam o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”*. A presente descrição decorre da vivência profissional de uma acompanhante terapêutica, sem intervenção ou coleta de dados com finalidade exclusiva de pesquisa. A identidade da criança foi preservada mediante uso de nome fictício, e nenhuma informação pessoal ou identificável é revelada. O foco recai sobre os procedimentos aplicados e a observação do fenômeno comportamental, não sobre a intimidade da participante. A responsável pela criança assinou termo de consentimento para o atendimento clínico e autorizou a divulgação dos resultados desde que anonimizados. Dessa forma, o relato atende aos princípios éticos da confidencialidade e da não-exposição, estando dispensado de apreciação pelo CEP/CONEP.

Assim, o relato de experiência é de caráter descritivo, baseado unicamente na vivência prática de uma acompanhante terapêutica (AT) durante o processo de desfralde de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista, nível 3 de suporte, não oralizada. A intervenção ocorreu entre os meses de abril a janeiro de 2025-2026, totalizando 9 meses, em uma clínica especializada em ABA com supervisão de um analista do comportamento. A clínica contava com uma sala de atendimento individual com aproximadamente 18 m², um banheiro com vaso sanitário, lavatório, chuveiro, além de espaço para brincadeiras.

A criança, identificada pelo nome fictício de Mariana a fim de preservar sua identidade, tinha oito anos de idade e utilizava fraldas em tempo integral no início da intervenção. Os atendimentos ocorriam cinco vezes por semana, com duração de três horas por sessão.

Inicialmente, foi realizada uma avaliação comportamental por meio de observação direta e coleta de dados, com o objetivo de identificar os antecedentes e

as consequências relacionadas ao comportamento de evitar o uso do banheiro. Essa avaliação permitiu a elaboração de uma linha de base, na qual se constatou ausência de tentativas espontâneas de uso do vaso sanitário, alta frequência de eliminações na fralda e comportamentos de esquiva diante do ambiente do banheiro.

Com base na análise funcional do comportamento, foi elaborado um plano de intervenção pautado nos princípios da Análise do Comportamento Aplicada. Os procedimentos incluíram:

a) **Monitoramento dos horários de micção** – checagem da fralda a cada 10 minutos, durante as sessões, com a finalidade de identificar um padrão médio de intervalo entre as micções e reconhecer possíveis sinais corporais. Os dados coletados eram registrados em folha de registro;

b) **Pareamento do ambiente do banheiro com estímulos reforçadores** – estratégia comportamental que visa tornar o ambiente do banheiro um local positivo e previsível, por meio da associação com estímulos agradáveis;

c) **Redução gradual de estímulos aversivos** – aumento da aceitação do ambiente do banheiro e do processo de eliminação, especialmente em casos de comportamentos de fuga e esquiva com histórico de experiências negativas;

d) **Treino por horários programados** – antecipação da micção, com o objetivo de reduzir episódios de incontinência e aumentar a probabilidade de sucesso no uso do banheiro;

e) **Modelagem do comportamento-alvo por aproximações sucessivas** – ensino de habilidades complexas de forma gradual, reforçando cada avanço em direção ao comportamento final desejado, como a solicitação de ida ao banheiro por meio de cartão de comunicação e a realização da micção de forma independente;

f) **Correção de erros em caso de episódios de incontinência** – estratégia aplicada de forma educativa, neutra e consistente, sem uso de punição (repreensão ou estímulos aversivos adicionais), visando ensinar o local e o momento adequados para eliminação. O procedimento consistia em interromper a ação, levar a criança ao banheiro, emitir o comando “Xixi no vaso” de forma neutra e, após a eliminação no local correto, oferecer reforço social;

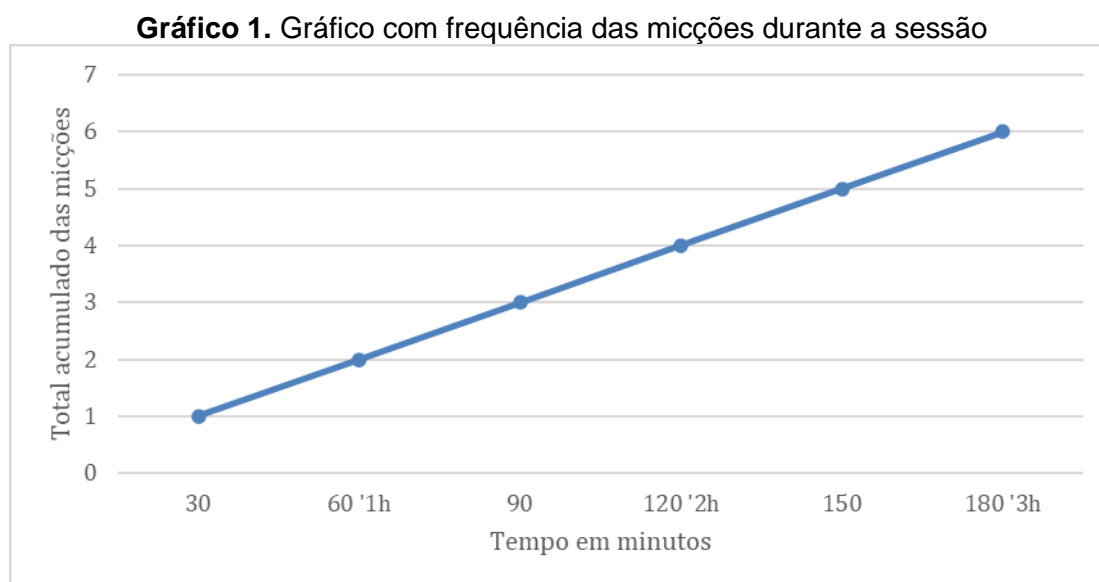
g) **Reforçamento diferencial de comportamentos adequados** – reforço sistemático para aumentar a frequência de comportamentos desejados, enquanto comportamentos inadequados deixam de produzir consequências reforçadoras;

h) **Retirada gradual do reforçador (*fading*) e, posteriormente, extinção** – redução progressiva da magnitude e da frequência do reforço até sua suspensão completa, observando-se os fenômenos de explosão de resposta e subsequente redução dos comportamentos interferentes.

Durante todo o processo, a acompanhante terapêutica realizou registros sistemáticos dos comportamentos observados, incluindo frequência de eliminações no vaso, escapes, tempo de permanência no banheiro e respostas emocionais da criança. A família foi orientada e treinada para dar continuidade ao procedimento no ambiente domiciliar, favorecendo a generalização do comportamento aprendido.

RESULTADOS

Ao longo do primeiro mês de intervenção, foram coletados os dados do monitoramento dos horários de eliminação do xixi na fralda, durante o horário das sessões. Os resultados obtidos mostraram um padrão médio de 30 minutos entre as micções, além de ausência de comportamentos corporais que indicassem a necessidade de micção.



Fonte: Elaborado pelos autores (2005).

No segundo mês, iniciaram-se as tentativas de aproximação do banheiro. Mariana era levada até o banheiro com a porta aberta. O brinquedo de preferência (inicialmente um pião musical), identificado durante as sessões como reforçador, era

oferecido apenas no ambiente do banheiro, como reforçador positivo para o comportamento de permanecer no ambiente, sem fuga ou esquivas.

Em caso de choro, fuga ou esquivas, o reforçador era imediatamente retirado (extinção do comportamento de permanência sem o reforço), fazendo o pareamento do ambiente do banheiro com estímulos reforçadores. Na 5ª semana, durante o engajamento de Mariana com o reforçador no ambiente do banheiro, a porta foi fechada por 1 minuto e, em seguida, reaberta, com o objetivo de avaliar o nível de tolerância. Observou-se a aceitação sem a emissão de comportamentos interferentes.

Na 6ª semana, Mariana já tolerava o ambiente do banheiro com a porta fechada. Passou-se à próxima etapa: a redução gradual de estímulos aversivos. Iniciou-se a tentativa de permanência sentada no vaso sanitário. Registraram-se comportamentos de esquivas (levantar-se imediatamente, choro, tentativa de sair do banheiro) quando a criança era colocada no assento. A análise funcional sugeriu que tais respostas eram mantidas por reforçamento negativo (remoção do contato com o assento). Identificaram-se como possíveis estímulos aversivos o diâmetro do assento (que gerava instabilidade) e a altura do vaso (pés não tocavam o chão). Esses estímulos foram então alterados – foi adicionado um redutor de assento sanitário e um apoio para os pés –, resultando na redução imediata dos comportamentos de esquivas. A permanência sentada era reforçada com um brinquedo de preferência da criança em esquema de reforço contínuo; em caso de fuga, o reforçador era retirado imediatamente.

Na 7ª semana, iniciou-se o treino por horários programados. Com base nos dados do monitoramento dos horários de eliminação, Mariana era levada ao banheiro no horário previsto e colocada no vaso sanitário, com o redutor de assento e apoio para os pés. A cada ida ao banheiro, o cartão do vaso sanitário era apresentado para que fosse feita a associação do cartão com o comportamento de fazer xixi no vaso, seguido do comando "Xixi".

Figura 1. Pictograma do vaso sanitário



Fonte: Arasaac (2025)

O reforçador de preferência era entregue, e Mariana deveria permanecer sentada até que ocorresse a micção, com o intuito de antecipar a eliminação. Mariana apresentou resistência comportamental nessa etapa: quando a sensação fisiológica (antecedente interoceptivo) surgia, ela se levantava e fazia xixi no chão, ou não fazia xixi durante o período no sanitário, ocorrendo a eliminação no retorno à sala de atendimento.

Observou-se a necessidade de substituição do reforçador preferido anteriormente utilizado (pião), em razão da redução de sua eficácia reforçadora. Assim, optou-se pela introdução de um reforçador de maior magnitude (tablet), previamente disponível no ambiente doméstico, o qual passou a ser utilizado de forma exclusiva no contexto do processo de desfralde.

Ao final da 10ª semana, iniciou-se a diminuição do tempo de permanência com o reforçador no vaso: ao se sentar, Mariana deveria esperar sentada por 5 segundos antes de ter acesso ao tablet. O tempo foi sendo aumentado gradativamente a cada tentativa: 5s, 10s, 15s, 20s, 30s, 40s, 50s, 60s... até chegar a 10 minutos de espera pelo acesso ao reforçador.

Ao longo do 4º mês, Mariana já permanecia sentada no vaso sem o reforçador, o qual só era oferecido quando o xixi era feito no vaso. A modelagem do comportamento-alvo era feita por aproximações sucessivas. Um cartão com o passo a passo da habilidade era apresentado durante a permanência no sanitário. O cartão de comunicação anterior do vaso sanitário foi substituído por um que mostrasse o ato da micção.

Figura 2. Pista visual com passo-a-passo do uso do banheiro.



Fonte: Elaborado pelos autores (2005).

Figura 3. Pictograma do "xixi".



Fonte: Elaborado pelos autores (2005).

Em caso de escape (levantar-se do vaso e iniciar o xixi fora do local), a criança era imediatamente levada de volta ao vaso para que terminasse a micção no sanitário, seguido de reforço social com a frase "Muito bem, você fez xixi no vaso".

Se houvesse escape no banheiro ou em outro ambiente, a correção de erro era feita da seguinte forma: a frase "Xixi no vaso" era emitida apontando para o sanitário, de maneira neutra; em seguida, a criança era levada ao banheiro, realizada a limpeza e a troca de roupas, sempre no ambiente do banheiro, sem repreensão ou adição de estímulos aversivos.

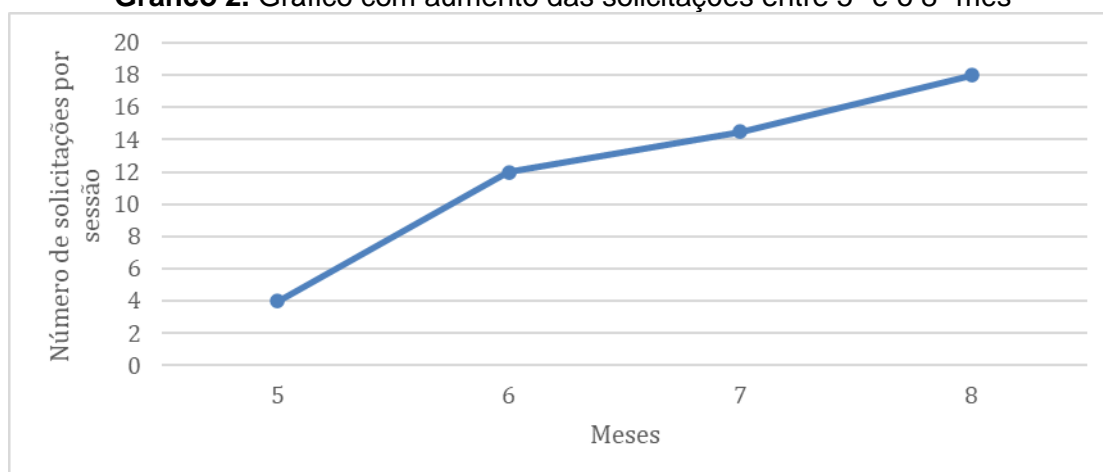
Ao final da 20ª semana, Mariana passou a fazer a micção no vaso em 80% das tentativas programadas.

Os dados continuaram sendo registrados para controle dos escapes. Ao longo das semanas seguintes, os episódios de escape diminuíram. A família foi orientada a iniciar o treino de desfralde em casa, com o intuito de generalizar o comportamento.

Na 22ª semana, Mariana solicitou o cartão de "xixi" de forma independente; quando levada ao banheiro, fez xixi no vaso imediatamente, recebendo reforço diferencial (tablet + reforço social). Ao longo da sessão, Mariana solicitou, por meio do cartão, três vezes a ida ao banheiro, ocorrendo a micção em todas as tentativas. O mesmo ocorreu nos outros turnos, em sua residência.

No sexto mês, observou-se que Mariana passou a aumentar gradativamente as solicitações de ida ao banheiro, inclusive poucos minutos após a micção, com o objetivo de obter acesso ao reforçador, o que gerou estresse materno. Nesse contexto, o comportamento de solicitar o uso do banheiro passou a configurar-se como um operante mantido por reforçamento positivo (acesso ao tablet), independentemente da necessidade fisiológica.

Gráfico 2. Gráfico com aumento das solicitações entre 5º e o 8º mês



Fonte: Elaborado pelos autores (2005).

A cada solicitação, Mariana era conduzida ao banheiro, devido à necessidade de associar o pedido (cartão de comunicação) à ida ao banheiro. O reforçador era disponibilizado apenas em caso de micção no vaso sanitário, o que acabou gerando comportamentos interferentes (frustração, choro, tentativas de sair do banheiro).

A partir do sétimo mês, iniciou-se o *fading* (desvanecimento) do reforçador, com a redução progressiva do tempo de acesso. Inicialmente, a cada comportamento adequado de micção no vaso sanitário, Mariana tinha acesso ao tablet por cinco minutos, sendo esse tempo reduzido em um minuto a cada dois dias. Ao atingir o tempo de um minuto de acesso, a criança passou a apresentar comportamentos autolesivos e heterolesivos – um fenômeno compatível com a “explosão de resposta”

que pode ocorrer durante a extinção ou durante reduções abruptas de magnitude do reforço.

Diante disso, houve um retrocesso no processo de *fading*, passando a ofertar o tablet por três minutos, em esquema de reforçamento intermitente (a cada duas ou três micções no vaso sanitário). Essa estratégia resultou na diminuição dos comportamentos interferentes; entretanto, observou-se redução nas solicitações de uso do banheiro e aumento dos episódios de escape.

Posteriormente, retomou-se o esquema de reforçamento contínuo, o que levou Mariana a voltar a solicitar o uso do banheiro, reduzindo novamente os episódios de escape.

No oitavo mês, o supervisor orientou a retirada total do tablet no programa de desfralde (extinção), sugerindo sua utilização em outro programa comportamental (ensino de outra habilidade), com o objetivo de desvincular o reforçador do uso do banheiro. Durante esse período, observou-se um aumento inicial das respostas emocionais (*extinction burst*), seguido de gradual redução.

A partir desse momento, gradualmente, observou-se o aumento na frequência de respostas adequadas (micção no vaso, solicitação espontânea) e a diminuição dos comportamentos interferentes e dos episódios de escape.

Ao final do período descrito, Mariana passou a indicar a necessidade de ir ao banheiro por meio de cartão, demonstrando avanço na comunicação funcional. O uso de fraldas foi reduzido gradualmente até sua retirada durante o período diurno, com manutenção dos ganhos tanto na clínica quanto no ambiente domiciliar.

DISCUSSÃO

Os resultados observados no presente relato de experiência corroboram a eficácia dos princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no treino de desfralde em uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio da aplicação sistemática pela Acompanhante Terapêutica (AT). A evolução apresentada no repertório comportamental da criança – desde a tolerância ao ambiente do banheiro até a solicitação e eliminação independentes no vaso sanitário – reforça a literatura que aponta a ABA como uma abordagem baseada em evidências para o desenvolvimento de habilidades adaptativas no TEA (Cooper; Heron; Heward, 2020).

A estratégia de pareamento do ambiente do banheiro com estímulos reforçadores mostrou-se um dos passos mais importantes para reduzir o controle aversivo inicialmente associado ao local. O pareamento é amplamente descrito na literatura comportamental como procedimento eficaz para alterar a função emocional de estímulos, transformando ambientes antes evitados em contextos associados a reforçamento positivo (Miltenberger, 2016). Nesse caso, a introdução de brinquedos e do tablet contribuiu para aumentar a permanência de Mariana no banheiro sem comportamentos de fuga, estabelecendo condições favoráveis para a aprendizagem das etapas subsequentes.

O comportamento inicial de esquiva apresentado por Mariana frente ao banheiro estava relacionado a estímulos aversivos específicos (ambiente do banheiro, permanência sentada por longos períodos, mudanças de rotina, exigências não compreendidas). A análise funcional do comportamento permitiu identificar que tais respostas eram mantidas por reforçamento negativo (remoção desses estímulos), o que reforça a relevância da análise funcional como etapa fundamental para o planejamento de intervenções efetivas, conforme proposto por Skinner (1953).

Outro aspecto relevante foi o impacto do treino por horários programados na aquisição do controle esfinteriano. Esse método ajudou a estabelecer uma rotina previsível, reduzindo a probabilidade de comportamentos de esquiva e aumentando as chances de emissão da resposta-alvo. Pesquisas indicam que a previsibilidade ambiental é particularmente crucial para pessoas com TEA, que geralmente apresentam dificuldades para lidar com alterações inesperadas (American Psychiatric Association, 2014).

O uso da modelagem por aproximações sucessivas também foi determinante para o sucesso do processo. A divisão do comportamento-alvo em pequenas etapas permitiu que a criança alcançasse sucessos frequentes, aumentando a probabilidade de manutenção do comportamento por reforçamento positivo. Esse procedimento está alinhado ao princípio de reforçamento diferencial, amplamente descrito por Cooper *et al.* (2020) como estratégia eficaz para aquisição de novas habilidades, especialmente em populações com atrasos no desenvolvimento.

A retirada gradual do reforçador (*fading*) e, posteriormente, a extinção contribuíram para a manutenção do comportamento adequado sem a dependência constante do tablet. O processo de *fading* exige a transição de esquemas contínuos para esquemas intermitentes de reforçamento, sendo essencial para promover

independência e resistência à extinção (Ferster; Skinner, 1957). O surgimento de comportamentos autolesivos quando o tempo de acesso ao tablet foi reduzido a 1 minuto e, posteriormente, quando o reforçador foi totalmente suspenso (extinção), ilustra o fenômeno da “explosão de resposta na extinção” (*extinction burst*), bem documentado na literatura (Cooper *et al.*, 2020). A retomada do reforçamento intermitente e, depois, contínuo, seguida de nova extinção, permitiu a redução gradual desses efeitos colaterais.

Além dos ganhos comportamentais diretos, a intervenção contribuiu para o aumento da comunicação funcional da criança, evidenciado pela solicitação por meio de cartão para uso do banheiro. Esse resultado corrobora a ideia de que o ensino de habilidades adaptativas pode gerar efeitos positivos em outras áreas do desenvolvimento, como comunicação e autonomia. Baer, Wolf e Risley (1968) destacaram isso ao definir a ABA como uma ciência dedicada à relevância social dos comportamentos ensinados.

A participação da família no processo foi outro fator determinante para a generalização dos comportamentos adquiridos. A literatura enfatiza que a consistência entre os ambientes terapêutico e domiciliar é essencial para manutenção dos ganhos e prevenção de regressões (Cooper *et al.*, 2020). O treinamento parental permitiu que os cuidadores replicassem as estratégias utilizadas na clínica, fortalecendo a autonomia da criança em diferentes contextos.

A atuação do acompanhante terapêutico revelou-se central para o êxito da intervenção. Por estar em contato direto e contínuo com a criança, o acompanhante possibilitou a aplicação precisa dos procedimentos, o registro sistemático dos dados e a adaptação imediata das estratégias conforme a resposta do indivíduo. Esse papel é descrito na prática clínica como fundamental para assegurar a fidelidade da intervenção e a tomada de decisão baseada em dados, princípio essencial da ABA.

Por fim, destaca-se que o processo de desfralde, quando conduzido sem planejamento ou baseado em práticas coercitivas (repreensão, punição), pode aumentar comportamentos de oposição, fuga e estresse familiar. Em contrapartida, o presente relato demonstra que, quando estruturado a partir de evidências científicas, com respeito ao ritmo da criança e uso predominante de reforçamento positivo, o desfralde pode tornar-se uma experiência de aprendizagem segura e promotora de autonomia. Esse achado converge com estudos que ressaltam a importância de intervenções humanizadas e individualizadas no contexto do TEA (Cypel, 2015).

Assim, a discussão dos resultados permite concluir que a ABA oferece ferramentas metodológicas sólidas para o ensino de habilidades de autocuidado, e que a combinação entre análise funcional, modelagem, reforçamento diferencial, *fading*, extinção e envolvimento familiar constitui uma prática efetiva e eticamente adequada no atendimento de crianças com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência teve como objetivo descrever e analisar a intervenção realizada no processo de desfralde de uma criança com Transtorno do Espectro Autista, a partir dos princípios da Análise do Comportamento Aplicada. No decorrer da intervenção, observou-se que o ensino estruturado baseado em análise funcional, modelagem, *fading* e reforço diferencial favoreceu a aquisição gradual do comportamento de uso do vaso sanitário, promovendo maior autonomia e independência para a criança.

Os resultados mostram que o desfralde pode ser realizado de forma ética, respeitosa e eficaz quando tratado como um processo de aprendizagem, e não como uma imposição baseada apenas na maturidade cronológica. A utilização predominante de reforço positivo mostrou-se fundamental para reduzir comportamentos de esquiva, ampliar a tolerância ao ambiente do banheiro e fortalecer respostas adequadas. Estes resultados reforçam o que a literatura da ABA descreve sobre a importância da identificação das contingências que mantêm o comportamento e a intervenção baseada em dados para a promoção de mudanças comportamentais socialmente significativas.

Destaca-se também o papel essencial do acompanhante terapêutico nesse processo. A aplicação precisa das estratégias propostas, por meio da atuação direta, sistemática e supervisionada, possibilitou a coleta contínua de dados e a adaptação das instruções de acordo com as necessidades apresentadas pela criança. Além disso, a participação dos familiares foi crucial para a expansão e a preservação dos hábitos aprendidos, comprovando que a colaboração entre profissionais e responsáveis aumenta o sucesso das práticas.

Por fim, este relato contribui para a reflexão sobre a prática clínica no contexto do TEA, evidenciando que habilidades de autocuidado, muitas vezes consideradas simples no desenvolvimento típico, exigem planejamento cuidadoso quando se trata

de crianças com necessidades específicas. A experiência reforça a relevância da Análise do Comportamento Aplicada como abordagem científica consolidada no ensino de habilidades adaptativas e destaca a importância de intervenções individualizadas, humanizadas e fundamentadas em evidências. Espera-se que este trabalho possa subsidiar futuras práticas profissionais e novas produções acadêmicas voltadas ao desenvolvimento da autonomia de crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARASAAC. **Banco de pictogramas**. Disponível em: <https://arasaac.org/pictograms/search>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BAER, D. M.; WOLF, M. M.; RISLEY, T. R.. Some current dimensions of applied behavior analysis. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 1, n. 1, 1968.

CLÓ, E.; DOUNAVI, K. A systematic review of behaviour analytic processes and procedures for conditioning reinforcers among individuals with autism, developmental or intellectual disability. *European Journal of Behavior Analysis*, v. 21, n. 2, p. 292–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/15021149.2020.1847953>.

COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L.. **Applied behavior analysis**. 3. ed. Hoboken: Pearson, 2020.

CYPEL, S.. **Autismo: guia prático**. São Paulo: MG Editores, 2015.

ERATH, T. G.; DIGENNARO REED, F. D. Treatment integrity and intervention fidelity in applied behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice*, v. 13, n. 1, p. 18–33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00347-0>.

FERSTER, C. B.; SKINNER, B. F. **Schedules of reinforcement**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

LITTLE, L. M.; WALLISCH, A.; POPE, E.; DUNN, W. Toilet training children with autism and developmental delays: Caregiver experiences and support needs. *American Journal of Occupational Therapy*, v. 77, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5014/ajot.2023.050100>.

MILTENBERGER, R. G.. **Behavior modification: principles and procedures**. 6. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREZ, B.; DIXON, D. R.; PARKER-SINGLER, S. Parent-implemented toilet training for children with autism spectrum disorder. *Behavior Analysis in Practice*, v. 13, n. 3, p. 627–638, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00428-7>.

SCHLICHENMEYER, K. J.; DUBE, W. V.; VERRILL, K. A. Stimulus fading and response elaboration in differential reinforcement. ***Journal of Applied Behavior Analysis***, v. 48, n. 3, p. 675–679, 2015.

SKINNER, B. F.. ***Science and human behavior***. New York: Macmillan, 1953.

VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A.. ***Autism spectrum disorder: a guide to diagnosis and treatment***. 2. ed. New York: Guilford Press, 2017.

TUMOR DE WILMS EM ADULTOS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA CIENTÍFICA

 DOI: 10.5281/zenodo.20963966

Gabriel Luiz Nicochelli Berri

Acadêmico do curso de Medicina da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Yasmin Vitória Range

Acadêmica do curso de Medicina da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Tales Henrique Piekala

Acadêmico do curso de Medicina da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Lisiane Anzanello

Oncologista clínica na Clínica Oncológica Lisiane Anzanello e professora do curso de Medicina da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

RESUMO

O tumor de Wilms ou nefroblastoma é um tumor primário maligno que afeta majoritariamente os rins. Em crianças, condiz com 8% dos tumores sólidos, correspondendo a 80% dos tumores do trato genitourinário em menores de 15 anos. Entretanto, menos de 300 casos dessa neoplasia foram notificados em adultos ao redor do mundo, o que leva a lacunas quanto à sintomatologia, tratamento e diagnósticos assertivos. **Objetivo:** O objetivo desse trabalho foi identificar os casos de tumor de Wilms em adultos, explorando a clínica e o prognóstico dos pacientes a partir de trabalhos publicados acerca da temática. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases PubMed e SciELO, utilizando os descritores “Tumor de Wilms”, “adultos” e “tumor primário”, incluindo estudos publicados entre 1989 e 2024 em português, inglês e espanhol, totalizando 14 artigos selecionados para análise. **Resultados e Discussão:** Observou-se que menos de 300 casos de Tumor de Wilms em adultos estão descritos na literatura, com predominância em pacientes jovens e discreta prevalência do sexo masculino. O diagnóstico frequentemente ocorre em estágios avançados, com metástases e comprometimento

linfonodal, sendo o tratamento mais comum a nefrectomia radical associada à quimioterapia e, em alguns casos, radioterapia. **Conclusão:** O Tumor de Wilms em adultos é uma condição rara e de difícil diagnóstico, geralmente identificada tardiamente e associada a pior prognóstico, destacando a necessidade de maior investigação científica e padronização das condutas terapêuticas.

Palavras-chave: Tumor de Wilms. Adultos. Clínica. Tratamento.

ABSTRACT

Wilms tumor, or nephroblastoma, is a primary malignant tumor that predominantly affects the kidneys. In children, it accounts for 8% of solid tumors and corresponds to 80% of genitourinary tract tumors in individuals under 15 years of age. However, fewer than 300 cases of this neoplasm have been reported in adults worldwide, leading to gaps in knowledge regarding symptomatology, treatment, and accurate diagnosis.

Objective: The aim of this study was to identify cases of Wilms tumor in adults, exploring the clinical features and prognosis of patients based on published studies on the topic. **Methodology:** An integrative literature review was conducted using the PubMed and SciELO databases, employing the descriptors “Wilms tumor,” “adults,” and “primary tumor.” Studies published between 1989 and 2024 in Portuguese, English, and Spanish were included, totaling 14 articles selected for analysis.

Results and Discussion: Fewer than 300 cases of Wilms tumor in adults have been described in the literature, with a predominance in young patients and a slight male predominance. Diagnosis often occurs at advanced stages, with metastases and lymph node involvement. The most common treatment is radical nephrectomy associated with chemotherapy and, in some cases, radiotherapy. **Conclusion:** Wilms tumor in adults is a rare condition that is difficult to diagnose, usually identified at later stages and associated with a poorer prognosis, highlighting the need for further scientific investigation and standardization of therapeutic approaches.

Keywords: Wilms Tumor. Adults. Clinical Features. Treatment.

INTRODUÇÃO

O tumor de Wilms consiste em uma neoplasia maligna que afeta majoritariamente crianças menores de 15 anos. É um tumor primário do sistema excretor (predominantemente nos rins), podendo metastizar para outras estruturas abdominopélvicas. Assim, apresenta uma diversidade sintomática, exemplificada principalmente por dor abdominal, hematúria, presença de uma massa abdominal palpável, ou demais sintomas inespecíficos (Pereira *et al.*, 2019).

Apenas 30% dos casos dessa neoplasia estão associados a mutações genéticas, tendo alto grau de heterogeneidade genética intratumoral (HGIT). Normalmente, o tumor ocorre em um rim, contudo em cerca de 5 a 10% dos casos, pode afetar ambos. Sua origem embrionária é mesonéfrica, oriundo do blastoma

metanéfrico remanescente, levando ao padrão histológico predominantemente trifásico com blastoma, túbulos e estroma primitivo (Dabus; Pereira, 2004).

Em adultos, a literatura consta com menos de 300 casos registrados, contudo é conclusivo que o prognóstico dos pacientes é inferior ao público infantil, posto que o diagnóstico é, normalmente, feito de forma tardia, ou ainda pressupõe-se outras patologias em detrimento do Tumor de Wilms (Stefanon *et al.*, 2019). Em cerca de 25% dos casos, os adultos possuem metástase no momento do diagnóstico, em especial nos pulmões, além de 30% apresentarem comprometimento de linfonodos regionais (Samaniego *et al.*, 2024).

Assim, este estudo objetiva, a partir da revisão de casos publicados na literatura, elencar os principais dados acerca dos pacientes adultos que tiveram Tumor de Wilms, de modo a verificar como essa neoplasia se comporta nessa faixa etária e analisar déficits que possam fomentar possíveis pesquisas nessa área.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura científica com base na análise de trabalhos coletados nas bases de dados PubMed e Scielo, a partir do cruzamento dos descritores Tumor de Wilms, adultos, tumor primário, segundo a DECS (Descritores de Ciências da Saúde). Para o levantamento bibliográfico e a análise dos artigos selecionados, foram empregados como critérios de inclusão: estudos originais, revisionais e relatos de caso publicados no período de 1989 a 2024 escritos em Português, Inglês e Espanhol e cuja temática atendia ao escopo do estudo. Foram excluídos artigos com texto incompleto e que não supriram as demandas propostas. Assim, 14 artigos foram escolhidos e tabulados para análise dos resultados.

RESULTADOS

Tabela 1 - Caracterização dos pacientes com Tumor de Wilms.

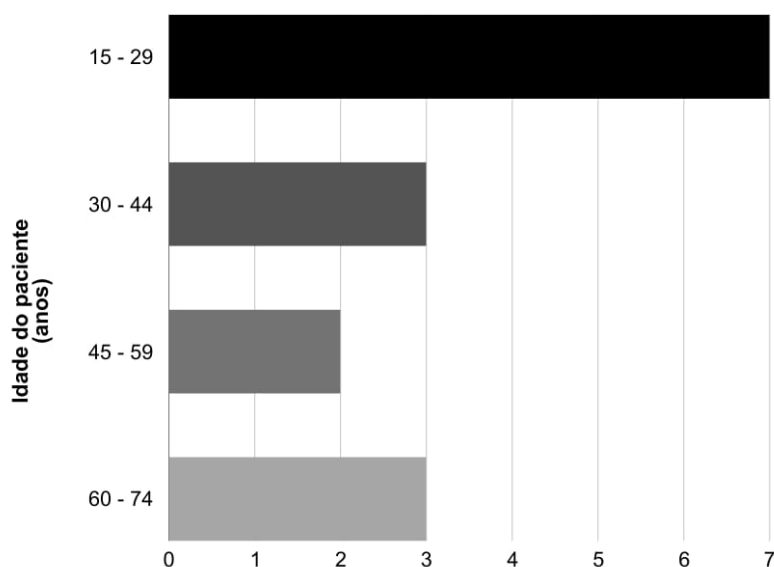
AUTORES/ ANO	TÍTULO	IDADE/SEXO DO PACIENTE	RECOR- RÊNCIA	TRATAMENTO
Sabas Carlos Vieira et al. (2003)	Tumor de Wilms em adulto	Idade adulta (não	Sim	Nefrectomia + quimioterapia

		mencionada) / Mulher		
Jose M. Alapont <i>et al.</i> (2003)	Wilms' tumor in adults	16, 21 e 22 anos / Homens	Não (todos os casos)	Nefrectomia radical + quimioterapia e radioterapia
Mauro Guimarães Albuquerque <i>et al.</i> (2004)	Tumor de Wilms em adulto: relato de caso	52 anos / Homem	Não	Nefrectomia radical + quimioterapia e radioterapia
Rodrigo Martínez Mansur <i>et al.</i> (2006)	Tumor de Wilms em apresentação de caso de paciente adulto	62 anos / Homem	Não	Nefrectomia radical
Roberto Llarena Iburguren <i>et al.</i> (2007)	Nefroblastoma ou tumor de Wilms. Apresentação adulta. Relato de dois casos	16, 33 anos / Mulheres	Não (ambos os casos)	Nefrectomia radical + quimioterapia
Daniela Stefanon <i>et al.</i> (2019)	Tumor de Wilms no adulto: neoplasia rara e um desafio diagnóstico e terapêutico	18 anos / Homem	Não	Nefrectomia radical + quimioterapia
Michikata Hayashida <i>et al.</i> (2021)	Cystic partially differentiated nephroblastoma in a 74-year-old patient	74 anos / Homem	Não	Nefrectomia radical
Amalia Schiavetti <i>et al.</i> (2021)	Abdominal Recurrence after Robotic Nephron-Sparing Surgery for Wilms Tumor in an Adult Patient	31 anos / Homem	Sim	Nefrectomia radical + quimioterapia e radioterapia
Qiang Ma <i>et al.</i> (2021)	Novel combined variants of WT1 and TET2 in a refractory and recurrent AML patient	27 anos / Homem	Sim	Quimioterapia
Yu-Feng Bai <i>et al.</i> (2022)	Asymptomatic adult Wilms' tumor: A case report	25 anos / Homem	Não	Nefrectomia radical
Simone Sforza <i>et al.</i> (2023)	Robotic approach with neoadjuvant chemotherapy in adult Wilms' tumor: A feasibility study report	33 anos / Mulher	Não	Nefrectomia radical
Qijun Chen <i>et al.</i> (2023)	Extrarenal Wilms tumor of the recto-vaginal septum with BRCA2 gene mutation: a case report	49 anos / Mulher	Sim	Ressecção tumoral + quimioterapia combinada com inibidor da poli

				(ADP-ribose) polimerase
Ricardo Fernández-Ferreira <i>et al.</i> (2024)	Nephroblastoma in Older Adult: Case Report and Review of Literature	65 anos / Mulher	Não	Nefrectomia radical

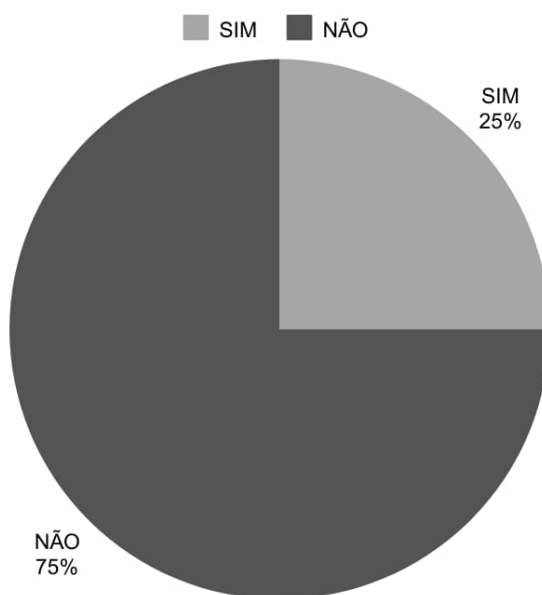
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

Gráfico 1. Idade dos pacientes com Tumor de Wilms



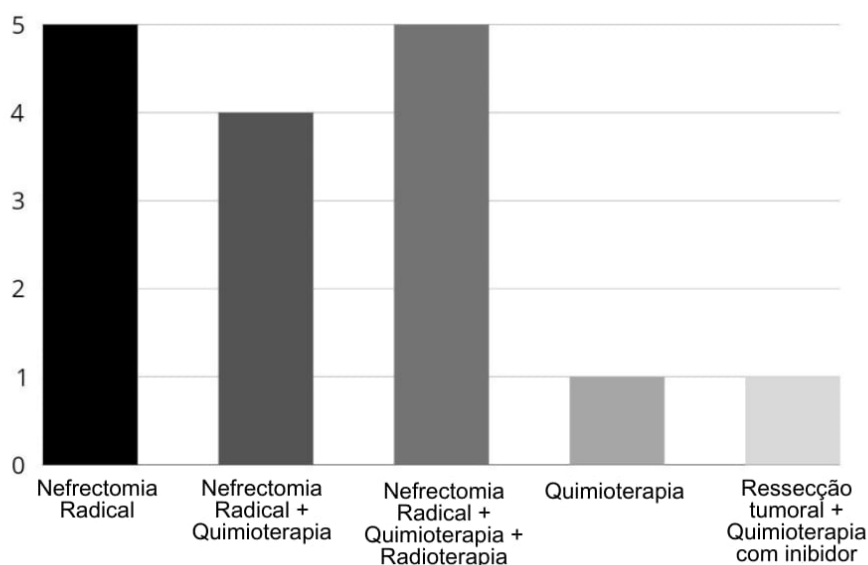
Fonte: Elaborado pelos autores em 2025

Gráfico 2. Percentual de recidiva dos tumores entre os casos analisados



Fonte: Elaborado pelos autores em 2025

Gráfico 3. Modalidade de tratamento escolhida por caso analisado



Fonte: Elaborado pelos autores em 2025

DISCUSSÃO

Os achados descritos por Vieira *et al.* (2003) e Alapont *et al.* (2003) representaram as primeiras séries contemporâneas de tumor de Wilms em adultos, evidenciando a raridade da condição e a necessidade de adaptação de protocolos pediátricos. Enquanto Vieira *et al.* relataram um caso com recorrência tratado com nefrectomia associada à quimioterapia, Alapont *et al.* descreveram três pacientes jovens adultos tratados com abordagem multimodal (nefrectomia radical, quimioterapia e radioterapia), todos sem recorrência. Esses dados sugerem que o tratamento combinado pode estar associado a melhores desfechos, especialmente em pacientes mais jovens e potencialmente com doença menos avançada ao diagnóstico.

Albuquerque *et al.* (2004) e Martínez Mansur *et al.* (2006) apresentaram casos contrastantes quanto à abordagem terapêutica. No primeiro, um paciente de 52 anos foi tratado com nefrectomia radical associada à quimioterapia e radioterapia, sem recorrência, reforçando o papel da terapia multimodal. Já Martínez Mansur *et al.* descreveram um paciente de 62 anos tratado apenas com nefrectomia radical, também sem recorrência. Essa divergência evidencia que, embora a cirurgia seja central, a necessidade de terapias adjuvantes pode variar conforme características tumorais e estadiamento, ainda pouco padronizados na população adulta.

Neste contexto, o tratamento do nefroblastoma preconizado no Brasil, pelo Ministério da Saúde, consiste em ressecção cirúrgica, quimioterapia e/ou radioterapia, definidos quanto a questões individuais, psicossociais e prognóstico do paciente (INCA, 2022). Nos Estados Unidos e Europa, no entanto, as terapias divergem. O continente americano elenca a nefrectomia, total ou parcial, associada à quimioterapia adjuvante. Já no continente europeu, opta-se por iniciar com quimioterapia neoadjuvante, a fim de reduzir a ruptura tumoral e facilitar a ressecção, com posterior quimioterapia ou radioterapia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Os relatos de Llarena Iburguren *et al.* (2007) e Stefanon *et al.* (2019) optaram pela adjuvância da quimioterapia à abordagem cirúrgica. Ambos os estudos demonstram boa evolução clínica sem recorrência em pacientes submetidos à nefrectomia radical seguida de quimioterapia. Stefanon *et al.* destacam ainda o desafio diagnóstico do tumor de Wilms em adultos, frequentemente confundido com outras neoplasias renais, o que pode atrasar o início do tratamento adequado e impactar o prognóstico.

Já Hayashida *et al.* (2021) e Bai *et al.* (2022) descreveram apresentações clínicas menos agressivas, com pacientes tratados exclusivamente com nefrectomia radical e que apresentaram evolução favorável, sem recorrência. Esses casos sugerem que, em situações selecionadas, possivelmente com doença localizada e variantes histológicas menos agressivas, a abordagem cirúrgica isolada pode ser suficiente. No entanto, a ausência de critérios bem definidos limita a generalização dessa conduta.

De forma inovadora, Schiavetti *et al.* (2021) e Sforza *et al.* (2023) exploraram abordagens cirúrgicas contemporâneas, incluindo técnicas robóticas minimamente invasivas associadas à quimioterapia neoadjuvante. Schiavetti *et al.* relataram recorrência abdominal após cirurgia conservadora robótica, levantando questionamentos sobre a segurança de abordagens poupadoras em adultos. Em contraste, Sforza *et al.* demonstraram viabilidade da abordagem robótica associada à quimioterapia neoadjuvante, sem recorrência, sugerindo que provavelmente a seleção adequada do paciente é determinante para o sucesso dessas técnicas.

Por outro viés, os estudos de Ma *et al.* (2021) e Pereira *et al.* (2019) aprofundaram a compreensão molecular do tumor de Wilms, destacando ampla heterogeneidade genética e de mutações específicas, como nos genes WT1 e TET2. Esses achados são particularmente relevantes em casos recorrentes ou refratários,

nos quais alterações moleculares podem influenciar tanto o comportamento tumoral quanto a resposta terapêutica, abrindo espaço para abordagens personalizadas.

De uma forma diferente, Chen *et al.* (2023) e Dabus e Pereira (2004) abordaram apresentações atípicas, como o tumor de Wilms extrarrenal. Chen *et al.* relataram um caso no septo reto-vaginal associado à mutação em BRCA2 e recorrência, tratado com ressecção cirúrgica e terapia combinada incluindo inibidor de PARP. Já Dabus e Pereira destacam a raridade dessas apresentações e a dificuldade diagnóstica, que pode levar a atraso no tratamento. Esses casos reforçam a necessidade de considerar o diagnóstico mesmo em localizações incomuns.

Por fim, Fernández-Ferreira *et al.* (2024) relata um caso de um paciente idoso tratado com nefrectomia radical que evoluiu sem recorrência, reforçando a ideia de que a idade avançada não exclui bom prognóstico, desde que haja diagnóstico precoce e manejo adequado. No entanto, a ausência de diretrizes específicas para adultos permanece um dos principais desafios no tratamento dessa neoplasia.

Dentre os casos analisados, houve predomínio de pacientes acometidos entre 15 a 29 anos, correspondendo a 46,67% dos casos. A maioria dos pacientes apresentou boas respostas ao tratamento multimodal, embora a taxa de recorrência tenha sido relevante em alguns casos, principalmente naqueles com metástases iniciais.

Após a análise realizada foi verificado que o Tumor de Wilms em adultos é uma condição incomum, havendo menos de 300 casos registrados na literatura até o momento. O diagnóstico dessa neoplasia em indivíduos com mais de 15 anos continua sendo um desafio médico significativo devido à baixa suspeita e à semelhança com outras doenças renais malignas. Ademais, foi observado que a metástase ao diagnóstico ocorre em 25% dos casos, enquanto o envolvimento de linfonodos regionais ocorre em 30%, o que impactará negativamente no prognóstico.

A recorrência da doença foi documentada em alguns pacientes, o que apenas reforça a necessidade de monitoramento rigoroso no acompanhamento pós-tratamento.

Além disso, apesar de grande dos pacientes apresentar boas respostas ao tratamento multimodal, há taxas de recorrência, e os documentos institucionais do INCA (2022) e do Ministério da Saúde (2020) consolidam a teoria de que o tratamento do tumor de Wilms em adultos ainda se baseia amplamente em protocolos pediátricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise realizada, foi verificado que o Tumor de Wilms em adultos é uma condição ainda consideravelmente incomum, havendo menos de 300 casos registrados na literatura até o momento. O diagnóstico dessa neoplasia em indivíduos com mais de 15 anos continua sendo um desafio médico significativo devido à baixa suspeita e à semelhança com outras doenças renais malignas. Ademais, foi observado que a maioria dos pacientes adultos recebe o diagnóstico em estados avançados da doença - frequentemente com metástases nos pulmões e comprometimento dos gânglios linfáticos, o que impactará negativamente no prognóstico.

Quando se trata de cuidados médicos para o Tumor de Wilms em adultos, a nefrectomia total ainda é amplamente adotada como a principal forma de tratamento e frequentemente complementada com quimioterapia e ocasionalmente radioterapia em determinadas circunstâncias específicas. Devido à diversidade nos protocolos utilizados ao redor do mundo é evidente a importância da implementação de diretrizes uniformes para garantir um tratamento consistente e efetivo para os pacientes adultos. Além de, diagnosticar corretamente e categorizar o risco do paciente assim como compreender mais profundamente as variações genéticas associadas ao Tumor de Wilms são fatores fundamentais que devem ser considerados no processo de tratamento.

REFERÊNCIAS

ALAPONT, J. M.; PONTONES, J. L.; JIMÉNEZ-CRUZ, J. F. Wilms' tumor in adults. **International Brazilian Journal of Urology**, v. 29, n. 1, p. 40–42, jan./fev. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1677-55382003000100008>.

ALBUQUERQUE, M. G. et al. Tumor de Wilms em adulto: relato de caso. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 50, n. 4, p. 307–310, 2004. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/2009>. Acesso em: 6 abr. 2026.

BAI, Y. F. et al. Asymptomatic adult Wilms' tumor: a case report. **Radiology Case Reports**, v. 17, n. 8, p. 2802–2805, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.radcr.2022.04.039>.

BRASIL. Ministério da Saúde. SUS-ONCO: Tumor de Wilms e autorização de procedimento de alta complexidade (APAC). **Informe SUS-ONCO**, ano IV, n. 41, set.

2020. Disponível em:

<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/informe-sus-onco-setembro-2020.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CHEN, Q.; YANG, K.; TANG, X. Extrarenal Wilms tumor of the recto-vaginal septum with BRCA2 gene mutation: a case report. **International Journal of Clinical and Experimental Pathology**, v. 16, n. 10, p. 309–313, out. 2023.

DABUS, G. de C.; PEREIRA, I. M. R. Tumor de Wilms extra-renal: relato de caso. **Radiologia Brasileira**, v. 37, n. 4, p. 299–301, ago. 2004.

FERNÁNDEZ-FERREIRA, R. et al. Nephroblastoma in older adult: case report and review of literature. **Case Reports in Oncology**, v. 17, n. 1, p. 818–830, jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1159/000540279>.

HAYASHIDA, M. et al. Cystic partially differentiated nephroblastoma in a 74-year-old patient. **IJU Case Reports**, v. 4, n. 6, p. 391–395, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/iju5.12357>.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Tumor de Wilms**: versão para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/infantojuvenil/especificos/tumor-de-wilms/versao-para-profissionais-de-saude>. Acesso em: 26 out. 2024.

LLARENA IBARGUREN, Roberto et al. Nefroblastoma o tumor de wilms. presentación en adultos: Estudio de dos casos. **Archivos Españoles de Urología**, v. 60, n. 5, p. 539-544, jun. 2007. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-06142007000500006. Acesso em: 6 abr. 2026.

MA, Q. et al. Novel combined variants of WT1 and TET2 in a refractory and recurrent AML patient. **BMC Medical Genomics**, v. 14, n. 1, p. 158, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12920-021-01002-0>.

MARTINEZ MANSUR, Rodrigo et al. Tumor de Wilms en paciente adulto presentación de un caso: Case report. **Archivos Españoles de Urología**, v. 59, n. 6, p. 632-634, ago. 2006. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-06142006000600012. Acesso em: 6 abr. 2026.

PEREIRA, B. M. de Sá et al. Intra-tumor genetic heterogeneity in Wilms tumor samples. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 65, n. 12, p. 1496–1501, dez. 2019.

SAMANIEGO, P. et al. Tumor de Wilms del adulto. **Actas Urológicas Españolas**, v. 28, n. 7, p. 544–548, 2004. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0210-48062004000700010. Acesso em: 26 out. 2024.

SCHIAVETTI, A. et al. Abdominal recurrence after robotic nephron-sparing surgery for Wilms tumor in an adult patient. **Urologia Internationalis**, v. 105, n. 7-8, p. 716–719, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1159/000514595>.

SFORZA, S. et al. Robotic approach with neoadjuvant chemotherapy in adult Wilms' tumor: a feasibility study report and a systematic review of the literature. **Asian Journal of Urology**, v. 10, n. 2, p. 128–136, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ajur.2021.10.004>.

SILVA, L. R. et al. Tumor de Wilms: manifestações clínicas e tratamento cirúrgico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 10, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i3.13132>. Acesso em: 17 out. 2024.

STEFANON, D. et al. Tumor de Wilms no adulto: neoplasia rara e um desafio diagnóstico e terapêutico. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 48, n. 3, p. 171–177, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1023570>. Acesso em: 26 out. 2024.

VIEIRA, S. C. et al. Tumor de Wilms em adulto. **Acta Oncológica Brasileira**, v. 23, n. 3, p. 541–543, out./dez. 2003.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO DE MATEMÁTICA: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE PERSONALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS ÉTICO-EPISTEMOLÓGICOS

 DOI: 10.5281/zenodo.20963995

Joelson Lopes da Paixão

Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica. Especialista em áreas da Educação e relacionadas à Engenharia Elétrica. Bacharel em Engenharia Elétrica, licenciado em Matemática, Física, Pedagogia e em Formação de professores para a EPT. E-mail: joelson.paixao@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907289379766915> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8874-5151>

Filipe Molinar Machado

Doutorado em Engenharia Agrícola (UFSM) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. E-mail: fmacmec@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3874-3569>

Mateus Sangoi Frozza

Pós Doutorando em Engenharia da Produção (UFSM). Doutor em Ciências e Matemática (UFN), mestre em Economia (UNISINOS). E-mail: mateusfrozza@gmail.com

Agostinho Ferreira

Mestre pela Universidade de São Paulo (USP, Ribeirão Preto), bacharel em Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Titular- Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, João Monlevade, Minas Gerais, Brasil. E-mail: agostinho.ferreira@uemg.br | Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4322003351025088> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2390-6542>

Fabrcia Nunes de Jesus

Doutora em Matemática pela Anhanguera. Mestre em Agroquímica com ênfase em Química Analítica e Ambiental. Bacharela e Licenciada em Química pela

Universidade Federal de Viçosa. Atual como professora efetiva nos cursos de Engenharia da Universidade do Estado de Minas Gerais, pesquisadora na área de Química, Bioengenharia, Corrosão, Reaproveitamento de Resíduos, Metodologias Ativas no Processo de Ensino-Aprendizagem e Uso de IA na Engenharia. E-mail: fabricia.jesus@uemg.br | Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5291025103333454> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6342-3946>

Aline Reis

Graduada em Engenharia Civil, pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Atua em consultoria técnica aplicada à engenharia civil e compatibilização de projetos, desenvolve atividades relacionadas à elaboração de relatórios técnicos, análise de conformidade normativa e acompanhamento de obras, com ênfase em acessibilidade, desempenho das edificações e regularização junto a órgãos públicos. E-mail: alinereis.cota@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6984944265042069> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4542-3415>

RESUMO

Este ensaio teórico analisa criticamente as transformações decorrentes da inserção da inteligência artificial (IA) no ensino de Matemática, considerando suas implicações pedagógicas, éticas e epistemológicas. Adota-se como procedimento a revisão crítico-narrativa da literatura, articulada à análise interpretativa de aportes da Educação Matemática, da teoria da aprendizagem autorregulada, da Teoria da Autodeterminação e dos estudos sobre vieses algorítmicos, em diálogo com revisões internacionais recentes sobre IA em Educação Matemática. A análise estrutura-se em três eixos: a personalização do ensino mediada por sistemas adaptativos e suas implicações para a aprendizagem conceitual; o reposicionamento do papel docente como intérprete pedagógico dos dados gerados pela IA; e os desafios ético-epistemológicos relativos à privacidade, à transparência algorítmica e à preservação da natureza demonstrativa do pensamento matemático. Defende-se a tese de que a IA, embora amplie a capacidade diagnóstica e favoreça intervenções pedagógicas mais precisas, não deve substituir a mediação docente nem ser tomada como autoridade epistêmica em um campo cujo conhecimento se constitui por demonstração formal, e não por inferência estatística — ressalva especialmente importante para os modelos generativos e preditivos hoje mais recorrentes na prática educacional, sem desconsiderar paradigmas distintos como assistentes de prova formal e abordagens neuro-simbólicas. Sustenta-se que a eficácia pedagógica da IA depende de sua integração a projetos formativos coerentes, da formação docente para o uso crítico dessas tecnologias e da adoção de critérios éticos no tratamento de dados educacionais. Conclui-se que o principal desafio contemporâneo não consiste apenas em inserir a IA no ensino de Matemática, mas em impedir que, sobretudo em

suas manifestações generativas e preditivas, a racionalidade algorítmica substitua a racionalidade demonstrativa que sustenta o pensamento matemático.

Palavras-chave: Inteligência artificial; Educação Matemática; Mediação docente; Personalização do ensino; Ética algorítmica.

ABSTRACT

This theoretical essay critically examines the transformations resulting from the integration of artificial intelligence (AI) into Mathematics teaching, considering their pedagogical, ethical, and epistemological implications. The study adopts a critical-narrative literature review, articulated with an interpretative analysis of contributions from Mathematics Education, self-regulated learning theory, Self-Determination Theory, and studies on algorithmic bias, in dialogue with recent international reviews on AI in Mathematics Education. The analysis is structured around three axes: the personalization of teaching mediated by adaptive systems and its implications for conceptual learning; the repositioning of the teaching role as a pedagogical interpreter of AI-generated data; and the ethical-epistemological challenges concerning privacy, algorithmic transparency, and the preservation of the demonstrative nature of mathematical thinking. It is argued that AI, although it expands diagnostic capacity and supports more precise pedagogical interventions, should not replace teacher mediation, nor should it be taken as an epistemic authority in a field whose knowledge is constituted through formal demonstration rather than statistical inference — a caveat that is especially pertinent to the generative and predictive models currently prominent in educational practice, without disregarding distinct paradigms such as formal proof assistants and neuro-symbolic approaches. It is also argued that the pedagogical effectiveness of AI depends on its integration into coherent formative projects, on teacher training for the critical use of these technologies, and on the adoption of ethical criteria for the handling of educational data. The essay concludes that the central contemporary challenge is not merely to integrate AI into Mathematics teaching, but to prevent algorithmic rationality — particularly in its generative and predictive manifestations — from replacing the demonstrative rationality that sustains mathematical thought.

Keywords: Artificial intelligence; Mathematics Education; Teacher mediation; Instructional personalization; Algorithmic ethics.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da inteligência artificial (IA) nas últimas décadas tem provocado transformações profundas em múltiplos setores da sociedade, e o campo educacional não constitui exceção. No ensino de Matemática, disciplina historicamente associada à lógica formal e à resolução estruturada de problemas, a inserção de sistemas inteligentes inaugura possibilidades de personalização, monitoramento e análise de desempenho até então restritas a contextos experimentais. Plataformas adaptativas, sistemas tutores inteligentes — como MATHia, da Carnegie Learning, e ASSISTments, do Worcester Polytechnic Institute —, algoritmos de recomendação de

exercícios, sistemas de correção automatizada e, mais recentemente, modelos de linguagem de grande porte como o ChatGPT vêm sendo progressivamente discutidos e incorporados, em diferentes intensidades, a contextos educacionais formais e não formais (Son, 2024; Nguyen; Pham, 2025). Nesse cenário, a reflexão sobre os limites e alcances dessas tecnologias torna-se condição para decisões pedagógicas responsáveis.

A Matemática, enquanto campo epistemológico organizado por relações conceituais hierarquizadas e pela exigência de argumentação formal, apresenta desafios específicos para a incorporação da IA. Diferentemente de áreas predominantemente discursivas, o raciocínio matemático demanda compreensão estrutural, coordenação entre diferentes registros de representação e capacidade de generalização abstrata. A adoção de ferramentas baseadas em IA suscita, assim, questionamentos relevantes: tais sistemas favorecem efetivamente o desenvolvimento do pensamento matemático ou apenas automatizam procedimentos? A personalização algorítmica contribui para a construção conceitual ou fragmenta o currículo em microcompetências isoladas? Essas questões exigem consideração conjunta dos aspectos tecnológicos e epistemológicos envolvidos.

A literatura internacional recente tem indicado que a IA pode ampliar significativamente a capacidade de diagnóstico pedagógico, fornecendo dados sobre padrões de erro, tempo de resolução e trajetórias individuais de aprendizagem (Opesemowo; Adewuyi, 2024; Nguyen; Pham, 2025). Essa análise em tempo real permite intervenções mais precisas, alinhadas às necessidades específicas de cada estudante. Paixão (2025a), em revisão sistemática sobre inteligência artificial e personalização do ensino, destaca que plataformas adaptativas têm demonstrado potencial para ajustar percursos formativos a partir de dados individualizados, ainda que a personalização efetiva dependa de mediação pedagógica qualificada. Em paralelo, a utilização intensiva de dados educacionais levanta preocupações éticas relacionadas à privacidade, à transparência algorítmica e ao risco de reforço de desigualdades, conforme alertam documentos normativos internacionais como o relatório da UNESCO (2023) sobre IA generativa em educação e pesquisa. Além disso, a dependência excessiva de feedback automatizado pode comprometer a autonomia intelectual quando o estudante passa a priorizar respostas corretas em detrimento da compreensão do processo lógico subjacente.

Nesse contexto, emerge a necessidade de análise crítica das transformações na prática pedagógica decorrentes da integração da IA ao ensino de Matemática. Não se trata de adotar postura tecnofóbica nem de aderir a entusiasmo acrítico, mas de compreender as potencialidades, os limites e os riscos dessa incorporação. Paixão (2025b) sustenta que o uso ético da IA em contextos educacionais exige supervisão humana permanente, critérios claros de transparência e atenção aos riscos de reprodução de desigualdades algorítmicas. A questão que orienta esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos: de que maneira a inteligência artificial vem transformando a prática pedagógica no ensino de Matemática e quais são suas implicações para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da aprendizagem significativa?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar criticamente as transformações contemporâneas na prática pedagógica de Matemática mediadas pela inteligência artificial. Como objetivos específicos, pretende-se: examinar fundamentos teóricos que sustentam o uso da IA na educação; descrever as principais aplicações da inteligência artificial no ensino de Matemática; discutir impactos sobre engajamento, desempenho e autonomia discente; e problematizar desafios éticos e epistemológicos decorrentes dessa integração tecnológica.

A relevância da investigação reside no fato de que a IA não representa apenas ferramenta adicional, mas potencial agente de reorganização do papel docente, dos processos avaliativos e das formas de interação com o conhecimento matemático. Compreender tais transformações sob perspectiva crítica e fundamentada constitui condição indispensável para decisões pedagógicas responsáveis, capazes de integrar inovação tecnológica e rigor conceitual em benefício de uma Educação Matemática consistente e equitativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inserção da inteligência artificial (IA) no ensino de Matemática deve ser compreendida à luz de transformações mais amplas na cultura digital e na reorganização dos processos de produção e circulação do conhecimento. A IA constitui, enquanto campo da ciência da computação, um espaço internamente heterogêneo, que abriga desde sistemas baseados em lógica formal e raciocínio simbólico até modelos estatísticos de aprendizado de máquina (machine learning) e,

mais recentemente, modelos generativos de linguagem de grande porte. A distinção entre esses paradigmas é relevante para o presente ensaio, pois suas implicações pedagógicas e epistemológicas diferem substancialmente. No campo educacional, predominam atualmente os sistemas baseados em aprendizado estatístico e em análise massiva de dados, que deram origem aos Sistemas Tutores Inteligentes (STI), às plataformas adaptativas e às ferramentas de análise preditiva de desempenho. Luckin et al. (2016) argumentam que a IA na educação pode atuar como amplificadora da capacidade humana de ensinar, desde que orientada por princípios pedagógicos claros e não apenas por eficiência algorítmica. Essa perspectiva desloca o debate da substituição docente para a ampliação diagnóstica e interventiva do professor. Revisões sistemáticas recentes corroboram esse entendimento ao mapear tendências, ferramentas e níveis de ensino envolvidos no campo (Opesemowo; Adewuyi, 2024; Nguyen; Pham, 2025).

No âmbito da Educação Matemática, a incorporação da IA encontra especificidades epistemológicas relevantes. A Matemática, como argumenta Duval (2009), estrutura-se pela coordenação entre diferentes registros de representação semiótica — simbólico, gráfico, algébrico e verbal —, o que exige compreensão relacional e não apenas execução procedimental. Sistemas baseados em IA que priorizam correção automática de respostas podem favorecer rapidez e precisão, mas correm o risco de negligenciar processos de argumentação e transposição entre registros. A tecnologia precisa, portanto, ser desenhada para apoiar raciocínio estruturado, não apenas cálculo correto. Paixão (2025c), ao discutir pensamento computacional e Matemática escolar, argumenta que a articulação entre lógica computacional e raciocínio matemático pode potencializar a aprendizagem, desde que não se reduza à automatização de procedimentos desconectados da compreensão conceitual.

A teoria da aprendizagem autorregulada fornece base teórica relevante para compreender o potencial transformador da IA. Zimmerman (2002) sustenta que estudantes que monitoram o próprio desempenho e ajustam estratégias de estudo apresentam melhores resultados acadêmicos. Plataformas inteligentes que fornecem feedback imediato e relatórios personalizados podem fortalecer a autorregulação, ampliando a consciência metacognitiva do aprendiz. Entretanto, Selwyn (2019) alerta que a dependência excessiva de sistemas automatizados pode reduzir o espaço para

reflexão crítica quando o estudante passa a confiar integralmente na validação algorítmica, comprometendo a autonomia que se pretendia promover.

A personalização do ensino, frequentemente associada à IA, também dialoga com a Teoria da Autodeterminação de Deci e Ryan (2000), que enfatiza a importância da autonomia, da competência e do pertencimento para o fortalecimento da motivação intrínseca. Sistemas adaptativos que ajustam níveis de dificuldade podem favorecer a percepção de competência ao oferecer desafios calibrados; contudo, se a trajetória for rigidamente controlada pelo algoritmo, a autonomia do estudante pode ser comprometida. A personalização algorítmica deve, portanto, equilibrar recomendação e escolha, preservando o protagonismo do aprendiz.

No contexto normativo brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) reconhece a cultura digital como competência geral e enfatiza o uso crítico e responsável das tecnologias. No componente Matemática, a BNCC destaca a resolução de problemas, a argumentação e a modelagem como competências centrais. A IA pode apoiar essas competências ao oferecer ambientes de simulação e análise de dados, todavia sua integração deve respeitar a progressão curricular e o desenvolvimento do pensamento abstrato. A compreensão de que o currículo não deve ser fragmentado por demandas algorítmicas, mas articulado em torno de objetivos formativos amplos, constitui condição para que a tecnologia atue como aliada e não como fator de dispersão.

Do ponto de vista ético, o uso de IA na educação levanta questões relacionadas à privacidade, à transparência algorítmica e ao risco de viés. Baker e Hawn (2022) discutem que sistemas de análise preditiva podem reforçar desigualdades quando treinados com dados históricos enviesados, identificando fontes de viés ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento de modelos de aprendizado de máquina — desde a coleta de dados até o uso em produção. No ensino de Matemática, disciplina frequentemente associada a disparidades socioeconômicas de desempenho, tal risco é particularmente sensível. A incorporação da IA requer, portanto, critérios éticos rigorosos e supervisão humana permanente, em consonância com as recomendações da UNESCO (2023) sobre proteção de dados, transparência e responsabilização no uso de IA generativa em contextos educacionais.

Desse modo, o referencial teórico evidencia que a IA no ensino de Matemática deve ser compreendida como instrumento pedagógico inserido em ecossistema mais amplo de mediação humana, fundamentos epistemológicos e princípios éticos. Seu

potencial transformador depende da articulação entre tecnologia, intencionalidade didática e reflexão crítica sobre o papel do professor e do estudante na construção do conhecimento matemático.

3 METODOLOGIA

Este estudo configura-se como ensaio teórico de natureza qualitativa, fundamentado em revisão crítico-narrativa da literatura. Diferentemente da revisão sistemática, que pressupõe protocolo prévio, exaustividade na busca e replicabilidade integral dos procedimentos de seleção, a revisão crítico-narrativa caracteriza-se pela articulação interpretativa de aportes teóricos pertinentes ao objeto investigado, privilegiando a problematização e o diálogo entre referenciais heterogêneos. A opção por esse gênero acadêmico justifica-se pela natureza ainda emergente do fenômeno examinado — a integração da inteligência artificial à prática pedagógica em Matemática — e pela pertinência de uma análise reflexiva que articule diferentes campos teóricos sem reduzi-los a categorias predeterminadas.

A abordagem qualitativa foi adotada por privilegiar a análise interpretativa, considerando dimensões epistemológicas, didáticas e éticas associadas ao uso da IA. Vergara (2016) destaca que pesquisas qualitativas são especialmente adequadas quando o fenômeno investigado envolve transformações culturais e práticas sociais complexas, como ocorre na integração de tecnologias inteligentes ao cotidiano escolar. A opção por essa abordagem decorre da natureza multifacetada do objeto, que não se reduz a indicadores quantitativos isolados.

Para sustentar a análise, foi conduzido levantamento bibliográfico nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES, ERIC, Google Scholar e Web of Science, com recorte temporal entre 2015 e 2025, complementado por obras clássicas indispensáveis à fundamentação conceitual e por documentos normativos brasileiros e internacionais. Os descritores empregados, em português e inglês, combinaram termos como "inteligência artificial na educação", "artificial intelligence in mathematics education", "sistemas tutores inteligentes", "aprendizagem adaptativa", "educational data mining" e "ética algorítmica", articulados por operadores booleanos. Privilegiaram-se, no recorte mais recente, revisões sistemáticas internacionais centradas especificamente no campo da IA em Educação Matemática (Opesemowo;

Adeuyi, 2024; Son, 2024; Nguyen; Pham, 2025), de modo a equilibrar a fundamentação clássica com o estado da arte contemporâneo do campo.

A análise estrutura-se em torno de três eixos articulados: (i) a personalização do ensino mediada por sistemas adaptativos e suas implicações para a aprendizagem conceitual em Matemática; (ii) o reposicionamento do papel docente face à integração da IA; e (iii) os desafios ético-epistemológicos decorrentes da incorporação dessas tecnologias ao ensino de Matemática. O Quadro 1 sintetiza a articulação entre eixos analíticos e referenciais mobilizados, oferecendo transparência sobre a função de cada autor no argumento desenvolvido.

Quadro 1 — Matriz analítica: articulação entre eixos, referenciais e função no argumento

Eixo analítico	Autores centrais	Função no argumento
Personalização e aprendizagem adaptativa	Pane et al. (2017); Luckin et al. (2016); Opesemowo e Adeuyi (2024); Nguyen e Pham (2025); Paixão (2025a)	Discutir potencial diagnóstico, limites da fragmentação curricular e ferramentas representativas (MATHia, ASSISTments)
Epistemologia matemática	Duval (2009); Avigad (2024); Paixão (2025c)	Fundamentar a crítica à redução procedimental, a tensão entre inferência estatística e demonstração formal, e a ressalva sobre assistentes de prova formal
Autorregulação e motivação	Zimmerman (2002); Deci e Ryan (2000)	Analisar autonomia discente, papel do feedback e equilíbrio entre recomendação algorítmica e protagonismo do estudante
Reposicionamento docente e STI	Son (2024); Selwyn (2019); Luckin et al. (2016)	Discutir o papel do professor como intérprete pedagógico de dados e os limites dos sistemas tutores inteligentes
Ética algorítmica e governança	Baker e Hawn (2022); UNESCO (2023); Paixão (2025b)	Problematizar vieses, privacidade, transparência e marcos normativos

Fonte: elaboração do autor (2026).

A interpretação articula contribuições teóricas identificadas na literatura com as especificidades epistemológicas do conhecimento matemático, conforme o procedimento interpretativo característico do ensaio acadêmico, que privilegia a análise crítica em detrimento da síntese descritiva. Reconhecem-se, como limitações

inerentes ao gênero ensaístico, a ausência de coleta empírica primária e o caráter interpretativo das proposições defendidas. Tais limitações não fragilizam a contribuição do estudo, mas delimitam seu alcance: trata-se de uma reflexão teórica destinada a subsidiar futuras investigações empíricas e práticas pedagógicas reflexivas, e não de síntese de evidências quantitativas com pretensão de generalização. A delimitação metodológica honesta constitui, ela própria, exigência ética da pesquisa acadêmica responsável.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os referenciais mobilizados permitem identificar três eixos centrais que sintetizam as principais transformações decorrentes da inserção da inteligência artificial (IA) no ensino de Matemática: a personalização do ensino mediada por sistemas adaptativos, o reposicionamento do papel docente e os desafios ético-epistemológicos associados a essa incorporação. A discussão desses eixos não pretende esgotar a complexidade do fenômeno, mas problematizar tensões pedagógicas e conceituais que se manifestam quando uma tecnologia historicamente vinculada à eficiência operacional encontra um campo do conhecimento estruturado pela argumentação formal e pela construção conceitual rigorosa.

4.1 Personalização do ensino e os limites epistemológicos da fragmentação curricular

No que se refere à personalização, os referenciais mobilizados sugerem que sistemas baseados em algoritmos adaptativos podem identificar padrões de erro e lacunas conceituais com maior rapidez e granularidade do que avaliações tradicionais. Sistemas tutores inteligentes consolidados no campo da Educação Matemática — como o Cognitive Tutor, desenvolvido pela Carnegie Learning e do qual o MATHia constitui sucessor comercial direto, bem como plataformas como o ASSISTments, do Worcester Polytechnic Institute — constituem exemplos paradigmáticos dessa abordagem. Son (2024), em revisão sistemática sobre Sistemas Tutores Inteligentes em Educação Matemática, analisa estudos que aplicam o Cognitive Tutor a contextos como o ensino de álgebra, oferecendo problemas customizados conforme interesses individuais dos estudantes. Pane et al. (2017), ao analisarem programas de

aprendizagem personalizada em Matemática, identificaram ganhos modestos, porém consistentes, especialmente entre estudantes com dificuldades iniciais. Esses achados sugerem que a IA pode atuar como ferramenta de diagnóstico refinado, permitindo intervenções mais precisas e tempestivas. Paixão (2025a) corrobora essa perspectiva ao demonstrar que plataformas adaptativas têm potencial para ajustar trajetórias formativas conforme perfis individuais, ressaltando, contudo, que a personalização algorítmicamente conduzida só se converte em aprendizagem significativa quando integrada à mediação docente qualificada.

Revisões sistemáticas recentes do campo (Opesemowo; Adewuyi, 2024; Nguyen; Pham, 2025) indicam que, embora a literatura internacional documente um crescimento expressivo de estudos sobre IA na Educação Matemática, predominam pesquisas voltadas a aplicações específicas — chatbots, sistemas tutores, plataformas adaptativas, ferramentas generativas como o ChatGPT — sem que haja consenso consolidado sobre seus efeitos pedagógicos de longo prazo. Tal heterogeneidade reforça a necessidade de cautela interpretativa diante de discursos que generalizam ganhos a partir de estudos pontuais.

Ao confrontar tais constatações com a perspectiva epistemológica de Duval (2009), observa-se que a personalização frequentemente opera sobre microhabilidades isoladas, o que pode comprometer a compreensão sistêmica dos conceitos matemáticos quando não há articulação curricular conduzida pelo professor. A Matemática, enquanto campo que exige coordenação entre registros simbólico, gráfico, algébrico e verbal, não se reduz à soma de competências fragmentadas. A integração entre personalização tecnológica e planejamento pedagógico coerente apresenta-se, portanto, como condição para que a IA atue efetivamente a serviço da aprendizagem conceitual e não como dispositivo de fragmentação curricular.

Essa tensão entre eficiência diagnóstica e profundidade epistemológica constitui um dos pontos críticos do debate atual: a IA pode oferecer um mapeamento detalhado do desempenho do estudante, mas não substitui a interpretação pedagógica que articula esse mapeamento a um projeto formativo. A personalização, quando reduzida a sequenciamento de microexercícios, corre o risco de promover desempenho mensurável sem promover compreensão. Argumenta-se, neste ensaio, que o desafio pedagógico contemporâneo consiste em recuperar a centralidade do projeto curricular como instância de articulação entre os dados produzidos pela IA e as finalidades formativas mais amplas da Educação Matemática.

4.2 Reposicionamento do papel docente: do executor ao intérprete pedagógico

O segundo eixo refere-se à redefinição do papel docente. A interpretação desenvolvida neste ensaio, em diálogo com a literatura mobilizada, indica que a IA não substitui a docência, mas desloca o foco da atuação do professor para a interpretação de dados, o planejamento estratégico e a mediação conceitual. Luckin et al. (2016) defendem que a IA deve ser compreendida como amplificadora da inteligência humana no contexto educacional, ampliando a capacidade de personalização e intervenção pedagógica. Son (2024), em revisão sistemática sobre sistemas tutores inteligentes na Educação Matemática, observa que os ganhos de aprendizagem associados a essas ferramentas tendem a ser maiores quando integrados a redesenhos pedagógicos liderados por professores, e não quando funcionam como recurso autônomo. As experiências mais promissoras descritas na literatura ocorrem, portanto, em ambientes nos quais professores utilizam dados gerados pela IA para reorganizar sequências didáticas e promover discussões conceituais aprofundadas, e não para terceirizar decisões pedagógicas a sistemas automatizados.

Esse reposicionamento articula-se a questões relativas ao engajamento e à autorregulação. Sistemas que oferecem feedback imediato e visualização contínua de progresso podem ampliar a persistência dos estudantes em tarefas matemáticas complexas, evidência que dialoga com a teoria da aprendizagem autorregulada de Zimmerman (2002). Plataformas inteligentes que apresentam relatórios personalizados favorecem maior consciência do próprio desempenho; contudo, há risco de dependência excessiva do feedback automatizado. Selwyn (2019) alerta que tecnologias educacionais podem induzir comportamentos orientados à performance algorítmica em detrimento da reflexão crítica sobre o processo de resolução.

No campo avaliativo, a IA tem ampliado a capacidade de coleta e análise de dados educacionais, viabilizando avaliações formativas em tempo real. Trata-se de avanço significativo em relação a modelos predominantemente somativos, pois permite intervenções mais rápidas e contextualizadas. Entretanto, a avaliação automatizada tende a privilegiar respostas fechadas e cálculos objetivos, o que pode limitar a análise de processos argumentativos complexos. A Matemática, enquanto disciplina que exige demonstração e justificação formal, não pode ser reduzida à verificação de respostas corretas. A IA precisa, portanto, ser integrada a estratégias

avaliativas híbridas, nas quais a mediação docente complementa a análise automatizada e preserve espaços para avaliação processual e qualitativa.

4.3 Desafios ético-epistemológicos: vieses, privacidade e natureza do pensamento matemático

O terceiro eixo refere-se aos desafios ético-epistemológicos. Baker e Hawn (2022) demonstram que sistemas baseados em dados históricos podem reproduzir vieses, reforçando desigualdades já existentes, e identificam fontes de viés ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento de modelos preditivos em educação — incluindo viés histórico, de representação, de medida, de agregação, de avaliação e de implantação. No ensino de Matemática, disciplina frequentemente associada a disparidades socioeconômicas de desempenho, algoritmos preditivos podem consolidar trajetórias de baixo rendimento caso não haja supervisão crítica. Paixão (2025b), em estudo dedicado ao uso ético da IA em contextos educacionais, argumenta que a governança de dados, a transparência dos critérios algorítmicos e a participação ativa de educadores na configuração dos sistemas constituem requisitos inegociáveis para uma integração responsável.

Esses riscos articulam-se a uma dimensão epistemológica específica do ensino de Matemática, que se afigura como a contribuição central deste ensaio. As manifestações da IA hoje mais recorrentes em contextos educacionais — sobretudo os modelos de linguagem de grande porte, exemplificados pelo ChatGPT, e os sistemas preditivos e adaptativos que sustentam plataformas como MATHia e ASSISTments — operam por inferência estatística sobre grandes volumes de dados, lógica distinta da estrutura demonstrativa que caracteriza o conhecimento matemático. A demonstração matemática não se sustenta pela frequência empírica de um resultado, mas pela cadeia argumentativa que conduz, com necessidade lógica, de premissas a conclusões. Quando sistemas desse tipo são empregados como autoridade epistêmica em contextos educacionais — validando respostas, sugerindo abordagens ou explicando conceitos —, há risco de naturalizar uma concepção de Matemática centrada em padrões frequentes e respostas plausíveis, em detrimento da exigência de rigor demonstrativo.

Esse deslocamento não deve ser compreendido como falha técnica corrigível por aprimoramento de modelos específicos, nem como propriedade indistinta de toda

a área de IA. Trata-se, mais propriamente, de uma tensão epistemológica relevante entre o modo de funcionamento de sistemas inferenciais e a natureza demonstrativa do conhecimento matemático — tensão que merece atenção pedagógica explícita justamente porque os paradigmas inferenciais constituem, hoje, a forma mais recorrente de IA em uso no ensino de Matemática. Cabe registrar, contudo, que existem paradigmas distintos no campo da IA, como assistentes de prova formal — a exemplo do Lean, Coq e Isabelle/HOL —, sistemas de raciocínio automatizado e abordagens neuro-simbólicas, que operam sob lógica dedutiva própria e cuja relação com a Matemática é estruturalmente diversa. Avigad (2024), ao discutir o que denomina "virada formal" da Matemática contemporânea, evidencia o crescente papel desses sistemas como ferramentas de codificação e verificação do conhecimento matemático, em registro epistemicamente distinto dos modelos inferenciais aqui em foco. A delimitação proposta neste ensaio, portanto, não recai sobre a IA como categoria genérica, mas sobre os modelos generativos e preditivos que mediam, hoje, a maior parte das experiências educacionais com IA — e é nesse recorte específico que a tensão epistemológica aqui discutida se manifesta com particular acuidade.

A coleta massiva de dados educacionais exige, ainda, políticas claras de privacidade e consentimento informado. A UNESCO (2023) recomenda que governos e instituições educacionais estabeleçam marcos regulatórios específicos para a IA generativa em educação, incluindo proteção de dados, definição de idade mínima para uso autônomo de ferramentas e exigências de transparência para fornecedores. Tais recomendações reforçam que a discussão ética sobre IA na educação não pode ser delegada exclusivamente ao plano da prática docente: requer articulação entre políticas públicas, regulação institucional e formação profissional, de modo a que a incorporação tecnológica não ocorra à margem de salvaguardas democráticas.

Por fim, a integração da IA ao ensino de Matemática impacta a própria concepção de aprendizagem. Se utilizada de forma instrumental e fragmentada, a tecnologia pode reforçar visão tecnicista da disciplina, centrada em eficiência e rapidez. Quando integrada a projetos pedagógicos coerentes e fundamentados, pode ampliar oportunidades de prática deliberada, simulação e modelagem matemática, fortalecendo a compreensão conceitual. Paixão (2025c) ressalta que o pensamento computacional, quando articulado ao raciocínio matemático escolar, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e generalização, desde que não se reduza a treinamento procedimental automatizado. Em síntese,

sustenta-se neste ensaio que a inteligência artificial possui potencial transformador na prática pedagógica em Matemática, especialmente no que tange à personalização e à avaliação formativa, mas que sua eficácia depende da articulação entre tecnologia, mediação docente e fundamentos epistemológicos sólidos. A IA não substitui o pensamento matemático: pode, quando criticamente integrada, ampliar as condições para seu desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico analisou criticamente as transformações decorrentes da incorporação da inteligência artificial (IA) ao ensino de Matemática, articulando três eixos: a personalização do ensino mediada por sistemas adaptativos, o reposicionamento do papel docente e os desafios ético-epistemológicos associados a essa integração. A reflexão desenvolvida sustenta que tais transformações não constituem mera inovação instrumental, mas reconfiguração significativa da prática pedagógica, com impactos diretos sobre o currículo, a avaliação e a relação entre professor, estudante e conhecimento matemático.

Argumentou-se que sistemas adaptativos e tutores inteligentes, como MATHia e ASSISTments, podem contribuir para identificar lacunas conceituais com maior granularidade, oferecer feedback em tempo real e ajustar níveis de dificuldade conforme o desempenho individual. Tal dinâmica pode fortalecer a percepção de competência e reduzir a evasão cognitiva diante de tarefas matemáticas complexas. Sustentou-se, igualmente, que a eficácia da IA depende de sua integração a projetos pedagógicos estruturados, sob mediação docente crítica. Quando utilizada de forma isolada ou meramente operacional, a tecnologia tende a fragmentar o currículo em microcompetências, comprometendo a compreensão sistêmica e relacional que caracteriza o pensamento matemático.

Do ponto de vista teórico, o ensaio reforça a pertinência de articular a inteligência artificial a referenciais da autorregulação, da motivação e da epistemologia matemática. A IA pode favorecer a aprendizagem significativa quando opera como suporte à construção conceitual, e não como substituta da argumentação formal e da reflexão crítica. Do ponto de vista prático, evidencia-se que o professor assume papel ainda mais estratégico, atuando como intérprete dos dados gerados pelos sistemas inteligentes e como mediador das conexões entre procedimentos automatizados e

estruturas conceituais mais amplas. Essa perspectiva alinha-se à compreensão de que o potencial transformador das tecnologias digitais depende de intencionalidade pedagógica e formação docente consistente (Paixão, 2026).

A contribuição central deste ensaio, sintetizada no Eixo 4.3, é de natureza epistemológica: enquanto os paradigmas hoje mais recorrentes de IA em contextos educacionais — modelos generativos como o ChatGPT e sistemas adaptativos e preditivos baseados em mineração de dados — operam por inferência estatística sobre padrões frequentes, a Matemática se constitui por demonstração formal com necessidade lógica. Defende-se, em consequência, a tese de que o principal desafio contemporâneo não consiste apenas em inserir a IA no ensino de Matemática, mas em impedir que, sobretudo nas suas manifestações generativas e preditivas, a racionalidade algorítmica substitua a racionalidade demonstrativa que sustenta o pensamento matemático. Essa distinção não é detalhe técnico, mas fronteira epistemológica que define o que ensinamos quando ensinamos Matemática. Cabe ressaltar, ainda, que tal tese não se estende indistintamente a paradigmas como assistentes de prova formal e sistemas neuro-simbólicos (Avigad, 2024), cuja articulação com o conhecimento matemático segue lógica dedutiva própria e merece investigação específica, hoje ainda incipiente no campo da Educação Matemática escolar.

Reconhecem-se, contudo, limitações importantes. A análise fundamentou-se em revisão crítico-narrativa da literatura, o que implica dependência de fontes secundárias e caráter interpretativo das proposições defendidas. Tais limitações são inerentes ao gênero ensaístico adotado e delimitam o alcance do estudo: trata-se de reflexão teórica destinada a subsidiar investigações empíricas e práticas pedagógicas reflexivas, não de síntese de evidências com pretensão de generalização. A rápida evolução das tecnologias de IA, especialmente em suas manifestações generativas, impõe ainda atualização constante das pesquisas, uma vez que ferramentas e algoritmos se transformam em ritmo acelerado.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos longitudinais que investiguem impactos sustentáveis da IA na consolidação do raciocínio matemático formal, bem como análises comparativas entre contextos escolares distintos, considerando variáveis socioeconômicas e infraestrutura tecnológica. Investigações que integrem métodos quantitativos e qualitativos poderão oferecer compreensão mais abrangente dos efeitos pedagógicos da IA.

Adicionalmente, pesquisas dedicadas à formação docente para o uso crítico de ferramentas baseadas em inteligência artificial constituem lacuna relevante a ser explorada, em diálogo com as transformações epistemológicas que essas tecnologias introduzem no campo da Educação Matemática.

Conclui-se que a inteligência artificial pode constituir instrumento estratégico para qualificar o ensino de Matemática, desde que integrada criticamente a práticas pedagógicas fundamentadas, eticamente orientadas e epistemologicamente coerentes. A tecnologia, por si só, não transforma a educação; são as escolhas pedagógicas conscientes, sustentadas por formação sólida e reflexão permanente, que determinam se a inovação ampliará ou restringirá as possibilidades formativas do estudante.

REFERÊNCIAS

AVIGAD, Jeremy. Mathematics and the formal turn. **Bulletin of the American Mathematical Society**, v. 61, n. 2, p. 225-240, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1090/bull/1832>.

BAKER, Ryan S.; HAWN, Aaron. Algorithmic bias in education. **International Journal of Artificial Intelligence in Education**, v. 32, n. 4, p. 1052-1092, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40593-021-00285-9>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DECI, Edward L.; RYAN, Richard M. The "what" and "why" of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior. **Psychological Inquiry**, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000.

DUVAL, Raymond. **Semiosis e pensamento humano**: registros semióticos e aprendizagens intelectuais. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

LUCKIN, Rose *et al.* **Intelligence Unleashed**: an argument for AI in education. London: Pearson, 2016.

NGUYEN, Da Tien; PHAM, Quy Van. The evolving landscape of AI integration in mathematics education: a systematic review of trends (2015-2025). **Eurasia Journal of Mathematics, Science and Technology Education**, v. 21, n. 10, em2714, 2025. DOI: <https://doi.org/10.29333/ejmste/17078>.

OPESMOWO, Oluwaseyi A. G.; ADEWUYI, Habeeb O. A systematic review of artificial intelligence in mathematics education: the emergence of 4IR. **Eurasia**

Journal of Mathematics, Science and Technology Education, v. 20, n. 7, em2478, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29333/ejmste/14762>.

PAIXÃO, Joelson Lopes da. Inteligência artificial e personalização do ensino: revisão sistemática da literatura. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p. 1-22, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17490452>.

_____. Uso ético da inteligência artificial em contextos educacionais. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 1-16, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17684888>.

_____. Pensamento computacional e Matemática escolar. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, p. 1-17, 2025c. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17808900>.

_____. Inovação pedagógica mediada por tecnologias digitais: fundamentos, práticas e desafios na educação contemporânea. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 29, p. 1-20, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18330908>.

PANE, John F. *et al.* **Informing progress**: insights on personalized learning implementation and effects. Santa Monica: RAND Corporation, 2017.

SELWYN, Neil. **Should robots replace teachers?** AI and the future of education. Cambridge: Polity Press, 2019.

SON, Taekwon. Intelligent tutoring systems in mathematics education: a systematic literature review using the substitution, augmentation, modification, redefinition model. **Computers**, v. 13, n. 10, art. 270, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/computers13100270>.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: UNESCO, 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZIMMERMAN, Barry J. Becoming a self-regulated learner: an overview. **Theory Into Practice**, v. 41, n. 2, p. 64-70, 2002.

SINERGIAS DO CONHECIMENTO: SABERES EM CONEXÃO

Em um mundo em constante transformação, o conhecimento se revela na força das conexões. **Sinergias do Conhecimento: Saberes em Conexão** é um convite à integração de ideias, disciplinas e experiências que, juntas, constroem novas perspectivas e soluções para os desafios contemporâneos.

Esta obra reúne reflexões e pesquisas que atravessam diferentes áreas do saber, promovendo o diálogo entre teoria e prática, tradição e inovação, indivíduo e sociedade. Cada capítulo é uma peça que, conectada às demais, compõe um mosaico de conhecimento plural, dinâmico e transformador.

Mais do que compartilhar informações, este livro celebra a colaboração intelectual e o poder da coletividade na construção de um futuro mais consciente, inclusivo e humano. Porque quando os saberes se conectam, o conhecimento se multiplica e o impacto se torna infinito.

**Conecte ideias. Amplie horizontes.
Transforme realidades.**


Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658366811-0



9

786583

668110

